

ARQUIVOS DE HISTÓRIA DA CULTURA PORTUGUESA  
Vol. III, n.º 1

---

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA

ESTUDANTES PORTUGUESES NA REITORIA  
DO COLÉGIO DE S. CLEMENTE DE BOLONHA  
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XV



LISBOA—1969

ESTUDANTES PORTUGUESES NA REITORIA  
DO COLÉGIO DE S. CLEMENTE DE BOLONHA  
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XV

A 23 de Agosto de 1367, depois de prestar relevantes serviços à Igreja nas várias legacias de que foi incumbido em Itália, morria em Viterbo D. Gil de Albornoz, antigo doutor em decretos e arcebispo de Calatrava, nomeado arcebispo de Toledo por Bento XII em 13 de Maio de 1338, promovido cardeal a 17 de Dezembro de 1350 por Clemente VI, passando do título de S. Clemente a bispo de Sabina em Dezembro de 1356 (1). A notícia da morte dá-no-la o sobrinho D. Fernando Álvarez de Albornoz, doutor em direito canónico pelo Estudo de Bolonha, nomeado bispo de Lisboa a 4 de Junho de 1369 por Urbano V e transferido para Sevilha a 9 de Junho de 1371 por Gregório XI (2), no seu memorial autógrafo conservado no códice da Biblioteca do Cabido de Toledo, com o Decreto de Graciano (3).

Nesse mesmo dia, ao abeirar-se da morte, o nosso cardeal manifestava vontade de que o seu testamento fosse executado fielmente conforme suas intenções, bem conhecidas dos executores (4). Entre estes contavam-se precisamente os sobrinhos Gomes Garcia, cavaleiro, e o sobredito Fernando Álvarez, à data do testamento de 29 de Setembro de 1364 abade de Vadalhadolid. A ele e a Afonso Fernandez, camareiro do cardeal, incumbia D. Gil de levarem a cabo a sua vontade

---

(1) Cf. FRANCESCO FILIPPINI, *Il Cardinale Egidio Albornoz*, Bologna 1933, CONRADUS EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, Monasterii 1913, 18, 38, 41.

(2) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica*, I, pp. 278, 507.

(3) Cf. FRANCESCO FILIPPINI, *Il Cardinale Egidio Albornoz*, p. 405, nota 3.

(4) *Ibidem*, p. 409.

relativa à construção do Colégio de S. Clemente perto da Universidade de Bolonha, destinado a 24 colegiais e dois capelães da Península (5).

Com excepção de alguns bens, expressamente nomeados, todos os restantes se deviam aplicar na projectada construção e compra de propriedades e rendas suficientes para a conservação do Colégio, ao qual instituíra universal herdeiro de todos os livros e bens, nomeadamente patrimoniais e outros na posse dos seus administradores nas igrejas de Toledo e Segóvia ou dos herdeiros e de el-rei de Castela, bem como dos provenientes de benefícios que possuía em França e nos reinos de Castela e de Leão, de Portugal e de Aragão.

Os sobreditos comissionados deviam velar pela construção do Colégio e capela de S. Clemente e comprar propriedades e rendas para o sustento dos colegiais e capelães. Depois da morte do cardeal, passariam dois anos contínuos em Bolonha, a fim de cumprirem fielmente as disposições testamentárias relativas ao Colégio (6).

A 12 de Maio de 1368 alguns dos comissionados reuniam-se na casa de Fernando Álvarez de Albornoz, para decidirem sobre a execução da vontade do cardeal. E uma das primeiras disposições a ser logo cumprida foi a relativa ao Colégio de S. Clemente. Aliás a reunião realizava-se no Colégio já construído (7).

A instituição desta Casa dos Hispanos, reservada a estudantes pobres da Península, com exclusão de outras regiões, constituía um reconhecimento e compensação do cardeal para com as dioceses, de cujos benefícios hauria proventos. No que se refere a Portugal, limitamo-nos a lembrar que a 3 de Março de 1358 Inocêncio VI conferia a Gomes Martins o canonicato e prebenda de Évora, vacantes precisamente pela resignação do cardeal bispo de Sabina D. Gil de Albornoz (8). De maior importância é a notícia de que ele possuía desde Março de 1355 o canonicato, prebenda e arcediagado de Lisboa, que Inocêncio VI lhe concedeu por morte de Pedro de Martelo, colector apostólico, conforme letras pontifícias de 31 de Março de 1355 (9).

---

(5) Em JUAN BENEYTO PEREZ, *El Cardeal Albornoz, canceller de Castilla y caudillo de Italia*, Madrid 1950, p. 344 (n. 45).

(6) *Ibidem*, p. 344 (n. 46).

(7) Cf. FRANCESCO FILIPPINI, *Il Cardinale Egidio Albornoz*, p. 410.

(8) Em ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Súplicas de Inocêncio VI*, n. 137.

(9) AV (Archivio Segreto Vaticano), Reg. Vat. 230, fl. 28-28v.

E este foi sem dúvida o motivo por que Lisboa figura no testamento como diocese preferida entre as outras portuguesas, no direito de apresentar um estudante de direito canónico, a manter pelo Colégio de S. Clemente.

Celebrando-se o centenário do ilustre Mecenas das letras, Portugal associa-se de muito gosto às comemorações, com este humilde contributo sobre *Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*. E o autor destas linhas sente-se na obrigação muito honrosa de agradecer ao diligentíssimo e muito culto reitor do Colégio de Espanha em Bolonha, Prof. Dr. Evelio Verdera y Tuells, a quem se deve o presente esplendor e benemerências da fundação do cardeal Albornoz, as amabilíssimas atenções e preciosa ajuda na confecção deste estudo. E à benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, que nos tem ajudado na recolha de material para a obra que estamos a preparar sobre os *Portugueses na Universidade de Bolonha*, agradecemos o seu valioso contributo.

Ao Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, sinceros agradecimentos pela publicação deste nosso trabalho.

## 1. OS PORTUGUESES E A REITORIA DO COLÉGIO DE S. CLEMENTE

No seu catálogo dos *Rectores del Colegio Español de San Clemente de Bolonia: 1368-1624*, João de Pineda fornece-nos o nome de seis portugueses que exerceram o cargo de reitor no Colégio: Fernando de Portugal em 1395 e 1401, Gomes de Portugal em 1411, João Cardoso de Portugal em 1485, João Mendes Lusitano em 1519 e Gaspar Pinheiro, lusitano, *utriusque Universitatis Juristarum et Collegii rector* (10).

Embora incompleta, porque Pineda não encontrou documentação referente a alguns anos, sobretudo no período de 1416 a 1451, a lista é preciosa. Ainda assim precisa de ser esclarecida com novos documentos, seja quanto à identificação dos reitores, cujos nomes indica sem apelidos, seja quanto aos anos em que a lista omite os nomes dos respec-

---

(10) I. DE PINEDA, *Proles Aegidiana seu Catalogus illustrium virorum qui ex sacro et perinsigni Collegio maiori S. Clementis Hispanorum ...in lucem prodierunt*, Neapoli 1632. Cf. VICENTE BELTRÁN DE HEREDIA, O.P., *Bulario de la Universidad de Salamanca* (1219-1549), I, Universidad de Salamanca, 1966, pp. 260-263.

tivos reitores. No que se refere a omissões do período 1416-1451, devemos lembrar João Pereira de Portugal, eleito vice-reitor em 26 de Novembro de 1440, e António Martins de Portugal, que aparece como vice-reitor em Agosto de 1443.

Nos fins do século XIV, Portugal com os seus domínios constituía, segundo os Estatutos de ambas as Universidades dos Juristas, uma das 18 Nações da Universidade dos estudantes de direito, em que estavam divididos os Ultramontanos, e tinha direito a um conselheiro e voto nas decisões universitárias (11). Poderia alguém, por isso, julgar que as contendas e guerras entre Castela e Portugal levassem à destruição completa de Portugal, de forma a separá-lo da Nação Hispânica que geograficamente, prescindindo da soberania e independência de cada reino, englobava também os Portugueses, com significado mais vasto do termo espanhol de hoje. Mas os Estatutos do Colégio de S. Clemente, fundado pelo cardeal Gil de Albornoz, dada a sua característica particular de fundação para estudantes pobres das dioceses dos reinos da Península, em que o fundador tinha usufruído de proventos beneficiais, põem bem em evidência a sua índole exclusivamente peninsular, determinando quais as dioceses com direito a apresentar estudantes, com expressa menção da de Lisboa.

Os Estatutos redigidos por D. Fernando Álvarez de Albornoz, arcebispo de Sevilha, sobrinho do cardeal fundador, e D. Afonso, arcebispo de Toledo, executores do testamento, e por D. Pedro de Toledo, bispo de Osma, a quem D. Gil encarregara de tal missão, e reformados em 1377 pelo mesmo D. Pedro de Toledo, então bispo de Cuenca, determinam que o termo *Hispanus* seja entendido no significado mais amplo: «largo sumpto vocabulo, prout continet omnia regna illa a montibus Esperie ultra, et de Hispanis de illis locis ubi ipse dominus habebat ecclesiastica beneficia tunc tempore sue mortis vel habuit temporibus retroactis» (12).

---

(11) C. MALAGOLA, *Statuti delle Università e dei Collegi dello Studio Bolognese*, Bologna 1888, *Estatutos de ambas as Universidades dos Juristas*, p. 51, 70: «Regnum Portugalie et regnum Argarbii cum regis toto dominio; et habeat unam vocem et unum consiliarium». Cf. A. DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa*, p. 205.

(12) Em BERTHE M. MARTI, *The Spanish College at Bologna in the Fourteenth Century* Edit. and Transl. of its Statutes, with Introd. and Notes, Philadelphia, 1966,

Concretamente os escolares, em número de trinta (13), eram divididos da seguinte forma: 4 da diocese de Toledo: um em teologia, dois em cânones e um em medicina; três de Sevilha: um em cada das ciências referidas; quatro de Cuenca: dois em cânones, um em teologia e outro em medicina; um de Compostela em cânones; três de Saragoça: um em cada das sobreditas matérias; dois de Ávila, um em cânones e outro em teologia; dois de Salamanca e outros dois de Burgos em teologia e em cânones; um de cada uma das dioceses de Leão, Palência, Osma, Sigüenza, Lisboa e Oviedo em cânones e um de Córdoba em teologia. Os membros da família Albornoz podiam eleger para o efeito dois clérigos estudantes de cânones (14).

Porque o prelado e cabido de Lisboa não designara nenhum estudante para o lugar pertencente à igreja lisbonense, foi então aceite Fernando de Torre (15), mas no rol de súplicas do Colégio de 18 de Janeiro de 1380 aparecem Gomes de Lisboa, mestre em artes, e o clérigo lisbonense Estêvão, provector em direito civil, ambos escolares do Colégio, a pedir benefícios na sé e diocese olisiponense (16). Aliás, como se verá na obra em preparação sobre os *Portugueses no Colégio Universitário de S. Clemente de Bolonha*, já em 1372 nos aparecem eles no Colégio, bem como o tesoureiro de Coimbra António Martins, reitor do Colégio, sem esquecer a presença no mesmo, como colegial, de João Domingues *Portugalensis* em 1369. Donde inferimos que os clérigos a apresentar pela respectiva igreja podiam ser de nacionalidade diversa da dos apresentadores e até de diferente diocese. Assim mostramos a justificação da possibilidade de existirem portugueses no Colégio, apresentados por igrejas da actual Espanha, além do designado pela diocese de Lisboa, que, rigorosamente falando e por excepção, poderia ser também um espanhol ou, pelo menos, um clérigo de outras dioceses portuguesas. Tenha-se também em conta que o ingresso dos capelães do Colégio não se regulava pelas normas da apresentação dos escolares.

---

p. 132. V. BELTRÁN DE HEREDIA, O.P., *Primeros estatutos del Colegio español de San Clemente en Bolonia*, in *Hispania Sacra*, 11 (1958) 195.

(13) BERTHE M. MARTI, p. 132-134. BELTRÁN DE HEREDIA p. 195.

(14) BELTRÁN DE HEREDIA, p. 195. BERTHE M. MARTI, pp. 132-134.

(15) BELTRÁN DE HEREDIA, p. 195. BERTHE M. MARTI, pp. 136-137.

(16) V. BELTRÁN DE HEREDIA, O.P., *Bulario de la Universidad de Salamanca*, I, pp. 428-429.

Vistas desta forma as coisas, não causaria admiração ver frequentar o Colégio, nos fins do século XIV, um estudante português de nome Pedro, reitor da Universidade dos Estudantes Ultramontanos, o qual, segundo veremos em obra a publicar sobre os *Portugueses na Universidade de Bolonha*, se deve identificar com o cónego e chantre de Viseu D. Pedro Anes Vieira. Mas terá ele frequentado o Colégio? Terá sido reitor do mesmo?

No *Liber Secretus Iuris Pontificii* do Colégio dos Doutores de Direito canónico da Universidade de Bolonha, a folhas 23, o prior Rodolfo de Lamandinis dá-nos a notícia do exame de licença, a 3 de Fevereiro de 1397, de D. Pedro de Portugal, reitor dos Ultramontanos, o qual foi aprovado por todos os professores, após o exame e apresentação ao prior por três professores: Lourenço de Pino, Gaspar de Caldarinis e Carlos Zambeccari:

Tempore prioratus domini Rodulfi de Lamandinis millesimo trecentesimo nonagesimo septimo, die primo Januarii. Die tertio febr. dominus Petrus de Portugalia, rector dominorum ultramontanorum, suppositus fuit privato examini, prius presentatus coram priore domino Rodulpho de Lamandinis, priore sancti Johannis in Monte, per dominos Laurentium de Pinu, Guasparum de Caldarinis et Karolum de Zambechariis. Qui iuravit secundum formam statutorum, etc. Et fuit ab omnibus unanimiter approbatus (17).

Pouco depois (18), o famoso Pellegrino Zambeccari, chanceler da cidade de Bolonha, em carta dirigida a D. João I, rei de Portugal, exalta os méritos do nosso canonista, licenciado em cânones, pedindo ao rei um subsídio para ele se poder doutorar solenemente e não se ver obrigado a partir de Bolonha sem o grau de doutor, com desonra para o monarca e parentes:

Regi Portugaliæ. Illustrissime princeps et serenissime domine. Incitor ab affectione, quam gero virtutibus domini Petri, suis meritis rectoris alme universitatis scholarium ultramontanorum huius almi Studii Bononiensis, ut eundem disciplinis ornatum, insignem moribus et continentia vite, ac tante

---

(17) ASB (*Archivio di Stato di Bologna*), *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 23.

(18) LODOVICO PRATI, *Epistolario di Pellegrino Zambeccari*, em *Fonti per la Storia d'Italia*, 40, Roma 1929, pp. 63-64, data esta carta erroneamente, segundo cremos, de 1396. Na verdade, a carta deve ser posterior à licenciatura de 3 de Fevereiro de 1397, à qual o autor da carta alude.

gravitatis quod nomen eius exhibet gloriosum, et cum tanta fama producit, quod ad vestre regie maiestatis aures cum exultatione deveniet, summa cum prece commendamus. Cum igitur circa studium iuris canonici insudaverit a iamdiu quod in ipso ut dignus et benemeritus licentiatius extiterit et gradum pro libito valeat consequi doctoratus, regie maiestati vestre, que cum claro viro potest merito in Domino gloriari, cum adhuc esse posset parentum decus et lumen in Ecclesia Dei, cordialissime supplicamus ut pro honore dicti domini Petri, qui in vestram regiam maiestatem transferretur, tanta pro consecutione doctoratus liberalia subsidia conferat et contribuat, quod de hoc studio sine gradu magisterii et doctoratus non discedat. Esset enim sui nominis confusio et vestre maiestatis et aliorum consanguineorum suorum rubor et infamia, si ob defectum facultatum, et debite, in hoc casu, subventionis impotentiam, sine doctoralibus insigniis remearet ad propria. In hoc casu et in hoc puncto debet esse sibi vestra regia dextera liberalis, propitia atque benigna, et ita munifica, quod summo cum honore suum exigat doctoratum et cum gradu repatriet, cum quo valeat ad altiora transferri. Est enim suis virtutibus huius universitatis rector et ductor, et cum tanta se in rectoratu suo gravitate conducit, quod nomen per famam, qua soli generosi animi nutriuntur, sibi reddit gloriosum, et sculptum est in mentibus singulorum, quodque honorem Portugalensium dilatavit et honoravit in tantum, quod scolares de partibus Yspanie precellunt in Studio isto ceteras nationes, et de eo tamquam de quo concurrunt, quidquid ad actum noscitur spectare virtutis, fit predicatio singularis et clarius nomen habet quam aliquis alter qui gradum unquam hic gesserit rectoratus. Regiam celsitudinem vestram, cui etiam me stricte et devote committo, feliciter et conservet superni altitudo Consilii. Datum Bononie, etc. (19).

Há ainda duas cartas de Zambeccari a um príncipe e ao papa Bonifácio IX, a favor de certo Pedro, respectivamente licenciado em direito civil e professor de ambos os direitos, o qual fora nomeado reitor da Universidade (20). Segundo Prati (21), estas cartas datariam de 1395 e 1397, dizendo respeito ao mesmo D. Pedro Anes, que foi reitor dos Ultramontanos. Mas basta lembrar que D. Pedro Anes, reitor dos Ultramontanos, na documentação pontifícia e portuguesa figura sempre como doutor em cânones, para o não identificarmos com o Pedro destas duas cartas.

Pellegrino Zambeccari escreveu também a um cardeal para obter do papa um benefício eclesiástico para certo Pedro, escolar do Colégio

---

(19) Ed. LODOVICO PRATI, *Epistolario di Pellegrino Zambeccari*, em *Fonti per la Storia d'Italia*, 40 (1929) 63-64, n. 37.

(20) *Ibidem*, pp. 171, n. 155, p. 180, n. 167.

(21) *Ibidem*, p. 171, n. 155, p. 180, n. 167.



de S. Clemente, o qual precisava desse auxílio, com o fim de levar a bom termo os estudos que fizera na Faculdade de direito canónico do Estudo de Bolonha (22). A identificar-se este Pedro com o reitor dos Ultramontanos, o que não deixa de ter certos foros de probabilidade, o nosso doutor Pedro Anes teria frequentado o Colégio de S. Clemente, com possibilidade de ter ocupado o cargo de reitor. Mas não consta que o tivesse sido. Além disso, não podemos esquecer que a 11 de Maio de 1401 recebia a licença e o doutoramento em direito canónico outro D. Pedro de Portugal que se não pode confundir com D. Pedro Anes Vieira, reitor dos Ultramontanos:

Tempore prioratus domini Antonii de Albergatis. Millesimo quatercentesimo primo ... Die xi Maii. Suppositus fuit privato examini dominus Petrus de Portugallo, deinde fuit publice doctoratus in iure canonico et dominus Marchus de Canitulo fecit sermonem archidiaconi et dominus Bernardinus de Zambechariis sibi dedit insignia doctoratus (23).

Portanto, dos portugueses que estiveram à frente do Colégio Hispânico de Bolonha, no século XIV e XV, com certeza só podemos indicar António Martins, tesoureiro de Coimbra, talvez oriundo de Espanha, reitor em 1372-1373, Fernando de Portugal, reitor em 1395-1396 e 1401-1402, Gomes Pais, porcionário de Lisboa, reitor em 1410-1411, João Pereira, vice-reitor em 1440, António Martins, clérigo de

---

(22) «Reverendissime in Christo pater et domine, humili recommendatione cum omni reverentia subiectiva premissa, paternitati vestre in significatione presentium flexis genibus manifestamus quod Petrus de [sem indicação da terra] noster socius et scholaris collegii bone memorie domini Sabinensis, qui in facultate canonica in Bononiensi Studio et in aliis longo tempore moribus et virtutibus multipliciter commendandus, vigilantissime laboravit, ad vestram paternitatem, tamquam ad singularissimi cuiuslibet boni istius collegii promotorem, conservatorem et dominum, cum fiducia non frustrata dirigit gressus suos. Et quia pro talibus digne supplicatur, quibus litterarum scientia, morum honestas et alia virtutis remedia suffragantur, idcirco reverendissime paternitati vestre, que omnes virtuose laborantes semper respicit oculo pietatis, cum omni reverentia quanta possumus humiliter supplicamus quatenus predictum P. apud pedes sanctissimi patris taliter recommendatum habere dignemini, quod sibi provideat de aliquo beneficio ecclesiastico, ut studium laudabile quod incepit ad finem valeat ducere peroptatum. Datum, etc.»: Ed. LODOVICO PRATI, *Epistolario di Pellegrino Zambeccari, em Fonti per la Storia d'Italia*, 40 (1929) 162-163, n. 146.

(23) ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 26v-27.

Lisboa, vice-reitor em 1443, Lobo da Guarda, vice-reitor em 1459-1460, João Cardoso de Portugal, reitor em 1485-1486, e Francisco Cardoso de Lamego vice-reitor em 1497. Vamos esclarecer alguns pontos da vida de cada um, com base na documentação sobretudo do Arquivo de Estado de Bolonha e Arquivo Secreto Vaticano, procurando identificá-los. Não deixaremos também de referir outros portugueses, seus companheiros ou com eles relacionados, que estudaram ou se doutoraram em Bolonha.

2. IDENTIFICAÇÃO DE D. FERNANDO DE PORTUGAL, REITOR EM 1395-1396 E 1401-1402, COM D. FERNANDO AFONSO, PRIOR DA IGREJA DE SANTA MARIA DE ARRUDA, ANTES PRIOR CLAUSTRAL DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

Em Maio de 1408 fez exame de licença em direito canónico, após ter sido apresentado pelos professores António de Búdrío e Floriano de S. Pedro, D. Fernando de Portugal, com a aprovação unânime de todos os Doutores. No mesmo mês e ano recebeu solenemente as insígnias de doutor na catedral de Bolonha:

Tempore prioratus domini Joseph de Testis. Millesimo quadricentesimo octavo. De mense Maii. Dominus Fernandus de Portugalia suppositus fuit privato examini, presentatus per dominum Antonium de Butrio et dominum Florianum de sancto Petro coram domino priore predicto. Qui iuravit secundum formam Statutorum iuris canonici etc. et fuit ab omnibus doctoribus, nemine discrepante, adprobatus et merito. Eodem mense [Maii] dominus Fernandus de Portugalia predictus asumpsit publicam in sancto Petro et habuit insignia a domino Floriano predicto, nomine suo et nomine prefacti domini Antonii, et dominus Joseph prior prefactus fecit sermonem archidiaconi (24).

Será este o reitor do Colégio dos anos 1395 e 1401 da lista de Pineda? E quem será este D. Fernando de Portugal? O arcebispo de Braga D. Fernando Guerra, que sabemos ter estudado direito em Bolonha e Pádua? D. Fernando Martins Coutinho, estudante de

---

(24) ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 33v-34.

(25) *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*, ed. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, Coimbra 1940, p. 146, 149, 151, 153, 178-179, 181, 184.

direito canónico, nomeado bispo de Coimbra em 27 de Abril de 1418? Fernando Alves, lente de cânones da Universidade de Lisboa, precisamente na segunda década do século xv? Fernando Gonçalves Beliá-gua, doutor em decretos e conselheiro régio aí por 1423, 1426, 1427?

No *Livro Verde* aparece-nos em documentos de 7 de Dezembro de 1415, 27 de Janeiro de 1417, 29 de Agosto de 1418 e 14 de Novembro de 1420 *Fernam Alvarez Leente de canones* ou *Fernando Alvarez leente de degretaães* (25), que bem podia ser o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico em Bolonha no ano 1408. Mas, como veremos, não é possível prescindir de notícia contemporânea, relativa a D. Fernando Afonso, pertencente ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que se doutorou na Universidade de Bolonha, argumento a ter em conta também quanto à identificação com os outros D. Fernandos acima mencionados, que passamos imediatamente a considerar.

a) *D. Fernando Martins Coutinho, estudante de direito em Pádua e bispo de Coimbra, não foi reitor do Colégio*

A 11 de Janeiro de 1414, D. Fernando Martins Coutinho aparece em Pádua como perito em direito canónico num documento sobre a aceitação do priorado da igreja de S. Tomé de Lisboa, vacante pelo ingresso de Gomes Anes no mosteiro de Santa Justina de Pádua, juntamente com as testemunhas Afonso Rodrigues Garcia de Lisboa, que estudava direito civil em Pádua, e Rodrigo Dias de Portugal (26).

---

(26) «MCCCCXIII, indictione vii, die Iovis, xi mensis Ianuarii, Padue, in communi palatio iuris ad discum victualium, sapiens vir dominus Fernandus Martini Choutinho de regno Portugalie, in iure canonico peritus, vigore litterarum apostolicarum, quas dixit se habere in plena forma, acceptavit beneficium prioratus ecclesie sancti Thome de Ulisbona tamquam beneficium primum, vacans per ingressum monasterii domini Gometii filii ser Iohannis Martini de Ulisbona de Portugalio, nunc monaci in monasterio sancte Justine de Padua, prius de ipso beneficio investiti. Et hec in quantum dictum beneficium de iure acceptare possit et ad eum spectet vigore dictarum litterarum apostolicarum. Si vero dictum beneficium de iure non spectaret ad eum et acceptare non posset, tunc et eo casu protestatur et intendit quod sit saluum sibi suum ius acceptandi aliud beneficium, quod ad eum spectet de iure et valeat acceptare vigore dictarum litterarum apostolicarum, huiusmodi suprascripta acceptatione non obstante. Testes: dominus Alfonsus Gratie de Ulisbona, studens Padue in iure civili, et dominus Rodoricus Didaci de Portugalio qui dixerunt

E passado pouco tempo já se tratava da sua nomeação para bispo de Coimbra. Ainda durante o Concílio de Constança, D. João I e o Infante D. Duarte faziam com que Álvaro Gonçalves e os futuros bispos do Porto Dr. Vasco Pires e Antão Martins se interessassem junto do papa para que o bispado de Coimbra fosse dado a D. Fernando Martins, como de facto foi em Abril de 1418 (27). Eis a carta sobre o assunto:

Lopo Gonçalves amigo. G. Vaasquez Coutino vos envio tanta honrra e boa ventura quanta pera mim queria. Façovos saber que o Ifante me mandou tres cartas hũa pera Alvaro Gonçalves e outra pera o doutor Vasco Perez e outra pera Antom Martinz em rrazom do bispado de Coimbra, as quaes allo envyo. E mayns me mandou dizer que a el rei prazia de meu filho Fernam Martinz aver esto bispado de Coimbra e eu screvo ssobre ello a esses. E vos sobre esto fazede quanto poderdes fazer. E bem poderdes dizer a Alvaro Gonçalves meu sobrinho que faça aquello que sobre esto entenderes. Outrosy eu vos escrevi ja per Lourenço de Beia em rrazom de sua madre de minha molher por que eu vos rrogo que ssobre este fecto façades quanto poderdes fazer. E por que eu nom sei se o Lourenço de Beia adoeçera no caminho ou se sera torvado em algũa coussa eu enviovos outra vez a emformaçom do fecto como foy. G.o Vaasquez (28).

Depois da nomeação episcopal, há documentos pontifícios com referências àquele priorado, sobre o qual D. Fernando, nesse tempo deão de Viseu, litigava na Cúria com a Universidade de Lisboa. Lembramos apenas duas súplicas de João Vasques, arcediago de Penela, que lhe sucedeu no direito ao priorado de S. Tomé, embora nenhuma delas se refira aos estudos de D. Fernando Martins. Eis a primeira, a qual foi atendida a 14 de Agosto de 1418, após concessão de tal direito em 12 de Maio de 1418 (29):

Beatissime Pater. Lite pendente inter universitatem Studii Ulixboñ et quemdam Fernandum Martini Coutinho, rectorem parochialis ecclesie sancti

---

se bene cognoscere dictum dominum Fernandum, Albertus Mantuanus notarius quondam Bartholomei, Galassius notarius, Johannes Lateranus notarius»: ASP (*Archivio di Stato di Padova*), Arch. notar. 4,c.251. Publicado por PAOLO SAMBIN, *Ricerche di Storia Monastica Medioevale*, Padova 1959, p. 167, docum. n. XVIII.

(27) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica*, I, p. 196.

(28) Bibl. Medicea Laurenziana de Florença, cod. Ashb. 1792, II, fl. 27.

(29) AV, Reg. Lat. 197, fl. 150-151v. Publicada por ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, Abadia de Montserrat 1963, p. 70, n. 27.

Thome Ulixbonensis, de et super eadem parochiali ecclesia et ipsius occasione in vestro palatio apostolico causarum coram Petro Nardi, eiusdem palatii auditore, V. S. ecclesie Colimbriensi, tunc pastore carenti, de persona eiusdem Fernandi providit ipsumque illi prefecit in pastorem et quia eadem parochialis ecclesia sancti Thome per eandem promotionem et munus consecrationis eidem F. impendendum seu per lapsum temporis de consecrandis episcopis, etc., vacare sperabatur, devotus vester Johannes Vallasci, archidiaconus de Penella in ecclesia Colimbriensi, ab eadem S. in iure et ad ius, si quod eidem Fernando in eadem parochiali ecclesia, cuius fructus, etc., centum viginti librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annum non excedunt, competebat, aut quomodolibet competere poterat, necnon ad possessionem et litis huiusmodi prosecutionem huiusmodi parochialis ecclesie apostolica auctoritate per eundem auditorem surrogari et sibi de eisdem provideri obtinuit, prout in litteris apostolicis exinde confectis plenius continetur. Cum autem, Beatissime Pater, eadem parochialis ecclesia et archidiaconatus de Penella qui dignitas in eadem Colimbriensi ecclesia existit, quem idem Johannes obtinet cuiusque fructus, etc., sexaginta librarum predictae monete simili extimatione valorem annum non excedunt, propter eorum incompatibilitatem absque apostolica dispensatione insimul retineri et recipi non possunt et ne ipsum Johannem utrumque beneficium predictorum propter litis pendentiam, cuius eventus dubius est, perdere contingat, supplicat[ur] igitur S. V. pro parte eiusdem Johannis quatinus sibi specialem gratiam facientes, secum ut eandem parochialem ecclesiam una cum dicto archidiaconatu, quem sic obtinet, per triennium a die assecutionis eiusdem parochialis ecclesie computandum, libere recipere ac licite retinere et interim alterum eorum pro beneficio seu beneficiis compatibili aut compatilibus permutare possit et valeat, gratiose dignemini misericorditer dispensare. Constitutionibus apostolicis non obstantibus quibuscumque. Non obsta[n] quod obtinet perpetuam portionem sine cura tertenariam nuncupatam in eadem Colimbriensi ecclesia ac quod per eiusdem S. de Ulixbo[n]i mandatum et Colimbriensis ecclesiarum canonicatibus et prebendis certis modis vacaturis, quorum quidem portionis ac canonicatum et prebendarum fructus, etc., centum quinquaginta librarum predictae monete extimatione simili valorem predictum non excedunt, concessum fuit provideri, super quibus canonicatu et prebenda Colimbrie[n]i in eodem palatio causam committi et citationem ad partes decerni obtinuit ac gratia expectativa in cancellaria apostolica exprimenda. Constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque. Et cum aliis non obsta[n] et clausulis oportunis. — *Fiat ad biennium .O.*

Datum Gebe[n]i, decimo nono Kalendas Septembris, anno primo (30).

---

(30) AV, Reg. Suppl. 116, fl. 53-53v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 158.

A segunda súplica, atendida a 21 de Fevereiro de 1420, apresenta mais pormenores sobre a colação e contendas, relativas ao mesmo priorado, com expressa menção dos vários pretendentes:

Beatissime Pater. Pendente lite inter quemdam Fernandum Martini Coutinho, tunc rectorem parrochialis ecclesie sancti Thome civitatis Ulixbonensis, ex una, et universitatem Studii eiusdem civitatis part. ex altera, de et super parrochiali ecclesia eadem coram venerabili viro domino Petro Nardi, vestri sacri palatii causarum auditore, S.V. eundem Fernandum ad ecclesiam Colimbriensem, tunc pastore carentem, promovit et deinde idem auditor devotum oratorem vestrum Johannem Vallasci, archidiaconum de Penella in eadem ecclesia Colimbriensi de mandato eiusdem S. in omni iure et ad omne ius eidem F. in predicta parrochiali ecclesia tunc competens quod per eandem promotionem suam et munus consecrationis sibi impendendum vacare spe-rebatur ac possessione et litis huiusmodi prosecutione surrogavit, prout in litteris apostolicis exinde confectis, plenius continetur. Et deinde idem Johannes in causa huiusmodi coram eodem auditore procedens, unam super attemptatione et aliam super nullitate cause et processu in partibus habitorum diffinitivas sententias cum condemnatione expensarum, que nulla provocatione suspensa in rem transiverunt iudicatam, reportavit. Cum autem, Beatissime Pater, eadem causa super principali coram eodem auditore inter easdem partes adhuc dicatur pendere et a nonnullis asseratur neutram dictarum partium in eadem parrochiali ecclesia seu ad eam ius habere, supplicatur igitur S. V. pro parte eiusdem Johannis quatinus statum cause huiusmodi, etiam si forsam tam in partibus quam in Curia ad aliquos actus sit processum, hic habentes pro expresso, auditori prefato committere et mandare dignemini ut, si in eventum litis huiusmodi invenerit neutrum litigantium predictorum in eadem parrochiali ecclesia seu ad eam ius habere, eidem Johanni de parrochiali ecclesia predicta, cuius fructus, etc., ducentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annum non excedunt, sive per obitum cuiusdam Blasii Martini sive per ingressum religionis fratris Gometii, abbatis abbatie Florentine ordinis sancti Benedicti, sive per contractum matrimonii Fernandi Alfonsi aut per munus consecrationis eidem Fernando impensum seu per lapsum temporis de consecrandis episcopis, etc., aut alias quovis modo vel ex alterius cuiuscumque persona aut per constitutionem *Execrabilis* seu per liberam resignationem alicuius in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, vacet et generaliter vel specialiter reservata, devoluta ac litigiosa sit, auctoritate apostolica provideat. Non obstat quod obtinet archidiaconatum predictum cum quadam perpetua portione terteneria nun-

---

(31) AV, Reg. Suppl. 139, fl. 120-120v. *Monumenta Portugalie Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 341. Cf. súplica sobre o mesmo assunto de 22 de Novembro de 1417 em ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, *D. Gomes, reformador...*, pp. 70-71, n. 28. *Monumenta Portugalie Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 3.

cupata in ecclesia Colimbriensi predicta et sibi de Portugaleñ certo modo vacañ, cuius possessionem forsán habet, et Ulixboñ ac Colimbrieñ canonicatibus et prebendis certis modis vacaturis provideri ac citationem ad partes super Colimbrieñ canonicatu et prebenda predictis contra quosdam adversarios suos decerni obtinuit, quorum omnium fructus, etc., quingentarum librarum predicte monete simili extimatione valorem annuum non excedunt, ac gratis ad duo incompatibilia ad certum tempus etiam cum potestate permutandi et expectativa, si quam habet, in cancellaria apostolica exprimendis. et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur pro utroque .O.*

Datum Florentie, nono Kalendas Martii, anno tertio (31).

A súplica referente ao deado de Viseu, vacante pela promoção de D. Fernando Martins à igreja de Coimbra, do qual passou a beneficiar o Doutor Vasco Pires, embaixador de Portugal no Concílio de Constança e futuro bispo do Porto e de Évora (32), nada contém que nos possa elucidar sobre os estudos do nosso bispo (33). A reforma da mesma súplica também é omissa:

Reformatio Valasci Petri super archidiaconatu ecclesie Visensis. Beatissime Pater. Cum per signaturam S.V. in petitione, cuius copia premittitur, factam dispensatio inibi petita devoto vestro Valasco Petri, utriusque iuris doctori suprascripto cedere nullatenus indicetur, dignetur eadem S. litteras apostolicas super dicta petitione conficiendas expediri mandare cum dispensatione quod ipse V. decanatum, de quo agitur in petitione premissa, et etiam dignitatem, etc., vigore expectative gratie per eandem S. sibi facte assequend. seu alias quecumque duo alia ecclesiastica beneficia curata vel alias incompatibilia, etiam si dignitates et maiores vel principales, personatus, administrationes vel officia etiam curata et electiva in metropolitanañ aliis cathedralibus vel collegiatis ecclesiis fuerint, insimul quoad vixerit retinere illaque simul vel successive simpliciter aut ex causa permutationis, quatinus sibi placuerit, dimittere et loco dimissorum duo alia beneficia ecclesiastica similia vel dissimilia, etiam invicem incompatibilia recipere et similiter quoad vixerit retinere valeat et quod loco archidiaconatus in petitione ipsa exprimaturn cantoria, etc., cum non obstant. et clausulis in eadem petitione contentis. — *Fiat .O.* Et sub data dicte petitionis. — *Fiat O.* (34).

---

(32) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *O Infante D. Henrique na Expansão portuguesa*, Braga 1960, pp. 7-8, 125-134.

(33) Publicada por ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão portuguesa*, pp. 126-127, n. III (AV, Reg. Suppl. 112, fl. 89v.)

(34) AV, Reg. Suppl. 112, fl. 282. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 110.

(35) AV, Reg. Suppl. 112, fl. 25-25v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 112.

Igualmente a súplica de Rodrigo Lopes, com alusões à contenda de D. Fernando Martins na Cúria quanto aos canonicatos e prebendas de Lisboa e de Évora, vacantes pela promoção do mesmo à sé de Coimbra, omite qualquer referência ao assunto dos estudos ou graus académicos (35). Mas a anterior, atendida a 16 de Dezembro de 1417, do próprio D. Fernando Martins, nesse tempo deão de Viseu, quanto aos ditos canonicatos e prebendas, diz-nos que ele era apenas escolar em direito canónico:

Beatissime Pater. Licet devotus vester Fernandus Martini Coutinho, decanus Visensis, de nobili genere procreatus ac scholaris in iure canonico, canonicatus et prebendas Ulixboñ et Elborensis ecclesiarum cum eorum prestimoniis per obitus Valasci Martini et Valasci Egidii vacantes, vigore gratie expectative sibi per olim Johannem papam vicesimum tertium facte, acceptationibus et provisionibus precedentibus, extiterit assecutus, super quibus inter ipsum et alios in Curia Romana et in partibus lites pendent, quorum statum dignemini hic habere pro expresso, dubitat tamen acceptationes et provisiones huiusmodi et omnia inde secuta viribus non subsistere, supplicat igitur S. V. prefatus Fernandus quatinus sibi specialem gratiam facientes de dictis canonicatibus et prebendis Ulixboñ et Elborensi cum eorum prestimoniis, quorum fructus, etc., importat. ducentarum librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annum non excedunt, etiam si actibus premissis vel alias quovis modo aut aliorum quorumcumque personis vel constitutione *Execrabilis* aut per renuntiationem factam seu faciendam aliquorum vacent aut si neutri litigantium super eisdem sit ius quesitum et reservati aut devoluti aut litigiosi sint, dignemini misericorditer providere. Non obstañ dicto decanatu ac parochialibus ecclesiis sancti Salvatoris de Bouças Portugalensis diocesis et sancti Thome Ulixboñ, super qua litigat, quos obtinet, quorum fructus, etc. mille librarum Turonensium parvorum valorem annum secundum communem extimationem non excedunt quodque secum ut duo beneficia incompatibilia perpetim et tria ad certum tempus per sedem apostolicam obtineat; extitit dispensatum, necnon gratia expectativa, si quam habet, quorum omnium in cancellaria V. S. plenius fiet expressio, cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. O.*

Datum Constantie, decimo septimo Kalendas Januarii, anno primo (36).

Todas estas questões de benefícios tiveram origem em concessões de graças expectativas do tempo de Alexandre V e João XXIII. E os documentos correspondentes vêm aclarar o assunto, permitindo-nos

---

(36) AV, Reg. Suppl. 106, fl. 180-180v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 27.



concluir que o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico na Universidade de Bolonha em 1408 e o reitor do Colégio de S. Clemente nos anos de 1395 e 1401 não pode ser identificado com D. Fernando Martins Coutinho, bispo de Coimbra.

A 3 de Setembro de 1409, Alexandre V, ao conceder a D. Fernando Martins Coutinho um benefício com cura de almas, di-lo cónego de Lamego e na idade de 18 anos:

Alexander, etc. Dilecto filio Fernando Martini Coutino, canonico ecclesie Lamacensis. Salutem, etc. Nobilitas generis... Volentes itaque te qui, ut asseris, de nobili genere procreatus et in decimo octavo etatis tue anno constitutus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu favore prosequi gratioso, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut beneficium ecclesiasticum curatum, etiam si dignitas, personatus vel officium in metropolitana vel cathedrali aut collegiata ecclesia et dignitas ipsa principalis in eadem collegiata ecclesia fuerit, si tibi alias canonice conferatur vel assumaris ad illud, recipere et retinere illudque simpliciter vel ex causa permutationis dimittere et loco dimissi aliud simile vel dissimile beneficium ecclesiasticum, si etiam tibi canonice conferatur, recipere et retinere libere et licite valeas, predicto etatis defectu... et aliis contrariis nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica de speciali gratia, tenore presentium, dispensamus...

Datum Pisis, tertio Nonas Septembris, anno primo (37).

Por letras de 25 de Maio de 1410, João XXIII, depois de lembrar a precedente concessão de Alexandre V, ao conceder-lhe mais um canonicato e prebenda nas igrejas de Lisboa e de Évora, lembra que ele estudava direito canónico em Pádua:

Johannes, episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Fernando Martini Coutinho, canonico Ulixbonensi. Salutem... Nobilitas generis... Volentes itaque tibi qui, ut asseritur, de nobili genere procreatus ac in decimo nono etatis tue anno constitutus existis ac Padue in iure canonico studes et cum quo alias, tunc in decimo octavo eiusdem etatis anno constituto, ut beneficium ecclesiasticum curatum... recipere et retinere libere et licite valeres, apostolica extitit auctoritate dispensatum, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis, regis, et carissime in Christo filie nostre Philippe, regine Portugalie et Algarbii illustrium, pro te nobis super hoc humiliter supplicantium, gratiam facere specialem, unum in Ulixbonensi et alium in Elborensi ecclesiis canonicatus cum plenitudine

---

(37) AV, Reg. Lat. 136, fl. 131v-132.

iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ac unam in Ulixbonensi et aliam in Elborensi ecclesiis eisdem prebendas ...  
Datum Bononie, viii Kalendas Junii, pontificatus nostri anno primo (38).

João XXIII, em 5 de Julho de 1411, depois de recordar a sobredita concessão de Alexandre V e a sua sobre canonicatos e prebendas de Évora e de Lisboa, outorga-lhe mais dois benefícios incompatíveis, a pedido de D. João I e Dona Filipa de Lencastre, rei e rainha de Portugal, declarando que D. Fernando Martins Coutinho era nobre, clérigo de Lamego, com vinte anos de idade, e estudante de direito canónico no Estudo Geral de Pádua:

Johannes, etc. Dilecto filio Fernando Martini Coutinho, clerico Lamecensi. Salutem, etc. Nobilitas generis ...Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tecum, tunc in decimo octavo tue etatis anno constituto, ut beneficium ecclesiasticum curatum, etiam si dignitas, personatus vel officium in metropolitana vel cathedrali aut collegiata et dignitas ipsa principalis in eadem collegiata ecclesia foret, si tibi alias canonicè conferretur vel assumereris ad illud, recipere et retinere illudque simpliciter vel ex causa permutationis dimictere et loco dimissi aliud simile vel dissimile beneficium ecclesiasticum, si tibi etiam canonicè conferretur, recipere et retinere libere et licite valeres apostolica extitit auctoritate dispensatum. Nos igitur volentes te qui, ut asseritur, de nobili genere procreatus et in vicesimo vel circa eiusdem etatis anno constitutus existis ac Padue in iure canonico studes, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri *Johannis regis et carissime in Christo filie nostre Philippe regine Portugalie et Algarbii illustrium*, pro te nobis nuper super hoc humiliter supplicantium, favore prosequi gratie amplioris, huiusmodi supplicationibus inclinati, tecum, cui nuper de uno in Ulixbonensi et alio in Elborensi ecclesiis canonicatibus sub expectatione prebendarum earundem ecclesiarum ac beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si dignitas, personatus vel officium similiter cum cura vel sine cura in altera predictarum ecclesiarum foret et ad dignitatem ipsam consuevisset quis per electionem assummi, dummodo dignitas ipsa maior post pontificalem in altera earundem ecclesiarum non extiterit, ad venerabilium fratrum nostrorum .. archiepiscopi Ulixbonensis et .. episcopi Elborensis et dilectorum filiorum capitulorum Ulixboneñ et Elboreñ ecclesiarum predictarum collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem communiter vel divisim pertinente, vacante vel vacantibus seu vacaturo aut vacaturis gratiose concessimus provideri, ut duo beneficia eccle-

---

(38) Arquivo da Univ. de Coimbra, Gav. 1, maço 1, docum. n. 8. Cf. EDUARDO NUNES, *Dom Frey Gomez Abade de Florença, 1420-1440*, I, Braga 1963, pp. 24-25. Agradecemos ao Prof. Doutor Artur Moreira de Sá ter-nos facultado este documento.

siastica seu alias incompatibilia, etiam si utrumque seu ipsorum alterum dignitas, personatus vel officium cum cura vel sine cura in metropolitana cathedrali vel collegiata ecclesia et dignitas ipsa in metropolitana vel cathedrali maior post pontificalem aut collegiata ecclesia huiusmodi principalis existat, et ad eam consueverit quis per electionem assummi, si tibi alias canonicè conferantur, vel assumaris ad illa, per quinquennium recipere et insimul retinere illaque simul vel successive ex causa permutationis vel alias quotiens tibi videbitur, dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia simile vel dissimile aut similia vel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica, duo tantum incompatibilia, insimul recipere et per dictum quinquennium retinere libere et licite valeas ... auctoritate predicta, tenore presentium, de speciali gratia dispensamus...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Julii, anno secundo (39).

Mesmo sem atendermos à idade de D. Fernando Martins, basta notar que D. Fernando de Portugal tinha sido doutorado em 1408 e o futuro bispo de Coimbra estudava direito no Estudo de Pádua ainda nessas datas de Maio de 1410 e de Julho de 1411. E é também para recordar que precisamente a 7 de Julho, 21 de Agosto e 8 de Outubro de 1410, bem como a 4 de Abril e 12 de Agosto de 1411 aparece nos documentos da Universidade de Pádua um D. Fernando de Portugal, estudante em direito canónico (40). E assim se mostra que o reitor D. Fernando de Portugal no ano de 1395 e de 1401 não pode ser identificado com D. Fernando Martins Coutinho, estudante de direito em 1411 no Estudo de Pádua, em cuja cidade ainda aparece no ano de 1414, simplesmente como perito em direito canónico.

- b) *D. Fernando Pires Guerra, bispo de Silves e do Porto, mais tarde arcebispo de Braga, apesar de estudante de direito canónico nos Estudos de Bolonha e de Pádua, não foi reitor do Colégio*

Sabemos ao certo que o arcebispo de Braga D. Fernando Guerra, que também foi bispo de Silves e do Porto, estudou direito em Bolonha

---

(39) AV, Reg. Lat. 157, fl. 154-154v.

(40) Cf. GASPAR ZONTA-JOHANNES BROTTTO, *Acta graduum academicorum Gymnasii Patavini ab anno MCCCCVI ad annum MCCCCL*, Patavii 1922, p. 23; n. 97, p. 27, n. 109, p. 33, n. 129, p. 42, n. 154, p. 54, n. 193.

e em Pádua. Di-lo ele mesmo em súplica, atendida a 17 de Abril de 1420 por Martinho V, o qual lhe concedeu a faculdade de visitar a diocese e província de Braga por outras pessoas, podendo receber as *procurações*, com o fim de providenciar às grandes dívidas contraídas por ocasião dos seus estudos em Bolonha e em Pádua:

Beatissime Pater. Exponitur S. V. pro parte humilis et devote creature vestre Fernandi archiepiscopi Bracharensis quod, cum ipse Bononie et Padue studeret, pro continuatione studii sui in locis prefatis necnon Romanam sequens Curiam, multa debita contraxit, quibus adhuc gravatur et propter que ad solutionem ratione sue promissionis (*No ms. promotionis, com sinal de erro*) de ecclesia Bracharensi, de qua eadem S. sibi providit, se fore reputat impotentem, nisi eidem eadem S. succurrat de remedio oportuno et nisi idem dominus archiepiscopus se ad dictam ecclesiam Bracharensem cum parva reducat familia et ibi per aliqua tempora resideat. Et cum, Pater Beatissime, tertia pars iurium seu reddituum ad ipsum dominum archiepiscopum ratione dicte ecclesie pertinentium quasi in procurationibus que sibi ratione visitationis debentur consistat, quam visitationem propter potentes et nobiles in diocesi Bracharensi et sua provintia commorantes dicto domino archiepiscopo ob defensionem libertatis iurium dicte sue ecclesie Bracharensis infestos nonnisi manu armata et cum maxima comitiva ac magnis sumptibus et expensis, quibus propter eius inopiam et premissa debita ut prefertur parcere vellet personaliter exercere non possit. Supplicat igitur S. V. devotus dominus archiepiscopus quatinus, pie premissis attentis, ut ecclesias, monasteria et alia beneficia seu loca ecclesiastica eorumque personas civitatis et diocesis ac provincie Bracharensi, in quibus sibi visitationis officium competit de consuetudine vel de iure, per aliquam seu alias aliquas personam seu personas, quam seu quas ad hoc duxerit deputandam seu deputandas, visitare possit, etiam priusquam ecclesiam Bracharensem eiusque capitulum aut suas proprias civitatem et diocesim in toto ut prefertur visitaverit vel pro presenti et procuraciones ratione visitationis huiusmodi sibi debitas ab eisdem ecclesiis, monasteriis et aliis locis ac personis taliter visitatis in peccunia numerata recipere moderat. sibi concedere dignemini, cum non obstaſt ac clausulis oportunis. — *Fiat in forma .O.*

Datum Florentie, decimo quinto Kalendas Maii, anno tertio (41).

O documento não diz expressamente se D. Fernando Guerra estudou primeiro em Bolonha e depois em Pádua ou viceversa ou mesmo se passava facilmente dum a outro Estudo. Os embaixadores de Portugal no Concílio de Constança, ao desculparem D. João I de não ter

---

(41) AV, Reg. Suppl. 141, fl. 35v-36. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugalie Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 358.

enviado mais cedo uma embaixada ao Concílio, referem que aí pelos fins de 1414 chegava a Bolonha um emissário régio para incumbir D. Fernando dessa missão, mas o nosso bispo já aí não estava (42). Em Bolonha, contudo, o vamos encontrar a 3 de Maio de 1413, estando presente ao acto de admissão no Colégio de S. Clemente de Gil Martins, clérigo de Sevilha, juntamente com os seus familiares Diogo Afonso e João Rodrigues, além do escolar do Colégio Gomes Pais e do capelão do mesmo André de Portugal (43). E aí estava quando foi transferido da sé de Silves à do Porto em Junho de 1414 (44), bem como no dia 16 de Agosto de 1414 a assistir, com D. João de Azambuja, cardeal-arcebispo de Lisboa, e outros cardeais, ao doutoramento em teologia do dominicano Frei Manuel Lourenço de Portugal:

Licentia fratris Hemanuelis in theologia data sibi auctoritate apostolica. In Christi nomine. Amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quartodecimo, indictione septima, die vigesimo sexto mensis julii, pontificatus domini nostri domini Johannis pape vigesimi tertii anno quinto. Universis et singulis presentis instrumenti publici seriem inspecturis pateat evidenter quod constitutus personaliter coram infrascriptis reverendis magistris in facultate sacre theologie, professoribus (*No ms.* professis) existentibus in monasterio fratrum predicatorum sancti Dominici de Bononia, religiosus vir frater Hemanuel Laurentii de Portugallia oriundus, ordinis fratrum predicatorum expresse professus, quorum magistrorum nomina sunt hec, videlicet magister Matheus ordinis carmelitarum, magister Bartholomeus et Christophorus ambo ordinis heremitarum sancti Augustini, magister Johannes de Cultellinis ordinis minorum, omnes de Bononia, magister Laurentius de Bergominis de Ast et magister Dominicus de Venetiis, ambo ordinis predicatorum, eisdem actualiter exhibuit et presentavit quasdam literas reverendissimi in Christo patris et domini domini Francisci miseracione divina sanctorum Cosme et Damiani sacrosancte Romane Ecclesie diaconi cardinalis Florentini vulgariter nuncupati, commissarii ad infrascripta per prefatum dominum nostrum papam, ut in ipsis literis continetur, specialiter deputati, non abolitas, non cancellatas neque in aliqua earum parte suspectas, sed omni prorsus vitio et suspicione carentes, scriptas in membrana et munitas sigillo dicti reverendissimi cardinalis pendente ad cordulam serici rubei, quas cum

---

(42) Cf. HEINRICH FINKE, *Acta Concilii Constantiensis*, II, Münster i. W. 1923, p. 301.

(43) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Liber I Admissorum*, fl. 24v-25.

(44) Bulas publicadas por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, docum. n. V, em *Itinerarium*, 4 (1958) 360-363.

omni debita reverentia receperunt. Quarum quidem *literarum tenor talis est, videlicet: «Franciscus, etc. [à margem esquerda: hic debet poni totus tenor literarum].* Post quarum quidem *literarum presentationem et receptionem idem frater Hemanuel, in suprascriptis literis nominatus, prefatos magistros supra in ipsis literis nominatos, debita cum instantia requisivit ut ad executionem predictarum literarum et contentorum in eis iuxta ipsarum seriem et tenorem procedere dignarentur. Qui magistri supranominati, visis dictis literis et earum tenore perlecto, se obtulerunt paratos predictis mandatis obedire, et volentes predictum mandatum ipsis in hac parte directum reverenter exsequi, ut tenentur, attendentes fecunditatem eiusdem facultatis, gravitatem morum aliaque dona virtutum, quibus personam dicti fratris Hemanuelis Altissimus illustravit, prius ipso fratre Hemanuele in privato examine super dicta facultate personaliter constituto et per suprascriptos reverendos doctores et magistros eiusdem facultatis rigore examinato et ab ipsis omnibus voto concordi in prefata facultate merito approbato, de unanimi consilio et assensu eorundem magistrorum prefatus religiosus vir magister Laurentius de Ast ordinis predicatorum dicte facultatis doctor et magister egregius auctoritate et mandato de quibus supra in dictis literis fit mentio, ipsi fratri Hemanueli tamquam digno et benemerito et hac promotione dignissimo ac humilime recipienti, de voluntate, presentia et consensu dictorum magistrorum legendi, predicandi, disputandi, declarandi et alia faciendi que veri magistri sacre pagine facere et exercere possunt et debent, cathedramque magistralem ascendendi illamque regendi in dicta facultate theologie et quoslibet alios actus in facultate ipsa publice exercendi Bononie et alibi ubique locorum ut eiusdem facultatis magister et doctor sic etiam quod ipse frater Hemanuel de cetero gaudere valeat privilegiis, libertatibus, immunitatibus ac gratiis fratribus ordinis Cantabrigie in eadem facultate promotis concessis et quibus gaudere consueverunt et possunt similiter magistrati in facultate predicta, plenam et liberam tenore presentium licentiam concessit et omnimodam facultatem. Prius tamen per ipsum fratrem Hemanuelem prestitis sacramentis que a similiter magistratis solita sunt prestari, mandans idem magister Laurentius, instante dicto fratre Hemanuele, mihi Philippo notario infrascripto ut de predictis publicum conficiam instrumentum, etc.*

Acta fuerunt predicta omnia Bononie, in monasterio predicatorum sancti *Dominici de Bononia, in capella inquisitoris, presentibus reverendissimo in Christo patre et domino domino Johanne tituli sancti Petri ad Vincula, sacrosancte Romane Ecclesie cardinali Ulixbonensi vulgariter nuncupato, domino Gondissalvo de Corduba rectore collegii domini Sabinensis, et fratre Johanne de Mediolano ordinis predicatorum et studente in sacra pagina, et quampluribus aliis tam clericis quam laycis in multitudine copiosa, in honorem dicti fratris Hemmanuelis congregatis, testibus ad hec vocatis adhibitis et rogatis.*

Aula Fratris Hemanuelis: In Christi nomine. Amen. Anno *nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quartodecimo, indictione septima, die sextodecimo mensis Augusti, pontificatus domini nostri domini Johannis pape vigesimi tertii anno quinto. Noverint universi presens instrumentum*

publicum inspecturi quod existentibus personaliter constitutis infrascriptis reverendis et religiosis viris magistris facultatis sacre theologie in ecclesia cathedrali Bononie, quorum nomina sunt hec videlicet magister Christoforus de Bononia ordinis heremitarum decanus, magister Stephanus de Burgo ordinis servorum generalis, magister Bartolomeus de Bononia ordinis heremitarum, magister Guillelmus de Alexandria ordinis servorum, magister Nicolaus de Aretio ordinis servorum, magister Laurentius de Bergominis de Ast ordinis predicatorum, magister Johannes de Bononia ordinis minorum, magister Nicolaus de Perusio ordinis servorum, magister Gabriel de Bononia ordinis heremitarum, magister Dominicus de Florentia ordinis predicatorum, magister Nicolaus de Sicilia ordinis carmelitarum et magister Gondissalvus de Corduba secularis, religiosus vir frater Hemanuel Laurentii de Portugallia, ordinis predicatorum expresse professus, a quibusdam magistris facultatis sacre theologie nominatis in instrumento publico licentie dicti fratris Hemanuelis, rogato die vigesimo sexto mensis Julii proxime preteriti, manu mei Philippi de Formaglinis notarii publici infrascripti examinatus et approbatus ac de voluntate ipsorum magistrorum in dicto instrumento licentie nominatorum ab ipso magistro Laurentio de Ast ordinis predicatorum licentiatum, premissisque ut moris est in dicta facultate theologie per ipsum fratrem Hemanuelem vesperis ipse frater Hemanuel Bononie in dicta ecclesia cathedrali a dicto magistro Laurentio ex auctoritate supra sibi in ipsis literis concessa, in presentia omnium suprascriptorum magistrorum magistrale biretum seu doctorale diadema recepit in dicta facultate theologie. Et subsequenter idem frater Hemanuel sollemniter in facultate premissa legere incepit ac in eadem aulatus fuit, servatis in hiis sollemnitatibus usitatis, presentibus doctoribus et magistris suprascriptis, mandans mihi Philippo notario infrascripto quod de predictis publicum conficiam instrumentum, etc.

Acta fuerunt predicta omnia Bononie in ecclesia cathedrali Bononiensi, presentibus reverendissimis in Christo patribus et dominis dominis Johanne Ulixbonensi, Branda Placentino, Francisco Florentino et Petro sancti Angeli, omnibus sancte Romane Ecclesie cardinalibus, reverendis patribus domino Fernando episcopo Portugallensi, domino Johanne episcopo Bononiensi, magistro Ludovico de Imola, artium et medicine doctore, et magistro Stephano de Faventia, artium doctore, testibus omnibus et aliis quampluribus tam clericis quam laicis in honorem dicti doctoris novelli congregatis in multitudine copiosa ad premissa vocatis, adhibitis et rogatis. Note et rogationes mei Philippi quondam Stephani de Formaglinis notarii Bononiensis (45).

---

(45) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 4, n. 30. Publicado por CELESTINO PIANA, OFM, *Ricerche su le Università di Bologna e di Parma nel secolo XV (Specilegium Bonaventurianum, I)*, Quaracchi, Florentiae 1963, pp. 209-303. Seguiamos outro sistema de transcrição.

No ano seguinte de 1415, aos 12 dias de Junho, antes de partir para a conquista de Ceuta, el-rei D. João I confiou-lhe o governo e defesa das terras da Comarca de Entre Douro e Minho:

Dom Joham pella graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve. A todollos meyrinhos moores e corregedores e juizes e justiças e officiaes dellas e aos que seos logos tiverem, que ora sodes na comarca dantre Doiro e Minho ou adeante por os tempos forem e a outros quaesquer a que esto perteeçer per qualquer guisa que seja, e a todollos conçelhos e vereadores e procuradores e homeens boõs e pobradores de todallas çidades e villas e castellos e terras chaãs da dicta comarca, a que esta nossa carta ou o trallado della en publica forma for mostrada, saude.

Sabede que nos consirando en como por nossa partida conpre de sse poer boo regimento en essa terra, acordamos por nosso serviço e guarda e defenssom e boo regimento da dicta comarca de darnos encarrego do regimento e governança della a dom Fernando bispo do Porto nosso sobrinho, ao quall mandamos e encomendamos que ponha boo regimento e governança en essas çidades e villas e logares e gentes e pobradores delles por sua guarda e defenssom e que esso medes mande vellar e roldar os castellos da dicta comarca e correger e guarneçer dalgũas cousas que lhiis compridouras e neçessarias forem pera sua guarda e defemssom asy aos castellos da frontaria como aos outros, se viir que lhiis he compridoiro e mester fazer, asy como faria se fosse fronteiro moor en essa comarca e por quando ao dicto bispo comprir dentrar en cada hũu castello pera bem poder veer e saber as cousas que lhe som neçessarias pera sua defenssom e por veer seus brestimentos e almazem, as quaes cousas ell tam bem nom podera saber por lho outrem dizer como fara quando as per sy viir as dictas cousas e pera lhe ell melhor poder ordenar e fazer aver aquello que lhe neçessario for pera sua defenssom e requirement. E outrosy por que se acontece muitas vezes que algũus malfeitores se acolhem aos dictos castellos e os nom podem aver aa mão nem fazer delles direito per este aazo e elles som ousados a fazer muito mall e por estas cousas ou cada hũa dellas ou por outra qualquer, mandamos a todollos alcaides dos castellos e fortezas dessa comarca que nos teem fecto preito e menagem ou a qualquer que seus logares tiverem que o reçebam nos dictos castellos e fortezas ell soo ou tall guisa acompanhado que os dictos alcaides fiquem apoderados dos dictos castellos e fortezas, posto que ell dentro seja. E outrosy por quanto por cada hũa das dictas cousas ou algũas dellas que lhe asy mandamos fazer e doutras que se lhe recreçeram por este aazo de ordenar como sse façam por nosso serviço e guarda e defenssom da dicta comarca como lhe sejam compridoiras gentes darmas e beesteiros e homeẽs de pee e outros homeẽs pera vellar e roldar e pera mandar por enculcas e scuítas e pera fazerem outras muitas cousas que pera o que dicto he lhe forem neçessarias e conpridoiras. Porem mandamos a vos conçelhos e a todollos offiçiaaes e moradores e pobradores da dicta comarca que cada vez que per ell aaquelles logares que vos ell da nossa parte requerer e mandar por nosso serviço e bem da dicta comarca e



quando o asy fezerdes faredes o que devedes e cousa que vos terremos em serviço e quando nom per esta carta damos a ell poder que vollo possa stranhar e stranhe nos beës e nos corpos segundo entender que compre a nosso serviço. E outrosy mandamos e damos poder ao dicto bispo que aja conhecimento de quaesquer duvidas e agravos que se recreçerem destas cousas ou de cada hũa dellas de que lhe asy damos encarrego per quallquer guisa que seja e que as desenbargue e de dellas livramento como lhe parecer que se com razom e directo e por bem e guarda dessa comarca devem de fazer. E se taees forem que algũs delle queiram agravar que ell lhiis de a ello logar e lhiis assine dia que vaam com o dicto agravo ao Jfante dom Joham meu filho e a seu conselheiro. E per esta carta mandamos e defendemos que nenhũu de vos outros nossas justiças nom tomedes conhiçimento nem desenbarguedes taees agravos, posto que se as partes a vos venham com elles e os leixedes livrar e desenbargar ao dicto bispo como dicto he. Outrosy mandamos a Diego Gomez dAbreu e a quallquer outro que poderes de nos tenham en gerall ou en speçiall en as sobredictas cidades e villas e logares e comarca que façam o que lhiis per o sobredicto bispo for ordenado sen duvida nenhũa que sobre ello ponham. Unde hũus e os outros all non façades. E por que esto creades siinamos esta carta per nossa mão e mandamos seellar do nosso seello grande redondo. Dante en Secavem, xii dias de Junho. El Rey a mandou. Joham de Lixboa a fez. Era de mill e iiii.<sup>o</sup> e cinquenta tres annos — Non seja duvida no Respançado da primera rega huu diz moores e officaes dellas e aos que seos logos tenerem que ora sodes na comarca dantre e na outra linha huu diz encomendamos, que eu scrivam o respacey e antrelinhey. El Rey (46).

Já nos primeiros meses de 1416, pelo menõs, aparece, sendo bispo do Porto, em «Stremoz, xxii dias de fevereiro» nas chancelarias de D. João I como «dom Fernando bispo do Porto, seu sobrinho e do seu conselho e chancellor moor» (47).

A 11 de Junho de 1416 o mesmo rei de Portugal, que aparece já com o título de Senhor de Ceûta, encarregou-o a ele, bispo do Porto e seu sobrinho, da «guarda e custodia e defenson» da igreja e arcebispado de Braga:

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a quantos esta carta virem fazemos saber que Nos consyrando que quando algũas dignidades, arçebispados e bispados dos nosos regnos som vagos aos reis nosos antecesores e a Nos perteçe das ditas dignidades aver a guarda, custodia e defenson por nom padeçerem detrimento nem viollência

---

(46) ADB (*Arquivo Distrital de Braga*), *Colecção Cronológica*, Caixa 21.

(47) ANTT (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*), *Chancelaria de D. João I*, liv. III, fl. 178v-180.

ou opresom algũa ataa que lhes seia proveudo de pralado e por quanto a egreja de Bragaa primas vagou e a provisom della se poderia delongar per algũu tempo per mingua de nom aver pastor na Egreia de Deus que della por ora aja de proveer e por que outrosy a dicta egreja e arçebispado sta em Comarca açerca destremo e outrosy antre muytos fidalgos grandes, per os quaes ja en algũus tenpos em semelhaven caso a dicta egreja reçebeo grandes dapnos e agora eso meesmo poderia ligeiramente reçeber e padeçer, nom teendo algũu em espeçial guarda, custodia ou defensom della. Porem Nos pollo carrego que della teemos e a Nos perteeçe, confiando da bondade e defensom de dom Fernando bispo do Porto noso sobrinho que el he tal que podera e sabera bem aver a guarda e custodia e defensom dello a serviço de Deus e prool da dicta egreja como conpre, quanto em Nos he cometemos a guarda e custodia e defensom da dicta egreja e arçebispado que el em noso nome posa proçeder e punir segundo que a tal guarda e defensom pertêçe. E em testemunho desto mandamos seer facta esta carta assignada per nosa maão e aseellada de noso seello pendiente, dada na nosa villa de Santarem, xi diias de Junho. El Rey o mandou. Vaasco Roiz a fez. Era de mil iiii.º liiiiº anos. El Rey (48).

Logo a seguir, a 4 de Julho de 1416, reunia-se o cabido de Braga, o qual postulara D. Fernando arcebispo de Braga, para ouvir ler declaração escrita do deão Álvaro Martins, bacharel em leis, sobre a legitimidade do acto de D. Fernando em aceitar a administração da igreja de Braga nas circunstâncias do momento crítico da Igreja sem papa, tanto mais que o cabido cometia ao bispo do Porto a administração «pela guisa que ao dito Cabido aa se vagante perteeçe de directo» e el-rei lhe confiava a guarda e defesa da mesma igreja de Braga:

In nomine Domini. Amen. Sabham quantos este stromento virem que na era de mil e quatrocentos e cenquenta e quatro anos, Sabhado, quatro dias do mes de Julho, na cidade de Bragaa no Cabidoo novo da see desa meesma, seendo hi presente em Cabidoo [o] honrrado padre e senhor dom Fernando per merçee de Deus e da Sancta Egreia de Roma bispo do Porto, postullado em arçebispo aa egreja de Bragaa, e seendo hy presentes os honrrados baroes Vaasco Dominguez chantre, Pero Viçente mestrescolla, Affom Anes, arce-diagoo de Barroso e Affom Gonçalvez, arce-diagoo de Nevha e Rodrigue Anes, arce-diagoo de Vermui, Gomez Fernandez, Bartholameu Fern., Meen dAffom, Luis Anes, P.º Lourenço e Alvaro Perez, Joham Garcia, Martim Dom., Diego Lopez, Alvaro Lopez, Joham Dom., Antom Ramos, Sancho Perez, Joham Affom, Gil Vaasquez, Andre Gonçalvez, todos coonigos prebendados na dicta, e perante mim Pero Lourenço, coonigo de Bragaa e tabaliam geeral

---

(48) ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 21.

por nosso senhor el Rey no seu senhorio e as testemunhas que adeante som scriptas, Alvaro Martinz bacharel em leis, criado do bispo dom Fernando, que presente siia, coome seu procurador, per mim dicto notayro leer e publicar fez nas pessoas dos sobredictos senhor bispo e dignidades e coonigos hũa cedulla scripta em papel, da qual o theor tal he: Notayro, dhũa protestaçom que eu Alvaro Martinz, bacharel em leis, criado do bispo dom Fernando, entendo de fazer come seu procurador e em seu nome e per mandado, em sua presença, por garda de todo seu directo, vos me daredes dello hũu stromento e mays se me comprirem. Assy he que seendo a egreja de Bragaa vaga como he de presente per morte de dom Martinho, prostumeyro pastor que foy della, consiirando o Cabiddo da dicta egreja de Bragaa o serviço de Deus e prol e honrra della, o dicto bispo dom Fernando foy e he per todos elles em Cabidoo e em concordia postullado aa dicta egreja, a qual postullaçom per elles ffecta e per o dicto bispo acceptada, consiirando o dicto Cabiddo em como a dicta egreja e arçebispado de Bragaa stam em comarqua de muitos e grandes fidalgos, per os quaes ia nos tempos passados em semelhavel caso a dicta egreja padeçeo e recebeo grandes dampnos e detrimento, assy no spiritual como no temporal, e esso meesmo agora podera lezeyramente receber e padecer, assy como ja sentirom em muitas cousas delongandosse a provisom da dicta egreja per aazo de pastor universal e apostolico que por ora non he na Egreja de Deus, que da dicta egreja de Bragaa possa e deva de proveer e non avendo em tanto algũu senhor em espeçial garda e custodia e defensom, governança e aministraçom della, consiirando outrosi a grande necessidade da dicta e o proveito e honrra della e esso meesmo consiirando o directo e razom delle como quer que fale de electo e nom de postullado e demays visto o costume antigo destes regnos, per o qual o ellecto em concordia em taaes dignidades pode licitamente ante da confirmaçom governar e aministrar, per o qual directo e razom del e per o dicto costume se mostra que na dicta egreja de Bragaa foy hũu enlecto em concordia, o qual rogado e afficado e quasi constrangudo per o dicto Cabiddo por as razoes sobredictas ouve a aministraçom e aministrou conpridamente, vista a grande necessidade e prol e honrra da dicta egreja e outrosi a grande distancia da Corte de Roma, o qual despois foy confirmado, visto o directo e a razom del e visto o dicto costume e as razoes sobredictas, segundo sse todo esto mostra mays conpridamente em hũu conselho de Frederico de Senis scripto e terminado por parte do dicto emlecto de Bragaa. Porem consiirando o dicto Cabidoo todallas cousas sobredictas e vista a grande necessidade da dicta egreja e prol e honrra della, entendendo elles non seer sufficientes a defender nem poder defender nem outrosi governar nem aministrar a dicta egreja no spiritual e temporal, asy conpridamente e seguramente como he conpridoyro e necessario, confiando muito da prudencia, nobreza e grandeza do bispo dom Fernando sobrinho de nosso senhor el Rey, postullado em concordya aa dicta egreja, que he tal e tam grande e tam prudente que sabera e podera per qualquer maneyra que seia bem aver e teer a garda, custodia e defensom da dicta egreja e outrosi a governança e aministraçom della, assy no spiritual como no temporal, bem e conpridamente como he necessario

e compridoyro e firmamente entendendo que per outrem por ora non pode melhor seer defesa, governada e aministrada que per o dicto bispo dom Fernando, postulado em concordia aa dicta eigreia, todos e cada hũu delles, avendo per muitas vezes deliberaçom e diligente trautado antre sy, rogarom mui muito e rogam e aficaron e aficam e requiriram e requerem quanto mays podem da parte de Deus por bem e honrra da dicta eigreia a dicto bispo dom Fernando que lhe plaza em toda a guisa tomar e aver a aministraçom e governança da eigreia e arçebispado de Bragaa no spiritual e temporal, assy como de directo elle devia e poderia aministrar, seendo em concordya electo segundo o privilegio outorgado aos Çitramontanos que per grande distancia se delongam de Corte de Roma por aygaldança da razom, a qual induz esse meesmo directo em elle, seendo elle em tanta concordya e unanimidade postulado, moormente segundo sse tanta necessidade em que a dicta eigreia he por as cousas susodictas, a qual devera scusar, posto que em outro caso devesse aver pena e non devendo ou podendo elle em algũa guisa per si e de directo e comũu reger e aministrar, assy como dicto he, que elles sobredictos chantre e Cabidoo cometyam, pomham e traspassavam em elle todo regimento, aministraçom e directo que a elle sobredicto Cabidoo aa se vagante perteeçe ou perteeceer pode de directo, de custume ou de boa ordenança e melhor e mays compridamente se a melhor poder aver, assy que elle possa supplir hũu poderio per o outro e qualquer cousa que faça que valha em aquelle modo e forma que de directo melhor e mays compridamente possa e deva valer, dizendo que esto faziam por que eram çertos que o dicto senhor bispo non se movera ao regimento e aministraçom por cubiça e deseio de se a senhorar, consirada sua nobreza e stado, mays soamente por serviço de Deus e honrra e defensom da dicta eigreia, a qual aministraçom o dicto Cabidoo lhe comete asy e pella guisa que ao dicto Cabido aa se vagante perteece de directo e melhor e mays conpridamente se a melhor poder aver. O qual bispo dom Fernando, veendosse per o dicto Cabidoo muito aficado e rogado e quasi costrangido por as cousas sobredictas e visto outrosi em como el Rey seu senhor e seu tyo lhe manda e comete per sua carta em toda guisa que tome em seu nome por bem da dicta egreia a guarda, custodia e defensom della, confiando o dicto dom Fernando da misericordia de Deus que lhe dara graça pera saber e poder deffender, governar e aministrar a dicta eigreia e arçebispado de Bragaa, assy como perteeçe a serviço de Deus e prol e honrra da dicta eigreia e Cabidoo della, com aquella humildade e reverentia que deve, toma e recebe em sy de maão do dicto Cabidoo a dicta governança e aministraçom da dicta eigreia e arçebispado; e esto faz com protestaçom expressamente a lhe nom seer por ora nem daqui en deante nenhũu perjuizo nem contrayro algũu per nenhũa guisa que seja quanto perteeçe aa postulaçom del ffecta em concordia na dicta eigreia de Bragaa, nem outro qualquer directo ou razom que ello aia ou lhe perteeça per qualquer guisa. Eu dicto Alvaro Martinz, como procurador do dicto bispo dom Fernando e em seu nome faço a sobredicta protestaçom per a guisa que em ella he dicto e contheudo e peço a vos notayro de todas estas cousas hũu stromento e mays se comprirem per guarda de todo directo do dicto bispo dom Fernando.

A qual cedulla assy leuda e publicada no dicto Cabidoo como susu dicto e declarado he na pessoa do dicto senhor bispo do Porto e dignidades e coonigos, os dictos dignidades e coonigos ouverom e ham por firmo e rato e grato todallas cousas suso declaradas e contheudas na dicta cedulla. E o dicto senhor bispo dom Fernando similiter ouve e ha por rato, grato, firmo e tomada em sy a dicta governança e aministraçom assy a el dada per o dicto Cabidoo como dicto he. E desto o dicto Alvaro Martinz procurador nomine quo supra pedio a mim dicto not. huũ, dous e muitos stormentos. E o dicto Cabidoo outro tal, sellado com o sello do dicto Cabidoo. Testimohas que forom presentes: Gonçallo Affom e Gonçalo Perez, Fernam Perez, Martim Lourenço, terçanayros na dicta eigreia de Bragaa, e Martim Vaasquez, scprivam do dicto senhor bispo.

Et ego Petrus Laurentii, canonicus Bracharensis, publicus apostolica et regia auctoritatibus notarius qui ad omnia et singula suprascripta una cum prenominitis testibus presens fui eaque omnia et singula sic fieri vidi et audivi, in notam recepi, ideoque hoc presens publicum instrumentum manu mea propria scriptum et subscriptum scripsi signoque et nomine meis solitis et consuetis signavi, rogatus et requisitus, in fidem et testimonium omnium et singulorum premissorum.

E por que a mim dicto not. publico perteeçe de fazer aqui mençom das antrelinhas susu scriptas aaquem das trinta e duas regas a principio computando hu diz se a melhor poder aver assy que elle possa supplir huũ poderio per o outro e qualquer cousa que faça que valha em aquelle modo e forma que de directo melhor e mays compridamente e hu diz [...] prope pene ultimam lineam [...] Seellados com o sello do dicto Cabidoo e hu diz aaquem das tres regas a principio computando Joham Gartia que eu dicto not. as screpvi co minha maaõ propria per fazer verdade ideoque ea hic approbo [*Seguem as assinaturas*]: Cantor Bracharensis, canonicus, scolasticus, Alfonsus archidiaconus de Barroso, Gometius Bracharensis canonicus, Didacus Johannis archidiaconus, Fernandus Gunsalvi canonicus, Sancius Petri, Anthonius Ramos canonicus, Ludovicus, Bartholomeus Bracharensis canonicus, Alvarus Lopo, Didacus canonicus Bracharensis, Alfonsus archidiaconus, Deoogo Mendo, Johannes Dominici, Andreas Bracharensis canonicus, Johannes, Alvarus Petri canonicus Bracarensis, Afonso Anes, Alvarus canonicus Bracharensis (49).

Tudo isto vem provar que nos fins de 1414 já D. Fernando Guerra tinha terminado os estudos em Bolonha e Pádua. Mas tê-los-ia completado antes de ascender à dignidade episcopal, em 1409? Veremos que não, porque, depois da nomeação episcopal, continua a parecer como estudante de direito em Bolonha e em Pádua. E basta isso para não podermos identificar o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico em 1408, com o nosso bispo.

---

(49) ADB, *Colecção Cronológica*, Caixa 21.

A promoção de D. Fernando Guerra, em 2 de Julho de 1409 (50), a bispo de Silves deve-se a Alexandre V que, a 12 de Agosto do mesmo ano de 1409, lhe concedeu os bens do predecessor D. Martinho:

«Alexander, etc. Dilecto filio Fernando electo Silvensi. Salutem, etc. Grata devotionis studia, quibus sedem apostolicam revereris et multiplicia tuarum virtutum exposcunt ut te illa gratia prosequamur quam tuis commoditatibus fore credimus oportunam. Cum itaque nuper ecclesie Silvensi tunc per obitum bone memorie Martini, eiusdem ecclesie pastoris extra Romanam Curiam defuncti, vacanti de persona tua nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, de eorundem fratrum consilio auctoritate apostolica duxerimus providendum, Nos ad ea que ad tue commoditatis augmentum cedere valeant salubriter intendentes, omnia spolia atque bona que dicti Martini, dum in humanis agebat, extiterunt, in quibuscumque rebus et in quocumque loco consistent, tibi per te in proprios usus convertenda de liberalitate apostolica tenore presentium concedimus et donamus. Nulli ergo etc. nostre concessionis et donationis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Pisis, secundo Idus Augusti, anno primo.

Simili modo venerabili fratri episcopo Ovetensi et dilectis filiis decano ac scolastico ecclesie Elborensis. Salutem, etc. Grata devotionis studia ... Datum ut supra» (51).

Mais tarde, as autoridades de Bolonha, por meio de seus embaixadores, enviados a Ferrara, renovavam a Martinho V, então de volta do Concílio de Constança, pedido feito anteriormente dum rescrito para obrigar D. Fernando da Guerra, sobrinho de el-rei de Portugal

---

(50) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica*, I, p. 452. Obl. et Sol. 56, fl. 49v: «Pisis. Anno Domini, pontificatu, indictione, loco et presentibus quibus supra [anno 1409] die nona mensis Augusti. Reverendus in Christo pater dominus Fernandus, Dei gratia electus Silvensis in Portugalia, personaliter promisit camere et collegio pro suo communi servitio quadringentos flor. auri de camera et quinque servitia consueta, solvendo dictis camere et collegio totum suum commune cum quinque minutis servitiis infra sex menses a dat. presentium obligation. computandos. Alioquin, etc. Juravit, etc. Item recognovit collegio tum pro residuo communis servitii domini Martini pre. antepredecessoris sui duos flor. auri de camera, sol. sex, den. quinque et obl. monete Romane, et pro residuo unius minuti servitii dicti domini Martini tres similes fl., sol. tres et den. quatuor dicte monete. Item recognovit collegio pro communi servitio domini Johannis alterius predecessoris sui septuaginta octo similes flor. et pro residuo unius minuti servitii duodecim similes flor., sol. duodecim et den. octo dicte monete. Solvendo huiusmodi recognita infra annum a fine supradictorum sex mensium computandum».

(51) AV, Reg. Lat. 136, fl. 162-162v.

e ex-aluno da Universidade, a saldar dívida de dez mil libras a certos credores da cidade, sob pena de sequestro da bula de recente nomeação, ou seja do arcebispado de Braga. Aos interessados bastava que o papa mandasse escrever a D. Fernando, de forma a este pagar realmente essa dívida contraída como estudante da Universidade, sendo então bispo de Silves. Martinho V mandou providenciar e escrever ao nosso bispo, recentemente promovido à sé primacial de Braga:

Comissio gratiarum petendarum a Sanctissimo in Christo patre et domino domino nostro domino Martino divina providentia papa quinto pro parte magnificorum dominorum Antianorum et decem conservatorum libertatis et aliorum regiminum civitatis Bononie per suprascriptos oratores, que gratie alias petite fuerunt a prefato domino nostro per alios ambaxiatores tam Constantiam quam Gebene destinatos...

Item impetretur a prefato Sanctissimo domino nostro unum rescriptum in personam reverendissimi domini cardinalis de Ursinis, in favorem nonnullorum civium civitatis Bononi, creditorum domini Fernandi, nepotis regis Portugallie, olim studentis in civitate Boñ et tunc episcopi Silvensis, in quantitate decem millium librarum Boñ vel circa, cum provisione quod litere nove promotionis facte de dicto domino Fernando sequestrentur, vel quod scribatur eidem quod dictum debitum solvere debeat cum effectu...

Item scribatur et provideatur pro facto domini Fernandi et domini Lupi.  
*Fiet* (52).

Esta queixa sobre as dívidas de D. Fernando, contraídas quando estudante em Bolonha e já promovido a bispo de Silves, está a demonstrar que ele continuou os estudos de direito na Universidade de Bolonha como bispo, antes de passar ao Estudo de Pádua, onde estudava direito

---

(52) ASB, Magistrati, Ambascerie..., I, n. 29 (1417-20), pp. 47, 54, 64. A notícia é dada por G. ZAOLI, *Lo Studio Bolognese e Papa Martino V*, em *Studi e Memorie per la Storia dell'Università di Bologna*, vol. III, Bologna 1912, p. 121, nota 3. O autor do artigo identifica o papa com Martinho V e o Concílio com o de Constança: «Un'altra grazia chiesta a Martino V in Costanza, la meno interessante ma la più singolare che riguarda lo Studio molto lontanamente, fu quella in favore di alcuni cittadini bolognesi, creditori per la somma di dieci mila lire di un ex alunno dell'Università, Fernando nipote del re di Portogallo. I bolognesi avevan saputo che il debitore illustre per nascita era stato promosso a Vescovo Silvense, perciò chiedevano il sequestro della lettera di promozione o almeno l'ingiunzione solenne di soddisfare in effetto il debito; «si provvederà» fu la risposta, e non si sa altro». Como o leitor terá notado, Zaoli confunde certos dados históricos e interpretou mal uma ou outra passagem do documento transcrito.

canónico em Dezembro de 1411. E na verdade existe no Arquivo de Estado de Bolonha o acto de execução, a 9 de Março de 1408, das letras apostólicas de Gregório XII que, a pedido de el-rei D. João I de Portugal, concedeu ao sobrinho D. Fernando, então com 20 anos de idade e estudante de direito civil na Universidade de Bolonha, o mestre-escolado de Lisboa, por letras de 9 de Fevereiro de 1408. O executor Fernando Gonçalves Beliágua, chantre e cónego de Coimbra, impedido por motivo de estudo e outras razões de o fazer em Portugal, pois encontrava-se em Bolonha, cumpriu as ordens pontifícias, valorizando a sua decisão com um acto público ou processo, ao qual estiveram presentes outros estudantes portugueses de direito civil em Bolonha: João Álvares, deão de Viseu, futuro bispo de Silves, João Gonçalves, Afonso Rodrigues, futuro arcebispo de Lisboa e professor na Universidade de Lisboa, e Brásio Afonso, estudante de direito canónico na mesma Universidade de Bolonha, reitor da igreja de S. Salvador de Lousada da diocese de Braga:

*Processus domini Fernandi, nepotis domini regis Portugallie.*

*Reverendissimo in Christo patri domino .. archiepiscopo ac venerabilibus viris dominis .. capitulo et singulis .. canonicis ac personis ecclesie Ulixbonensis et in eadem ecclesia dignitates, personatus, administrationes et officia quecumque obtinentibus, illi vel illis ad quem vel ad quos vestre scolastrie collatio, provisio seu quevis alia dispositio pertinet communiter vel divisim, cuiusvis dignitatis, gradus, ordinis vel conditionis existant, omnibusque aliis et singulis, quorum interest vel intererit et quos infrascriptum tangit negotium vel tangere poterit quomodolibet in futurum, Fernandus Gunsalvi Beliagua, cantor et canonicus Colimbriensis, executor unicus ad infrascripta per sanctissimum in Christo patrem et dominum nostrum dominum Gregorium papam duodecimum specialiter deputatus, salutem in Domino et mandatis nostris, imo verius apostolicis, firmiter obedire.*

*Noveritis quod in nostri presentia personaliter constitutus, vir magnificus et illustris dominus Fernandus de Guerra, canonicus prefate ecclesie Ulixbonensis, serenissimi principis et illustrissimi domini domini Johannis regis Portugallie et Algarbii nepos, quasdam nobis actualiter exhibuit et presentavit litteras eiusdem domini nostri pape scriptas in membrana ac bulla plumbea papali ad cordulam canapis more Romane Curie pendenti munitas, non abollitas, non cancellatas nec in aliqua earum parte vitiatas vel suspectas, quinimo omni prorsus vitio et suspicione carentes, quas cum ea qua decuit reverentia recepimus, tenorem in se qui sequitur continentes videlicet:*

*Gregorius episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Fernando Gunsalvi Beliagua, canonico Colimbriensi, salutem et apostolicam benedictionem.*



Dignum arbitramur et congruum ut illis se reddat sedes apostolica gratiosam, quibus ad id propria virtutum merita laudabiliter suffragantur. Cum itaque, sicut accepimus, scholastica ecclesie Ulixbonensis quam quondam Ludovicus Pilot, ipsius ecclesie scholasticus, dum viveret, obtinebat, per ipsius Ludovici obitum qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverit et vacet ad presens, Nos volentes dilectum filium Fernandum de Guerra, canonicum dicte ecclesie qui, ut asseritur, scholaris in iure civili et in vigesimo etatis anno constitutus existit et cum quo dudum ut non obstante defectu natalium quem patitur de soluto genitus et soluta, ad omnes etiam sacros ordines promoveri et tria beneficia ecclesiastica, etiam si canonicatus et prebende in metropolitana vel cathedrali ecclesiis et aliquod ipsorum curatum aut dignitas vel personatus seu officium cum cura vel sine cura et dignitas ipsa in metropolitana vel cathedrali maior post pontificalem aut in collegiata ecclesia principalis forent seu foret ac ad dignitatem huiusmodi consuevisset quis per electionem assumi, si sibi alias canonicè conferrentur aut ipse ad dignitatem huiusmodi assumeretur, recipere et retinere libere et licite valeret apostolica fuit auctoritate dispensatum et qui huiusmodi dispensationis vigore ad omnes minores ordines rite extitit promotus, apud nos de vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris, pro ipso Fernando dilecto nepote suo nobis super hoc humiliter supplicantis, favore prosequi gratioso ipsumque in eadem ecclesia amplius honorare, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si per diligentem examinationem dictum Fernandum bene legere, bene construere et bene cantare et congrue loqui latinis verbis et alias ydoneum ad dictam scholasticam obtinendum esse reppereris vel etiam si dictus Fernandus non bene cantaret, dummodo in tuis manibus iuret ad sancta Dei evangelia quod infra annum a tempore examinationis huiusmodi computandum bene cantare adiscet, super quibus tuam conscientiam oneramus, eandem scholasticam que dignitas, non tamen maior post pontificalem in eadem ecclesia existit, cuius fructus, redditus et proventus octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem ut asseritur, non excedunt, si ut premittitur vacat, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio iuxta Statuta concilii ad sedem ipsam legitime devoluta aut ipsa scholastica dispositioni apostolicè specialiter reservata et curata existat, et ad eam consueverit quis per electionem assumi et super ea inter aliquos lis pendeat indecisa dictusque Ludovicus sedis prefate officialis aut eiusdem seu alicuius ex venerabilibus fratribus nostris sancte Romane ecclesie cardinalibus familiaris aut fructuum et proventuum camere apostolicè debitorum collector vel succollector fuerit, dummodo tempore date presentium non sit in ea alicui specialiter ius questum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Fernando auctoritate nostra conferre et assignare procures, inducens per te vel alium seu alios eundem Fernandum vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem scholasticè iuriumque et pertinentiarum predictorum et defendens inductum, amoto exinde quolibet illicito detentore, ac faciens eundem Fernandum

vel dictum procuratorem pro eo ad huiusmodi scolastriam ut est moris admitti sibi que de ipsius scolastrie fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus tam felicitis recordationis Bonifatii pape viii predecessoris nostri quam aliis quibuscumque constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus dicte ecclesie contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, aut si aliqui super provisionibus sibi faciendis de dignitatibus, personatibus vel officiis dicte ecclesie speciales vel alias beneficiis ecclesiasticis in illis partibus generales dicte sedis vel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reservationem et decretum vel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus dictum Fernandum in assecutione dicte scolastrie volumus anteferri, sed nullum per hoc eis quoad assecutionem dignitatum, personatum vel officiorum aut beneficiorum aliorum preiudicium generari, seu si venerabili fratri nostro .. archiepiscopo et dilectis filiis capitulo Ulixbonensi vel quibusvis aliis communiter vel divisim a dicta sit sede indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint quodque [de] dignitatibus, personatibus vel officiis dicte ecclesie aut aliis beneficiis ecclesiasticis, ad eorum collationem, provisionem, presentationem, electionem seu quamvis aliam dispositionem coniunctim vel separatim spectantibus, nulli valeat provideri per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertum effectus earum impediti valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis, aut si prefatus Fernandus presens non fuerit ad prestandum de observandis statutis et consuetudinibus ipsius ecclesie ratione dicte scolastrie solitum iuramentum, dummodo in absentia sua per procuratorem ydoneum et cum ad ecclesiam ipsam accesserit corporaliter illud prestat, seu quod dictus Fernandus, ut asseritur, canonicatum et prebendam ecclesie predicte, quorum fructus, redditus et proventus septuaginta librarum dicte monete secundum predictam estimationem valorem annum non excedunt, noscitur obtinere, quodque patitur in etate defectum, cum, ut prefertur, in vicesimo huiusmodi etatis anno constitutus existat. Nos enim cum eodem Fernando ut dictam scolastriam, si ei presentium vigore conferri contingerit, recipere et retinere libere et licite valeat, huiusmodi etatis defectu ac generalis concilii et quibuscumque aliis constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus predictis contrariis nequaquam obstantibus, auctoritate predicta de specialis dono gratie tenore presentium dispensamus. Proviso quod scolastia huiusmodi debitis non fraudetur obsequiis et animarum cura in ipsa, si ei imminet, nullatenus negligatur. Nos insuper, si dictus Fernandus ad hoc repertus fuerit ydoneus, ut prefertur, ex nunc perinde irritum decernimus et inane, si secus super his a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attentari ac si die dat. presentium eidem Fernando ad hoc

reperito ydoneo de dicta scolastia cum interpositione decreti provideri mandavissenus.

Datum Luce, v Idus Februarii, pontificatus nostri anno secundo.

Post quarum litterarum presentationem, receptionem et publicationem per dominum Fernandum principalem in ipsis litteris nominatum, fuimus cum instantia requisiti ut ad executionem dicte gratie et litterarum apostolicarum procedere dignaremur iuxta ipsarum continentiam et tenorem. Nos igitur Fernandus, executor antedictus, volentes tamquam obediens filius huiusmodi mandatum apostolicum nobis in hac parte directum reverenter exequi, ut tenemur, prefatum Fernandum in nostri presentia personaliter constitutum, auctoritate predicta nobis in hac parte commissa, in legendo, construendo, cantando, latinis verbis loquendo et aliis examinavimus diligenter iuxta formam litterarum predictarum. Et quia per examinationem diligentem ipsum Fernandum invenimus in studio Boni et in iure civili studuisse et studere et esse ydoneum ad huiusmodi scolastriam obtinendam, ideo eundem Fernandum pronuntiavimus et promuntiamus, decrevimus et decernimus ac declaramus in hiis scriptis habilem et ydoneum ad huiusmodi scolastriam obtinendam et recepto ab eodem prius iuramento quod infra annum a die examinationis predictae bene cantare adiscet secundum formam litterarum predictarum, eidem domino Fernando in nostri presentia constituto predictam scolastriam que dignitas, non tamen maior post pontificalem in eadem ecclesia existit cuiusque fructus, redditus et proventus octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, si vacat ut in dictis litteris dicitur, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio iuxta Lateranensis statuta concilii ad sedem apostolicam legitime devoluta aut ipsa scolastia dispositioni apostolice specialiter reservata existat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis auctoritate apostolica antedicta contulimus et assignavimus et presentium tenore etiam de presenti conferimus et assignamus ipsumque Fernandum de dicta scolastia eiusque iuribus et pertinentiis universis per bireti traditionem investivimus et presentialiter investimus, non obstantibus omnibus et singulis superius in dictis litteris expresatis et in omnibus et per omnia secundum formam litterarum predictarum. Que omnia et singula vobis domino .. archiepiscopo ac etiam canonicis et capitulo prefate ecclesie Ulixbonensis omnibusque aliis et singulis suprascriptis tenore presentium informamus et ad vestram et cuiuslibet vestrum notitiam deducimus per presentes. Quare vos dominum archiepiscopum ac canonicos et capitulum singulosque canonicos et personas dicte Ulixboni ecclesie ac omnes alios supradictos, quibus presens noster processus dirigitur, auctoritate qua supra requirimus et monemus primo, secundo et tertio et peremptorie communiter et divisim vobisque nichilominus et vestrum cuilibet in virtute sancte obedientie et sub penis infrascriptis, districte precipiendo, mandamus quatinus infra sex dies post presentationem seu notificationem presentium vobis factam immediate sequentes, quorum dierum duos pro primo, duos pro secundo et reliquos duos pro tertio et peremptorio termino vobis et vestrum singulis hac monitione canonica assignamus, eundem Fernandum vel procuratorem suum pro eo

eius nomine ad predictam scolastriam per nos sibi ut premittitur collatam et eius corporalem possessionem ac suorum iurium et pertinentiarum predictorum admittatis ipsumque Fernandum vel dictum procuratorem pro eo et eius nomine sic admitti, quantum in vobis est, faciatis sibi que aut dicto eius procuratori de ipsius scolastrie fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis respondeatis integre et faciatis ab aliis, prout ad vos et vestrum singulos pertinet et pertinuerit communiter vel divisim, plenarie responderi, amoventes ab eadem scolastria quemlibet illicitum detemptorem et per presentes denuntiamus amotum. Inhibemus etiam vobis et vestrum cuilibet expresse ut ipsam scolastriam alicui alteri conferre aut ad eam et eius iura alium quam dictum dominum Fernandum recipere vel admittere seu de illa in preiudicium dicti Fernandi aliquid disponere vel ordinare quomodolibet presumatis, decernentes etiam irritum et inane prout per prefatum dominum papam decretum est, si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptatum forsitan est vel in futurum contingerit attemptari. Quod si forte premissa omnia et singula non adimpleveritis cum effectu seu distuleritis contumaciter adimplere et monitionibus, mandatis et inhibitionibus nostris huiusmodi, ymo verius apostolicis non parueritis cum effectu, in vos singulares canonicos et personas dicte Ulisboñ ecclesie ac in omnes et singulos supradictos qui culpabiles fueritis et fuerint in premissis, et in dantes alteri quam recipientes huiusmodi scolastriam vel aliquod ius pertinens ad eandem aut de ipsa, in preiudicium dicti domini Fernandi, quomodolibet disponentes vel ordinantes necnon in contradictores quoslibet et rebelles aut impediens ipsum Fernandum aut eius procuratorem super premissis in aliquo aut ipsum impediens dantes auxilium, consilium vel favorem publice vel occulte, directe vel indirecte, cuiuscumque dignitatis, gradus, ordinis vel conditionis existant, ex nunc prout ex tunc singulariter in singulos, predicta canonica et peremptoria monitione premissa, excommunicationis, in capitulum vero dicte ecclesie Ulisboñ suspensionis et in ipsam ecclesiam interdicti sententias in hiis scriptis proferimus et etiam promulgamus, vobis vero domino archiepiscopo, cui ob reverentiam vestre pontificalis dignitatis defferre volumus in hac parte, si contra premissa vel aliquod premissorum feceritis per vos vel alium, premissa sex dierum canonica monitione ingressum ecclesie interdicimus in hiis scriptis, et si huiusmodi interdictum per alios sex dies, prefatos sex immediate sequentes, substinueritis, vos in hiis scriptis, predicta canonica monitione premissa, suspendimus a divinis. Verum si prefatas interdicti et suspensionis sententias per alios sex dies prefatos duodecim immediate sequentes animo, quod absit, substinueritis indurato, vos ex nunc prout ex tunc, predicta canonica monitione premissa, in his scriptis excommunicationis sententia innodamus. Ceterum cum ad executionem predictorum mandatorum apostolicorum et dependentium ab eisdem ulterius faciendam non possimus quoad presens personaliter interesse, studii causa et aliis pluribus rationibus impediti, honorabilibus viris dominis Fernando Johannis Elborensis et Valasco Martini Ulisbonensis ecclesiarum canonicis et utrique in solidum necnon universis et singulis abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, cantoribus, archidiaconis, sacristis,

ecclesiarum rectoribus, curatis et non curatis, canonicis, presbyteris, clericis et notariis publicis per civitatem et diocesim Ullisboñ et alibi ubilibet constitutis et eorum cuilibet in solidum, ita quod occupantis conditio potior non existat, sed quod unus eorum inceperit, alius prosequi valeat et finire super ulteriori executione predictorum mandatorum apostolicorum atque nostri tenore presentium comictimus et monemus primo, secundo, tertio et peremptorie communiter et divisim eisque nichilominus et eorum cuilibet in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis pena quam in ipsos et ipsorum quemlibet, nisi infra tres dies postquam per dictum Fernandum aut eius procuratorem fuerint requisiti, seu alter ipsorum fuerit requisitus, ita quod alter alterum non expectet nec unus pro alio se excuset, quem terminum eis et eorum cuilibet pro omnibus dilationibus ac monitione canonica assignamus, faciendo que eis in hac parte comictimus et mandamus, ferimus et in hiis scriptis districte precipiendo mandamus, quatinus ad vos dictum archiepiscopum, canonicos et capitulum ac ad illos supradictos et ad dictam ecclesiam Ullisbonensem et ad alias personas et loca, de quibus expediens fuerit, personaliter accedant seu accedat, et prefatas litteras apostolicas et hunc nostrum processum ac omnia et singula in eis contenta vobis et aliis, quibus opus fuerit, legant, intiment et fideliter intimare procurent seu per alium legi et publicari faciant dictumque Fernandum vel procuratorem suum eius nomine in tenutam et corporalem possessionem dicte scolastrie et eius iurium inducant et inductum deffendant sibi aut eius procuratori antedicto faciant seu faciat de ipsius scolastrie fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi. Et nichilominus omnia alia nobis in hac parte commissa exequantur fideliter et plenarie vice nostra, ita tamen quod in preiudicium dicti Fernandi nichil valeant attemptare nec circha premissas sententias per nos latas absolvendo vel suspendendo aliquod immutare. Et si contingat nos alias super premissis in aliquo procedere, de quo nobis potestatem omnimodam reservamus, nolumus propter hoc subdelegationem nostram huiusmodi in aliquo revocare, nisi de ipsa revocatione in nostris litteris fiat mentio specialis. Prefatas quoque litteras apostolicas et hunc nostrum processum penes eundem Fernandum vel procuratorem suum volumus remanere nec per vos aut vestrum aliquem contra ipsius Fernandi aut eius procuratoris voluntatem quomodolibet deptineri. Contrarium vero facientes prefatis sententiis per nos latis volumus subiacere. Mandamus tamen vobis copiam fieri de premissis, si eam petieritis et habere volueritis, vestris tamen sumptibus et expensis. Absolutionem autem omnium et singulorum qui prefatas nostras sententias aut earum aliquam incurrerint quoquo modo, nobis et superiori nostro eodem modo reservamus. In quorum testimonium presentes litteras seu presens publicum instrumentum in se nostrum processum huiusmodi continentes in forma autentica per Rolandum notarium infrascriptum scribi et publicari mandavimus ipsasque seu ipsum quia proprio caremus sigillo, appensione sigilli Curie episcopalis Bonofi iussimus communiri, quod quidem sigillum, si non apponi aut appositum corrumpi vel devastari contigerit, ipsis tamen litteris seu instrumento et processui huiusmodi fidem volumus plenariam exhibere.

Datum Bonoñ in domibus residentie supradicti domini Fernandi de Guerra, sitis in sancta Maria de Claviga, presentibus sapientibus egregiis viris domino Johanne Alvari, decano Visensi, domino Johanne Gonsalvi, domino Alfonso Roderici, omnibus de Portugallia scholaribus Bonoñ, studentibus in iure civili, et domino Blasio Alfonsii de Portugalia, rectore parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Losada Bracharensis diocesis, scolari Boñ, studenti in iure canonico, testibus, sub anno a nativitate Domini nostri M<sup>o</sup> cccc<sup>o</sup> viii<sup>o</sup>, indictione prima, die nono mensis Martii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Gregorii pape xii anno secundo.

Nota et rogatio mei Rolandi Alberti de Castellanis notarii Boñ (53).

Temos notícia da concessão de alguns benefícios referidos na sobredita bula de Gregório XII noutras letras do mesmo papa de 19 de Dezembro de 1406 sobre concessão de 4 de Setembro de 1406 do papa Inocência VII. Nesta altura era clérigo da diocese de Lisboa, tendo beneficiado antes da dispensa de ilegitimidade para ascender a todas as Ordens e aceitar benefícios eclesiásticos. Em virtude dessa dispensa, tinha-se feito clérigo. Inocência VII concedia-lhe então o canonicato e prebenda de Lisboa, que se esperava viessem a vagar pela sagração do bispo eleito do Porto D. João. O papa morreu antes da confecção das respectivas letras, pelo que o sucessor Gregório XII encarregava Fernando Anes, cônego de Évora, de conferir tal dignidade ao nosso D. Fernando Pires, sobrinho de el-rei de Portugal, após diligente exame quanto à sua idoneidade, fazendo retroceder o valor jurídico das letras até à data da concessão do predecessor:

Gregorius, etc. Dilecto filio Fernando Johannis, canonico ecclesie Elborensis. Salutem, etc. Rationi congruit, etc. Dudum siquidem, cum canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis quos dilectus filius Johannes, electus Portugalensis, tempore promotionis facte de ipso per felicis recordationis Innocentium papam vii, predecessorem nostrum, ad ecclesiam Portugalensem, tunc pastore carentem, obtinebat, prout obtinet, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis impendendum eidem electo, vacare sperarentur in brevi, prefatus predecessor, volens dilectum filium Fernandum Petri, clericum Ulixbonensis diocesis, qui ut asserebat carissimi in Christo filii nostri Johannis regis Portugalie illustris nepos erat, et cum quo dudum ut, non obstante defectu natalium quem patitur de soluto genitus et soluta, ad omnes etiam sacros ordines promoveri, et tria beneficia ecclesiastica se invicem compatiencia, etiam si aliquod ipsorum curatum vel canonicatus et prebenda seu dignitas etiam maior post pontificalem in metropolitana seu cathedrali aut principalis in collegiata ecclesia existeret, si ei alias canonicè

---

(53) ASB, Rogiti di Rolando de Castellanis, busta 4 (filza 5), n. 68.

confer[r]entur, recipere et retinere libere et licite valeret auctoritate apostolica extiterat dispensatum, quique post dispensationem huiusmodi se fecerat clericali caractere insigniri, apud eundem predecessorem de vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favore prosequi gratioso, voluit et concessit videlicet secundo Nonas Septembris pontificatus sui anno secundo alicui iudici dari in mandatis ut, si post diligentem examinationem eundem Fernandum ad hoc ydoneum esse repperiret, canonicatum et prebendam predictos, quorum fructus, redditus et proventus centum librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem non excedunt, ut premittitur, vel per lapsum temporis de consecrandis episcopis a canonibus diffinitis aut alias quovis modo, preterquam per ipsius electi obitum vacare contingeret, conferendos prefato Fernando cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservaret ... et nichilominus eosdem canonicatum et prebendam, cum illos vacare contingeret, ut prefertur, etiam si tunc alias quovis modo vel ex alterius cuiuscumque persona vacarent ... dummodo dicta die, videlicet secundo Nonas Septembris, non esset alias in eis alicui specialiter ius quesitum, cum dicti iuris plenitudine ac omnibus iuribus et pertinentiis antedictis prefato Fernando eadem auctoritate conferret et assignaret ... Ne autem pro eo quod super huiusmodi voluntate et concessione ipsius predecessoris, superveniente obitu, littere apostolice confecte non fuerunt, dictus Fernandus earumdem voluntatis et concessionis frustretur effectui, volentes et apostolica auctoritate decernentes quod voluntas et concessio predictae perinde a dicta die videlicet secundo Nonas Septembris sortiantur effectum ac si super eis ipsius predecessoris littere sub eiusdem diei data confecte fuissent, prout superius enarratur, quodque presentes littere ad probandum plene voluntatem et concessionem antedictas ubique sufficiant nec ad id alterius probationis adminiculum requiratur, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si post diligentem examinationem dictum Fernandum ad hoc ydoneum esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, canonicatum et prebendam predictos, cum illos, ut premittitur, vacare contigerit, conferendos prefato Fernando cum dicti iuris plenitudine ac omnibus iuribus et pertinentiis supradictis donationi tue auctoritate apostolica reserves et nichilominus eosdem canonicatum et prebendam, cum illos vacare contigerit, ut prefertur ... cum dicti iuris plenitudine ac omnibus iuribus et pertinentiis supradictis prefato Fernando eadem auctoritate conferas et assignes, inducens per te vel alium seu alios eundem Fernandum vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem canonicatus et prebende iuriumque et pertinentiarum predictorum eadem auctoritate et defendens inductum, amoto exinde quolibet detentore, ac faciens ipsum Fernandum vel dictum procuratorem pro eo ad eandem prebendam in dicta Ulixbonensi ecclesia in canonicum recipi et in fratrem ...

Datum Rome apud Sanctum Petrum, quartodecimo Kalendas Januarii, anno primo (54).

---

(54) AV, Reg. Lat. 132, fl. 258v-260.

Na altura destas concessões de Setembro e Dezembro de 1406, D. Fernando Pires Guerra devia contar uns 18 anos, pois tinha 20 anos em 1408, quando Gregório XII lhe concedeu o mestre-escolado de Lisboa. Talvez se encontrasse ainda em Portugal. Em tal hipótese plausível, começaria pouco tempo depois os estudos de direito em Bolonha, onde estava em 1408, como vimos. Após alguns anos de estadia em Bolonha, passou ao Estudo de Pádua, onde estava a 4 de Dezembro de 1411, com residência própria, acompanhado dos familiares Vasco Rodrigues e Vasco Domingues de Portugal. Precisamente em documento desta data aparece como bispo de Silves e estudante de direito canónico, ao designar procurador para pedir mil florins novos, em virtude de câmbio feito em Lisboa no dia 5 de Agosto do mesmo ano:

In Christi nomine. Amen. Anno a nativitate eiusdem millesimo quatercentesimo undecimo, indictione quarta, die veneris, quarto mensis decembris, Padue, in contrata sancte Cecilie, in domo habitationis infrascripti domini episcopi constituentis super sala maiori dicte domus, presentibus honorabilibus viris domino Valascho Roderici et domino Valasco Dominici de Portugalio commensalibus et de familia infrascripti domini episcopi ... testibus ad hec habitis, convocatis et rogatis, reverendus in Christo pater et dominus dominus Fernandus episcopus Silvensis ac illustrissimi principis et excellentissimi domini domini regis Portugalie nepos, studens ad presens Padue in iure canonico et habitans in dicta contracta sancte Cecilie omni modo ... creavit procuratorem ... virum Larionum de Lipaciis de Bardo de Florentia ... ad petendum ... florenos mille novos de Florentia a Philippo de Riciis de Florentia et sociis ... vigore littere cambii facte per Bernardum de Marino, socium ipsius Philippi in Ulisbona die quinto mensis augusti... (55).

A presença de D. Fernando em Bolonha em Maio de 1413 e ao ser transferido da sé de Silves à do Porto em Junho de 1414 e também em Agosto do mesmo ano no doutoramento de Frei Manuel Lourenço de Portugal, de que falámos acima, mostra que tinha acabado já os estudos e seguia então a Cúria Romana, como ele próprio refere na sobredita súplica de 1420. Como dissemos, pelos fins de 1414 procurava-o em Bolonha um emissário de el-rei que o nomeara seu embaixador ao Concílio juntamente com o cardeal arcebispo de Lisboa,

---

(55) ASP, Archv. notar. 2, c. 127v. Publicado por PAOLO SAMBIN, *Ricerche di Storie Monasticha Modioevale*, p. 163, docum. n. XIV.



mas já não se encontrava aí. Nessa altura devia estar a caminho de Portugal, onde residia em 1415, conforme se colhe dos documentos acima transcritos.

Toda esta série de circunstâncias e factos vem provar que D. Fernando Guerra continuou no Estudo de Pádua como aluno de direito canónico ainda como bispo de Silves, depois de ter estudado em Bolonha alguns anos antes dessa nomeação. A idade que tinha então faz-nos ver a impossibilidade de o identificarmos com D. Fernando de Portugal, reitor do Colégio de S. Clemente em 1395 e em 1401, além de nos confirmar na certeza de que não é o D. Fernando de Portugal que se doutorou em direito canónico na Universidade de Bolonha em 1408.

- c) *D. Fernando Afonso, antigo prior claustral de Santa Cruz de Coimbra, prior da igreja de Santa Maria de Arruda, é o reitor do Colégio de S. Clemente dos anos 1395-1396 e 1401-1402, escolar desde 1392.*

O reitor do Colégio de S. Clemente D. Fernando de Portugal deve identificar-se com o cónego regente de Santa Cruz de Coimbra, prior da igreja paroquial de Santa Maria de Arruda dos Vinhos, o qual fora prior claustral do referido mosteiro, antes de tomar posse da sobredita igreja. Seu pai, o prior conventual do mosteiro D. Afonso Martins, custeou as despesas dos estudos em Bolonha. É quanto se infere do testemunho contemporâneo dum cónego do mosteiro:

O prior Dom Afonso teve huum filho que chamavam Fernando Afonso doutor e desenbargador que foy em casa dEIRey e seu padre o manteve per muitos annos em Bollonha a custa do moesteiro. O quall prior geitou a penhor a imagem de Santa Maria da prata e o calez de ouro a huum Rui Diez por certo preço que lhe emprestou pera o manter onrradamente em o estudo de Bollonha e o prior Dom Gonçalo de boa memoria de sempre movido com huum singullar amor e afeição aos danos deste moesteiro moveeo hũa mui grande demanda a ho dicto Rui Diez e tantos dereitos foram alegados por a parte do moesteiro que julgarom aqui per o moesteiro e foram a Bragaa e asy julgarom por o moesteiro e a parte apellou pera Roma ... Este meesmo prior dom Afonso pedio hũa soma douro a Ruy Vasquez Ribeiro pera fazer seu filho doutor em Bollonha e geitou a penhor do dicto ouro hũa cruz douro da samchristia a qual deu EIRey Dom Sancho que jaz em o dicto moesteiro... E veeo FernandAfonso doutor pera Portuguall e veeo per o moesteiro de Santa Cruz e por que o dicto dom Gonçalo soçedera o moesteiro per morte do pay

e por teer cargo o dicto Fernan Afonso doutor das cousas deste moesteiro em casa dElRey lhe deu de vestir e dous cavallos pera elle e per huum escudeiro e dous moços (56).

Diz, portanto, o cronista que Fernando Afonso, após o doutoramento em Bolonha voltou ao mosteiro e foi desembargador de el-rei. Noutra parte das memórias do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra vem repetida a notícia, com o esclarecimento de que o prior do convento, seu pai, tinha já falecido, quando ele regressou e que el-rei D. João I, além de o fazer desembargador, o nomeara seu conselheiro:

O prior dom Afonso tiinha huum filho em Bollonha mantiudo a custa de Santa Cruz e manteveo por muitos annos ataa que foy doutor e este seu filho avia nome Fernando Afonso e foy desenbargador em casa dElRey e asy pera despesa do estudo como pera seer doutor o dicto prior geitou a imagem de Santa Maria da prata a penhor por certo ouro que lhe emprestou huum Ruy Diez morador em esta cidade ... Este prior dom Afonso pedio hũa soma douro emprestado a huum Ruy Vasquez Ribeiro senhor de Figueiroo pera se doutorar Fernam dAfonso filho deste prior... E quando veeo este Fernam dAfonso de Bollonha ja seu pay era finado e veeo per este moesteiro muito esguarro e o prior dom Gonçalo o vestio honrradamente ... E como chegou a casa dElRey foy muito bem recebido ca era huum soficiante leterado e logo o ElRey fez desenbargador e do seu conselho, teendo dom Gonçalo polos beneficios ja recebidos desta casa que punaria por ella e Deus sabe que nom foy asy (57).

O cronista fala também da eleição de D. Fernando Afonso e Pero Anes para prior conventual do mosteiro, a qual fora causa de contrastes e levava D. João I, rei de Portugal, a incumbir o franciscano Frei João de Xira, seu confessor, de obrigar os cônegos a nova eleição, da qual saiu eleito D. Gonçalo, prior da igreja de Tojal da diocese de Lisboa, devido a intervenção da rainha Dona Filipa. Ao dar a notícia da eleição de D. Fernando Afonso, o cronista informa que ele era prior

---

(56) Em ANTÓNIO CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, vol. I: *Observações sobre o «Scriptorium» e os Estudos Claustrais*, Porto 1964, p. 323.

(57) *Ibidem*, pp. 348-349.

de Santa Maria da Arruda dos Vinhos e fora cónego e prior claustral do mosteiro de Santa Cruz, tendo alcançado a posse da igreja por meio da Corte:

O prior dom Gonçallo foy conigo deste [moesteiro] e por sua boa vida que senpre viveo a rrainha Dona Filipa molher que foy dElRey Dom Joham virtuosa e santa molher e em esta pose a tinham os conçelhos de Portugall e ella Rainha sabendo que este prior dom Gonçalo quando era conigo do moesteiro de Santa Cruz vivera mui onestamente e vagando a igreja do Tojall mandoua pedir a dicta Raynha ao prior de Sam Viçente de Lisboa cuiyo o padroado era e deronlho e ella Raynha polo seu boo nome e vida lhe deeo a dicta igreja do Togall e depouys vagou o moesteiro de Santa Cruz e emlegerom os conigos huum Fernam dAfom prior da Arruda que fora conigo e prior clesteiro do moesteiro de Santa Cruz e ouve a dicta igreja per corte. E emlegeram outros conigos em huum Pero Anes que era aqui prior clesteiro e despois per tempo veeo a seer vigairo de Leirea e hy jaz. E este Pero Anes e Fernam dAfom seendo em emleitos ja como dicto he foranse a ElRey Dom Joham cada huum com sua enliçom e huum dise mal a ElRey do outro e o outro do outro em tall maneira que foy mall edificado e pior consolado pollas fautas que cada huum dizia do outro e mandoulhe ElRey Dom Joham per frey Jam Xira seu confesor anbos de dous que El Rey fora e era mui mall contente de suas inliçooens por muitos vituperios que anbos diziam em muito seu desfazimento e que logo se partisem e se veessem ao moesteiro e todos em senbra disesem hũa missa aa onrra do Espiritu Santo muito devotamente e logo entrasem juntamente em seu Cabiidoo e que lhe apresentaseem huum com todas as vozes dos conigos e que elle lhe daria suas supricaçooens pera o Santo Padre. E que açerqua deste moesteiro elle tiinha ja escripto aos seus portugueses que estam em corte de Roma que nenhuum nom se trabalhase que gaanhase o seu moesteiro de Santa Cruz e que fose muito çerto que o que fezese o contrairo que nunca tomeria o moesteiro nem averia a pose. E os sobredictos conigos compriram com muito booa voontade o que lhe mandou o dicto Rey e dicta a missa do Espiritu Santo logo entrarom em seu capitollo todos e todos em huum coração e em hũa voz fezerom sua enliçom em o prior dom Gonçalo que aquelle tempo era prior do Tojall (58).

Vem confirmar estas notícias documentação pontificia relativa às contendas sobre a aceitação e posse do priorado da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos. Dela consta efectivamente que D. Fernando Afonso fora prior claustral de Santa Cruz de Coimbra em 1395

---

(58) *Ibidem*, pp. 342-343.

ou mesmo em 1397, quando tomou posse da igreja, embora tivesse de litigar na Cúria com dois cónegos regrantes do mosteiro de S. Vicente de Fora, seus adversários, até 18 de Novembro de 1397, data em que Bonifácio IX, de acordo com os contendentes, se pronunciou definitivamente a favor de D. Fernando Afonso, precisamente a instâncias de D. João I, rei de Portugal. Consta também que D. Gonçalo foi de facto prior conventual de Santa Cruz desde os princípios do pontificado de Martinho V e que fora antes prior da igreja do Tojal.

O primeiro documento pontifício data de 3 de Agosto de 1395. Trata-se de letras de Bonifácio IX, dirigidas ao mestre-escola do Porto, a encarregá-lo de conferir a D. Fernando Afonso, prior castreiro de Santa Cruz de Coimbra, uma igreja vacante ou a vagar, pertencente aos mosteiros de Santa Cruz ou de S. Vicente de Fora ou de Folques, após exame sobre a sua idoneidade. Conseguida tal igreja, D. Fernando devia resignar imediatamente ao ofício de prior claustral de Santa Cruz e passar ao mosteiro de S. Vicente de Fora ou de Folques, se a igreja pertencesse a algum destes mosteiros:

Bonifatius, etc. Dilecto filio Scolastico ecclesie Portugalensis. Salutem, etc. Dignum arbitramur, etc. Cum itaque in diversis civitatibus et diocesibus sint nonnullae parrochiales ecclesie per canonicos ordinis sancti Augustini gubernari consuete, ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum sancte Crucis Colimbriensium ac sancti Vincentii de Fora Ulixboneñ necnon de Folquis Colimbriensis diocesis monasteriorum dicti ordinis per priores gubernari solitorum, priorum et conventuum communiter vel divisim pertinentes fore noscantur, Nos volentes dilectum filium Fernandum Alfonsi, priorem claustralem dicti monasterii sancte Crucis, apud nos de vite et morum honestate aliisque virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favore prosequi gratioso, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si per diligentem examinationem eundem Fernandum bene legere, bene construere et bene cantare ac congrue loqui latinis verbis et alias ydoneum ad unam de dictis parrochialibus ecclesiis obtinendum esse reppereas, vel etiam si dictus Fernandus non bene cantare, dummodo in tuis manibus iuret ad sancta Dei evangelia quod infra annum a tempore examinationis huiusmodi computandum bene cantare addiscet, super quibus tuam conscientiam oneramus, unam de dictis parrochialibus ecclesiis ... si qua vacat ad presens vel cum vacaverit, quam dictus Fernandus per se vel procuratorem suum ... duxerit acceptandam, conferendam eidem Fernando post acceptationem huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi tue auctoritate nostra reserves ... Volumus autem quod ipse Fernandus quamprimum vigore presentium ecclesiam pre-

dictam fuerit pacifice assecutus, dictum prioratum quem ut prefertur obtinet quemque ex tunc vacare decernimus, omnino dimittere teneatur...

Datum Rome apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Augusti, anno sexto (59).

Em virtude destas letras de 3 de Agosto de 1395, D. Fernando Afonso aceitou a igreja de Santa Maria de Arruda dos Vinhos, pertencente ao mosteiro de S. Vicente de Fora, vacante por morte do reitor Vicente Domingues, sem alcançar, contudo, a provisão dentro dum mês, conforme era prescrito. Teve, por isso, de recorrer ao papa que, por letras de 5 de Setembro de 1396, o absolveu de qualquer inabilidade ou infâmia ocorrida por tal motivo. Entretanto, por mera formalidade, como veremos, impunha-lhe o papa a dimissão da igreja:

Bonifatius, etc. Dilecto filio Fernando Alfonsi, canonico monasterii sancte Crucis Colimbrieni ordinis sancti Augustini Ulixbonei. Salutem, etc. Sedes apostolica, pia mater, recurrentibus ad eam cum humilitate filiis post excessum libenter se propitiam exhibet et benignam. Dudum siquidem, cum in diversis civitatibus et diocesis essent nonnullae parochiales ecclesie per canonicos ordinis sancti Augustini gubernari consueve, ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum sancte Crucis Colimbrieni et sancti Vincentii de Fora Ulixbonei necnon de Folquis Colimbriensis diocesis monasteriorum dicti ordinis per priores solitorum gubernari, priorum et conventuum communiter vel divisim pertinentes, Nos tibi tunc priori dicti monasterii sancte Crucis de una ex parochialibus ecclesiis, cuius fructus, redditus et proventus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annum non excedunt, vacante vel vacatura gratiose concessimus provideri et si nichilominus huiusmodi ecclesia, de qua tibi provideri contingeret, a sancti Vincentii vel de Folquis monasteriis predictis dependeret, quam primum ipsam ecclesiam fores pacifice assecutus, te de predicto monasterio sancte Crucis, cuius canonicus etiam expresse professus existebas, prout existis, ad illud ex aliis monasteriis predictis, a quo dicta ecclesia ut prefertur dependeret, volumus transferri et deinde, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, parochiali ecclesia sancte Marie de Arruda Ulixbonensis diocesis, quam quondam Vincentius Dominici, ipius ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Vincentii obitum qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, tu eandem ecclesiam sic vacantem et ad collationem dictorum prioris et con-

---

(59) AV, Reg. Lat. 38, fl. 69v-70.

ventus monasterii sancti Vincentii dumtaxat pertinentem et per canonicos dumtaxat ipsius monasterii sancti Vincentii gubernari consuetam, huiusmodi concessionis gratie vigore litteris apostolicis super ea nondum tunc confectis, infra tempus legitime acceptasti et subsequenter, litteris apostolicis super huiusmodi concessionis gratia confectis, de predicta ecclesia sic ut premittitur vacante, pretextu litterarum huiusmodi, non tamen infra mensem a data huiusmodi acceptationis computandum, prout ut iuxta quamdam ordinationem nostram super hoc editam tenebaris, quamvis huiusmodi concessionis gratia necnon acceptatio iuxta ordinationem predictam essent casse et irritae, tibi provideri fecisti, licet de facto ac pretextu litterarum acceptationis et provisionis huiusmodi ecclesiam illam assecutus, illam ex tunc detenuisti, prout detines, fructus percipiendo ex eadem similiter de facto. Quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut providere tibi et statui tuo super hoc de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur volentes te alias apud nos de religionis zelo, vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favore prosequi gratioso, huiusmodi supplicationibus inclinati, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam per te, premissorum occasione, contractam auctoritate apostolica, tenore presentium penitus abolemus. Volumus autem quod predictam ecclesiam ex nunc realiter et omnino dimittas. Nulli ergo, etc. nostre abolitionis et voluntatis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome apud Sanctum Petrum, Nonis Septembris, anno septimo (60).

No mesmo dia 5 de Setembro de 1396, em letras dirigidas ao bispo de Badajoz, ao prior de S. Vicente de Fora e ao mestre-escola do Porto, depois de narrar o conteúdo das letras precedentes, encarrega-os o papa de darem a instituição canónica da igreja a D. Fernando Afonso, caso ele não fosse intruso, e de o transferirem para o mosteiro de S. Vicente de Fora:

Bonifatius, etc. Venerabili fratri episcopo Pacensi et dilectis filiis priori sancti Vincentii extra muros antiquos Ulixboneñ ac Scolastico ecclesie Portugalensis. Salutem, etc. Religionis zelus, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Fernandus Alfonsi, canonicus monasterii sancte Crucis Colimbrieñ ordinis sancti Augustini fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem, cum in diversis civitatibus et diocesis essent nonnullae parrochiales ecclesie per canonicos dicti ordinis gubernari consuete, ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum sancte Crucis, sancti Vincentii

---

(60) AV, Reg. Lat. 40, fl. 242.

de Fora Ulixbonefi necnon de Folquis Colimbriensis diocesis monasteriorum dicti ordinis per priores solitorum gubernari, priorum et conventuum communiter vel divisim pertinentes, Nos eidem Fernando de una ex huiusmodi parrochiis ecclesiis ... vacante vel vacatura gratiose concessimus provideri et nichilominus, si huiusmodi ecclesia, de qua sibi provideri contingeret, a sancti Vincentii vel de Folquis monasteriis predictis dependeret, quamprimum ipsam ecclesiam foret pacifice assecutus, eum de predicto monasterio sancte Crucis, cuius canonicus etiam expresse professus existebat, prout existit, ad illud ex aliis monasteriis predictis, a quo dicta ecclesia ut prefertur dependeret, voluimus transferri. Hodie vero pro parte ipsius Fernandi nobis exposito quod postmodum parrochiali ecclesia sancte Marie de Arruda Ulixbonensis diocesis, quam quondam Vincentius Dominici, ipsius ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Vincentii obitum qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum vacante, prefatus Fernandus eandem ecclesiam sic vacantem et ad collationem dictorum prioris et conventus monasterii sancti Vincentii dumtaxat pertinentem et per canonicos ipsius monasterii sancti Vincentii gubernari consuetam, huiusmodi concessionis gratie vigore, litteris apostolicis super ea tunc non confectis, infra tempus legitime acceptarat et quod subsequenter, litteris apostolicis super huiusmodi concessionis gratia confectis, de predicta ecclesia sic ut premittitur vacante, pretextu litterarum huiusmodi, non tamen infra mensem a data huiusmodi acceptationis computandum, prout ut iuxta quamdam ordinationem nostram super hoc editam tenebatur, quamvis huiusmodi concessionis gratia necnon acceptatio iuxta ordinationem predictam essent casse et irritae, sibi provideri fecerat, licet de facto ac pretextu litterarum acceptationis et provisionis huiusmodi ecclesiam ipsam assecutus, illam ex tunc detenuerat prout detinebat, fructus percipiendo ex eadem simpliciter de facto. Nos omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam per eundem Fernandum, premisorum occasione, contractam auctoritate apostolica per alias nostras litteras abolevimus et voluimus quod ipse Fernandus predictam ecclesiam ex tunc realiter et omnino dimitteret, prout in dictis litteris plenius continetur. Cum itaque secundum premissa dicta ecclesia adhuc ut prefertur vacare noscatur, Nos volentes dicto Fernando, premissorum meritorum suorum intuitu, gratiam facere specialem, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios ecclesiam predictam, cuius fructus, redditus et proventus centum librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum, ut ipse Fernandus asserit, non excedunt ... dummodo ipse Fernandus in dicta ecclesia sancte Marie intrusus non fuerit et tempore dat. presentium non sit in ea alicui specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis prefato Fernando, postquam realiter et omnino dimiserit ut prefertur, auctoritate nostra conferre et assignare curetis, inducentes eum vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem ecclesie iuriumque et pertinentiarum predictorum et defendentes inductum, amoto exinde quolibet illicito detentore, et nichilominus eundem Fernandum quamprimum ecclesiam ipsam fuerit vigore presentium pacifice assecutus, de predicto monasterio sancte Crucis ad pre-

fatum monasterium sancti Vincentii auctoritate predicta transferatis ipsumque inibi recipi faciatis in canonicum et fratrem...

Datum Rome apud Sanctum Petrum, Nonis Septembris, anno septimo (61).

A 1 de Setembro de 1396, começando por referir as disposições das letras anteriores, Bonifácio IX diz que o mestre-escola do Porto João Martins proveu de facto D. Fernando Afonso da igreja de Santa Maria de Arruda, mas surgira entretanto litígio entre ele e os cónegos do mosteiro de S. Vicente João Lopes e João Anes quanto aos direitos à mesma. Fora encarregado da causa na Cúria o ouvidor pontifício mestre Tiago Steube que pronunciou sentença definitiva a favor de João Lopes, atribuindo a este a igreja e impondo silêncio aos demais. D. Fernando Afonso apelou para o papa, o qual incumbiu mestre Luís Aber, ouvidor do sacro palácio, de solucionar a questão. O ouvidor começou a conhecer a causa. Entretanto D. Fernando recorreu ao papa, pedindo a sua intercessão, por só ter recebido a provisão da igreja após o prazo dum mês a contar da aceitação, contra as determinações do papa. A instâncias de el-rei de Portugal, Bonifácio IX concedeu-lhe que a aceitação e provisão da igreja tivessem pleno valor a partir dessa data e que D. Fernando continuasse a reter licitamente a igreja que o ouvidor podia atribuir-lhe, como se a provisão tivesse ocorrido dentro do prazo requerido dum mês:

*Bonifatius, etc. Dilecto filio Fernando Alfonsi, canonico monasterii sancte Crucis Colimbrieñi, ordinis sancti Augustini. Salutem, etc. Religionis zelus ...Dudum siquidem videlicet iiii Kalendas Maii, pontificatus nostri anno quinto inter cetera ordinavimus ac etiam voluimus quod ex tunc deinceps quicumque vigore gratiarum expectatarum acceptarent quecumque beneficia ecclesiastica secularia vel regularia cum cura vel sine cura, tenerentur et deberent infra unius mensis spatium, a tempore huiusmodi acceptationis computandum, de huiusmodi beneficiis per eos ut prefertur acceptatis facere sibi per suos executores vel subexecutores provideri, alioquin, lapso dicto mense, huiusmodi acceptationes per eos facte et quecumque inde secuta ac etiam huiusmodi gratie, quarum vigore acceptationes ipse forent facte ac processus per eas habiti et quecumque inde secuta eo ipso essent cassa et irrita nullisque roboris vel momenti. Et deinde videlicet tertio Nonas Augusti, pontificatus eiusdem anno sexto, cum in diversis civitatibus et diocesisibus nonnulla par-*

---

(61) AV, Reg. Lat. 40, fl. 242v-244.



rochiales ecclesie per canonicos ordinis sancti Augustini gubernari consuete, ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum sancte Crucis Colimbrieñ et sancti Vincentii de Fora Ulixboneñ necnon de Folquis Colimbriensis diocesis monasteriorum dicti ordinis per priores solitorum gubernari, priorum et conventuum communiter vel divisim pertinentes, Nos tunc volentes te favore prosequi gratioso, dilecto filio Scolastico ecclesie Portugalensis, eius proprio nomine non expresso, nostris dedimus litteris in mandatis ut, si per diligentem examinationem te sub certis modo et forma tunc expressis ad hoc ydoneum esse repperiret, unam ex huiusmodi ecclesiis, cuius fructus, redditus et proventus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annum non excederent, si qua tunc vacaret, quam infra certi temporis spatium acceptares, conferendam tibi post acceptationem huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi sue auctoritate nostra reservaret ac nichilominus ipsam ecclesiam quam reservaret, si tunc, ut premittitur, vacabat vel cum vacaret, tibi post acceptationem predictam cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eadem auctoritate conferret et assignaret. Et insuper te, si huiusmodi ecclesia, de qua tibi vigore dictarum litterarum provideri contingeret, a sancti Vincentii vel de Folquis monasteriis antedictis dependeret, quam primum ipsam ecclesiam fores pacifice assecutus, de dicto monasterio sancte Crucis, cuius canonicus etiam expresse professus existebas, ad illud ex aliis monasteriis predictis, a quo ecclesia ipsa ut prefertur dependeret, eadem auctoritate transferret, faciens te in eodem monasterio ad quod transfereris in canonicum recipi et fratrem... Et subsequenter, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, parrochiali ecclesia sancte Marie de Arruda Ulixbonensis diocesis, quam quondam Vincentius Dominici, eiusdem ecclesie rector, dum viveret obtinebat, per ipsius Vincentii obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, tu vigore dictarum litterarum nondum repertus ydoneus nec eis supradicto Scolastico presentatis, pretextu litterarum ipsarum eandem ecclesiam sancte Marie sic vacantem et ad collationem ipsorum prioris et conventus monasterii sancti Vincentii communiter pertinentem ac per ipsius monasterii sancti Vincentii canonicos gubernari consuetam, alias infra tempus legitimum acceptasti eamque pretextu solius acceptationis huiusmodi assecutus fuisti et successive, litteris ipsis per te dilecto filio Johanni Martini, scolastico ecclesie Portugalensis predictae, presentatis, idem Johannes Scolasticus tibi, per eum reperto ydoneo, de dicta ecclesia sancte Marie ut premittitur vacante providit. Postmodum vero, orta inter te et dilectos filios Johannem Lupi ac Johannem Johannis, canonicos dicti monasterii sancti Vincentii, super ecclesia sancte Marie predicta, quam tu vigore litterarum acceptationis et provisionis predictarum ad te, Johannes vero Lupi et Johannes Johannes prefati, quilibet videlicet eorum, sibi de ecclesia ipsa auctoritate apostolica provisum fuisse ac eam ad se de iure spectare asserabatis, prout asseritis, materia questionis, Nos causam huiusmodi, non obstante quod de sui natura ad dictam Curiam legitime devoluta et apud eam tractanda et finienda non esset, dilecto filio magistro Jacobo Steube, capellano nostro et causarum

palatii apostolici auditori, ad instantiam dicti Johannis Lupi audiendam commisimus et fine debito terminandam idemque auditor in huiusmodi causa procedens, diffinitivam, per quam inter cetera ecclesiam ipsam Johanni Lupi adiudicavit et super ea tibi ac etiam Johanni Johannis prefatis perpetuum silentium imposuit cum condemnatione fructuum et expensarum, sententiam promulgavit, a qua pro parte tua fuit ad sedem apostolicam appellatum nosque causam appellationis huiusmodi dilecto filio magistro Ludovico Aber, capellano nostro et causarum dicti palatii auditori audiendam commisimus et fine debito terminandam, idemque Ludovicus auditor ad nonnullos actus in causa huiusmodi dicitur processisse. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, huiusmodi provisio de dicta ecclesia sancte Marie tibi ut premittitur facta non infra mensem a tempore dicte acceptationis, prout iuxta nostram ordinationem et voluntatem predictas fieri debebat, sed dudum postea factum fuerat, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut providere tibi super premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur volentes te, premissorum meritorum tuorum necnon consideratione carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris, super hoc pro te dilecto suo humiliter supplicantis, favoribus prosequi gratiosis, huiusmodi supplicationibus inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod littere ac processus habiti per easdem necnon acceptatio et provisio et alia predicta et quecumque inde secuta perinde ab earum data valeant plenamque obtineant roboris firmitatem tuque ipsam ecclesiam sancte Marie, cuius fructus, redditus et proventus centum et quinquaginta librarum dicte monete secundum communem estimationem valorem annum, ut asseris, non excedunt, ulterius licite retinere valeas dictusque Ludovicus auditor eandem ecclesiam sancte Marie tibi adiudicare possit et debeat ac si provisio huiusmodi infra mensem a tempore dicte acceptationis computandum, facta fuisset tuque dictam ecclesiam non solum acceptationis, sed etiam litterarum et provisionis predictarum vigore assecutus extitisses, ordinatione et prima nostra voluntate et sententia predictis et quibuscumque aliis ordinationibus ac constitutionibus apostolicis contrariis ceterisque omnibus non obstantibus que in eisdem litteris volumus non obstare ...

Datum Rome apud Sanctum Petrum, Kalendis Septembris, anno octavo (62).

A 18 de Novembro de 1397, foi a causa definitivamente arrumada. D. Fernando Afonso entrou na posse de todos os direitos, porque o papa, chamando a si a causa, impôs perpétuo silêncio a João Lopes, embora sem prejuízo das concessões que lhe foram feitas, quando a igreja viesse a vagar outra vez:

Bonifatius, etc. Ad futuram rei memoriam. Ad hoc libenter intendimus... Olim siquidem videlicet xvii Kalendas Decembris, pontificatus nostri

---

(62) AV, Reg. Lat. 44, fl. 68v-70v.

anno primo, dilecto filio Johanni Lupi, canonico monasterii sancti Vincentii Ulixboneñ, ordinis sancti Augustini, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura consueto per canonicos eiusdem monasterii gubernari ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem dilectorum filiorum prioris et conventus dicti monasterii per priorem soliti gubernari comuniter vel divisim pertinente, vacante vel vacaturo, per nostras litteras gratiose mandavimus provideri, prout in eisdem litteris plenius continetur. Postmodum vero, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti Johannis ac etiam dilecti filii Fernandi Alfonsi, canonici monasterii sancte Crucis Colimbrieñ dicti ordinis, petitio continebat, orta inter eos ac etiam dilectum filium Johannem Johannis, canonicum predicti monasterii sancti Vincentii, super parochiali ecclesia sancte Marie de Arruta Ulixbonensis diocesis, quam tunc per obitum quondam Vincentii Dominici, eiusdem ecclesie rectoris, prioris nuncupati, extra Romanam Curiam defuncti, vacantem Johannes Lupi se predicatarum, Fernandus vero ac Johannes Johannis prefati, quilibet videlicet eorum, se quarundam aliarum nostrarum litterarum gratiose sibi concessarum vigore, prout ex earum forma se posse dicebant, infra tempus legitimum acceptasse et de illa sibi provisum fuisse, ipseque Fernandus se illam vigore suarum acceptationis et provisionis huiusmodi assecutum exitisse canonice ipsamque aliquamdiu tenuisse et possedisse et nunc etiam tenere et possidere pacifice et quiete dictosque Johannem Lupi et Johannem Johannis se acceptationi et provisioni eiusdem Fernandi necnon assecutioni huiusmodi contra iustitiam opposuisse et opponere ac fecisse et facere quominus idem Fernandus ecclesiam predictam posset pacifice possidere, Johannes vero Lupi ac Johannes prefati, quilibet videlicet eorum, ecclesiam ipsam ad se de iure spectare asserabant, prout idem Fernandus adhuc asserit, materia questionis, Nos causam huiusmodi, non obstante quod de sui natura ad dictam Curiam legitime devoluta et apud eam tractanda et finienda non esset, dilecto filio magistro Jacobo Steube, capellano nostro et causarum palatii apostolici auditori, ad instantiam dicti Johannis Lupi audiendam commisimus et fine debito terminandam, idemque auditor in huiusmodi causa procedens, diffinitivam, per quam inter cetera eandem ecclesiam Johanni Lupi adiudicavit et super ea Fernando et Johanni Johannis prefatis perpetuum silentium imposuit, sententiam promulgavit, a qua pro parte ipsius Fernandi dumtaxat fuit ad sedem apostolicam appellatum, Nosque causam appellationis huiusmodi dilecto filio magistro Ludowico Aber, capellano nostro et auditori causarum dicti palatii, audiendam commisimus et fine debito terminandam, idemque Ludovicus auditor ad nonnullos actus in causa huiusmodi inter partes easdem dicitur processisse. Nos igitur liti et cause celerem finem imponere volentes ac statum cause huiusmodi habentes presentibus pro expresso, ipsamque causam de consensu etiam prefati Johannis Lupi ad nos tenore presentium advocantes, eidem Johanni super dicta ecclesia necnon lite et causa huiusmodi auctoritate apostolica, ex certa scientia, perpetuum silentium imponimus eumque ab eadem ecclesia necnon ab omni iure, sibi in ea seu ad eam quomodolibet competenti, amovemus, per hoc autem eidem Johanni Lupi quominus ipse dictam ecclesiam, cum eam

vacare contigerit vel aliud beneficium ad presens vacans vel imposterum vacaturam alias ei vigore dictarum litterarum sibi, ut premittitur, concessarum debitam vel debitum acceptare ac de illa vel de illo sibi provideri facere ac [illam], illum vel illud recipere et retinere libere et licite possit, nullum volumus preiudicium generari...

Datum Rome apud Sanctum Petrum, quartodecimo Kalendas Decembris, anno nono (63).

Para compensar João Lopes que deu consentimento à decisão definitiva e favorável a D. Fernando Afonso quanto à igreja de Santa Maria de Arruda, Bonifácio IX concedeu-lhe, a 11 de Dezembro de 1397, a graça de poder conseguir um benefício, mesmo com cura de almas, pertencente à colação do prior e mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (64).

De toda esta descrição de documentos pontifícios e fontes portuguesas se infere que D. Fernando Afonso começou os estudos de direito como cônego regente e prior castreiro de Santa Cruz de Coimbra, vindo a terminá-los na qualidade de reitor ou prior da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos. Entretanto, é muito provável obtivesse o indulto de dispensa da residência pessoal no benefício, por motivo dos estudos, e depois como desembargador e conselheiro de el-rei de Portugal. Regressado ao mosteiro, após a morte do pai, e sendo eleito prior conventual do mesmo, sem conseguir a confirmação, como refere o cronista contemporâneo, é natural continuasse a usufruir de tal indulto.

Na era de 1433 anos ou seja em 1395, *FernadAfonso priol clasteiro do moesteiro de Sancta Cruz de Coimbra que depois foy priol de Sancta Maria dAarruda*, tornou a Regra de Santo Agostinho *asy texto como grossa de latym em linguagem*. O prior começou e terminou a tradução no ano de 1395: *Esta obra ffoy acabada e começada en no anno da E<sup>a</sup> de mil e iiii e XXX e tres annos* (65).

A não ser que tivesse lugar no Estudo de Bolonha, a tradução

---

(63) AV, Reg. Lat. 59, fl. 199v-200v.

(64) AV, Reg. Lat. 59, fl. 201-202.

(65) Cf. ANTÓNIO CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, vol. I: *Observações sobre o «Scriptorium» e os Estudos Claustrais*, p. 112-113.

poderia ter sido feita durante algumas férias, de passagem pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como passamos a ver.

D. Fernando, indicado como reitor do Colégio de S. Clemente de Bolonha nos anos de 1395, 1396 e 1401-1402 pelo *Liber I Admissionum*: «1395 Ferdinandus de Portugalia, rector, 1396, 1401» —, ingressou no mesmo como escolar a 28 de Abril de 1392: «Mccclxxxii, indictione xvi, die vigesima octava mensis Aprilis. Dominus Ferdinandus de Portugalia receptus per supradictum rectorem [Fernandum de Palatiis], ut patet in matrichula ex sua rexeptione» (66).

Na qualidade de reitor, recebeu a 6 de Outubro de 1395 Afonso de Samora, e a 10 de Dezembro do mesmo ano a Pedro de Córdova, mas já em 20 de Novembro de 1396 aparece Pedro de Burgos como reitor na admissão de Afonso de Oviedo:

Mccclxxxv, indictione tertia, die sexto mensis Octubris. Dominus Alfonsus de Zamora fuit receptus in scolarem dicti collegii tempore domini Fernandi de Portugalia, rectoris dicti collegii, prout patet in matricula antiqua.

Mccclxxxv, indictione tertia, die decima mensis Decembris. Dominus Petrus de Corduba fuit receptus in scolarem dicti collegii tempore domini Fernandi de Portugalia, rectoris dicti collegii, prout patet in matricula antiqua. Qui dominus Petrus stetit extra collegium suis suntibus tempore mortalitatis cum licentia domini episcopi per quinque menses et octo dies.

Mccclxxxvi, indictione quarta, die vigesima mensis Novembris. Dominus Alfonsus Ovetensis fuit receptus in scolarem dicti collegii tempore domini Petri de Burgis, rectoris, prout patet in matricula antiqua (67).

São mais numerosas as notícias relativas às admissões durante o reitorado do nosso D. Fernando de 1401 a 1402. A 13 de Setembro, 22 de Outubro, 26 de Outubro, 23 de Novembro de 1401 e 24 de Janeiro de 1402 (68), admitiu ao Colégio respectivamente João Anes

---

(66) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Liber I Admissionum*, folha sem numerar, no início. *Lib. I Adm.*, fl. 1.

(67) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Adm.*, fl. 2.

(68) No *Lib. I Admissionum*, fl. 7v, onde vem a notícia, tanto o ano como a *indictio* correspondem ao ano de 1401. O facto, porém, de as admissões de estudantes durante o reitorado de D. Fernando Portugal virem aí ordenadas cronologicamente leva-nos a optar pelo ano de 1402. E assim foi realmente interpretado pelo autor das notas marginais de tempo posterior: «Receptio domini Johannis de sancta Juliana diocesis Burgensis facta die 24 Ianuarii 1402 ad prebendam Iuris Canonici pertinentem ad Principem familiae Albornotianae».

de Salamanca, Bartolomeu Vidal do reino de Valência, Pedro Sanchez de Gomera do reino de Castela, Afonso de Liñano do reino de Aragão e João de Santa Juliana da diocese de Burgos:

Receptiones tempore domini Fernandi de Portugalia rectoris, etc. Mcccii, indictione nona, die decima tertia mensis Septembris, tempore, etc. Venerabilis vir dominus Fernandus de Portugalia, rector collegii Yspanorum, de consensu suorum consiliariorum recepit dominum Johannem Johannis de Salamanticha ad canones audiendos vigore literarum suarum episcopi et capituli ecclesie Burgensis, qui dominus Johannes fuit solepniter examinatus secundum formam Statutorum dicti collegii. Ac etiam iuravit in manibus dicti domini rectoris obedire in licitis et honestis et observare statutum trigesimum sestum, etc. Rogans dictus dominus rector ut de predictis publicum conficiam instrumentum, etc. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in camera habitationis dicti domini rectoris, presentibus domino Alfonso de Oveto, domino Antonio de Alva et Symone Zermam de Alamania, testibus, etc. Nota et rogatio mei Petri condam Symonis de Camera notarii.

Tempore domini Fernandi de Portugalia. In Christi nomine amen. Mcccii, indictione nona, die xxii mensis Octubris, tempore pontificatus domini Bonifatii pape noni. Venerabilis et discretus vir dominus Fernandus de Portugalia, honorabilis rector collegii yspanorum domini Sabinensis de Boñ, de consensu, presentia et voluntate suorum consiliariorum recepit dominum Bartolomeum Vitalis de regno Valentie de Yspania ad medicinam audiendam vigore literarum suarum emanatarum ab archiepiscopo Cexeragustano una cum eius capitulo. Qui magister Bartolomeus solepniter fuit examinatus per dictum rectorem et eius consiliarios secundum formam Statutorum, etc. Qui dominus Bartolomeus iuravit in manibus dicti domini rectoris ad sancta Dei evangelia manu tactis scripturis obedire dicto domino rectori sive eius subcessoribus in licitis et honestis ac etiam observare statutum trigesimum sestum secundum formam dictorum Statutorum ac etiam iuravit se non posse habere de apart. ultra l. florenos auri, etc. Promisit dictus magister Bartolomeus ac iuravit procurare utilitatem dicti collegii, etc. Promisit dictus dominus rector presentem receptionem firmam habere ac rogavit ut de predictis publicum conficiam instrumentum. Acta predicta in cap. dicte ecclesie in sacrestia, presentibus domino Egidio de Aragonia, domino Alfonso de Mena, qui dixit etc. domino Johanne de Salamanticha, scolariibus dicti collegii, testibus, etc. Nota mei Petri condam Symonis de Camera, notarii dicti collegii. Millesimo quatringsesimo primo, indictione nona, die vigesimo sexto mensis Octubris, pontificatus etc. Venerabilis vir dominus Fernandus de Portugalia, rector scoliarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu, presentia et voluntate omnium suorum consiliariorum recepit in scolarem dicti collegii dominum Petrum, filium Pasquaxii Santii de Ghomera, regni Chastelie, ad sacros canones audiendos vigore literarum suarum videlicet cardinalis amistratoris ecclesie Oxomensis, etc. Qui dominus Petrus solepniter fuit examinatus secundum formam dictorum Statutorum, etc. Qui dominus Petrus

iuravit, etc. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis in dicto collegio, in camera dicti domini rectoris, presentibus magistro Egidio de Darocha, domino Johanne Martini, Jebardo chaneparo dicti collegii, testibus.

Mcccici, indictione nona, die vigesimo tertio mensis Novembris, pontificatus, etc. Sapiens vir dominus Fernandus de Portugalia, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, recepit dominum Alfonsum de Lignano, filium Petri regni Aragonie, in scolarem dicti collegii ad sacros chanoes audientes vigore literarum suarum archiepiscopi et capituli ecclesie Cexaragustane, etc. primis facta de dicto domino Alfonso solempni examinatione secundum formam Statutorum dicti collegii, etc. Qui dominus Alfonsus iuravit in manibus dicti rectoris obedire (*sic*) Statuta dicti collegii, etc. et specialiter statutum trigesimum sestum, etc. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in dicto collegio, in camera dicti domini rectoris, presentibus domino Rodoricho de Anduxar., domino Antonio de Alba, domino Martino de Sogorbe, testibus, etc.

Mcccic[i], indictione nona (*sic*), die xxiii mensis Januarii, tempore pontificatus, etc. Dominus Fernandus de Portugalia, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, recepit dominum Johannem de sancta Juliana diocesis Burgensis in scolarem dicti collegii ad chanoes audiendos vigore literarum suarum domini Gharsie Alvares de Albornoto maiorisdomo, etc. prius facta examinatione de ipso, etc. ut supra. Qui iuravit, etc. ut supra. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in dicto collegio, in camera dicti rectoris, presentibus domino Rodoricho de Sybilia, domino Antonio de Alva, Symone de Alamania, testibus, etc. (69).

Aparece apenas como testemunha D. Fernando de Portugal a 6 e 14 de Maio de 1402, durante o reitorado de Gil de Aragão, a atestar a licença para se ausentarem do Colégio, concedida respectivamente a Garcias de Palência, Pedro de Pretexa e João de Salamanca e a Rodrigo de Sevilha e Pascual de Daroca. Ele mesmo beneficiou de idêntica licença por dois anos, outorgada pelo sobredito reitor a 12 de Outubro de 1402, tendo-a ele próprio, como reitor, concedido a 18 de

---

(69) Arquivo do Colégio de Espanha de Bolonha, *Liber I Admisionum*, fl. 5-7v. No *Livro de Contabilidade*, n. 4, fl. 11v, vem a seguinte notícia: «Item die xxv mensis novembris, rector et consilarii extraserunt de capxa communi libram unam et solidos quindecim, denarios duos, quos assignavimus procuratori videlicet unam libram et solidos quatordecim pro domino Fernando de Portugalia infirmo pro suo residuo et unum solid. et duos denarios pro feriis pro aptando studium Alfonsy, canonici Ovetensis...»

Setembro de 1401 e a 22 de Janeiro de 1402, respectivamente a Pedro de Sevilha e a Afonso de Mena:

Mcccic<sup>o</sup>, indictione nona, die xviii mensis Septembris. Dominus Petrus de Sybilia, volens gaudere licentia domini episcopi, de qua supra fit mentio, volens recedere ad partes pro suis factis peragendis, habuit licentiam, prout patet in eius licentia, qui recessit die xviii Septembris. Et similiter de consensu domini Fernandi rectoris et suorum consiliariorum recessit, presentibus Stephano ser Juliani notario, domino Egidio de Aragonia, domino Martino de Valentia, testibus, etc. Mcccii, indictione x, die xi mensis Junii, fuit reversus ad collegium dictus dominus Petrus de Sybilia, tempore domini Egidii de Aragonia «*sic*», magnifici et honorabilis rectoris collegii Yspanorum. Mcccii, indictione x, xxii mensis Januarii. Dominus Alfonsus de Mena, volens gaudere licentia domini episcopi de Boñ, habuit licentiam recedendi ad partes ut supra.

Mcccii, indictione x, die vi mensis Maii. Domini Gharsias de Palentia, dominus Petrus de Pretexa et dominus Johannes Salamantichus, omnes scolares collegii Yspanorum, de licentia supradicti domini episcopi recesserunt ad partes. Et similiter de licentia domini Egidii de Ragonia et suorum consiliariorum fuit eis concessa, etc. Presentibus domino Fernando de Portugalia, domino Johanne de sancta Juliana, testibus, etc.

Mcccii, indictione x, die xiiii mensis Maii, tempore pontificatus, etc. Dominus Rodoricus de Sybilia, studens in medicina, dominus Pasqualis de Darocha, anbo scolares collegii Yspanorum, volentes gaudere licentia eis concessa per dominum episcopum Boñ, de qua supra fit mentio, volentes recedere ad partes pro suis negotiis peragendis, de consensu domini Egidii de Aragonia, rectoris dicti collegii, et suorum consiliariorum habuerunt licentiam et recesserunt ad partes, pactis et modis in suis licentiis datis et prout aliis datis, rogantes me notarium ut de predictis conficiam instrumentum. Acta predicta in sacrestia chapelle, presentibus domino Fernando de Portugalia et domino Johanne de Algegira, testibus, etc. ...

Millesimo quatringsesimo secundo, indictione decima, die duodecimo mensis Octubris, tempore pontificatus, etc. Venerabilis vir dominus Egidius de Aragonia, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu suorum consiliariorum, vigore licentie date scholaribus dicti collegii, volentibus se absentare a dicto collegio per constitutionem domini episcopi, ut supra fit mentio, secundum formam eiusdem constitutionis, concessit una cum suis consiliariis licentiam per biennium, in quantum in eis est, domino Fernando de Portugalia, postulanti et volenti se absentare a dicto collegio, vigore supradicte constitutionis pro ipsius collegii slevatione, etc. Rogans me notarium ut de dicta licentia presens publicum conficiam instrumentum, presentibus domino Johanne de sancto Vincentio, domino Bartolomeo de Valentia et domino Alfonso de Cremona, scholaribus dicti collegii, etc. Ego Petrus de Camera, notarii dicti collegii, mandato dicti domini rectoris (70).

---

(70) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Liber I Admissionum*, fl. 12v-13v.



*A identificação de Fernando de Portugal doutorado em 1408 com o reitor do Colégio perante os dados biográficos de D. Fernando Afonso e a presença no Estudo de Bolonha do chantre de Coimbra Fernando Gonçalves Belíagua.*

A circunstância da ausência do Colégio por parte de D. Fernando de Portugal parece favorecer a probabilidade de ele ter ido algumas vezes à pátria. Certamente o longo período que vai de Abril de 1392, data do ingresso no Colégio, até ao dia do doutoramento, em 1408, de D. Fernando de Portugal, poderia, à primeira vista, parecer excessivo e talvez justificasse a hipótese de dois reitores do Colégio de S. Clemente diversos, de nome Fernando, um em 1395-1396 e outro em 1401-1402. E o problema poderia agravar-se com a circunstância da existência em Bolonha, no tempo do doutoramento em direito canónico de Fernando de Portugal, no ano de 1408, precisamente do chantre de Coimbra Fernando Gonçalves Belíagua que em Março de 1408, ou seja uns dois meses antes desse doutoramento, ao executar a bula de Gregório XII, a favor de D. Fernando Guerra, dizia não poder ausentar-se de Bolonha por motivo de estudo e que, por documentos posteriores dos anos de 1426 e 1427, sabemos ser doutor em direito canónico. Cremos todavia não haver a mínima dúvida quanto à segurança da identificação numa só e mesma pessoa: D. Fernando Afonso, prior da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, como passamos a considerar.

Bonifácio IX, por letras de Março de 1401, concedia a Fernando Gonçalves Belíagua, então arcediago de Seia e simples clérigo, o indulto de o não poderem obrigar, por espaço de sete anos, a receber Ordens, contanto que os seus benefícios, com cura de almas, não sofressem detrimento:

Bonifatius, etc. Dilecto filio Fernando Gonsalvi Belauga, archidiacono de Sea Colimbriensis diocesis. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te specialibus favoribus et gratiis prosequamur. Hinc est quod nos, volentes te, premissorum meritorum tuorum intuitu, favoribus prosequi gratie specialis, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de mera liberalitate, tecum qui simplex clericus existis, ut ratione quorumcumque beneficiorum ecclesiasticorum, quibus cura imminet animarum, que nunc obtines vel in futurum [fl. 50v] forsitan obtinebis, etiam si parrochiales ecclesie ac

dignitates, personatus vel officia cum cura vel sine cura in metropolitanis vel cathedralibus maiores post pontificales et in collegiatis ecclesiis huiusmodi principales fuerint et ad eas consueverint qui per electionem assumi, infra septennium, a data assecutionis eorumdem beneficiorum computandum, ad aliquos alios superiores ordines promoveri minime tenearis, nec ad id a quoquam invitatus valeas coartari, generalis concilii et quibuscumque aliis constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsitan fuerint, contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia et ex certa scientia dispensamus. Provisio quod archidiaconatus et alia beneficia huiusmodi debitis interim non fraudentur obsequiis et animarum cura in eis, quibus illa imminet, nullatenus negligatur. Nulli ergo, etc., nostre dispensationis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Martii, anno duodecimo (71).

Este documento é omissivo quanto aos estudos de Fernando Gonçalves Beliágua, que, segundo se viu acima, dizia em Março de 1408 não poder ausentar-se de Bolonha por motivo dos seus estudos. Cremos que o Doutor Fernando Gonçalves Beliágua, conselheiro d'el rei de Portugal, que juntamente com o Doutor Martinho do Sem foi a Castela como embaixador de D. João I, em 1423, para que o rei castelhano firmasse as pazes de 1411 (72), se deve identificar com este Fernando Gonçalves Beliágua, chantre de Coimbra. De qualquer forma, o chantre de Coimbra, a estudar em Bolonha em 1408, não aparece aí com algum grau académico. Pensamos que então, a dois meses do doutoramento de Frei Fernando de Portugal, deveria ser bacharel em direito canónico e que isso mesmo declararia, se realmente fosse ele quem se doutorou em direito canónico na Universidade de Bolonha em Maio de 1408. Além disso, parece estranho que não se encontrem documentos dessa altura sobre ele, com a indicação da sua formatura em direito canónico, ao passo que temos exemplos disso mais tarde.

Em súplica, com data de concessão de 5 de Outubro de 1426, sobre a troca da chantria pelo deado de Coimbra com

---

(71) AV, Reg. Lat. 90, fl. 50-50v.

(72) Cf. *Monumenta Henricina*, III, Coimbra 1961, n. 37.

João Afonso, aparece efectivamente como doutor em direito canónico :

Beatissime Pater. Cum devoti vestri oratores Fernandus Gunssalvi, decretorum doctor, cantoriam ecclesie Colimbriensis, que non tamen maior, et Johannes Alfonsi decanatum, qui dignitates maior post pontificalem in dicta ecclesia curata et electiva existunt, et cum quo super [fl. 91v] defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta sufficienter dispensatum est, obtinentes, desiderarent dignitates ipsas invicem permutare, illas in manibus devote creature vestre Fernandi, episcopi Colimbriensis, ex causa permutationis huiusmodi, Fernandus per se, et Johannes per procuratorem sponte et libere resignarunt idemque episcopus, huiusmodi resignatione admissa, cantoriam Johanni, decanatum Fernando contra reservationes apostolicas contulit et de illis etiam providit, quarumque collationis et provisionis vigore, Johannes cantoriam et F[ernandus] prefati decanatum predictos, licet de facto, reservationibus ipsis obstantibus, pacifice assecuti fuerunt, quos tenent et possident etiam pacifice et quiete. Cum autem, Pater Sancte, prefati F[ernandus] et Johannes dubitent ex certis causis resignationem eiusque admissionem necnon collationem et provisionem predictas viribus non subsistere, supplicatur S. V. pro parte dictorum F[ernandi] et Johannis quatinus eidem F[ernando] de dicto decanatu, cuius centum quinquaginta, et Johanni de cantoria, cuius viginti quatuor florenorum auri, fructus, etc., secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, sive premissis, sive quibuscumque aliis modis, aut ex aliorum quorumcumque personis, seu decanatus ipse per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si cantoria ipsa dignitas curata et electiva et dispositioni apostolice specialiter vel alias decanatus ipse generaliter reservati seu devoluti existant et super ipsis in Romana Curia vel extra eam lis, cuius statum, etc., pendeat indecisa, misericorditer providere dignemini. Non obstantia defectu natalium predicto ac canonicatu et prebenda dicte ecclesie, quos idem F[ernandus] et quorum viginti quatuor, necnon parrochiali ecclesie sancti Bartholomei de Paredis Lamacensis diocesis ac canonicatu et prebenda dicte ecclesie Colimbriensis, quos Johannes predicti obtinent, quorum omnium octuaginta florenorum similium fructus, etc., secundum estimationem predictam valorem annum non excedunt, ac dispensatione ad incompatibilia et gratia expectativa, in cancellaria exprimenda, constitutionibus apostolicis et aliis in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. Cum clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur pro utroque .O. Fiat.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, tertio Nonas Octobris, anno nono (73).

---

(73) AV, Reg. Suppl. 202, fl. 91-91v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 1021.

Nesta súplica Fernando Gonçalves esqueceu-se de referir a circunstância de ter recebido até então os rendimentos do deado, pelo que fez novo pedido para que as letras apostólicas pudessem ser despachadas. O pedido foi atendido a 1 de Março de 1427 e por isso corresponde à data da bula sobre o assunto:

Beatissime Pater, S. V. devoto vestro Fernando Gundissalvi, decretorum doctori, canonico Colimbriensi, de decanatu qui dignitas maior post pontificalem curata et electiva existit, sibi auctoritate ordinaria collata, de novo concessit provideri, prout in supplicatione, desuper signata, plenius continetur et cuius tenorem hic habere dignemini pro expresso. Verum, Pater Beatissime, in supplicatione ipsa obmissum fuit exprimere prefatum Fernandum fructus dicti decanatus a tempore dicte collationis ordinarie percepisse; dignetur igitur V. S. litteras apostolicas super dicta supplicatione conficiendas cum expressione premissorum expediri mandare, cum clausulis opportunis. — *Concessum. F. Gebemensis.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, Kalendis Martii, anno decimo (74).

E eis as bulas respectivas, com a exposição do assunto, uma a absolver Fernando Gonçalves de qualquer inabilidade por ter trocado essas dignidades, apesar das reserwações apostólicas, e a impôr-lhe o abandono de tal dignidade, e outra, com a mesma data, a conferir-lhe a mesma dignidade de deão de Coimbra. A bula sobre a absolvição e dimissão do deado é dirigida ao próprio interessado:

Martinus, etc. Dilecto filio Fernando Gundissalvi, canonico Colimbriensi, decretorum doctori. Salutem, etc. Sedes apostolica, pia mater, recurrentibus ad eam cum humilitate filiis post excessum libenter se propitiam exhibet et benignam. Dudum siquidem omnes dignitates maiores post pontificales in cathedralibus ecclesiis tunc vacantes et inantea vacaturas collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari et deinde, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, te cantoriam, que non tamen maior, et dilecto filio Johanni Alfonsi decanatum, qui maior post pontificalem, dignitates sunt ecclesie Colimbriensis obtinentibus, desiderantibus illos, ut asserebatis, ex certis rationabilibus causis invicem permutare, tu videlicet cantoriam per te ipsum et dictus Johannes, reservationis et decreti predictorum forsán ignari, decanatum predictos per dilectum filium Alfonsum Martini, priorem sancti Salvatoris Colimbriensis, procuratorem

---

(74) AV, Reg. Suppl. 207, fl. 36v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugalie Vaticana, Súplicas de Martinho V*, n. 1077.

ipsius Johannis ad [fl. 239] hoc ab eo specialiter constitutum, in manibus venerabilis fratris nostri Fernandi episcopi Colimbriensis, extra Romanam Curiam ex causa permutationis huiusmodi sponte resignastis ipseque episcopus, reservationis et decreti predictorum similiter inscius, resignationibus huiusmodi per eum ex causa predicta extra eandem Curiam auctoritate ordinaria admissis, cantoriam dicto Johanni et licet de facto decanatum predictos, per huiusmodi resignationes ut credebatur vacantes, tibi eadem auctoritate contulit et de illo etiam providit tuque pretextu collationis et provisionis predictorum, tibi ut prefertur factarum, eundem decanatum assecutus, illum ex tunc detinuisti, prout detines, fructus percipiendo ex eodem similiter de facto, quare pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut tibi ac statui tuo super premissis providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, volentes te, apud nos alias de litterarum scientia, vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favoribus prosequi gratiosis, huiusmodi supplicationibus inclinati, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per te, premissorum occasione, contractam, auctoritate apostolica, tenore presentium penitus abolemus. Volumus autem quod dictum decanatum ex nunc realiter et omnino dimittas. Nulli ergo, etc., nostre abolitionis et voluntatis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, Kalendis Martii, anno decimo (75).

A outra bula sobre a concessão do deado é em forma de comissão, dirigida, além do bispo de Alet, ao tesoureiro e cónego Vasco Fernandes da igreja de Coimbra:

Martinus, etc. Venerabili fratri episcopo Electensi et dilectis filiis thesaurario ac Velasco Fernandi, canonico ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Fernandus Gundissalvi, canonicus Colimbriensis, decretorum doctor, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes dignitates maiores post pontificales, in cathedralibus ecclesiis tunc vacantes et inantea vacaturas, collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane, si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari et deinde, sicut hodie nobis pro parte dicti Fernandi fuit expositum, ipso cantoriam, que non tamen maior, et dilecto filio Johanne Alfonsi decanatum, qui maior post pontificalem dignitates sunt ecclesie Colimbriensis, obtinentibus ac desiderantibus illos ut [fl. 239v] asserebant, ex certis rationabilibus causis invicem permutare Fernandus videlicet cantoriam per seipsum et Johannes predicti, reservationis et decreti predictorum forsitan ignari, decanatum predictos, per dilectum filium Alfonsum Martini, priorem sancti Salvatoris Colimbriensis procuratorem suum, ab eo

---

(75) AV, Reg. Lat. 269, fl. 238v-239.

specialiter constitutum, in manibus venerabilis fratris nostri Fernandi, episcopi Colimbiensis, extra Romanam Curiam ex causa permutationis huiusmodi sponte resignarunt, ipseque episcopus, reservationis et decreti predictorum similiter ignarus, resignationibus huiusmodi per eum ex causa predicta extra eandem Curiam auctoritate ordinaria admissis, cantoriam Johanni et licet de facto decanatum predictos per huiusmodi resignationes, ut credebatur vacantes, Fernando prefatis eadem auctoritate contulit et de illo etiam providit, ipseque Fernandus pretextu collationis et provisionis predictorum, sibi ut premittitur factarum, eundem decanatum assecutus, illum ex tunc detinuit, prout detinet, fructus percipiendo ex eodem similiter de facto, Nos per alias nostras litteras omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per eundem Fernandum Gundissalvi premissorum occasione contractam, penitus abolevimus ac volumus quod ipse Fernandus Gundissalvi decanatum predictum ex tunc realiter et omnino dimitteret, prout in eisdem litteris plenius continetur. Cum autem secundum premissa collatio et provisio predictae, ipsi Fernando Gundissalvi facte ut prefertur, viribus non subsistant dictusque decanatus adhuc ut prefertur vacare noscatur ... Nos, volentes eidem Fernando Gundissalvi, premissorum meritum suorum intuitu, gratiam facere specialem ipsumque in eadem ecclesia amplius honorare, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eundem decanatum ad quem consuevit quis per electionem assumi cuique cura imminet animarum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis prefato Fernando Gundissalvi postquam illum realiter et omnino dimiserit ut prefertur auctoritate nostra conferre et assignare curetis ...

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, Kalendis Martii, anno decimo. Ja xxvi, tertio decimo Kalendas Aprilis, anno decimo, de Corretanis (76).

Estes os argumentos tirados do que sabemos do *curriculum* do Dr. Fernando Gonçalves Beliáguia. Quanto ao Dr. Fernando Afonso, prior de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, podemos alegar razões que ajudam a desfazer a dificuldade que poderia levar à distinção de dois reitores do Colégio de nome Fernando.

Como diz o cronista contemporâneo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Afonso Martins, prior conventual do mosteiro, pai de Fernando Afonso, manteve este em Bolonha *per multos annos ataa que foy doutor* (77) e já em Abril de 1402 o Cabido de Lisboa, ao apresentar ao Colégio de S. Clemente como candidato a Gomes Pais, escolar em direito canónico, e quartanário da sé, o qual só em 1414, como veremos, se doutorará em cânones, alega que *honorabilis et discretus*

---

(76) AV, Reg. Lat. 269, fl. 239-240.

(77) Cf. nota 57.

*vir Fernandus qui ad presentationem nostram in ipso vestro collegio per vos quondam fuit receptus*, tinha já preenchido o tempo da residência no Colégio, de tal forma que ao Cabido, segundo a norma dos Estatutos, pertencia o direito de apresentar outro (78). Aos estudantes, é certo, no máximo, permitiam-se oito anos de residência no Colégio (79), mas nem sempre se observavam os Estatutos. Além disso, permanece o facto, comprovado por documento, da ausência por dois anos da parte de D. Fernando de Portugal, que beneficiou de tal licença pelo menos em 1402.

Doutorado em direito canónico no ano de 1408, talvez D. Fernando ficasse algum tempo mais por Itália. Como vimos, após o regresso ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cujo prior, seu pai, tinha já morrido, o nosso doutor foi eleito prior do mosteiro juntamente com outro cónego. O dissídio causado por estas eleições exigiu a intervenção de el-rei e do seu confessor Frei João de Xira por meio de nova eleição na pessoa de D. Gonçalo Gil, anteriormente prior da igreja de Santo Antão do Tojal da diocese de Lisboa, cujas virtudes o citado cronista muito exalta. Como passamos a ver, a eleição de D. Gonçalo deve situar-se nos primeiros meses de 1415, não muito antes de 5 de Março de 1415, pelo que a de D. Fernando Afonso, anterior, como diz o cronista, deve colocar-se nos princípios de 1415 ou então nos fins de 1414.

Em súplica atendida a 23 de Dezembro de 1417 por Martinho V, o cónego regente de S. Vicente de Fora António Afonso pedia ao papa a sobredita igreja de Santo Antão do Tojal que se esperava viesse a vagar pela promoção de Gonçalo Gil, eleito prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra:

Beatissime Pater. Cum parrochialis ecclesia sancti Anthonii de Toial Ulixbonensis diocesis, per canonicos regulares ordinis sancti Augustini gubernari consueta, quam devotus vester Gunsalvus Egidii, electus ad monasterium sancte Crucis extra muros Colimbrieñ dicti ordinis obtinet, per promotionem ad dictum monasterium per S. V. eidem electo fiendam et assecutionem administrationis bonorum dicti monasterii vel maioris partis vacare speretur, supplicat S. V. humilis et devotus vester Anthonius Alfonsi, in sacerdotio constitutus,

---

(78) Cf. nota 104.

(79) Em V. BELTRÁN DE HEREDIA, *Primeros Estatutos del Colegio español de San Clemente en Bolonia*, em *Hispania Sacra*, 11 (1958) 200.

canonicus professus dicti monasterii, quatinus sibi de dicta ecclesia. cuius fructus, etc., septuaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt, cum illam ut prefertur vacare contigerit aut alio quovis modo, preterquam per dicti Gusalvi obitum, etiam si premissis vel alio quovis aut ex alterius cuiuscumque persona seu per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si generaliter vel specialiter reservat. devolut. et litigiosa existat, dignemini misericorditer providere, secum super defectu etatis, cum xxiii annum sue etatis attigerit, dignemini misericorditer dispensare et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur .O.*

Datum Constantie, decimo Kalendas Januarii, anno primo (80).

Martinho V em bula de 7 de Janeiro de 1418, dirigida aos bispos de Coimbra e de Évora, mandava-os receber o juramento de fidelidade, a prestar por D. Gonçalo, que o papa, pouco antes, tinha nomeado prior do mosteiro de Santa Cruz, directamente sujeito à Santa Sé:

Martinus, etc. Venerabilibus fratribus .. Colimbriensi et .. Elborensi episcopis. Salutem, etc. Cum nuper monasterio sancte Crucis extra muros Colimbriensi ad Romanam ecclesiam nullo medio pertinenti, per priorem solito gubernari, ordinis sancti Augustini, tunc vacanti, de persona dilecti filii Gusalvi, prioris eiusdem monasterii, auctoritate nostra duxerimus providendum, preficiendo ipsum eidem monasterio in priorem, Nos, volentes eiusdem prioris, in illis partibus commorantis, parcere laboribus et expensis, ne propter hoc cogatur veniendo ad Romanam Curiam personaliter laborare, fraternitati vestre, presentium auctoritate, committimus et mandamus quatinus vos vel alter vestrum ab eodem priore, nostro et Romane ecclesie nomine, fidelitatis debite recipiatis, seu alter vestrum recipiat, iuramentum, iuxta formam quam sub bulla nostra mittimus interclusam; formam autem iuramenti, quod dictus prior prestabit, nobis de verbo ad verbum per eius patentes litteras, suo sigillo signatas, per proprium nuntium quamtotius destinare curetis.

Datum Constantie, septimo Idus Januarii, anno primo (81).

Não é de admirar que D. Gonçalo ainda apareça em Dezembro de 1417 como prior eleito do mosteiro de Santa Cruz e que em Janeiro de 1418 Martinho diga tê-lo nomeado prior, mandando receber o juramento de fidelidade, apesar de a eleição se ter dado alguns anos antes, porque então, durante o Concílio de Constança, estava a Igreja sem pastor. De facto temos documento autêntico a comprovar que

---

(80) AV, Reg. Suppl. 106, fl. 269-269v. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Martinho, V*, n. 37.

(81) AV, Reg. Lat. 187, fl. 197v.



D. Gonçalo Gil era já prior eleito em 5 de Março de 1415. Trata-se da declaração relativa à presença do procurador de D. Gonçalo na Cúria, em 13 de Janeiro de 1418, e promessa de satisfazer à taxa devida pela promoção a prior do mosteiro, cuja procuração, passada por notário, data precisamente de 5 de Março desse ano de 1415:

Eadem die [13 mensis Januarii. Anno 1] Valascus Dominici, rector parochialis ecclesie sancti Michaelis de (?) Colimbrieñ, procurator procuratorio nomine venerabilis fratris domini Gunsalvi, electi prioris monasterii sancte Crucis extra muros Colimbrieñ, per priorem soliti gubernari, ordinis sancti Augustini, prout constabat publico instrumento, manu Lupi Dominici, notarii publici, signato et super inde confecto, sub die quinta mensis martii Mccccxv, obtulit Camere apostolice et Collegio pro suo communi servitio debito floren. auri de Camera duo milia, ad quos ipsum monasterium taxatur, et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus et officialibus, etc. Et recognovit in forma. Promisit autem solvere communia et minuta servitia huiusmodi infra annum a die present. obligationis in antea computand. et recognita, si que sint, infra alium annum ex tunc proxime secutur. Renuntiavit, etc., submit, etc., obligavit, etc., et iuravit in forma Camere. Et dominus locumtenens tulit sententias in scriptis. Actum ut supra. Presentibus Nicolau de Urbe Veteri, Francisco de Picolpass. dicte Camere et Jo. Ponceti Collegii clericis et pluribus aliis fidedignis.

Item prefatus procurator voluit quod si dominus noster papa de communibus et minutis servitiis huiusmodi aliquid duxerit moderand. quod illud dicto priori debeat suffragari.

Die Veneris, xxviii mensis predicti, idem procurator, non obstante obligatione supradicta, promisit sub penis Camere consuetis, ultra contenta in ipsa obligatione, solvere omnia iura illa que tam de iure quam de consuetudine per alios inibi priores superscripti priores predecessores solvebantur et solvi soliti fuerunt et super ipsis solvend., omni exceptione cessante, iuravit, etc. Renuntiavit, etc. ut in proxima. Presentibus F. de Picolpass., Ni. de Urbe Veteri et Ambrosio de Medil., clericis Camere memorate. Actum in thesauraria apostolica, etc., die iiii Februarii. Idem procurator promisit solvere servientibus armorum quorum nomina ut supra, in terminis quos supra, sub penis quibus supra. Presente Francisco de Yspania serviente, etc. et Jo. Cor-durerii (82).

Ficamos assim com a certeza de que a eleição de D. Gonçalo Gil se deu durante o Concílio de Constança, em 1415. E não a podemos antecipar muito desta data de 5 de Março de 1415, porque a 18 de

---

(82) AV, Obl. et Sol. 58, fl. 36v

Junho de 1414 ainda aparece o sucessor, pai de D. Fernando Afonso, como prior do mosteiro, em documento sobre prorrogação do tempo para pagar taxa devida ao Colégio cardinalício:

Franciscus, etc. Quod intellecta mole gravaminum pro parte venerabilis in Christo patris domini fratris Alfonsi abbatis (*sic*) monasterii sancte Crucis Colimbriensi, coram nobis exposita, que ipsum ad solvendum illas pecuniarum quantitates, quas pro suis communi et minuto servitiis collegio antedicto ac familiaribus, etc., reddebant et adhuc reddunt verisimiliter impotentem, auctoritate dicti collegii, nobis in hac parte commissa, usque ad festum anuntiationis beate Marie Virginis proxime futurum eidem terminum duximus prorogandum. Volumus tamen, etc. Insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc.

Datum Bonoñ, anno a nativitate Domini millesimo ccccº xiiii, indictione vii, die xviii Junii, pontificatus domini Johannis pape xxiii anno v.º (83).

Regulando-nos, portanto, pela data da eleição de D. Gonçalo nos primeiros meses (talvez em Março) de 1415, após frustradas eleições de Pero Anes e de Fernando Afonso, as notícias sobre o regresso deste ao mosteiro de Santa Cruz, após a morte do pai, e diligências para tomar conta do governo do mesmo, devem dizer respeito aos fins de 1414 ou princípios de 1415.

Falidas as tentativas de assegurar os seus direitos ao priorado de Santa Cruz, D. Fernando Afonso continuaria ao serviço de D. João I como desembargador e conselheiro régio, recebendo naturalmente os rendimentos da igreja de Santa Maria da Arruda, de que foi prior até à morte, ocorrida à volta de 1439 ou 1440. Entretanto, não esmoreceu no interesse pelos livros.

Em 1426, estabelecia-se em Lisboa, onde fundou o mosteiro de S. Bento de Xabregas da Observância beneditina, que depois passou aos Lóios, o antigo monge da abadia de Santa Maria de Florença Frei Estêvão de Aguiar, o qual foi nomeado abade do mosteiro de S. Pedro de Pedroso em Março de 1429 e em Outubro de 1431 do mosteiro de Alcobaça, apesar de viver frequentemente no mosteiro de Xabregas, sobretudo depois da nomeação a conselheiro régio pelo Infante D. Pedro em Janeiro de 1440 (84). Ora precisamente a Frei Estêvão de Aguiar vendeu *Fernam Affonso priol de Sancta Maria da*

---

(83) AV, Obl. et Sol. 55A, fl. 56v.

(84) Cf. ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, p. 143.

*Arruda do arçobispado de Lixboa* um código com a tradução dos Diálogos de S. Gregório Magno (85).

A data da morte de D. Fernando Afonso podemos-la inferir da documentação pontifícia relativa à sucessão no priorado de Santa Maria da Arruda. Em súplica, atendida por Nicolau V no dia 1 de Março de 1448, Gil Anes, cónego regrante, pede ao papa confirme a aceitação e provisão do priorado de Santa Maria da Arruda, de que viera a usufruir por morte de D. Fernando Afonso, cónego regrante e reitor da sobredita igreja, em virtude de graça expectativa concedida por Eugénio IV no princípio do seu pontificado:

«Beatissime Pater, alias parrochialis ecclesia beate Marie de Aruda Ulixbonensis diocesis, que per canonicos regulares ordinis sancti Augustini consuevit gubernari, tunc per obitum quondam Fernandi Alfonsi, dicti ordinis canonici et ipsius parrochialis ecclesie olim rectoris, extra Romanam Curiam defuncti vacante, devotus orator Egidius Johannis, canonicus regularis dicti ordinis, illam vigore certe gratie sue expectative, sibi per felicis recordationis Eugenium papam quartum predecessorem vestrum sub data octavo Kalendas Maii pontificatus sui anno primo, gratie facte et concesse, acceptavit sibi que de illa provideri obtinuit et provisionis huiusmodi vigore, illius possessionem assecutus extitit, sed quia, Pater sancte, idem Egidius de provisionis et acceptationis predictarum viribus certis ex causis dubitat, eapropter humiliter et devote eidem Sanctitati supplicat quatinus acceptationem, provisionem et assecutionem prenarratas (86) omniaque et singula ex hiis secuta et secutura presentibus ex vestri certa scientia ratas et gratas habentes illasque et illa apostolice sedis munimine cum quoruncumque in eis forte interventorum defectuum supplementatione, confirmari, laudantes et approbantes, sibi de parrochiali ecclesia predicta, cuius fructus, etc., centum quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu ex simplici dicti quondam Fernandi vel alterius cuiuscumque et in quibuscumque nominibus, etiam coram notario publico et testibus sponte factam resignationem que, si admissa non sit, presentibus admictentes aut constitut. *Execrabilis* vel *Ad regimen* vacet, etiam si tanto tempore vacaverit quod illius collatio, etc., ad sedem sit apostolicam legitime devolut. ipsaque parrochialis ecclesia generaliter vel specialiter reservat., affect. aut cuius litis stat., etc., inter aliquos in Curia aut extra eam litig. existat, de novo providere seu provideri mandare ipsumque Egidium quoad effectum provisionis huiusmodi a quibuscumque

---

(85) Cf. ANTÓNIO CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa...*, p. 113, nota 13.

(86) No ms. *prevariat.* com sinal de erro.

excommunicationis, suspensionis et interdicti aliisque sententiis, censuris et penis ecclesiasticis in eum tam a iure quam ab homine et ex quavis causa posit. latis et fulminatis absolvere dignemini, non obstante defectu natalium quem dictus Egidius de presbytero canonico regulari ordinis prefati genitus et coniugata patitur, super quo secum ut in cancellaria exprimeretur, apostolica auctoritate extitit dispensatum et super quo etiam quatinus indigeat auctoritate eadem dispensare dignemini de gratia speciali. Cum non obstaſi et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur et dispensamus .T.*

Datum Rome apud Sanctum Petrum, Kalendis Martii, anno secundo. R. Pogi» (87).

O conteúdo duma bula do mesmo papa Nicolau V, com data de 8 de Junho de 1450, sobre o litígio original pela aceitação e provisão sobreditas com Gil Anes, após a morte de Fernando Afonso, permite-nos determinar com relativa precisão a data do seu falecimento ou seja o ano de 1439 ou 1440. Efectivamente, um dos últimos ouvidores pontifícios a tratar da causa foi o bispo de Treviso D. Hermolao, antes da promoção episcopal ocorrida em Outubro de 1443 (88), quando ele era notário apostólico, e o primeiro a tratar dela na Cúria, após a morte de D. Fernando Afonso, foi o ouvidor Roberto de Cavalcante, antes da promoção à sé de Volterra em Abril de 1440 (89). Eis as letras apostólicas sobre o assunto:

Nicolaus, etc. Venerabilibus fratribus Peneſi et Colimbriensi episcopis ac dilecto filio priori prioratus sancte Crucis extra muros Colimbrieſi. Salutem, etc. Exhibita nobis pro parte dilecti filii Egidii Johannis, rectoris parochialis ecclesie beate Marie de Aruda Ulixbonensis diocesis, petitio continebat quod, licet olim ipse parochialem ecclesiam predictam, tunc per obitum quondam Fernandi Alfonsi, illius ultimi rectoris extra Romanam Curiam defuncti, vacantem, vigore quarumdam litterarum apostolicarum sibi per felicis recordationis Eugenium papam iiii predecessorem nostrum gratiose concessarum, prout ex eadem forma poterat, infra tempus legitimum acceptasset et de illa sibi provideri obtinisset illamque acceptationis et provisionis predictarum vigore assecutus fuisset canonice, tamen dilectus filius Fernandus Johannis pro clerico dicte diocesis se gerens, falso asserens dictam ecclesiam ad se spectare seque illa contra iustitiam fuisse spoliatum ac gratie acceptationi, provisioni et assecutioni huiusmodi contra iustitiam se opponens, impedivit et impedit ac fecit et facit quominus dictus Egidius eamdem ecclesiam possit pacifice

---

(87) AV, Reg. Suppl. 434, fl. 76v-77.

(88) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica*, II, Monasterii 1914, p. 248.

(89) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica*, II, p. 270.

possidere, ortaque propterea inter Egidium et Fernandum predictos super dicta ecclesia materia questionis et causa huiusmodi per appellationem ipsius Fernandi a quodam conficto sibi ut asserebat sufficienti illato gravamine ad sedem apostolicam introducta, idem predecessor causam appellationis huiusmodi, non obstante quod de sui natura ad Romanam Curiam legitime devoluta et apud eam tractanda et finienda non esset, Roberto de Cavalcantibus Vulterafi primo et deinde Simoni de Valle Ausareñ episcopis bone memorie, tunc capellanis suis et causarum palatii apostolici auditoribus, successive ad instantiam dicti Fernandi ex certis causis audiendam commisit et fine debito terminandam, qui auditor perperam in illa procedens, unam in possessorio et aliam in petitorio contra dictum Egidium diversas diffinitivas sententias promulgavit iniquas, a quibus pro parte dicti Egidii fuit ad sedem apostolicam appellatum idemque predecessor causam appellationis huiusmodi et negotii principalis bone memorie Baptiste electo Theatiñ et deinde ex certis causis dilecto filio magistro Geminiano de Prato, capellano nostro et tunc suo et causarum dicti palatii auditori audiendam comisit et fine debito terminandam, qui, cognitis illius meritis, de consilio et assensu coadiutorum suorum causarum dicti palatii, quibus super hiis relationem fecit fidelem, per suam diffinitivam sententiam promulgavit, decrevit et declaravit per predictum Simonem coadiutorem suum tam in possessorio quam petitorio male fuisse et esse processum, sententiatum et diffinitum ac pro parte dicti Egidii a Simone auditore ipsiusque diffinitiva sententia bene fuisse et esse appellatum et provocatum ipsiusque Simonis auditoris sententias predictas revocandas fore et revocavit eiusque sua diffinitiva sententia pronuntiavit, decrevit et declaravit gratie acceptationem et provisionem predictas et quecumque inde secuta fuisse et esse canonica suumque debuisse et debere sortiri effectum dictamque ecclesiam ad prefatum Egidium spectasse et pertinuisse ac spectare et pertinere de iure illamque sibi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis adiudicandam fore et adiudicavit... ac prefato Fernando super illis ac ecclesia predicta perpetuum silentium imponendum fore et imposuit, expensarum taxationem ex causa obmittendo. A qua quidem Geminiani sententia pro parte dicti Fernandi fuit ad sedem apostolicam appellatum eandem idemque predecessor causam appellationis a Geminiani sententia interponente huiusmodi magistro Johanni Didaci, capellano nostro tunc suo et causarum dicti palatii auditori, ad instantiam dicti Fernandi audiendam comisit et fine debito terminandam, qui, cognitis illius meritis, de consilio et assensu coadiutorum suorum causarum dicti palatii, quibus super hiis relationem fecit fidelem, per suam diffinitivam sententiam pronuntiavit, decrevit et declaravit per Geminianum auditorem prefatum bene fuisse et esse processum, sententiatum et diffinitum ... dictumque Fernandum in expensis in huiusmodi causa coram se factis condemnandum fore et condemnavit, illarum taxatione sibi imposterum reservata, a qua quidem sententia pro parte dicti Fernandi ad sedem predictam appellato, predecessor prefatus causam ultime appellationis huiusmodi quondam Johanni Loyer, capellano suo et causarum dicti palatii auditori, primo et deinde, de utriusque partis procuratorum assensu, venerabili fratri nostro Hermolao episcopo Tervisii, tunc notario suo audiendam comisit et fine debito

terminandam, qui quidem episcopus, tunc notarius, cognitis illius meritis et habito consilio cum peritis, per suam diffinitivam sententiam pronuntiavit, decrevit et declaravit per Johannem Didaci, auditorem predictum, bene fuisse et esse processum, sententiatum et diffinitum ... Demum vero postquam dictus Egidius predictarum sententiarum vigore dicte ecclesie possessionem extiterat assecutus illamque per plures annos possederat pacifice et quiete, subsequenter pro parte eiusdem Egidii nobis exposito quod prefatus Fernandus eundem Egidium prefata ecclesia spoliaret seque intruserat in eadem ac propterea dictus Egidius Fernandum ipsum super spoliatione huiusmodi coram dilecto filio Laurentio Valasci, vicario venerabilis fratris nostri archiepiscopi Ulixbo-nensis, non ex delegatione apostolica traxerat in causam quodque idem vicarius causam huiusmodi, nonnullis de causis animum suum moventibus, ad Roma-nam Curiam duxerat remittendam, Nos eandem dilecto filio magistro Antonio Petri, capellano nostro et causarum palatii apostolici auditori, ad instantiam dicti Fernandi audiendam commisimus et fine debito terminandam, qui cita-tionem ad partes cum inhibitione ad ipsius Fernandi instantiam decrevit succes-sive, Nos ad dicti Egidii asserentis quod vigore sententiarum earumdem eidem Fernando perpetuum silentium impositum fuerat, eidem Antonio auditori, postquam ad nonnullos actus, citra tamen conclusionem, in causa ipsa proces-serat, comisimus ut si ei constaret de premissis, litteras executorias super dictis tribus sententiis in forma exhibita, cum invocatione auxilii brachii secularis contra dictum Fernandum omnesque alios communiter vel divisim sua interesse putantes ac in dicta ecclesia intrusos et imposterum intrudendos, eidem Egidio dandas fore decreverat, prout idem Antonius auditor litteras executoriales sic ut premittitur petitas iuxta dicte nostre concessionis tenorem in forma solita dari decrevit atque concessit ... Cum autem, sicut eadem petitio subiun-gebat, idem Egidius dubitet ne interim etiam aliqui alii in eadem ecclesia se intruserint vel imposterum intrudant, pro parte dicti Egidii nobis fuit humiliter supplicatum ut providere sibi super hoc de remedio oportuno dignemur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni vestre per aposto-lica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios, premissa executioni debite demandantes, eundem Egidium vel procura-torem suum eius nomine in corporalem possessionem ecclesie iuriumque et pertinentiarum predictorum, amoto exinde dicto Fernando et quolibet alio detentore, inducatis auctoritate nostra et defendatis inductum, facientes sibi de ipsius ecclesie fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo, sexto Idus Junii, anno quarto (90).

---

(90) AV, Reg. Lat. 458, fl. 66v-68.

*O Dr. Fernando Afonso da Silveira o filho do prior do mosteiro de Santa Cruz?*

Em desacordo com esta documentação e com o que acabámos de dizer sobre D. Fernando Afonso, cónego regrante, doutorado em direito canónico pela Universidade de Bolonha, tornado conselheiro e desembargador de D. João I, as afirmações do autor dos *Brasões da Sala de Sintra* e autores por ele citados e criticados, pois chegam a identificá-lo com o Dr. Fernando Afonso da Silveira, doutor em leis, conselheiro e desembargador do mesmo rei. Tais afirmações de Bramcamp Freire foram feitas por causa de D. Nicolau de Santa Maria, cronista de Santa Cruz de Coimbra, incluir o pai do Dr. Fernando Afonso e prior conventual de Santa Cruz entre os nobres do seu tempo:

Em 1387, em seguida ao seu casamento, escolheu D. João I as pessoas que haviam de servir a rainha D. Filipa e entre elas nomeou vedor da sua casa a Afonso Martins «que depois foi prior de Santa Cruz» (F. Lopes, part. II, p. 228). De toda esta indicação teceu D. Nicolau de Santa Maria, cronista de Santa Cruz de Coimbra, a tal mal urdida fábula, género por ele muito cultivado. Afirma ter Afonso Martins sido filho de Martim Afonso de Sousa, a quem acompanhara na batalha de Aljubarrota, haver casado com D. Maior Rodrigues, filha de Rui Vasques Ribeiro «fidalgo bem conhecido e estimado del rei D. João I»; ter dela tido um filho «por nome Fernão Afonso, que estudou e se fez doutor em Leis na Universidade de Bolonha, e foi desembargador del Rey» e finalmente haver professado, depois de viúvo, em 21 de Junho de 1387 (*Cronica da Ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, parte II, liv. IX, cap. 24.)

Vamos desembulhar a meada. Martim Afonso de Sousa, combatente na batalha de Aljubarrota, foi o 2.º senhor de Mortágua e entre os seus filhos nenhum nobiliário antigo nomeia Afonso Martins ... Afonso Martins casou, diz o cronista de Santa Cruz, com D. Maior Rodrigues, filha de Rui Vasques Ribeiro, e depois de enviuar professou em 1387. Ora Rui Vasques Ribeiro só veio a casar passados trinta e seis anos, precedendo instrumento de dote e arras feito em 8 de Maio de 1423 (*Chancelaria de D. João I*, liv. 4.º, fl. 63) ... D. Antonio Caetano de Sousa, genealogista cortesão, não se contentou em aceitar toda a invenção do cónego de Santa Cruz, mas ainda foi mais longe, e vem-nos dizer que o tal dr. Fernão Afonso, filho do prior Afonso Martins, foi o dr. Fernão Afonso da Silveira, pai do dr. João Fernandes da Silveira, 1.º barão de Alvito (*História Genealógica*, XII, 713). Isto é: a homens de baixa extracção pretende filiar numa das mais ilustres gerações de Portugal...

As palavras escritas por Xisto Tavares no seu *Nobiliário* ou melhor *Livro das Principaes Linhagens de Portugal* (pág. 681 da minha cópia), são realmente as transcritas na *História Genealógica*: «O Doutor Fernando Afonso

da Silveira filho do prior de Santa Cruz, foi homem honrrado em tempo del Rey D. João o primeiro, foi desembargador do Paço, foi casado com Caterina Teixeira, filha de (*espaço em branco*), de que houve a João Fernandes da Silveira».

Depois de as transcrever, continua D. Antonio Caetano de Sousa: «Não nomeou quem era o prior como pessoa conhecida naquele tempo». Sucede porém não ter Xisto Tavares nomeado aqui, nem tão pouco quando enumerou aos filhos de Martim Afonso de Sousa, pois apenas lhe dá, além de filhas, três filhos, um legítimo, Gonçaleanes de Sousa, e dois bastardos, Martim Afonso de Sousa e Pero de Sousa (pág. 207). Ora se o prior fosse realmente pessoa conhecida não seria nomeado entre os filhos do suposto pai? Não há que duvidar, mas não foi nomeado, porque nunca teve tal ascendência.

Dr. António de Lima no seu *Nobiliário* não indica a filiação do dr. Fernão Afonso da Silveira e diz que a mulher dele era filha de «hum çapateiro de Torres Vedras». Sem exageros para um lado nem para o outro, escreve o autor do *Nobiliário quinhentista*, já por vezes citado: «O doutor Fernão dAfonso da Silveyra foy hũu omẽ honrrado e doutorouse em tempo del rey dom João o primeyro e foy casado com Catrina Teyxeira, filha de ... de que ouve hũu filho por nome o doutor João Fernandes da Silveyra» (pág. 247, n. 1). Fiquemos com este e cortemos sércio o ramo enxertado no velho tronco dos Sosas (91).

Se assim fosse, teríamos de rever quanto dissemos, porque então, apesar de nos fins do século XIV e por toda a primeira metade do século XV, depararmos só em 1440 com um português doutorado em leis pela Universidade de Bolonha, o Dr. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico em Maio de 1408 nesta Universidade italiana não se poderia identificar com o cónego regrante, prior de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, e até as afirmações do cronista de Santa Cruz de Coimbra, seu contemporâneo, de que transcrevemos acima várias passagens sobre o doutoramento em Bolonha, cargos régios e postulação para prior do mosteiro, teriam de sofrer séria revisão. E havemos de confessar que o problema nos trouxe embaraçado, tanto mais que, noutra passagem, o cronista crúzio refere-se ao filho de Fernando Afonso e também doutor, de nome João Fernandes. O facto representa uma coincidência a mais, a favor da identificação com o Dr. Fernando Afonso da Silveira, formado em leis, conselheiro e desembargador régio, já que não há dúvida alguma sobre a existência do Dr. João

---

(91) ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, I, Coimbra 1927, pp. 239-241.



Fernandes da Silveira, bem conhecido na História de Portugal, que em Outubro de 1448 aparece como membro da embaixada de obediência a Nicolau V (92), recebia, em 1 de Agosto de 1453, de Enea Piccolomini, famoso humanista e bispo de Sena, com amizades entre Portugueses desde o concílio de Basileia e por ocasião do casamento da imperatriz Dona Leonor, uma carta dirigida precisamente a *Domino Johanni Fernandi, legum doctori, consiliario serenissimi domini regis Portugallie* e em 1461 aparece como um dos testamenteiros do Infante D. Henrique (93), sob a indicação de *Doutor Joham Fernandez da Silveira ... do seu conselho*, bem como em muitos documentos de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 1462 (94). Eis a passagem do cronista crúzio:

«E seu pai lhe deu duas quintaens em Lixboa e senpre cada hũa andou sobre sy, das quaes quintaans lhe dam quareenta mil rreais em cada huum ano. E ora seu filho Joham Fernandez doutor pagua por ellas e por hũas casas que som em a Rua Nova, de Lixboa xi reais e a ele dam iii reais por as casas as quaes estam mui mall repayradas. E quando ele morrer que a terceira pesoã dallasha o mosteiro por annos a quem nas correagua» (95).

Será então o Dr. Fernando Afonso da Silveira que aparece como *Fernando Alfonso, dotor en leys, del su desenbargo* ou ainda como *Fernando Alfonso, cavallero, doctor* e embaixador de D. João I na carta de Abril de 1423 do rei de Castela sobre a ratificação do tratado de pazes de 1411 (96), e a 27 de Janeiro de 1432 na ratificação do tratado de Outubro de 1431, como *Dr. FernandAfonso da Silveyra, do seu desembargo* (97), ou como *doutor FernandAfonso da Silveira, nosso chanceler moor*, em documento semelhante de 7 de Novembro de 1432 (98) — será então, repetimos, este Dr. Fernando Afonso da Silveira, doutorado em leis e não em direito canónico, o filho do prior

---

(92) Cf. *Monumenta Henricina*, IX, Coimbra 1968, p. 300, nota 4.

(93) Cf. A. J. DIAS DINIS, OFM, *O Espólio do Infante D. Henrique*, em *Colecção de Estudos*, 2.<sup>a</sup> série, ano II (1951) 213.

(94) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. I, 47v, 49, 50, fl. 52, 53, 53v, 54, 54v, 57, 60, 62v, 63, 66, 67, 69, 71v, 74, 75, 102v, 109v.

(95) Em ANTÓNIO CRUZ, *Santa Cruz de Coimbra...*, vol. I, p. 349.

(96) Cf. *Monumenta Henricina*, III, Coimbra 1961, n. 37, p. 60.

(97) Cf. *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra 1962, n. 15, p. 86.

(98) *Ibidem*, n. 42, p. 169.

conventual do mosteiro de Santa Cruz D. Afonso Martins, que se doutorou em Bolonha e foi conselheiro e do desembargo de D. João I, como narra o cronista contemporâneo do mosteiro? Na afirmativa, teríamos que admitir então que o Fernando de Portugal, doutorado em cânones pela Universidade de Bolonha em Maio de 1408, não se pode identificar com o prior da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos nem com o estudante Fernando de Portugal, reitor do Colégio de S. Clemente de nome Fernando que, naturalmente como português ou como candidato apresentado pelo bispo e cabido de Lisboa ao Colégio, devia pertencer à Faculdade de Direito Canónico e não à de Leis, conforme os Estatutos do Colégio.

Parece-nos que esta circunstância é já para ter em conta, além do argumento já aludido de, a partir dos fins do século XIV até meados do século XV, só em 1440 depararmos com um português de nome Fernando doutorado em leis pela Universidade de Bolonha. Acresce ainda que as notícias dadas pelo cronista sobre D. Fernando Afonso, filho do prior e reitor da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, antes prior castreiro de Santa Cruz, são confirmadas, como vimos, por documentação pontifícia. E talvez não seja descabida a distinção de dois Doutores Fernandos Afonso, um formado em direito canónico pela Universidade de Bolonha e reitor do Colégio Universitário de S. Clemente da mesma cidade, e o outro Fernando Afonso da Silveira.

Na chancelaria de D. João I encontra-se documento de 14 de Dezembro de 1419 relativo à «Carta per que o dicto senhor deu hũas casas de foro que elle ha em Lixboa na Rua de Morraz, que spirarom per morte de Bernalde Anes e partem com Rua publica e com casas do dicto senhor que trazem aforadas Martim Afom da Pedreira e *Fernamda*.º filho do prior de sancta Cruz de Coimbra e com outros, a Pº Afom e a Barbara Diaz sua molher e outra pesoa que o postumeiro delles nomear por cento e xx libras da moeda antiga em cada huũ anno de foro, etc., em Lixboa, xiiii dias de dezembro de mil iiii.º Lvii annos» (99). Parece, portanto, não haver dúvida de que Fernando Afonso, filho do prior de Santa Cruz de Coimbra, se não pode confundir com o Dr. Fernando Afonso da Silveira. Além disso, como simples curiosidade (tratar-se-á de mera coincidência?), lembramos que em

---

(99) *Chancelaria de D. João I*, liv. IV.

vários volumes da chancelaria de D. João I, sempre que aparece nos documentos o nome Fernando Afonso da Silveira e não simplesmente Fernando Afonso, nunca falha a explicitação de que se trata de um *cavaleiro, seu vasallo e do seu desembargo*. Assim em dois documentos, um de 25 de Agosto de 1431 e outro de 17 de Maio de 1432 (100). Pelo mesmo tempo, por exemplo a 16 de Agosto de 1431 (101), e sobretudo a partir de 1410, aparece-nos apenas como desembargador e vassallo de João I, sem outra indicação, um Fernando Afonso do *nosso* ou do *seu desembargo*, por exemplo a 15 de Julho de 1411, 20 de Março de 1414, 20 de Setembro de 1415, 30 de Setembro de 1419, 30 de Setembro de 1420, 11 de Fevereiro de 1423 e 27 de Junho de 1427 (102). Deixamos aos especialistas a última palavra sobre a distinção ou não destes dois Fernandos Afonso do desembargo régio.

Em resumo: Não consta que Fernando Álvares, lente de cânones e de decretais no Estudo de Lisboa — sem pretendermos fazer alguma identificação a propósito, lembramos que em Janeiro e Março de 1427, em Setembro de 1431 e Julho de 1432 aparece nos documentos da chancelaria de D. João I um *Fernam d'Alvarez*, seu vassallo e do seu desembargo (103) —, nos anos de 1415-1420 tivesse estudado em Bolonha, ao passo que temos notícias seguras de que D. Fernando Afonso, prior claustral do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra até 1395-97, e reitor da igreja de Santa Maria da Arruda desde 1397, pelo menos, estudou e recebeu o grau de doutor no Estudo de Bolonha, regressando ao mosteiro depois da morte de seu pai D. Afonso Martins, prior conventual do mosteiro, sem conseguir suceder-lhe nesta dignidade, pelo que continuou como prior da igreja de Santa Maria de Arruda até à morte ocorrida em 1439 ou 1440, servindo a el-rei D. João I como desembargador e conselheiro régio. As notícias contemporâneas relativas à sua vida levam à conclusão de que o doutoramento em Bolonha é anterior a 1415. Portugueses de nome Fernando doutorados em direito no Estudo de Bolonha nos primeiros vinte e

---

(100) *Chancelaria de D. João I*, liv. IV, fl. 132-132v, 136.

(101) *Chancelaria de D. João I*, liv. IV, fl. 131v.

(102) *Chancelaria de D. João I*, liv. III, fl. 119, 129, 148v, 167v, liv. IV, fl. 60-62, 79-80, 106.

(103) *Chancelaria de D. João I*, liv. IV, fl. 101v, 109, 130v, 139v.

cinco anos do século xv existe apenas um que fez exame de licença em Maio de 1408 e no mesmo mês recebeu solenemente o grau de doutor. O seu doutoramento, portanto, data de 1408.

D. Fernando Martins Coutinho, nomeado bispo de Coimbra em 1418, começou a estudar direito canónico em Itália, à volta de 1410 no Estudo de Pádua, onde estava ainda em 1414, sem ter recebido ainda algum grau em direito. Por isso, além de nada ter com o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico no Estudo de Bolonha em Maio de 1408, não pode ser identificado com o Fernando de Portugal, reitor do Colégio de S. Clemente em 1395-1396 e em 1401-1402.

A confirmar o asserto, basta lembrar que a idade de D. Fernando Martins Coutinho, em Setembro de 1409, era de 18 anos.

D. Fernando Pires Guerra, sobrinho de el-rei D. João I, estudou direito em Bolonha e em Pádua. Estes estudos deve tê-los iniciado em Bolonha aí por 1406 ou 1408, na idade de 18 ou 20 anos. Eleito bispo de Silves em 1409, continuou a estudar direito no Estudo de Bolonha e depois em Pádua, onde tinha residência fixa em Dezembro de 1411. Passou mais tarde a frequentar a Cúria do papa João XXIII, que o transferiu para a sé do Porto em Junho de 1414. No ano de 1415 estava já em Portugal, cujo rei, seu tio, além de o fazer seu conselheiro e chanceler-mor, lhe confiou a guarda e defesa das terras de Entre Douro e Minho, ao partir para a conquista de Ceuta, e a seguir, em 1416, a administração do arcebispado de Braga que todo o cabido bracarense ratificou. Todas estas circunstâncias e factos mostram, portanto, a impossibilidade de o identificar seja com o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico em Bolonha no mês de Maio de 1408, seja com D. Fernando de Portugal, escolar desde Abril de 1392 e reitor do Colégio de S. Clemente em 1395-1396 e em 1401-1402.

O Dr. Fernando Gonçalves Beliáguas, chantre de Coimbra que aparece em 1426 e 1427 como doutor em direito canónico e em Março de 1408 estava em Bolonha, declarando nesta data não poder executar a bula de Gregório XII, a favor de D. Fernando Guerra, por motivo de estudo, com dificuldade se poderá identificar com o D. Fernando, doutorado em Maio de 1408 e com maior dificuldade ainda com o reitor do Colégio Universitário de S. Clemente Fernando de Portugal dos fins do século xiv e princípios do século xv.

Só D. Fernando Afonso, cónego regrante de Santo Agostinho, prior de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, desembargador e conse-

lheiro régio de D. João I, pode ser identificado com Fernando de Portugal doutorado em direito canónico na Universidade de Bolonha em 1408 e com o reitor do Colégio de S. Clemente de 1401-1402. Seu pai manteve-o durante muitos anos em Bolonha e já em 1402 o Cabido de Lisboa, ao apresentar Gomes Pais, escolar em direito canónico, se refere à apresentação de um Fernando que o Colégio aceitara e tinha nessa época terminado o período de tempo de permanência no Colégio que, segundo os Estatutos, não podia ultrapassar os oito anos. O D. Fernando de Portugal, escolar desde 1392 e reitor do Colégio de S. Clemente em 1395-1396 é, portanto, D. Fernando Afonso, então simples prior claustral de Santa Cruz de Coimbra, que nesse mesmo ano de 1395 foi provido da reitoria de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, embora só em 1397 conseguisse a posse plena e pacífica de todos os direitos nesta igreja. Deixamos aos especialistas a última palavra se ele se deve identificar ou não com o conselheiro régio Dr. Fernando Afonso da Silveira, doutor em leis. Parece-nos, todavia, pelo que dissemos, tratar-se de pessoas diferentes.

3. GOMES PAIS, ESCOLAR DESDE SETEMBRO DE 1404, REITOR EM 1410-1411 E DOUTORADO EM DIREITO CANÓNICO EM 1414

Acabámos de dizer que o Cabido de Lisboa apresentou ao Colégio de S. Clemente como escolar de direito canónico, no dia 5 de Abril de 1402, Gomes Pais, quartanário da sé de Lisboa. Esclarecia o Cabido pertencer-lhe tal direito, porque o tempo da residência de D. Fernando Afonso no Colégio era já suficiente para a sé de Lisboa apresentar novo candidato. Diogo Alves Noia e Nuno Guilherme tinham também alcançado letras de apresentação, mas o Cabido preferia Gomes Pais, como mais digno, no caso de nenhum dos outros dois candidatos ter sido aceite até ao presente:

*Forma litterarum Capituli Ulixbonensis. Honorabilibus et decore scientie rutilantibus rectori et consiliariis ac scholaribus et dominis de collegio in Studio civitatis Bononie per reverendissimum patrem dominum Egidium presbyterum cardinalem recolende memorie fundato, Decanus et Capitulum ecclesie metropolitane Ulixbonensis, salutem et ad felix sapientie culmina pervenire.*

*Quoniam amicabilem et iuxta votum nostrum vestra circumspectio prebet auctatiam amplioem quod pro nobis devotis et servitoribus nostre ecclesie,*

quibus propter servitutem diuturnam et labores sumus ex debito obligati, amicitiam vestram habemus occurrentibus necessitatibus et oportunitatibus totiens rogare cum fiducia obtinendi quod optamus. Sane pervenit ad nos quod honorabilis et discretus vir Fernandus qui ad presentationem nostram in ipso vestro collegio per vos quondam fuit receptus, tanto tempore ibi residet quod secundum statutum ipsius collegii presentatio pro aliquo alio ad nos spectat. Considerantes igitur inter nos et querentes quem similem presentatum et idoneum vice eius habere possitis quod ille sit nobis devotus Gometius Pellagii, scholaris in iure canonico et quartanarius huius nostre ecclesie, omnes nos consensu unanimi nunc sede vacante concordamus. Hinc est, prudentissimi domini, quod ipsum Gometium ut ibi in suo studio inter vos sustentamentum possit habere, vobis ad dictum collegium presentamus, rogantes vos quatenus ipsum velit recipere, dum tamen Didacus Alvari Noya vel Nunus Guillelmi, qui a nobis quondam super hoc alias litteras obtinuerunt, usque ad tempus date presentium in dicto collegio non sit receptus, vel si receptus sit et ibidem personalem et continuam residentiam infra dictum tempus non fecit, dignemini tunc ipsis non obstantibus dictum Gometium habere acceptum, quem iuxta conscientias nostras credimus eum fore digniorem. Appretiandam namque censemur assistentiam eius ad residendum hic inter vos, dum floribus scientie radicerit propter raritatem et inopiam litteratorum que inter nos est. In hoc enim nobis maximam gratiam factam reputabimus, cum dicto Gometio summe affitiamur, tam propter eius probitatis et virtutum merita quam propter multa et grata nobis et ecclesie predictae per eum et suos consanguineos impensa servitia. Valeatis. Deus eternus dignetur vestras conservare personas in prosperitate continua et sospitate longeva, letitia et honore. Datum Ulixbone cum munimine appensionis nostri sigilli et cum subscriptione nostrarum manuum sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo secundo, quinta die mensis Aprilis (104).

Apesar desta apresentação de 5 de Abril de 1402 pelo Cabido de Lisboa, que gozava de tal faculdade segundo os Estatutos do Colégio de S. Clemente, só em 1404 Gomes Pais conseguiu entrar no Colégio, depois de vencer litígio com as autoridades que protelavam a admissão, sob pretexto de uma reforma dos Estatutos pelo bispo de Bolonha, segundo a qual os escolares vindos da Península com as letras de apresentação não podiam ser admitidos à assistência do Colégio dentro de um biénio, mas só podiam ser intitulados (105).

---

(104) Publ. por BERTHE M. MARTI, *Gomez versus the Spanish College at Bologna*, em *Didascaliae, Studies in honor of Anselm M. Albareda*, New York, 1961, pp. 298-299.

(105) *Ibidem*, p. 306: «Reformatio domini episcopi: Nunc sequitur reformatio facta per dominum episcopum Bononiensem pro sublevatione dicti collegii, anno

Foram chamados a dar parecer na questão quatro famosos juristas do tempo: Rodolfo de Lamandinis, António de Búdrío, Bartolomeu de Saliceto e Pedro de Ancarano, os quais se pronunciaram a favor do candidato português, declarando sem valor tal reforma, à base do direito (106). E o vigário de Bolonha proferiu sentença contra o Colégio que estava obrigado a receber Gomes Pais (107). Apesar disso, este apelou da sentença porque o vigário não condenara o Colégio nas despesas do processo.

Fixada a comparência para 22 de Junho de 1403 (108), compareceram a 25 de Julho o reitor e conselheiro do Colégio e Gomes Pais que, por meio de Brásio, seu procurador, objectava que as autoridades do Colégio não deviam ser ouvidas quanto ao pedido de se prolongar o termo da causa, sob pretexto das guerras entre Bolonha e Ferrara, onde residia o arcebispo de Ravena, encarregado da causa de apelação (109).

O referido procurador de Gomes Pais era um estudante português da faculdade de direito canónico de Bolonha. Não consta ter pertencido ao Colégio de S. Clemente. Mais tarde, a 9 de Março de 1409, será aprovado unânimemente no seu exame de direito canónico e a 26 do mesmo mês receberá com toda a solenidade as insígnias doutorais:

Tempore prioratus domini Rodulfi, prioris sancti Jo. in Monte. Mille-  
simo quadricentesimo nono. ...Die viiii Martii. Suppositus fuit privato  
examine dominus Blasius de Portugalia, presentatus per dominum Florianum  
de sancto Petro coram domino priore predicto. Qui dominus Blasius iuravit  
etc. Et fuit ab omnibus doctoribus approbatus... Die xxvi dicti mensi [Martii]  
dominus Blasius de Portugalia recepit publicam in sancto Petro in iure cano-  
nico et dominus Marchus de Chanitullo fecit sermonem et dominus Florianus  
dedit eidem insignia (110).

---

preterito. In qua effectualiter inter cetera continetur: Primo quod scolares venientes de Yspania cum litteris patronorum nullatenus admittantur ad emolumentum dicti collegii per biennium primo immediate sequentem, sed solummodo intitulentur»

(106) *Ibidem*, pp. 307-315.

(107) *Ibidem*, pp. 315-316.

(108) *Ibidem*, pp. 316-317.

(109) *Ibidem*, pp. 317-318.

(110) ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 34-34v.

Por documentação pontifícia sabemos que este procurador de Gomes Pais, de nome Brásio, clérigo e companheiro do futuro bispo de Silves D. João Alves, doutorado no mesmo dia em direito civil (111), se chamava Brásio Afonso. Efectivamente, vacante a igreja paroquial de S. Salvador de Lousada da diocese de Braga, por resignação de João Alves, o papa Bonifácio IX concedera-a, por comissão de 30 de Setembro de 1404, a Brásio Afonso, perpétuo porcionário da igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa, o qual estudava direito canónico em Bolonha. Morto Gregório IX sem terem sido feitas as respectivas letras apostólicas, Inocêncio VII renovou a concessão a 11 de Novembro desse ano de 1404, decretando que as suas letras apostólicas começassem a ter valor a partir da concessão de Bonifácio IX:

Innocentius, etc. Dilecto filio priori monasterii sancti Johannis in Monte Bononie, per priorem soliti gubernari. Salutem, etc. Rationi congruit et convenit equitati ut ea que de Romani pontificis gratia processerunt, licet eius superveniente obitu littere apostolice confecte non fuerint, super illis suum consequantur effectum. Dudum siquidem felicitis recordationis Bonifatius papa viiii, predecessor noster, omnes parrochiales ecclesias ceteraque beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura, tunc apud sedem apostolicam vacantia et in antea vacatura, collationi et dispositioni sue reservans, decrevit ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Postmodum vero parrochiali ecclesia sancti Salvatoris de Lousada Bracharensis diocesis per liberam resignationem dilecti filii Johannis Alvari, olim ipsius ecclesie rectoris, de illa quam tunc obtinebat, per dilectum filium Ludovicum Pilot, scolasticum ecclesie Ulixbonensis, procuratorem suum ad hoc ab eo specialiter constitutum in manibus eiusdem predecessoris sponte factam et per eundem predecessorem admissam, apud dictam sedem vacante, prefatus predecessor, attendens quod nullus ea vice preter ipsum de dicta ecclesia disponere potuerat neque poterat, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, ac volens dilectum filium Blasium Alfonsi, clericum perpetuum portionarium in parrochiali ecclesia sancti Georgii Ulixbonei qui ut asserebat Bononie in iure canonico tunc studebat, apud eundem predecessorem de vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu favore prosequi gratioso, voluit et mandavit videlicet secundo Kalendas Octobris, pontificatus sui anno quintodecimo, certo iudici dari in mandatis ut si eundem Blasium, sub certis modo et forma ad hoc ydoneum esse reperiret, ecclesiam predictam que de iure patro-

---

(111) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, em *Itinerarium*, 4 (1958) 346.



natus laicorum existebat et cuius fructus, redditus et proventus octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum, ut ipse Blasius assererat, non excedebant, sive premissis sive alio quovis modo vel ex alterius cuiuscumque persona aut per assecutionem alterius beneficii ecclesiastici, apostolica vel alia quavis auctoritate collati, seu alias per liberam resignationem alicuius alterius per eum de illa in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, aut per constitutionem pie memorie Johannis pape xxii, etiam predecessoris nostri, que incipit *Execrabilis*, vacaret, etiam si tanto tempore vacavisset quod eius collatio iuxta Lateranensis statuta concilii ad sedem predictam legitime devoluta aut ecclesia ipsa ex eo generaliter quod aliquis illam tunc obtinens, eam in quemcumque eventum ex voluntate dicte sedis dimittere tenebatur, aut alias dispositioni apostolice specialiter reservata existeret, et super ea inter aliquos in dicta Curia vel extra eam lis, cuius statum idem Bonifatius viii haberi voluit pro expresso, penderet indecisa, et is ex cuius persona dicta ecclesia ultimo vacaverat, sedis predicte capellanus, notarius, nuntius vel alias officialis aut fructuum et proventuum camere apostolice debitorum collector vel succollector aut dicte sedis vel alicuius ex venerabilibus nostris sancte Romane ecclesie cardinalibus familiaris fuisset aut damnate memorie Roberto olim Basilice duodecim Apostolorum presbytero cardinali tunc antipape qui se Clementem vii ausu sacrilego nominabat vel aliis per processus apostolicos condemnatis adhesisset, seu apud dictam sedem vel in loco ultra duas dietas legales a prefata Curia non remoto decessisset, dummodo tunc non esset in ea alicui specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis prefato Blasio auctoritate apostolica conferret et assignaret. Non obstantibus tam bone recordationis Bonifatii pape viii, etiam predecessoris nostri, quam aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis quibuscumque. Aut si aliqui super provisionibus sibi faciendis de huiusmodi parrochialibus ecclesiis vel aliis beneficiis ecclesiasticis in illis partibus speciales vel generales dicte sedis vel legatorum eius litteras impetrassent, etiam si per eas ad inhibitionem, reservationem et decretum vel alias quomodolibet esset processum, quibus omnibus prefatum Blasium in assecutione dicte ecclesie idem Bonifatius viii voluit anteferri, sed nullum per hoc eis quoad assecutionem parrochialium ecclesiarum aut beneficiorum aliorum preiudicium generari. Seu si venerabili fratri nostro.. archiepiscopo Bracharensi vel quibusvis aliis communiter vel divisim ab eadem esset sede indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime tenerentur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari non possent quodque de huiusmodi parrochialibus ecclesiis vel aliis beneficiis ecclesiasticis, ad eorum collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem coniunctim vel separatim spectantibus, nulli valeret provideri per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscumque tenoris existeret, per quam ipsius Bonifatii viii litteris, si super hoc confecte fuissent, non expressam vel totaliter non insertam effectus earum impediri valeret quomodolibet vel differri,

et de qua cuiusque toto tenore habenda esset in eisdem litteris mentio specialis. Seu quod dictus Blasius, ut asserebat, in sancti Georgii predicta quamdam perpetuam portionem et quoddam prestimonium in parochiali sancti Thome obtinebat et super alia perpetua portione quartanaria nuncupata in maiori Ulixboneñ ecclesiis, que sine cura erant et quorum omnium fructus, redditus et proventus quadraginta librarum dicte monete secundum extimationem predictam valorem annum non excedebant, in palatio apostolico noscebatur litigare, ac decrevit idem Bonifatius viii, prout erat, irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptatum forsitan erat tunc vel imposterum contingeret attemptari. Verum ne, pro eo quod super voluntate et concessione predictis littere apostolice dicti Bonifatii viii, superveniente obitu, confecte non fuerunt, idem Blasius voluntatis et concessionis huiusmodi frustretur effectum, volumus et auctoritate apostolica decernimus quod voluntas et concessio predictae perinde a dicta die videlicet ii Kalendas Octobris suum consequantur effectum ac si super eis ipsius Bonifatii viii littere sub ipsius diei data confecte fuissent, prout superius enarratur, quodque presentes littere ad probandum plene voluntatem et concessionem antedictas ubique sufficiant et ad id probationis alterius adminiculum minime requiratur. Quocirca discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si per diligentem examinationem eundem Blasium bene legere, bene construere et bene cantare ac congrue loqui latinis verbis et alias ad obtinendum eandem ecclesiam sancti Salvatoris ydoneum esse inveneris, etiam si dictus Blasius non bene cantaret, dummodo in tuis manibus iuret ad sancta Dei evangelia quod infra annum a tempore examinationis huiusmodi computandum bene cantare addiscet, super quibus tuam conscientiam oneramus, eandem ecclesiam sancti Salvatoris, si dicta die videlicet ii Kalendas Octobris, ut preferitur, vacabat et tunc non erat in ea alicui specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinentiis supradictis eidem Blasio eadem auctoritate apostolica conferre et assignare procures, inducens eum vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem ecclesie sancti Salvatoris iuriumque et pertinentiarum predictorum et defendens inductum, amoto exinde quolibet detentore, sibi faciens de ipsius ecclesie sancti Salvatoris fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obventionibus universis integre responderi. Non obstantibus omnibus supradictis. Contradictores auctoritate nostra, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Idus Novembris, anno primo (112).

Creemos não exagerar se dissermos que o litígio de Gomes Pais com o Colégio de S. Clemente assumiu características de caso colectivo, interessando os alunos portugueses da Universidade, a começar naturalmente pelos clérigos de Lisboa, como era o sobredito procurador Brásio Afonso destas letras apostólicas. E quase nos vem a tentação

---

(112) AV, Reg. Lat. 121, fl. 81v-82v.

de averiguar se o célebre Estêvão Afonso de Portugal, futuro arceidiago de Santarém e vigário geral do arcebispado de Lisboa, que, tal como o nosso Gomes Pais, foi professor de direito canónico na Universidade de Lisboa, tendo recebido os maiores elogios no exame de licenciatura de 2 de Abril e no solene doutoramento de 13 de Abril de 1411 (113), parecendo já em bula de 15 de Maio de 1411 como arceidiago de Santarém e doutor em decretos, depois de ter estudado durante vários anos teologia (114), também tomou parte no litígio. A resposta tem de

---

(113) «Tempore prioratus domini Antonii de Albergatis. Millesimo quadringentesimo undecimo... Die secundo Aprilis. Venerabilis vir Stephanus Alfonsi de Portugalia subiectus fuit privato examini, presentatus per dominum Bernardinum de Zambechariis et dominum Florianum de sancto Petro. Et quia optime se habuit in omnibus, unde fuit ab omnibus doctoribus, nemine discrepante, approbatus et bene merito, cum vir eximie scientie sit pariter omni honore dignissimus; publice extitit licentiam assecutus in ecclesia cathedrali sancti Petri Bon. et demum die quarto instantis mensis Aprilis fuit cum eo per totum collegium de gratia dispensatum ut suam valeat facere publicam et conventum quocumque die solemni vel festivo quem ad votum (nutum?) duxerit elligendum ad hunc actum, prefacti nostri collegii constitutione laudabiliter non obstante... Die xiii Aprilis. Antedictus venerabilis vir dominus Stephanus Alfonsi de Portugalia fecit publicam suam seu doctoratum in iure canonico. Insignia doctoratus recepit a domino Bernardino de Zambechariis suo nomine et vice et nomine domini Floriani de sancto Petro; a domino Marcho de Canitullo, archidiaconi Boni vices gerente, constitutus et decretus fuit doctor in dicto iure cum omnimoda potestate in similibus dari solita, in cuius decus et laudes prolixè sermocinatus est»: ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 37v-38v.

(114) «Johannes, etc. Dilecto filio Stephano Alfonsi, archidiacono Sanctarenensi in ecclesia Ulixbonensi, decretorum doctori. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petito continebat quod olim tecum super defectu natalium, quem pateris de presbytero genitus et soluta, ut, eo non obstante, ad omnes etiam sacros ordines promoveri ac beneficium ecclesiasticum, etiam si curatum foret, obtinere posses fuit auctoritate apostolica dispensatum tuque post dispensationem huiusmodi ad omnes minores ordines rite promotus, perpetuam portionem sine cura in ecclesia sancti Jacobi extra muros Colimbrieñ, tunc certo modo vacantem, canonicè tibi collatam, fuisti pacifice assecutus, deinde tecum ut tria alia beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura invicem compatibilia... si tibi alias canonicè conferrentur vel assumereris ad illa, recipere et retinere ... valeres eadem extitit auctoritate dispensatum, post quam quidem ultimam dispensationem, ipsa portione per te dimissa, archidiaconatum Sanctarenensem in ecclesia Ulixbonensi, qui dignitas, non tamen maior, post pontificalem existit ... canonicè tibi collatum, fuisti pacifice assecutus. Nos igitur volentes te qui, ut asseris, per plures annos in theologia studuisti, premissorum meritorum tuorum intuitu favoribus prosequi gratiosis, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut quecumque, quot-

ser negativa, porque o fiel servidor e chanceler do Infante D. Pedro, estudava direito canónico e teologia em Lisboa no mês de Novembro de 1404, como consta de letras apostólicas de Inocência VII de 15 de Novembro desse ano (115). O certo é que o nosso Gomes Pais estu-

---

cumque et qualicumque beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura, se invicem compatibilia ... si [fl. 168v] tibi alias canonicè conferantur vel assumaris ad illa, recipere et retinere illaque simul vel successive ... dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia, simile vel dissimile, aut similia vel dissimilia ... invicem compatibilia recipere et retinere libere et licite valeas... apostolica auctoritate, tenore presentium, de uberioris dono gratie dispensamus tibi concedimus quod in quibuscumque gratiis, per te decetero a sede apostolica impetrandis, nullam de defectu predicto tenearis facere mentionem...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Idus Maii, anno primo»: AV, Reg. Lat. 145, fl. 168-168v.

(115) «Innocentius, etc. Dilecto filio Stephano Alfonsi, perpetuo portionario in ecclesia sancti Jacobi extra muros Colimbriëni. Salutem, etc. Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te favoribus apostolicis prosequamur. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua petitio continebat quod olim tecum ut non obstante defectu natalium quem pateris de presbytero genitus et soluta, ad omnes etiam sacros ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curatum foret, obtinere posses, fuit auctoritate apostolica dispensatum tuque post dispensationem huiusmodi ad omnes minores ordines rite promotus, perpetuam portionem sine cura in ecclesia sancti Jacobi extra muros Colimbriëni tunc vacantem canonicè tibi collatam fuisti assecutus. Nos igitur volentes te qui ut asseris in iure canonico et in sacra theologia scholaris existis actuque Ulixbone studes, premissorum meritum intuitu favoribus prosequi gratiosis, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut tria alia beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura, invicem compatibilia, etiam si canonicatus et prebende aut dignitates, personatus vel officia in metropolitani vel cathedralibus aut collegiatis ecclesiis fuerint et ad huiusmodi dignitates consueverint qui per electionem assumi, si alias tibi canonicè conferantur aut assumaris ad illa, recipere et retinere necnon portionem et ipsa alia tria beneficia ecclesiastica simpliciter vel ex causa permutationis dimittere ac loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia, simile aut dissimile, vel similia seu dissimilia beneficium aut beneficia ecclesiasticum vel ecclesiastica, quatuor tantum invicem compatibilia, recipere et retinere libere et licite valeas, defectu predicto ac Pictaviensis Concilii necnon quibuscumque aliis constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodi forsan fuerint, contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de uberioris dono gratie dispensamus. Nulli ergo, etc., nostre dispensationis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo septimo Kalendas Decembris, anno primo»: AV, Reg. Lat. 122A, fl. 17-17v.

dava direito canónico neste tempo, naturalmente em Bolonha. Dizem-no expressamente letras do papa Inocência VII de 20 de Dezembro de 1404, ao conceder-lhe um benefício eclesiástico, dependente do Cabido de Lisboa ou de Évora, a pedido do cardeal diácono de S. Nicolau in Carcere Tulliano D. Landolfo Maramaldo:

Innocentius episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio Gometio Pellagii, perpetuo portionario in ecclesia Ulixboñ. Salutem et apostolicam benedictionem. Vite ac morum honestas ... Volentes itaque tibi qui, ut asseritur, in iure canonico studes, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione dilecti filii nostri Landulphi sancti Nicolai in Carcere Tulliano dyaconi cardinalis, pro te dilecto suo nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, cuius fructus, redditus et proventus, si cum cura lx, si vero sine cura fuerit, xl librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annum non excedant, ad collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem venerabilium fratrum nostrorum archiepiscopi Ulixboñ et episcopi Elboreñ ac dilectorum filiorum Ulixboñ et Elboreñ ac dilectorum filiorum Ulixboñ et Elboreñ ecclesiarum capitulorum communiter vel divisim pertinens ... conferendum tibi ... reservamus... (116).

Estas letras de Dezembro de 1404, com a notícia de que o nosso Gomes Pais estudava direito canónico, mostram que ele, vencida a questão, ingressou logo no Colégio. Na verdade, foi aí admitido pelo reitor Martinho de Valência a 11 de Setembro de 1404:

«Mcccciiii, indictione xii, die undecimo mensis Septembris, venerabilis vir dominus Martinus de Valentia, honorabilis rector scolarium domus Yspanorum de consensu suorum consiliariorum, recepit in scolarem dicti collegii dominum Gometium Pelaxii de Portugalia ad chanones audiendos vigore literarum suarum emanatarum a capitulo ecclesie Ullisbonensis, sede vacante. Qui dominus Gometius fuit examinatus, etc. Et iuravit obedire Statutis dicti collegii, etc. et promisit, etc. Rogans me notarium ut de predictis conficiam instrumentum. Acta predicta in dicto collegio, in camera dicti domini rectoris, presentibus domino Andrea de Portugalia, capelano dicti collegii, domino Johanne Adoardi de Anglia et Johanne de Alamania, canepario dicti collegii, testibus, etc.» (117).

Não levará muito tempo depois do ingresso que o vejamos no governo do Colégio como conselheiro. De facto, a 18 de Maio de 1405,

---

(116) Publ. por BERTHE M. MARTI, *Gomez versus the Spanish College at Bologna, em Didascalie, Studies in honor of Anselm M. Albareda*, p. 319, nota 137.

(117) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Admissionum*, fl. 9.

aparece já nessa qualidade em documento relativo à questão sobre os conselheiros, decidida pelos juristas Simão de Parma e Domingos de S. Geminiano que determinaram precisamente quais os conselheiros para o ano académico de 1405-1406, com expressa menção do nosso Gomes de Portugal:

«In Christi nomine, amen. Nos Simon de Hentia, decretorum doctor, canonicus Bononiensis, et Dominicus de sancto Jeminiano, canonicus sancti Jeminiani, arbitri et arbitratores ac amicabile compositores et decisores litium, questionum et controversiarum vertentium et que vertebantur singulariter et particulariter inter infrascriptos honorabiles et sapientes viros dominum Bartholomeum de Valentia rectorem, dominum Martinum de Valentia, dominum Alfonsum de Lignano, dominum Petrum de Corduba, dominum Gometium de Portugallico, dominum Alfonsum de Carmona, dominum Johannem de Forticaria, dominum Johannem de sancto Vincentio et dominum Petrum de Sibia, omnes scolares collegiati et de consilio olim bone memorie reverendissimi in Christo patris et domini domini cardinalis Sabinensis, de et super electione consiliariorum dicti collegii et maxime domini Petri de Corduba supradicti electi in consiliarium seu unum ex consiliariis collegii prelibati vigore compromissi in nos per ipsos scolares facti, etc. Christi eiusque matris Marie Virginis gloriose nominibus invocatis, vigore et auctoritate arbitrii, potestatis et baylie nobis a partibus antedictis concessorum, in instrumento compromissi antedicti et omni modo, iure et forma, quibus melius possumus, sequentes formam et viam equitatis et arbitratorum et amicabilium compositorum, pro bono pacis et concordie partium predictarum, pro tribunali sedentes, Boni in audientia causarum Curie episcopalis Bononi, site in episcopali palatio ad solitum iuris banchum audientie predictae, locum videlicet per nos ad hoc nostrum laudum et arbitramentum ferendum electum et deputatum, in his scriptis dicimus, laudamus, arbitramur, arbitramentamur et pronuntiamus quod dictus dominus Petrus de Corduba possit licite et libere, sicut alii scolares de dicto collegio Sabinensi, stare et manere per totum anni circulum proxime futurum tantum, incipiendo die decimo octavo presentis mensis Maii, cum omnibus emolumentis, immunitatibus et privilegiis, que et quas habent alii de dicto collegio existentes.

Item pronuntiamus et declaramus, laudamus, arbitramur et arbitramentamur quod dominus Martinus de Valentia non sit nec esse debeat de numero consiliariorum dicti collegii Sabinensis pro isto anno, non obstante aliqua electione de eo facta.

Item declaramus, laudamus, arbitramur et arbitramentamur quod consiliarii pro anno presenti in dicto collegio Sabinensi sint et esse debeant dominus Gometius de Portugallico, dominus Johannes de sancto Vincentio, dominus Johannes de Forticaria; loco autem quarti consiliarii eligatur ille qui primo erit descriptus in cedula balotte extrahende de pisside dictorum consiliariorum, et si primus esset absens vel esse non posset, eligatur secundus in dicta cedula descriptus et sic successive, si secundus esset absens vel esse non posset, et sic procedatur usque ad quartum donec fiat unius electio, ita tamen quod

per hoc nostrum laudum et arbitramentum non intendimus aliis constitutioni vel reformationi per predecessores nostros in dicto collegio factis, preterquam in predictis et pro hac vice dumtaxat, in aliquo derogare vel detrudere. Mandantes partibus predictis sub pena in dicto compromisso contenta quatinus hoc nostrum laudum et arbitramentum debeant statim approbare, ratificare et emologare, nec contra ipsum in parte vel partibus venire, opponere vel contradicere de iure vel de facto, directe vel indirecte. Et si quis contra premissa vel aliquod premissorum aliquid attentaverit ipso facto absque aliqua alia declaratione penam dicti compromissi incurrat. Et sic pro tribunali sedentes, ut supra dicimus, pronuntiamus, laudamus, arbitramur, et arbitramentamur omni modo, iure, via et forma, quibus melius et efficacius possumus ac in omnibus et per omnia, ut superius scriptum est. Mandantes Rolando notario infrascripto quod publicum de predictis conficiat instrumentum.

Lectum, latum et pronuntiatum fuit dictum laudum et arbitramentum et alia supradicta acta fuerunt per prefatos dominos Simonem de Hentia et Dominicum de sancto Jeminiano arbitros et arbitratore predictos, pro tribunali sedentes Bononie, in episcopali palatio, in audientia causarum ad solitum iuris banchum Curie episcopalis Boñ, locum videlicet per eos ad dictum laudum et arbitramentum ferendum specialiter electum et deputatum, modo et forma predictis ac in omnibus et per omnia, ut superius continetur, absentibus omnibus scolaribus et partibus antedictis, presentibus honesto viro domino Matheo quondam Henrici de Bononia, capellano domini Bonoñ episcopi, Raynaldo quondam ser Tomacini de Formaglinis, Felice quondam Petri de Raymundis, Philippo magistri Jacobi de Christianis, Johanne quondam Angelini [de] Marsiliis, notariis Bononie et Cola quondam scr Cole de Asisio, familiare dicti domini episcopi Boñ, testibus, etc. Sub annis a nativitate Domini nostri Yhesu Christi milesimo quadringentesimo quinto, indictione xiii; die decimo octavo mensis Maii, de mane, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Innocentii pape septimi anno primo. Nota et rogatio mei Rolandi Alberti de Castellanis, notarii Boñ» (118).

De facto, aparece como conselheiro, no mês seguinte, a dar o consentimento à admissão de mestre João Dias de Sevilha, estudante de medicina, a 7 de Junho de 1405, durante o reitorado de Bartolomeu de Valência:

«M<sup>o</sup>ccccv<sup>o</sup>, indictione xiii, die septimo mensis Junii. Venerabilis vir dominus Bartolomeus de Valentia, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu, presentia et voluntate domini Petri de Sybilia, domini

---

(118) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 45. Parcialmente publicado por CELESTINO PIANA, OFM., *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*, Quaracchi, Florentiae 1966 (*Specilegium Bonaventurianum II*), pp. 340-342.

Johannis de sancto Vincentio, domini Johannis de Orticaria et domini Gometii de Portugalia, consiliariorum dicti collegii, sponte per se et eius in officio successores recepit dominum magistrum Johannem Didaci de Sybilia ad medicinam audiendam vigore literarum suarum emanatarum a reverendo in Christo patre et domino domino Alfonso archiepiscopo Yspalensi una cum capitulo eiusdem ecclesie, prius facta examinatione de dicto magistro Johanne secundum formam Statutorum. Qui magister Johannes fuit examinatus secundum formam Statutorum dicti collegii et iuravit in manibus dicti rectoris obedire ei et suis successoribus, etc. Rogans me notarium ut de predictis publicum conficiam instrumentum.

Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in camera dicti domini rectoris, presentibus domino Petro de Corduba, domino Alfonso de Cremona et Tomate Bartolomei de Viadagula, testibus, etc. Ex instrumento mei Petri de Camera, notarii dicti collegii» (119).

Ainda no mesmo ano de 1405, a 27 de Outubro, figura o nome de Gomes Pais entre as autoridades do Colégio, presentes à leitura da reforma do mesmo, feita por Domingos de S. Geminiano:

«[1405]. Dominicus de sancto Jeminiano. Reformatio collegii Sabinensis... Lecta, presentibus domino Bartholomeo de Valentia rectore, domino Johanne de Forticaria, domino Gometio Pellagii, magistro Johanne de Sibilia [*espaço em branco*], presbytero Nicolao de Sicilia, capellano, etc., presentibus Rolando de Vultolina, habitatore Boñ in [*capella*] sancti Andree de Platissis, testibus, sub annis Mcccc quinto, indictione xiii<sup>a</sup>, die vicesimo septimo mensis Octobris, in Palatio domini Sabinensis, in scola» (120).

A 30 de Abril de 1408 estava presente na admissão de Raimundo Guilherme, apresentado pelo arcebispo de Toledo:

«Mccccviii, indictione prima, die ultima mensi Aprilis. Honorabilis vir dominus Alfonsus de Cremona, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu suorum consiliariorum recepit secundum formam Statutorum in scolarem dicti collegii dominum Raymondum Guilielmi de Arigliano ad canones audiendos vigore literarum suarum emanatarum ab archiepiscopo et ecclesia Toletana, etc. Qui dominus Raymondus iuravit obedire Statutis dicti collegii et specialiter statutum trigesimum sestum (*sic*), etc. Rogans, etc. Actum Boñ, in camera dicti rectoris, in dicto collegio, presentibus domino

---

(119) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Admissionum*, fl. 10.

(120) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 40. Cf. CELESTINO PIANA, *ibidem*, p. 342.



Ghometio de Portugalia, domino Petro de Ghomera et domino Jacobo..., testibus, etc. Ex instrumento mei Petri condam Symonis de Camera, notarii» (121).

Não conhecemos outras notícias da vida de Gomes Pais no Colégio de S. Clemente depois desta do ano 1408 até aos de 1410 e 1411, em que aparece como reitor. Nesta qualidade, deu licença a João de Horticaria de passar certo tempo fora do Colégio, a 28 de Novembro de 1410, e a Fernando de Fuentes a faculdade de se ausentar por seis meses, a 8 de Dezembro do mesmo ano. Nesta mesma data, deu ordens para matricular mestre João Esteves, clérigo de Lisboa, o qual fora admitido à faculdade de medicina, por mandado do cardeal de Espanha, a 10 de Março do mesmo ano, sendo reitor então João de Navarra. Ainda como reitor, admitiu ao Colégio João Sanchez de Sevilha a 11 de Fevereiro de 1411:

«Pateat omnibus evidenter quod in Mccccº xº, indictione tertia, die decima mensis Martii, pontificatus domini Alesandri pape quinti, in civitate Boñ, in camera rectoris collegii domini Sabinensis, receptus fuit in scolarem dicti collegii ad medicinam audiendam magister Johannes Stephani, clericus Ulisbonensis, ad locum vacantem per ecclesiam Cexaragustanam in scientia medicina. Et hoc per dominum Johannem de Novara et eius consiliarios de preceto et mandato reverendi patris et domini P. chardinalis Yspanie, reformatoris dicti collegii, cum aliis in instrumento insertis, confecto die qua supra manu Lupi Alfonsi, clerici Colimbriensis diocesis, notarii publici, etc. auctoritate apostolica, cuius vigore dictus magister Johannes fuit matricolatus die octava mensis Decembris mandato domini Ghometii rectoris collegii predicti et maioris partis suorum consiliariorum, excepto domino Rodorico de Vilaquiran qui non consensit, dicens quod non abiturum in scolarem et dato quod diceretur esse scolaris amixit et perdidit titulum secundum formam Statutorum. Sub annis Domini Mccccx, indictione tertia, die octava mensis Decembris. Ego Petrus condam Symonis de Camera, notarius, prout in dicto instrumento inveni, mandato dicti rectoris scripsi.

Mccccx, indictione tertia, die vigesimo octavo mensis Novembris. Dominus Ghometius de Portugalia, rector dicti collegii Yspanorum, ad petitionem et instantiam domini Johannis de Glioxa, scolaris dicti collegii, procuratoris magistri Johannis de Forticaria, prout ex relatione domini Roderici de Villaquiram et domini Gondisali de Sigoncia, scholarium dicti collegii, qui ambo aseruerunt se presentes dicte proc., concessit licentiam dicto magistro Johanni standi extra dictum collegium secundum constitutionem vicarii epis-

---

(121) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Admissionum*, fl. 18v.

copatus Boñ. Et hoc in quantum de iure posset. Actum Boñ in sacristia ecclesie dicti collegii, presentibus domino Petro de Boessa dictoque domino rectore et omnibus consiliariis dicti collegii.

Mcccc<sup>o</sup> x, indictione tertia, die viii mensis Decembris. Dominus Ghometius de Portugalia, rector collegii Yspanorum, de consensu suorum consiliariorum, ad petitionem et instantiam domini Ghondisalvi de Segoncia, procuratoris domini Fernandi de Fontanis, concessit licentiam dicto domino Ghondisalvo recipienti vice et nomine dicti Fernandi posse se absentare ad partes suas pro suis peragendis per sex menses proxime venturos, ita tamen quod licentia data per magistrum Laurentium proventialem prevaleat in quantum possit sortiri effectum, in quantum quod non, quod presens licentia abeat locum pro dicto domino Fernando, etc. Rogans me notarium ut de predictis publicum conficiam instrumentum, etc. Actum in sacristia dicti collegii, presentibus domino Johanne de Glioxa, magistro Emanuele [de Sibilia], testibus, etc., domino Francischo de Sibilia. Ex instrumento mei Petri de Camera, notarii.

Milesimo quatringsentesimo undecimo, indictione iii<sup>a</sup>, die undecimo mensis Februarii. Honorabilis vir dominus Ghometius de Portugalia, rector scholarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu suorum consiliariorum recepit in scolarem dicti collegii secundum formam Statutorum dicti collegii dominum Johannem Sanctii de Sybilia ad theologiam audiendam vigore literarum suarum episcopi et capituli Burgensis, prius facta de dicto domino Johanne solempni examinatione secundum formam dictorum Statutorum, etc. Qui dominus Johannes iuravit in manibus dicti rectoris secundum formam Statutorum, etc. Actum Boñ, in camera dicti domini rectoris, presentibus» (122).

A 9 de Setembro do mesmo ano de 1411 já não exercia o officio de reitor. Temos, contudo, notícias deste mês de Setembro sobre o seu reitorado em Abril de 1411, fornecidas pelo capelão do Colégio, D. André de Portugal, e outros estudantes que, em uníssonos, accusam Francisco de Sevilha de se ter levantado da mesa para tirar, à força, o prato de carne ao reitor D. Gomes de Portugal, que o tinha castigado:

«Mcccc undecimo, indictione quarta, die nono mensis Septembris. Quorum nomina sunt hec, videlicet dominus Johannes de Zuiosa, rector, dominus Raymundus de Catelonia, dominus Johannes de Sibilia, canonista, dominus Petrus de Gomera, dominus Gometius de Portugalia, dominus Rodoricus de Villachiran, consiliarius, dominus Gondissalvus de Seguntia, dominus Bartolomeus de Valentia, magister Johannes de Sibilia, theologus, consiliarius, magister Bartolus de Sibilia, theologus, dominus Franciscus de Sibilia, magister Petrus

---

(122) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Admissionum*, fl. 20v-22.

de Aragonia, magister Johannes de Orticaria, magister Martinus de Larena, dominus Fernandus de Caudamia, consiliarius, magister Johannes de Sibia, medicus, magister Emanuel de Sibia, consiliarius, dominus Andreas, capellanus.

Dicto die. Dominus Raymondus de Catellonia... de domino Gometio de Portugalia bene dixit... De magistro Francisco de Sibia dixit quod est scandalosus, diffamans omnes, dissolutus, non studet, inobediens et omnes per eum scandalizat (*sic*). Et pulsavit campanam propria autoritate. Et de mense Aprilis astulit de mensa portionem domini Gometii de carnibus et illas edit cum multis minis et magno scandalo publice in sala, astantibus aliis scholaribus, et valde vituperat dominum Andream capellanum ... Dominus Fernandus de Caudamia, scholaris, iuratus et examinatus ut supra ... de domino Francisco de Sibia dixit quod dominus Gometius olim rector preteritus privavit dictum dominum Franciscum semel portione carni, quia pulsaverat campanam sine licentia. Et tunc dictus dominus Franciscus rebelis, nolens agere penitentiam, furiose surrexit a mensa, astantibus aliis scholaribus, et abstulit domino tunc rectori portionem suam de carnibus...

Dominus Andreas de Portugalia, capellanus dicti collegii, de domino rectore bene dixit. Dixit tamen quod non legitur biblia ... De domino Francisco de Sibia dixit quod est valde discolus, protervus et superbus, et cum de anno presenti et mense Aprilis privatus fuisset una die portione sua carni, surrexit de mensa et abstulit domino Gometio, tunc rectori dicti collegii, existenti in mensa, portionem suam de carnibus, invadens eam cum gladio coram astantibus scholaribus...

Die decimo Septembris. Magister Johannes de Sibia, doctor in artibus, iuratus et examinatus ut supra... de domino Francisco de Sibia [dixit] quod est scandalosus et vituperat scholares et obloquitur de singulis scholaribus. Item cum gladio invasit dominum Gometium, tunc rectorem dicti collegii, incisorium cum carnibus et illas comedit et illo prandio dictus dominus rector et ipse testis qui cum eo erat, ad idem incisorium, non habuerunt carnes...

Die vicesimo secundo Septembris. Dominus Bartolomeus de Valentia, scholaris iuratus et examinatus ut supra... De magistro Francisco de Sibia male dixit et quod est valde superbus et protervus contra omnes. Et quod temeritate propria publice in prandio de mense Aprilis circa finem mensis, abstulit domino Gometio, tunc rectori domus, portionem suam de carnibus, sibi datam in prandio et incisorio, asportavit et illas comedit...

Magister Petrus de Aragonia, theologus scholaris, iuratus et examinatus ...de domino magistro Francisco de Sibia male dixit, cum omnibus rissatur. Et quod de mense Aprilis, cum dominus Gometius rector mandasset ne darentur carnes pro certo prandio dicto magistro Francisco, quia privaverat eum pro ea vice de carnibus, astantibus omnibus scholaribus in mensa, ipse magister Franciscus furiose surrexit de mensa et cum gladio invasit dominum Gometium, tunc rectorem predictum in mensa existentem, et dicto rectore se retrahente, abstulit dominus magister Franciscus eidem rectori portionem carni, sibi rectori et consocio in mensa datam, et illas rectoris comedit, ibidem presentibus aliis scholaribus...

Mcccc undecimo, die vicesimo quinto Septembris. Dominus Johannes de Guiosa, rector iuratus et examinatus ut supra ... de domino Francisco de Sibilia dixit quod est aliquantulum sui capitis et audivit dicere quod abstulit domino Gometio tunc rectori portionem suam...» (123).

Neste ano académico de 1411, em que Gomes Pais foi reitor do Colégio, expirava o tempo de residência, que não podia ultrapassar os oito anos (124). Poder-se-ia logo pensar que ele deixara o Colégio no ano académico de 1411-1412, mais precisamente em 1412, porque em Setembro de 1411, como vimos, ainda aí estava. Em Setembro de 1413 deparamos entre os escolares com João de Portugal que figura aí como bem entrado nos problemas e questões do Colégio. Daí poder alguém pensar numa sucessão. Na verdade, Manuel de Sevilha declara ter ouvido de mestre João de Portugal e de mais alguns escolares que o reitor e outros colegiais tramavam contra os interesses dos restantes colegas que não aderiam a seu partido:

Millesimo quadringentesimo decimo tertio, indictione sexta, die secundo mensis Septembris, inchoata fuit visitatio rectoris et scolarium collegii quondam bone memorie domini Sabinensis, situati in civitate Boñ, per venerabilem et sapientem virum dominum Dominicum de sancto Jeminiano, decretorum doctorem, reverendi in Christo patris et domini domini Johannis, Dei et apostolice sedis gratia, episcopi Boñ, vicarium in spiritualibus et temporalibus generalem, generaliter tam in capite quam in membris. Cuius collegii rector, consilarii et scolares sunt isti videlicet: dominus Raymundus de Cathelonia, rector, dominus Johannes de Zuglosa, dominus Garsias [de Chiros], magister Johannes de Orticaria, magister Bartolus de Sibilia, consilarii, dominus Franciscus de Sibilia, dominus Fernandus de Cagnamero, dominus Rodoricus de Villaquiram, magister Johannes de Portugallia, dominus Dominicus [de Robleto], dominus Johannes de Sibilia, dominus Egidius [de Sibilia], dominus Gondissalvus de Corduba, magister Emanuel [de Sibilia], dominus Fernandus de Cuadamis, magister Martinus de Larena, magister Johannes de Sibilia, theologus, scolares, dominus Andreas, dominus Raynerius, capellani, Onofrius, castaldio, Nabuchdanasor, procurator, Enricus, coquus, duo familiares...

Die octavo Septembris. Magister Emanuel de Sibilia, medicus, examinatus per sacramentum respondit et dixit quod ipse dicere audivit a domino Francisco de Sibilia et magistro Johanne de Portugalia et ab aliis quod rector

---

(123) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 47. Parte publicada por PIANA, *ibidem*, p. 344.

(124) Cf. V. BELTRÁN DE HEREDIA, OP, *Primeros Estatutos del Colegio español de San Clemente en Bolonia*, em *Hispania Sacra*, 11 (1958) 200.

collegii et dominus Johannes de Zuiosa, dominus Garsias, dominus Johannes Lovette, dominus Fernandus de Caudania, magister Johannes de Orticaria, magister Johannes Vella et magister Bartolus de Sibilia et dominus Egidius fecerunt ad invicem coniurationem ad bonum et malum contra alios scolares, qui non sunt de sua lega; et apparet verisimiliter sic esse, quia dictus rector tempore electionis ipsius dedit cappas et caputia predictis coniuratis, saltem maiori parti et nullis aliis. Item, quia semper conferunt uno ore de quocumque negotio iuste vel iniuste tam in actibus collegialibus quam aliis... (125).

Apesar de encontrarmos em 1413 esse outro português no Colégio, mestre João de Portugal, ainda o nosso Gomes Pais lá continuava. Aliás mestre João de Portugal, como vimos, foi admitido por ele mesmo em 1410, depois da apresentação a um lugar vago, pertencente a Saraçoça e não a Lisboa. Não é, portanto, de admirar que a 13 de Fevereiro de 1413 figure ainda Gomes Pais como conselheiro na admissão de Fernando Cañamero, presente também mestre João de Portugal e a 3 de Maio, juntamente com o bispo do Porto D. Fernando na admissão de Gil de Sevilha ou de Portugal:

«Mccccxiii, indictione sesta, die tertiodecimo mensis Februarii. Sapiens vir dominus Petrus de Aragonia, scholaris collegii domus Yspanorum, vice rector scolarium dicti collegii, de consensu, presentia et voluntate domini Gometii de Portugalia, domini Johannis de Sybilia, magistri Emanuelis de Sybilia et magistri Johannis de Sybilia teologi, consiliariorum dicti collegii, visis diligenter et examinatis literis domini Fernandi de Chaghamera coram eis productis per dictum dominum Fernandum de Chaghamera et per ipsos repertis dictis literis esse legitimis (*sic*), non obstantibus aliquibus constitutionibus contrariis, dictus dominus Petrus vice rector de consensu dictorum consiliariorum recepit in scolarem dicti collegii dictum dominum Fernandum de Chaghamera ad canones audiendos vigore literarum suarum emanatarum ab archiepiscopo et capitulo ecclesie Toletane, etc. et promisit et iuravit observare Statuta, etc. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in camera dicti domini rectoris, presentibus domino Raymondo de Chatelonia, magistro Johanne de Portugalia et domino Francischo de Sybilia, testibus et scholaribus dicti collegii, testibus. Nota et rogatio mei Petri condam Symonis de Camera notarii.

Mccccxiii, indictione sesta, die vigesimo octavo mensis Aprilis. Sapiens vir dominus Fernandus de Chaghamera, rector scolarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu suorum consiliariorum, etc. recepit dominum Dominicum Rodorici de Robleto ad chanones audiendos vigore literarum suarum ab episcopo et capitulo ecclesie Segontine, etc., prius facta examina-

---

(125) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 35. Cf. CELESTINO PIANA, *ibidem*, pp. 344, 346.

tionem, etc. Et iuravit, etc. Rogans, etc. Actum Boñ in camera residentie dicti domini rectoris, presentibus domino Andrea de Portugalia, capelano dicti collegii, magistro Johanne de Sybilia et domino Rodoricho de Villaquiram, testibus. Ex instrumento mei Petri de Camera, notarii.

Mccccxiii, indictione sexta, die tertio mensis Maii. Dominus Raymondus de Catalonia, rector scolarium collegii domus Yspanorum de Boñ, de consensu suorum consiliariorum, cum hoc sic constet eis quod ecclesia Abolensis alias fuerit requisita ex parte collegii per rectores preteritos dicti collegii Yspanorum quatenus episcopus et capitulum dicto collegio deberent presentare unum scolarem in iure canonico ad locum vachantem in collegio predicto, ita quod propter eorum negligentiam potestas presentandi scolarem ad rectorem et consiliarios dicti collegii ad presens esset devoluta secundum formam Statutorum dicti collegii, etc. et pro tanto sciens dominum Egidium Martini, clericum Ispalensem in primitivis esse (?), predictum dominum Egidium ad locum ut permittitur vachans ad chanoses audiendos in scolarem dicti collegii unanimiter et concorditer receperunt, etc. Qui iuravit, etc. Rogans, etc. Actum Boñ in contracta sancte Marie de Muradelis, in claustro dicti collegii, presentibus nobili viro domino Fernando episcopo, nepote regis Portugalie, Didacho Alfonsi, Johanne Rodorici, familiaribus dicti domini episcopi, domino Gometio de Portugalia et domino Andrea de Portugalia, capelano dicti collegii, testibus» (126).

Em 1414, dentro ou fora do Colégio, Gomes Pais continuava em Bolonha, em cujo Estudo Geral fez o exame privado de licenciatura a 30 de Janeiro de 1414, com aprovação unânime do Colégio dos Professores. Recebeu o grau de doutor em 15 de Fevereiro do mesmo ano de 1414:

«Tempore prioratus domini Jeremie de Angelellis. Die quinto Januarii, millesimo quadringentesimo quartodecimo ... Die trigesimo Januarii. Dominus Gometius Pellagii, portionarius ecclesie Ulisbonensis de Portugalia subiectus fuit privato examini, prius tamen michi presentatus per dominum Florianum de sancto Petro et dominum Johannem Andream de Caldarinis et fuit ab omnibus approbatus; die quinto decimo Februarii dominus Gometius predictus recepit publicam in sancto Petro. Dominus Florianus tradidit insignia et Petrus de Ancharano fecit sermonem archidiaconi» (127).

---

(126) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, *Lib. I Admissionum*, fl. 24-25, — A admissão no Colégio de Gil de Sevilha ou de Portugal deu origem a litígio, chegando alguns estudantes a lembrar que ele entrou no Colégio por influência de D. Fernando, bispo do Porto. A acta relativa à sua admissão foi riscada e à margem alguém anotou: *privatus fuit per dominos vicarios episcopi quia nullum titulum habet*. Outra mão do mesmo tempo ajuntou: *non dicis verum*.

(127) ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 42.

Apesar de doutorado a 15 de Fevereiro de 1414, como se vê por esta anotação autógrafa do prior do Colégio dos Doutores de Bolonha, Gomes Pais aparece sempre nas súplicas e letras pontifícias, aliás como na documentação portuguesa do Cabido e Estudo de Lisboa, como licenciado em decretos. Assim figura nas Cortes de 1418, nas quais tomou parte como vigário geral da sé e procurador do Cabido, bem como em 1419, na qualidade de juiz comissário do Cabido (128). Também em súplica atendida por Martinho V a 7 de Abril de 1418, sobre a confirmação da vigairaria da igreja de Santa Maria da diocese de Lisboa, figura como licenciado em decretos:

«Beatissime Pater vacante vicaria pa[rr]ochialis ecclesie...] Ma[rie] Ulixbonensis diocesis [...] resignationem Valasci Ro[derici...] extra Romanam Curiam ex causa permutationis spon[te] factam, devotus o[r]ator vester Gometius Pellagii, quartanarius Ulixbonensis eamdem vi[cariam] sic vacantem in vim permutationis huiusmodi ordinaria auctoritate sibi conferri [et de] ea provideri obtinuit eiusque possessionem extitit assecutus, dubitat [tamen] premissa (129) ex certis causis viribus non subsistere.

Quapropter supplicat S. V. humiliter dictus Go. qui etiam licentiatu[s] in decretis existit, quatinus sibi de dicta vicaria, cuius fructus, etc., quadraginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt, sive ut premittitur sive per obitum quondam Johannis Roderici, extra eamdem Curiam defuncti vel alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona aut per constitutionem *Execrabilis* vacet seu generaliter vel specialiter reservata, devoluta vel affecta sit, aut super ea inter aliquos lis in dicta Curia vel extra eam, cuius statum presentibus habere placeat pro expresso, indecisa pendeat, dignemini misericorditer de novo providere. Non obsta[n]t quod dictum beneficium perpetuum quartanariam nuncupatum in predicta ecclesia Ulixbonensi, cuius fructus, etc., triginta librarum similium secundum extimationem predictam valorem annuum non excedunt, obtinet ac gratia expectativa, si quam habet, in cancellaria exprimenda. Cum ceteris nom obsta[n]t et clausulis oportunis. — *Concessum ut petitur.*

Datum Constantie, septimo Idus Aprilis, anno primo» (130).

Em letras apostólicas de 16 de Julho de 1426 figura como oficial da sé de Lisboa na causa entre o leigo lisbonense Lobo Fernandes

---

(128) Cf. *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé, Sumário de Lousada* (fl. 135v, 340), pp. 204, 297.

(129) No ms. *premissis*.

(130) AV, Reg. Suppl. 113, fl. 60. Publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Munumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, n.º 105.

e vários clérigos porcionários da igreja de S. Julião de Lisboa sobre certa casa da sobredita igreja, arrendada ao mencionado leigo:

«Martinus, etc. Dilecto filio abbati monasterii sancte Marie de Alcobatia Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Humilibus votis libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis.

Exhibita nobis pro parte dilecti filii Lopi Fernandi, civis Ulixbonensis, petitio continebat quod olim dilecti filii Petrus Stephani, perpetuus vicarius, ac Petrus Fernandi, Alvarus Petri et Laurentius Johannis ac alii portionarii parrochialis ecclesie sancti Juliani Ulixboneñi, falso asserentes quod quedam domus in civitate Ulixbonensi consistentes et ad ecclesiam predictam legitime pertinentes, quas ipse civis in emphiteosim sub certo annuo censu ab eisdem vicario et portionariis tenebat tunc expresse cecidissent in commissum aut ad ipsam ecclesiam essent legitime devolute, pro eo quod idem civis per certos annos etiam tunc expressos a solutione dicti census de facto cessasset, ipsum civem super hoc petendo decerni et declarari dictas domos in commissum cecidisse ut prefertur ipsumque condemnari et compelli ad dimittendum dictas domos necnon ad dandum et solvendum eis censum, in quo ipse civis, ut pretendebant, pro dictis annis tenebatur, coram dilecto filio Christophoro Johannis, vicario Curie Ulixbonensis non ex delegatione apostolica traxit in causam idemque vicarius in causa huiusmodi legitime et iuris ordine observato procedens, diffinitivam pro dicto cive et contra vicarium ecclesie ac portionarios prefatos sententiam promulgavit, a qua pro parte vicarii et portionariorum predictorum ad dilectos filios auditores eiusdem curie cum eodem vicario idem consistorium facientes de facto appellarunt prefatumque civem fecerunt in causa appellationis huiusmodi coram eisdem auditoribus ad iudicium evocari ipsique auditores *perperam in eadem causa procedentes, diffinitivam, per quam prefatam sententiam revocarunt et domos predictos in commissum cecidisse pronuntiarunt ipsumque civem ad dimittendum domos et solvendum censum prefatos ac in expensis coram eis in huiusmodi causa legitime factis condemnarunt, sententiam promulgarunt iniquam, ipsarum expensarum taxatione eis imposterum reservata, a qua quidem sententia dictorum auditorum ipse civis ad sedem apostolicam appellavit et super appellatione huiusmodi apostolicas ad dilectum filium Valasum Martini, canonicum Ulixbonensem, sub certa forma litteras impetravit dictosque vicarium ecclesie et portionarios coram dilecto filio Petro Johannis Regadas, canonico Ulixbonensi, cui dictus Valascus super hoc totaliter commisit vices suas, fecit ad iudicium evocari ipseque Petrus perperam in eadem causa procedens, prefatam sententiam confirmavit iniquam, ipsum civem in expensis coram eo in huiusmodi causa legitime factis condemnando, ipsarum expensarum taxatione sibi imposterum reservata.*

Cumque a sententia prefati Petri pro parte eiusdem civis ad sedem fuisset appellatum eandem et terminus prosecutionis dicte appellationis a prefata sententia ipsius Petri interiecte adhuc penderet, vicarius ecclesie et portionarii predicti eundem civem coram dilecto filio Gometio Pelagii, officiali dicte Curie qui cum vicario eiusdem Curie et auditoribus prefatis unum et idem consisto-



rium faciebant, super eisdem domibus, non ex delegatione apostolica, de facto traxerunt in causam ipseque officialis etiam perperam in dicta causa procedens, quendam diffinitivam contra prefatum civem ac pro eisdem vicario et portionariis sententiam promulgavit iniquam ipsumque civem in expensis coram eo in huiusmodi causa legitime factis condemnavit, ipsarum expensarum taxatione sibi imposterum reservata, quodque a sententia prefati officialis pro parte eiusdem civis ad sedem fuisset appellatum antedictam, quia tamen civis ipse nimia paupertate gravatus ac alias legitimis impedimentis detentus ab officialis infra ad hoc prefixum et a Petri prefatorum sententiis interpositas appellaciones huiusmodi infra iuris terminos prosecutus non erat, officialis et Petrus predicti vicarium et portionarios eosdem, pretextu pro illis latarum sententiarum huiusmodi, in corporalem possessionem domorum predictarum nomine dicte ecclesie induxerunt et in ipsum civem pignora pro dictis expensis deponentem, quia sententiis eisdem parere, ut asseruerunt, contumaciter non curaverat, excommunicationis sententiam promulgarunt ipsumque civem fecerunt excommunicatum publice nuntiati, et successive dictam excommunicationis sententiam contra eum aggravarunt et reaggravarunt et auxilium brachii secularis invocarunt et postmodum, nostris super premissis pro parte eiusdem civis ad dilectum filium Menendum Martini, scolasticum Colimbriensem, sub certa forma litteris impetratis, dilectus filius Johannes Johannis, canonicus Colimbriensis, cui prefatus scolasticus super hoc commiserat vices suas, postquam dictos vicarium et portionarios ad instantiam ipsius civis, earumdem litterarum vigore, evocaverat in causam, perperam in illa procedens, contra eundem civem ac pro vicario et portionariis prefatis sententiam promulgavit iniquam, ipsum civem in expensis coram eo in huiusmodi causa legitime factis condemnando, earumdem expensarum taxatione sibi imposterum reservata.

Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, prefatis sententiis quoad possessionem domorum predictarum plene pariturum ac civis ipse per huiusmodi pro prefatis vicario et portionariis latis sententias enormiter lesus existat, pro parte ipsius civis nobis fuit humiliter supplicatum quatinus ei de absolute ab huiusmodi excommunicationis et aliis in eum latis sententiis ac restitutione in integrum adversus dictas pro prefatis vicario et portionariis latis sententias ac alias super premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, vocatis vicario et portionariis predictis ac aliis qui fuerint evocandi, eundem civem, si hoc humiliter petierit, data per eum sufficienti cautione de iudicato solvendo et parendo mandatis ecclesie atque tuis a prefatis in eum latis sententiis, auctoritate nostra simpliciter vel ad cautelam absolvas hac vice dumtaxat in forma ecclesie consueta, iniuncta inde sibi pro modo culpe penitentia salutari et aliis que de iure fuerint iniungenda ac pignoribus predictis in deposito remanentibus, super premissis omnibus et singulis ac eorum circumstantiis universis te diligenter informes et, si per informationem huiusmodi prefatum civem per dictas pro prefato vicario et portionariis latis sententias repperaris enormiter fore lesum, eundem civem

adversus illas in integrum restituas, prout de iure faciendum, ac ipso restituto de eadem sententia ipsius vicarii dicte Curie cognoscens legitime, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernes, faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio vel timore subtraxerint, censura simili, appellatione cessante, compellas veritati testimonium perhibere. Non obstante si vicario ecclesie et portionariis vel quibusvis aliis communiter vel divisim ab ipsa sit sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, decimo septimo Kalendas Augusti, anno nono» (131).

Além destas letras de 1426, Gomes Pais figura também como oficial noutras de 2 de Maio de 1429, dirigidas ao deão de Coimbra, sobre a contenda do deão e Cabido de Lisboa com o vigário e porcionários da igreja de Santa Cruz da cidade. A causa era tratada perante ele Gomes Pais, licenciado em decretos e oficial designado pelo Cabido:

«Martinus, etc. Dilecto filio decano ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Exhibita nobis pro parte dilectorum filiorum decani et capituli ecclesie Ulixbonensis petitio continebat quod olim dilecti filii perpetui vicarius et singuli portionarii parrochialis ecclesie sancte Crucis Ulixbonensi, falso asserentes perceptionem nonnullarum decimarum provenientium ex fructibus excrescentibus in quibusdam terris et possessionibus in districtu civitatis Ulixbonensis consistentibus tunc expressis ad se spectare quodque ipsi decanus et capitulum eas quominus dictas decimas pacifice percipere possent contra iustitiam impedire presumere, eosdem decanum et capitulum super hoc petendo, ipsos condemnari et compelli ad desistendum ab impedimentis huiusmodi coram dilecto filio Gometio Pelagii, clerico, licentiate in decretis, officiali dictorum capituli auctoritate ordinaria deputato, non ex delegatione apostolica, traxerunt in causam et deinde ipsi vicarius et portionarii, pretendentes se a quodam sufficienti conficto gravamine eis, ut minus veraciter asserebant, ab eodem officiali, postquam ipse in causa huiusmodi ad nonnullos actus, citra tamen conclusionem, inter partes ipsas processerat, illato indebite se gravari, ad venerabilem fratrem nostrum archiepiscopum Ulixbonensem appellarunt dictosque decanum et capitulum fecerunt in causa appellationis huiusmodi coram dilectis filiis vicariis in spiritualibus generalibus dicti archiepiscopi ad iudicium evocari, iidemque vicarii generales perperam in causa huiusmodi procedentes, pro ipsis vicario et portionariis ac contra ipsos decanum et capitulum sententiam promulgarunt iniquam, a qua ipsi decanus et capitulum ad sedem apostolicam appellarunt,

---

(131) AV, Reg. Lat. 264, fl. 127-128v.

sed legitimo, ut asserunt, impedimento detenti, huiusmodi eorum appellationem non fuerunt infra tempus debitum prosecuti. Quare nobis humiliter supplicarunt ut causam appellationis ipsorum huiusmodi ac nullitatis processus vicariorum generalium et sententie predictorum una cum negotio principali ac omnibus incidentibus, dependentibus et connexis, alicui probo in partibus illis committere ac alias eis in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus, vocatis vicario et portionariis prefatis ac aliis qui fuerint evocandi et auditis hinc inde propositis, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernas, faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio vel timore subtraxerint, censura simili, appellatione cessante, compellas veritati testimonium perhibere. Non obstantibus felicis recordationis Bonifatii pape viii, predecessoris nostri, quibus cavetur ne quis extra suam civitatem et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur. Seu ne iudices a sede deputati predicta aliquos ultra unam dietam a fine diocesis eorundem trahere presumant et aliis constitutionibus apostolicis contrariis quibuscumque. Aut si eisdem vicario et portionariis vel quibusvis aliis communiter vel divisim ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi vel excommunicari aut ultra vel extra certa loca ad iudicium evocari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, sexto Nonas Maii, anno duodecimo» (132).

Uns dois anos depois destas letras de 1429, vemo-lo ainda designado como licenciado em decretos, ao assinar no dia 18 de Julho de 1431 os Estatutos dos actos académicos da Universidade de Lisboa juntamente com os Doutores Estêvão Afonso, arceidiago de Santarém e doutor em decretos, Afonso Rodrigues, arceidiago de Lisboa e doutor em leis, e Diogo Afonso, doutor em ambos os direitos e mestre em artes:

«In nomine Domini Amen. In nomine individue et sancte Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti incipiunt statuta super actibus scollasticis alme Universitatis huius Studii Ulixbonensis. Decima sexta mensis Julii, anno Domini millesimo quadringentesimo trigesimo primo, Alfonsus Johannis bedellus prefate Universitatis quatinus decima octava die mensis eiusdem interessent in cathedrali ecclesia huius Ulixbonensis civitatis post vesperos ad firmandum statuta pro dictis actibus, quo quidem die post vesperos congregati fuerunt ibidem venerabilis vir Valascus Stephani, vicarius sancti Thome, rector predicte Universitatis, et venerabiles viri dominus Stephanus Alfonsi,

---

(132) AV, Reg. Lat. 293, ff. 105-105v.

archidiaconus Sancterenensis, decretorum doctor, et Alfonsus Roderici, archidiaconus eiusdem ecclesie, doctor legum, et Didacus Alfonsi, doctor utriusque iuris et magister in artibus, et Gometius Pelagii, decretorum licentiatus, et Vincentius Dominici conservator et omnes una firmaverunt statuta infra scripta» (133).

A 23 de Outubro de 1432, Eugénio IV renovava-lhe a ele, licenciado em decretos com o rigor do exame, a concessão de 8 de Maio de 1431 sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Pedro Anes, subcolector apostólico na cidade de Coimbra, durante o pontificado de Martinho V, circunstância não referida na primeira súplica:

«Beatissime Pater. Cum dudum S. V. videlicet octavo Idus Maii, anno primo, devoto vestro Gometio Pelagii, licentiato in decretis cum rigore examinis, de canonicatu et prebenda Colimbrieñ, vacantibus per obitum quondam Petri Johannis qui illos obtinens, fructuum, etc. camere apostolice debitorum in civitate et diocesi Colimbrieñ, succollector extitit et extra Romanam Curiam decessit, gratiose provideri concesserit et non fuerit expressum quod idem P., vivente adhuc felicitis recordationis Martino papa quinto, predecessore vestro, decesserit, cumque idem canonicatus, et prebenda adhuc, ut prefertur, vacare noscantur ac per resignationem (*sic*) ipsius Martini et declarationem S. V. de illis, de quibus dispositum non fuit, factas generaliter reservati sint, dignetur S. V. litteras apostolicas super huiusmodi concessionis gratia conficiendas cum expressione premissorum expediri mandare gratiose. Cum non obstañ et clausulis in dicta gratia contentis. — *Concessum in presentia domini nostri pape. B. Gradensis.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo Kalendas Novembris, anno secundo» (134).

Letras apostólicas de 11 de Novembro de 1432, dirigidas ao próprio Gomes Pais, cónego de Coimbra e licenciado em degredos, ao conceder-lhe precisamente o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte do sobredito subcolector, lembram que, além de ter recebido o grau de licenciatura em decretos com rigor de exame no Estudo de Bolonha, era capelão-mor do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, e possuía a igreja paroquial de Santa Maria de Samuel da diocese de Coimbra, a porção quartanária de Lisboa e as perpétuas porções

---

(133) *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, pp. 12-13.

(134) AV, Reg. Suppl. 281, fl. 58.

de S. Tomé de Lisboa, de Santa Maria de Sintra, Santa Maria de Lourinhã, Santa Maria de Óbidos, Santa Maria de Várzea de Alenquer e de S. Tiago de Évora:

«Eugenius, etc. Dilecto filio Gometio Pelagii, canonico Colimbriensi, licentiato in decretis. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales.

Dudum siquidem felicitis recordationis Martinus papa v, predecessor noster, omnes canonicatus et prebendas ceteraque beneficia ecclesiastica quorumcumque succollectorum fructuum et proventuum camere apostolice debitorum, tunc vacantia et in antea vacatura, collationi et dispositioni sue reservans, decrevit ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari. Et deinde canonicatu et prebenda ecclesie Colimbriensis, quos quondam Petrus Johannis, ipsius ecclesie canonicus, dum viveret obtinebat, per obitum ipsius Petri qui olim illos obtinens, fructuum et proventuum predictorum eidem Camere debitorum in civitate et diocesi Colimbriensi unicus succollector extitit et extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacantibus, dictoque predecessore, per eum de illis aliter non disposito, sicut Domino placuit, sublato de medio, Nos divina favente clementia ad apicem summi apostolatus assumpti, cum a nonnullis revocaretur in dubium an aliquis preter Romanum pontificem de canonicatibus et prebendis aliisque beneficiis ecclesiasticis per eundem predecessorem dispositioni sue reservatis et tempore obitus ipsius vacantibus, disponere potuisset sive posset, ad huiusmodi ambiguitatis tollendum dubium, declaravimus canonicatus et prebendas et alia beneficia supradicta, de quibus, ut premittitur, vacantibus per eundem predecessorem dispositum non extitit, per huiusmodi reservationem et decretum remansisse et remanere affecta nullumque de illis preter eundem Romanum pontificem ea vice disponere potuisse sive posse quoquo modo ac decrevimus irritum et inane si secus super hiis per quoscumque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari.

Cum itaque secundum premissa dicti canonicatus et prebenda adhuc ut prefertur vacare noscantur nullusque de illis preter nos hac vice disponere potuerit sive possit, reservatione, declaratione et decreto obsistentibus supradictis, Nos volentes tibi qui, ut asseritur, dilecti filii nobilis viri Petri, ducis Colimbriensis, carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris secundogeniti, maior capellanus continuus commensalis existis et Bononie cum rigore examinis in decretis licentiatus fuisti, premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos, quorum fructus, redditus et proventus triginta librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum, ut etiam asseritur, non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacent, etiam si tanto tempore vacaverint quod eorum collatio iuxta Lateranensis statuta Concilii ad sedem apostolicam legitime

devoluta ipsique canonicatus et prebenda specialiter vel alias generaliter dispositioni apostolice reservati existant, et super eis inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo eorum dispositio ad nos hac vice pertineat, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus, decernentes, prout est, irritum et inane, si secus super hiis a quoquam quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Non obstantibus pie memorie Bonifatii pape viii, etiam predecessoris nostri, et aliis apostolicis constitutionibus necnon dicte ecclesie iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus contrariis quibuscumque... Aut quod, ut etiam asseritur, parrochiam beate Marie de Samuel Colimbriensis diocesis ac unam quartanariam nuncupatam in maiori necnon in singulis sancti Thome Ulixboneñ ac beate Marie de Sintria et beate Marie de Lourinhaa necnon sancte Marie de Obidos ac beate Marie de Varzia de Alenquerio dicte diocesis necnon in sancti Jacobi Elboreñ parrochialibus, ecclesiis singulas alias perpetuas portiones sine cura, quarum omnium fructus, redditus et proventus sexaginta librarum Turonensium similium secundum eandem estimationem valorem annum non excedunt, nosceris obtinere. Nulli ergo, etc. nostre collationis, provisionis, constitutionis et voluntatis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice, millesimo quadringentesimo secundo, tertio Idus Novembris, anno secundo.

Simili modo venerabilibus fratribus Electensi et Ceptensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterii beate Marie de Alcobaça Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque probitatis et virtutum merita, super quibus dilectus filius Gometius Pelagii canonicus, etc. ... Datum ut supra» (135).

Basta, num relance de olhos, fixar os principais pontos da nossa exposição para nos convenceremos de que a hipótese aventada por Berthe M. Marti (136) de Gomes Pais, candidato e parte litigante na questão de 1402-1403 com as autoridades do Colégio de S. Clemente de Bolonha, doutorado na Universidade em Fevereiro de 1414, se poder identificar com Gomes de Portugal, reitor do Colégio em 1410-1411, é plenamente confirmada pela conjugação dos documentos pontifícios e do mesmo Colégio, sem esquecer a documentação portuguesa. A actividade de Gomes Pais, procurador do Cabido de Lisboa nas Cortes de 1418 e oficial do arcebispado, no aspecto eclesiástico e civil, inclusive

---

(135) AV, Reg. Lat. 318, fl. 8-9.

(136) BERTHE M. MARTI, *Gomez versus the Spanish College at Bologna*, em *Didascaliae, Studies in honor of Anselm M. Albareda*, p. 318.

suas relações com a Corte de Portugal e com a Universidade de Lisboa, para cujos Estatutos prestou o seu contributo, bem mostram a importância da figura intelectual deste reitor do Colégio de S. Clemente.

4. JOÃO PEREIRA, DOUTOR EM LEIS, E ANTÓNIO MARTINS, DOUTOR EM DECRETOS, VICE-REITORES DO COLÉGIO, RESPECTIVAMENTE EM 1440-1441 E 1443

A notícia sobre a estadia do português João Pereira no Colégio de S. Clemente e governo do mesmo como vice-reitor dá-no-la a relação de 26 de Novembro de 1440 sobre o pedido de vários conselheiros, capelães e não poucos escolares ao vigário geral para decretar a eleição de novo reitor, por lhes ser impossível suportar o que então ocupava o cargo. João Pereira pertencia ao número dos suplicantes. Dando-lhes plena razão, o vigário decidiu a expulsão do reitor. E nesse mesmo dia elegeram os escolares a João Pereira, cuja eleição foi confirmada pelo vigário.

Ao apresentarem o pedido de expulsão do reitor, os queixosos diziam constituir o Colégio em peso, porque Pedro Marino, apesar de não tomar parte no litígio, também se lamentava do proceder do reitor. O caso tinha chegado a proporções tais que se temia desse ocasião a mortes, como aliás referia também João Pereira na visita oralmente:

«In Christi, nomine. Amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quadragesimo, indictione tertia, die vigesimo sexto mensis Novembris. Coram venerabili et sapiente viro domino Johanne de Podio, iuris utriusque doctore, canonico Boñ, reverendissimi in Christo patris et domini Nicolai, miseratione divina tituli sancte Crucis in Jerusalem presbyteri cardinalis et episcopi Boñ et principis, vicario generali, existenti Boñ et episcopali palatio, in camera residentie ipsius domini vicarii personaliter comparuerunt honorabiles viri domini .. consiliari, scolares et capellani collegii scolarium bone memorie domini Egidii episcopi Sabinensis, in civitate Bononie fundati, quorum nomina sunt ista videlicet dominus Gometius de Ispania, canonista, dominus Antonius Fernandi, theologus, magister Johannes de Turribus, medicus, consiliarii et scolares, dominus Johannes Pereira de Portugallia, canonista, dominus Johannes de Sibilia, canonista, dominus Bernardus Fort de Aragonia, medicus, scolares, dominus Nicolaus de Venetiis, dominus Gratiadeus de Castro Bolognesio, dominus Johannes de Salles et dominus Timedeus de Forlivo, capellani prefati collegii, ipsi omnes unanimiter et concorditer una voce que-

relanter exposuerunt prefato domino vicario quod dominus Fernandus Bassant, ad presens rector dicti collegii, est effectus homo rissosus, scandalosus et non dimittit scolares neque capellanos dicti collegii vivere in pace et pluribus ex eis minatus est et quotidie minatur gravia inferre adeo quod timetur per omnes predictos ne propter suas rissas deveniatur ad arma inter eos et homicidium seu homicidia exinde sequantur propter ipsius insolentias et tedia, quamvis nullus de domo sit cum eo ad istas insolentias et rissas. Et quod non sunt aliqui in dicto collegio qui de hoc non doleant, quamvis dominus Petrus de [Marino] non moveatur ad hanc querelam proponendam contra eum, sicut et omnes alii de domo, propter amicitiam quam habuit cum eodem, sed tamen omnia predicta novit et de ipso rectore dolet quod sic se habeat. Et petierunt a prefato domino vicario ut amoveat eum a rectoratu vel saltem det licentiam scholaribus ad evitanda scandala, rissas, discordias et armorum commotionem et alia que inde sequi possent, ut eligant sibi aliquem alium in vicerectorem dicti collegii et dictum dominum Fernandum detineant, donec sue administrationis rationem reddiderit et deinde eum expellant de dicto collegio.

1440, die 26 Novembris. In nomine sancte et individue Trinitatis. Coram venerabili viro domino Johanne, vicario, personaliter constitutus dominus dominus Johannes Perera de Portugalia, scholaris collegii domini Sabinensis interrogatus suo sacramento et dixit testificando quod dominus Fernandus Bassant, ad presens rector dicti collegii, est homo scandalosus, rissosus et discordias seminans in collegio et tiranice volens dominari, minatur mortem pluribus de domo eius, ex quo omnes de collegio dubitant ne scandalum mortis alicuius vel aliquorum subsequatur» (137).

O vigário do bispo de Bolonha, recebidas estas acusações, procurou informar-se junto de quatro testemunhas fidedignas e, averiguada a verdade de quanto diziam os escolares, deu licença a estes de elegerem um vice-reitor e de expulsarem o reitor Fernando Bassant, detendo-o antes, até dar contas da sua administração, sem, contudo, o perseguirem fisicamente. A eleição do português João Pereira foi por assim dizer unânime, pois de seis votos teve cinco:

«In Christi nomine. Amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quadragesimo, indictione tertia, die vigesimo sexto mensis Novembris, tempore pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini domini Eugenii, divina providentia pape quarti. Venerabilis et sapiens vir dominus Johannes de Podio, utriusque iuris doctor, canonicus Bofi, reverendissimi in Christo patris et domini domini Nicolai, miseratione divina tt. sancte Crucis in Jerusalem presbyteri cardinalis et ecclesie Bononie episcopi et principis, vicarius in spiritualibus et temporalibus generalis, percepta querella ab

---

(137) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 25, n. 29.



honorabilibus viris domino Gometio de Ispania, magistro Antonio Fernandi, magistro Johanne de Turribus, consiliariis, domino Johanne Pereira de Portugalia, domino Johanne de Sibia, magistro Bernardo Fort de Aragonia, scolaribus, necnon domino Nicolao de Venetiis, domino Gratiadeo de Castro Bolognesio, domino Johanne de Sales de Corduva et domino Timedeo de Forlivo, capellanis collegii bone memorie domini Egidii episcopi Sabinensis, fundatoris dicti collegii, personaliter exponentibus coram ipso domino vicario dominum Fernandum Basanta, rectorem dicti collegii, fore rissosum et scandalosum et quod non dimittit scolares neque capellanos dicti collegii vivere in pace et quod pluribus ex eis minatus est et quotidie minatur gravia inferre adeo quod timetur per omnes predictos ne propter rissas suas predictas deveniantur ad arma inter eos et homicidium seu homicidia exinde sequantur et habita super his informatione a quatuor testibus fidedignis, illud idem in effectu suo iuramento deponentibus, cupiens in hoc salubre adhibere remedium, ne scandala ulterius oriantur in dicto collegio et ut residentes in eo vivere possint in pace, licentiam dedit dominis scolaribus dicti collegii eligendi vicerectorem in dicto collegio iuxta formam Statutorum et ritum collegii predicti ac etiam amovendi dictum dominum Fernandum ab omni administratione officii rectoratus collegii predicti et bonorum eiusdem et ipsum personaliter detinendi in domo dicti collegii, donec ydoneam reddiderit rationem de omnibus gestis et administratis ac receptis et impensis per eum ac secundum formam Statutorum dicti collegii ac deinde ipsum expellendi de dicto collegio, dum tamen non ledatur nec percutiatur atrociter per aliquem vel aliquos de collegio predicto, etiam invocando ad hoc per ipsos auxilium brachii secularis, si fuerit opportunum, mandans idem dominus vicarius, etiam rogantibus dictis scolaribus, quod per me Rolandum notarium infrascriptum publicum de premissis conficeretur instrumentum.

Actum Bononie in episcopali palatio, in camera residentie dicti domini vicarii, presentibus ibidem domino Johanne condam Floriani, olim sartore capelle sancti Thome de Merchato, et Jacobo condam Michaelis de Provençalibus de terra Argelis comit. Boñ, testibus ad predicta vocatis et rogatis. Nota et rogatio mei Rolandi Alberti de Castellanis, notarii Bononiensis.

In Christi nomine. Amen. Anno nativitatis eiusdem millesimo quadringentesimo quadragesimo, indictione tertia, die sabbati, vigesimo sexto mensis Novembris, tempore pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini domini Eugenii divina providentia pape quarti. Ad presentiam suprascripti domini vicarii redeuntes honorabiles viri dominus Gometius de Ispania, dominus Antonius Fernandi, magister Johannes de Turribus, consiliarii, dominus Johannes Perera de Portugalia, dominus Johannes de Sibia, magister Bernardus Fort de Aragonia, omnes scolares dicti collegii, exposuerunt dicto domino vicario quod ipsi qui faciunt et representant totum collegium predictum, cum sint ultra quam due partes eorum, cum non sint in dicto collegio alii scolares quam ipsi, nisi dominus Petrus Marini et dominus Fernandus qui actenus fuit rector dicti collegii, ipsi omnes vigore Statutorum collegii predicti et licentie hodie sibi date per dictum dominum vicarium ex causis in instrumento licentie insertis, insimul convenerunt in ecclesia cathedrali Boñ ad tractandum et ex causa trac-

tandi et providendi de vicerectore dicti collegii propter causas supradictas et prout eis licuit et quod tandem omnes dederunt voces suas in scriptis per cedulas super his quas diligenter et fideliter recipi fecerunt per dominum Nicolaum de Venetiis, antiquiorem capellanum collegii predicti, secundum formam Statutorum predictorum et quod successive publicatis dictis vocibus per dictum dominum Nicolaum capellanum evidenter et manifeste constitit dictum dominum Johannem Periera de Portugalia habuisse et habere quinque voces ex sex vocibus ipsorum sex scolarium, voce ipsius domini Johannis non computata in his quinque vocibus, et sic legitime fuit et est electus a maiore parte totius collegii in vicerectorem ipsius collegii. Et ad evidentiam rei presentari fecerunt per ipsum dominum Nicolaum capellanum eidem domino vicario cedulas omnes ipsorum elligentium et cum instantia petierunt ipsum dominum Johannem electum confirmari per dictum dominum vicarium in vicerectorem collegii predicti et ab eodem domino Johanne prestari solitum iuramentum de huiusmodi officio vicerectoratus fideliter exercendo iuxta formam dictorum Statutorum.

Qui dominus vicarius, auditis predictis et visis dictis cedulis eligentium predictorum et habita fidedigna relatione dicti domini Nicolai capellani, ibidem presentis, affirmantis omnia et singula supradicta vera esse, eundem dominum Johannem Pereira de Portugalia sic ut premittitur electum, ibidem presentem et acceptantem, confirmavit in vicerectorem collegii predicti. Qui dominus Johannes vicerector ad dellationem dicti domini vicarii corporaliter iuravit ad sancta Dei evangelia, manu tactis scripturis, in manibus dicti domini vicarii fideliter et legaliter exercere officium vicerectoratus huiusmodi et bona dicti collegii et iura pro posse servare et scolaribus et aliis de dicto collegio debitum impendere iuxta posse et secundum facultates dicti collegii et omnia alia et singula facere et exercere, ad que secundum formam Statutorum predictorum tenetur et debet.

Quibus sic peractis, omnes scolares predicti, quorum nomina superius sunt expressa, ac etiam prefatus dominus Nicolaus et ceteri capellani dicti collegii ibidem presentes, delato sibi sacramento per dictum dominum vicerectorem, corporaliter iuraverunt, manibus tactis scripturis, in manibus dicti domini vicerectoris esse sibi obedientes in omnibus licitis et honestis secundum formam dictorum Statutorum, de quibus omnibus mandaverunt predicti domini vicarius, vicerector et alii supradicti per me Rolandum notarium infrascriptum de premissis publicum fieri instrumentum, quod quidem instrumentum ad maioris roboris firmitatem idem dominus vicarius sigilli dicte Curie episcopalis Bononie iussit impressione muniri. Actum Bononie in episcopali palatio, in camera residentie dicti domini vicarii, presentibus venerabilibus viris domino Gratiadeo de Castro Bolognesio, domino Johanne de Sales et domino Timedeo de Forlivio, capellanis collegii predicti, testibus ad predicta vocatis et rogatis. Nota et rogatio mei Rolandi Alberti de Castellanis, notarii Bononie» (138).

---

(138) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 25, n. 30-31.

A fim de acabar com as questões surgidas e outras que poderiam levantar-se entre o vice-reitor, conselheiros e escolares do Colégio com o reitor expulso, o vigário, com o conselho de exímios juristas, mandou ao vice-reitor, no dia 12 de Janeiro de 1441, desse 50 libras bolonhesas a Fernando Basanta, antigo reitor, com a condição de este renunciar a todo e qualquer direito que pretendia ter ao Colégio. E o mandato foi executado pelo vice-reitor nesse mesmo dia:

«M.cccc xli, indictione quarta, die xii Januarii. Nos Johannes de Podio, iuris utriusque doctor, canonicus Boñ, reverendissimi in Christo patris et domini Nicolai, tt. sancte Crucis in Jerusalem presbyteri cardinalis, ecclesie Boñ episcopi et principis, vicarius in spiritualibus et temporalibus generalis, ad extinguendas lites, controversias, risas et schandala et pericula tam orta quam ea que oriri possent quoquo modo per et inter dominum Fernandum Basanta, olim rectorem scholarium collegii bone memorie domini Egidii episcopi Sabinensis, in civitate Boñ fundati, ex una parte, et dominos vicirectorem et consiliarios et scolares prefati collegii ex altera parte et pro peragenda et successive manutenenda pace, concordia et tranquillitate inter partes predictas, de consilio eximiorum iuris utriusque doctorum dominorum Johannis de Anania, Antonii de sancto Petro et Bartolomei de Lambertinis, cum quibus plenarie contulimus et mature deliberavimus super his, omni modo, iure, causa, via et forma, quibus melius et efficacius possumus, mandamus vobis vicirectori et consiliariis dicti collegii quatinus de bonis collegii predicti infra tres dies proximos dare, tradere, solvere, numerare, dimittere et libere relaxare debeatis dicto domino Fernando libras quinquaginta Boñ, ita tamen quod tempore solutionis per vos faciende idem dominus Fernandus libere renunciare debeat omni et cuicumque iuri quod pretenderet idem dominus Fernandus sibi deberi in dicto collegio quovis titulo, nomine, ratione vel causa, et promittere vobis aut notario publico nomine vestro stipulanti quod decetero non molestabit vos vel aliquem de dicto collegio communiter vel particulariter de iure vel de facto, quacumque ratione vel causa dependente ex premissis vel aliquo premissorum sub infrascripta pena et eo sic renuntiante et promittente, ut supra dictum est, eundem dominum Fernandum absolvere debeatis ab omni eo et toto quod nomine dicti collegii et pro ipsius collegii universitate peti et exigi posset quovis modo, ratione vel causa, ab ipso domino Fernando seu in bonis eiusdem. Et quod exinde fieri debeat pro cautione ambarum partium predictarum publicum instrumentum vallidandum mutua promissione de ratihabitione(?) omnium et singulorum premissorum et sub mutua pena centum librarum Boñ hinc inde soleniter promittenda ac mutua obligatione bonorum ipsarum partium, renuntiationibus et iuramento, etc., in forma valida.

Actum Boñ in episcopali palatio, in camera dicti domini Johannis, presentibus Francischo de Albergatis, domino Jeronimo de Ghisilardis, legum doctore, domino Antonio condam Bartolomei de Podio et magistro Nicolao... et infrascripto Rolando rogat. in solidum et aliis pluribus testibus ad predicta vocatis.

Dictio die. Facta fuit solutio per dominum vicerectorem de libris quinquaginta Boñ domino Fernando Basanta, qui dominus Fernandus absolvit et promissit ut supra» (139).

No documento sobre o pagamento das libras bolonhesas, feito por João Pereira, vice-reitor do Colégio, em nome também dos conselheiros e escolares, e sobre a renúncia do antigo reitor a qualquer direito no Colégio, juntamente com a promessa de não causar moléstia alguma aos mesmos, fala-se da restituição dum livro de Inocência, a fazer por Fernando Basanta:

«Egregius et sapiens vir dominus Johannes de [Portugalia], vicerector scolarium collegii bone memorie domini Egidii episcopi Sabinensis, in civitate Boñ fundati, tanquam vicerector predictus suo nomine ac vice et nomine consiliariorum et aliorum scolarium dicti collegii de bonis ipsius collegii, causa adimplendi mandatum eis hodie factum pro parte venerabilis et egregii viri domini Johannis de Podio, canonici Boñ, vicarii generalis Curie episcopalis Boñ, de consilio egregiorum iuris utriusque doctorum dominorum Johannis de Anania, Antonii de sancto Petro et Bartolomei de Lambertinis, ex causis maxime et rationibus in eodem mandato insertis, de quibus patet publica scriptura scripta per nos notarios infrascriptos et pro obtinenda renuntiatione et promissione et aliis infrascriptis ab infrascripto domino Fernando sponte, etc., dedit et manualiter solvit, tradidit et dimisit egregio viro domino Fernando Basanta, olim rectori dicti collegii, ibidem presenti et manualiter recipienti, libras quinquaginta Boñ in pecunia partim aurea, partim pilienorum et partim quatenorum ascendentium ad valorem et summam dicte quantitatis librarum quinquaginta Boñ ex causa et causis, de quibus et prout latius continetur in mandato predicto. Et hoc fecit quia ex adverso idem dominus Fernandus dictam pecunie quantitatem recipiens et apprehendens et ea iam sic recepta et apprehensa per eum, sponte et libere renuntiavit omni et cuicumque iuri eidem dicto Fernando quomodolibet competenti in dicto collegio, quovis titulo, modo, ratione vel causa ac etiam promissit ipsi domino Johanni vicectori et nobis notariis infrascriptis ut publicis personis presentibus et stipulantibus vice et nominibus omnium et singulorum de dicto collegio, non inquietare, molestare vel turbare ipsos dominos vicerectorem seu rectorem, consiliarios et scolares dicti collegii nec aliquem eorum communiter vel singulariter seu divisim, de iure vel de facto, quacumque ratione vel causa, occasione aliquorum deductorum seu comprehensorum in mandato predicto aut occasionatorum dependentium vel choherentium a predictis vel aliquo predictorum.

Qua quidem renuntiatione et promissione sic ut premititur factis, dictus dominus Johannes vicerector, suo nomine tanquam vicerector predictus ac

---

(139) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 36.

etiam vice et nomine universitatis tam consiliariorum quam scolarium dicti collegii, absolvit dictum dominum Fernandum ibidem presentem et recipientem ab omni eo et toto quod pro parte dicti collegii et universitatis eius nomine peti et exigi posset ab ipso domino Fernando seu in bonis eiusdem quacumque ratione vel causa, salva tamen et firma manente promissione hodie coram testibus nobis notariis infrascriptis facta per prefatum dominum Bartolomeum de Lamber-  
tinis ipsi domino Johanni vicereктору, nomine dicti collegii stipulanti de dando, reddendo et restituendo eidem collegio unum librum Innocentii habitum per dictum dominum Fernandum de domo dicti collegii et nondum restitutum pretii et extimationis librarum sex Boñ secundum assertionem partium predic-  
tarum vel saltem de dando et solvendo ipsi collegio libras sex Boñ pro pretio dicti libri Innocentii habiti et non restituti ut supra, cui promissioni per dictum dominum Bartolomeum sic ut premititur facte per suprasertam absolutionem nichil sit nec esse intelligatur quomodolibet derogatum.

Que omnia et singula promiserunt dicte partes videlicet dictus dominus Johannes vicerector, suo nomine tanquam vicerector predictus ac vice et nomine universitatis tam consiliariorum quam scolarium dicti collegii, ex una parte et dictus dominus Fernandus ex alia parte sibi ad invicem et vicissim dictis modis et nominibus solemnibus stipulationibus hinc inde intervenientibus perpetuo firma et ratha habere, tenere, attendere, observare et adimplere et in nullo contrafacere, dicere, opponere vel venire per se vel alium seu alios, aliqua ratione vel causa, de iure vel de facto, in iudicio sive extra, sub pena mutua librarum centum Boñ hinc inde interveniente promissa, etc., pro quibus omnibus et singulis firmiter observandis et efficaciter adimplendis prefatus dominus Johannes vicerector, modis et nominibus quibus supra, omnia et singula sua bona et iura mobilia et immobilia presentia et futura sibi ad invicem et vicissim dictis modis et nominibus solemniter obligaverunt cum mutuis renuntiationibus et sacramento ... per dictas partes solemniter pres-  
tito, etc. Actum ut supra proxime, presentibus testibus suprascriptis...» (140).

Tendo entrado no Colégio de S. Clemente como canonista (141), João Pereira acabou por se dedicar ao estudo de direito civil, continuando no Colégio, até doutorar-se nesta ciência. Já em 27 de Outubro de 1438 que o tinham designado para ler direito civil durante o ano académico de 1438-1439 — «1438-39 Lecture Universitatis in iure civili. Ad lecturam Voluminis dominus Ioannes Perrera de Portugalia. Datum Bononie, die 27 Octobris» (142). A 30 de Outubro de 1441 recebia o grau de licenciatura em direito civil no Estudo de Bolonha, depois

---

(140) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 36.

(141) Cf. docum. correspondente à nota 127.

(142) Cf. UMBERTO DALLARI, *I Rotuli dei Lettori Legisti e Artisti dal 1384 al 1799*, vol. I, Bologna 1888, p. 11.

de o Colégio dos Doutores, reunido a 26 de Outubro, lhe permitir a ele, escolar *in collegio Hispanorum*, o exame de licenciatura em direito civil, dispensando-o dos estatutos em contrário:

«MCCCCxli, de mense Octubri ... Die vero xxvi Octubris, dispensatum fuit cum domino Ioanne Pe[re]ra de Hispania, scolare in iure civili, in collegio Hispanorum, generaliter ut, non obstantibus quibuscumque, posset se subicere privato examini in iure civili, presentibus decem doctoribus et nemine discrepante in domo domini Guasparis de Rufinis.

Eodem die, in domo dicti domini Guasparis michi priori antedicto presentatus fuit dictus dominus Johannes Pe[re]ra, subiciendus examini iuris civilis pro die lune proxima subsequenti que erat dies trigessima predicti mensis, per famosos doctores dominum Bartolomeum de Lambertinis et dominum Johannem de Podio, suo nomine et vice et nomine domini Nicholay de Gisilardis. Ego auctoritate et officio predictis detuli presentationi predictae et dictum diem assignavi pro examine predicto fiendo.

Die xxx Octubris examinatus et approbatus fuit dictus dominus Johannes de Pe[re]ra de Yspania, nemine discorde, habuitque in punctis a domino Jeronimo de Gisilardis: L. Si fideiussorum lap. ff. Mandati, et a domino Petro de Magnanis L. I C. Si adversus creditorem, presente domino Rodorico de Mediolano, licentiato in iure civili et tunc vice archidiacono» (143).

O doutoramento teve lugar no mesmo ano de 1441, lá para os fins, mas na Cúria pontifícia, porque ele tinha contraído certas inimizades na cidade de Bolonha e não ousava, por isso, doutorar-se aí, apesar do juramento que, da mesma forma que todos os promovidos ao grau da licenciatura, prestara de não receber as insígnias doutorais senão no Estudo de Bolonha. Nesse intuito pediu a Eugénio IV o dispensasse de tal obrigação, encarregando algum cardeal (nomeia expressamente o cardeal de Santo Ângelo), de lhe conferir as insígnias doutorais após o exame respectivo do cardeal e doutores, a designar para o efeito. O papa atendeu ao pedido a 13 de Novembro de 1441:

«Beatissime Pater, cum ex statutis et ordinationibus Studii civitatis Bononiensis caveatur expresse quod inibi in aliqua facultatum iuris canonici vel civilis gradum licentie assumens, alibi quam ibidem insignia et gradum doctoratus recipere nequeat quodque promoti omnes ad licentie gradum huiusmodi iuramento ad hoc se astringant et devotus S. V. Johannes Perera,

---

(143) Publ. em ALBANO SORBELLI, *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei» dell' Università di Bologna*, II, Bologna 1942, pp. 194-195.

de nobili genere procreatus qui litterarum iuris civilis studio diu insudans, tandem gradum inibi licentie cum rigore examinis in facultate iuris civilis recepit et corporali, tactis per eum scripturis sacrosanctis, iuramento alibi quam in dicto Studio Bononiensi insignia et gradum doctoratus recipere se astrinxit (?) ac nonnullis inimicitiis contractis in dicta civitate cum aliquibus personis et ex causis aliis animum suum moventibus gradum et insignia doctoratus recipere inibi minime ausus sit, pro tanto supplicat S. V. dictus Johannes quatinus, Statutorum huiusmodi tenores hic habentes pro expressis, sibi que specialem gratiam facientes ac iuramentum sic ut prefertur per eum prestitum relaxari, alicui ex reverendissimis sancte Romane ecclesie cardinalibus et si placeat domino cardinali sancti Angeli committere mandare dignemini quatinus, si sibi legitime de licentie gradus cum rigore examinis in dicta facultate iuris civilis receptione et alias prefatum Johannem per suam et aliorum ad hoc vocatorum doctorum examinationem sufficientem eis constiterit, prefato Johanni per se vel alium insignia doctoratus huiusmodi iuxta mores in talibus solitos conferat ipsumque in iure civili doctorem constituat et decernat, in omnibus et per omnia, ac si in dicto Studio Bononiensi gradum ipsum et insignia doctoratus recepisset, premissis et aliis in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. — *Concessum ut petitur in presentia domini nostri pape. C. Ariminensis.*

Datum Florentie, Idus Novembris, anno undecimo» (144).

Depois do doutoramento, não deve ter demorado a regressar a Portugal. Aqui o vamos encontrar pelo menos em 1443. Disso é prova documento do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de 25 de Maio desse ano de 1443. Na verdade, é dado aí como presente, na companhia de outros literatos, como o doutor João Beliáua: «Saibham quantos este estromento de conçoerto descambo virem que no ano da era do nascimento de noso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e quorenta e trez annos, sabado, vinte e cinco dias do mez de mayo da dicta era ... presentes ... Luis A<sup>o</sup> mestre escola de Braga e Lopo Afonso sacretario del Rey e o doutor Joham Beliauga e Luiz Martinz desenbargador e Pero Lobato, juiz dos factos del Rey, e dom Fernando de Castro irmão do dicto dom Fradique e o doutor Joham Pereira...» (145).

A 28 de Abril de 1445 aparece como desembargador de el-rei de Portugal, juntamente com D. Álvaro de Castro do conselho régio e os doutores Álvaro Afonso e Rui Gomes, em instrumento de obrigação

---

(144) AV, Reg. Suppl. 377, fl. 195-195v.

(145) ANTT *Santa Cruz de Coimbra*, liv. 4, fl. 108-109.

entre o Infante D. Pedro, regente do reino, e D. João, rei de Castela e Leão: «Em Nome de Deus amen. Sabham quantos este estormento dobligaçom virem que, no anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e quoreenta e cinco anos, viinte e oyto dias do mes dAbrill do dicto anno... Testemunhas que a esto foram presentes dom Alvaro de Castro do conselho delrrei de Portugal e Diego Gonçallvez de Travaços outrossy do consselho do dicto sseñhor rrei e o douctor Joham Pereira e o douctor Alvaro Afonso e o douctor Rui Gomez, todos do desenbargo do dicto sseñhor rrey de Portugal...» (146).

\*

Também António Martins de Portugal foi vice-reitor do Colégio de S. Clemente. Levou muito tempo a doutorar-se, porque já durante o Concílio de Ferrara-Florença aparece como bacharel em direito canónico. A sua longa permanência em Itália, sobretudo depois de ter recebido o grau de bacharel em direito canónico, explica-se por seguir a Cúria e por estar ao serviço do Infante D. Pedro, de quem era familiar, e de seu filho o cardeal D. Jaime. Precisamente a pedido de D. Pedro, duque de Coimbra, de quem se declara familiar, Eugénio IV por letras de 11 de Março de 1437, depois de lhe ter conferido o canonicato de Viseu, com reservação da prebenda, e da perpétua porção na igreja paroquial de S. Miguel de Aveiro, concede-lhe a graça de ser preferido na consecução da sobredita prebenda de Viseu, apesar das faculdades concedidas ao bispo D. Vicente de conferir, por autoridade apostólica, quatro canonicatos com a reservação da prebenda:

«Eugenius, etc. Dilecto filio Antonio Martini, canonico Visensi. Salutem etc. Vite ac morum honestas... Hodie siquidem tibi de canonicatu cum reservatione prebende ac officii ecclesie Visensis necnon perpetue portionis sine cura in parrochiali ecclesia sancti Michaelis de Aveyro Colimbriensis diocesis, in qua plures perpetue portiones sine cura fore noscuntur, si que vacabant tunc vel cum vacarent, per alias nostras litteras gratiose providimus, prout in illis plenius continetur.

Cum autem nos dudum antea prelati et aliis personis ecclesiasticis, ad quos dignitatum et aliorum beneficiorum ecclesiasticorum collatio, provisio et presentatio seu quevis alia dispositio pertinent, de quibusvis officiis ac cano-

---

(146) Em *Monumenta Henricina*, vol. VIII, Coimbra 1967, n. 189, pp. 281-284.



nicatibus et prebendis necnon aliis beneficiis ecclesiasticis, ad eorum collationem, provisionem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem pertinentibus, que infra quinquennium a certa die tunc expressa computandum in singulis Martii, Junii, Septembris et Decembris mensibus vacare contingeret, dummodo dispositioni apostolice generaliter reservata non forent, perinde ac si alique a sede apostolica vel ipsius legatis expectative gratie aut super eis reservationes non emanassent, libere disponendi etiam cum decreto irritante primo et deinde per alias nostras litteras venerabili fratri nostro Ludovico episcopo Visensi conferendi auctoritate nostra ea vice dumtaxat quatuor canonicatus ipsius ecclesie Visensis totidem personis idoneis ad hoc per eum eligendis cum plenitudine iuris canonici necnon prefatis personis de dictis canonicatibus providendi ac reservandi donationi sue auctoritate predicta pro personis eiusdem quatuor prebendas ipsius ecclesie Visensis et etiam illas quas post earum vacationes dicte persone infra certi tunc expressi spatium temporis acceptarent, ipsis personis conferendi et de illis etiam providendi ac quedam alia etiam tunc expressa faciendi concesserimus facultatem necnon personas ipsas omnibus aliis etiam auctoritate prefata in ipsa ecclesia Visensi receptis vel etiam cum quibusvis ac motu proprio et sub quacumque forma verborum concessis ac imposterum concedendis antelationum prerogativis et indultis prebendas inibi expectantibus, preterquam venerabilibus fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus et dilectis filiis familiaribus nostris continuis commensalibus in libro cancellarie eiusdem Romane Ecclesie descriptis ac in aliqua licita facultate graduatis, si persone huiusmodi graduate non forent, in assecutione dictarum reservandarum prebendarum voluerimus anteferri, Nos, ut litterarum provisionis huiusmodi quantocius consequaris effectum providere ac te, premissorum meritorum tuorum intuitu, et pro quo etiam dilectus filius nobilis vir Petrus dux Colimbriensis, asserens te dilectum suum familiarem fore, nobis super hoc humiliter supplicavit, gratioso favore prosequi volentes, ducis huiusmodi necnon tuis in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod tu in assecutione dicte prebende ecclesie Visensis, quam vigore gratie necnon litterarum provisionis huiusmodi rite acceptaveris et de qua tibi provideri feceris singulis personis prefatis, etiam si per dictas litteras facultatis eiusdem per ipsum episcopum electe sint, possis et debeas anteferri et etiam quoad hoc quod gratia necnon acceptatio ac tibi facienda provisio huiusmodi locum sibi vendicent ac sortiantur effectum, priori facultati predictae derogamus eadem auctoritate per presentes, ipsis facultatibus alias in suo robore duraturis. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que in litteris provisionis huiusmodi non obstare volumus ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo, etc. nostre voluntatis, concessionis et derogationis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Bononie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, quinto Idus Martii, anno septimo» (147).

---

(147) AV, Reg. Lat. 358, fl. 250v-251v.

Não muito depois desta graça de Eugénio IV, talvez ainda em 1437, recebia o grau de bacharel em direito canónico. Gonçalo o *prove criado de Jº de Lamego* que se encontrava na *terra de Nossa Senhora a duquesa de Bergonha por hir a corte de Roma por alg. indulg.*, comunica em carta de 20 de Abril que *a Deus aprouve dachar en casa da duquesa, este Antom Martinz bacharel, portador desta* (148).

A 30 de Novembro de 1438, o nosso António Martins, bacharel em decretos, escrevia, desde Parma, ao abade de Florença D. Gomes, referindo-se ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena e a certa comissão a Frei Gil de Tavira, relacionada com soma de dinheiro mandada de Portugal para os embaixadores régios ao Concílio e a estes enviada de Bolonha a Basileia. A carta tem ainda importância pelas notícias que fornece sobre o Concílio de Basileia-Ferrara, em relação com a reunião de Nurimberga:

«Reverendissime in Christo pater et domine. Omni debita recommendatione premissa. Recepi litteras dominationis vestre per Johannem Petri, familiarem reverendissimi patris et domini Card. Sensi enim quod neglectu meo esset verum id quod Antonius de Pixis scripsit dominationi vestre ac mihi respondit quod absit, non enim tantum sollicitarem dominationi vestre, si certus non essem quod quinque ducati manserant de numero illius pecunie quam habuit sepefatus Valascus doctor. Recordor enim et scio pro vero quod in litteris quas dominatio vestra misit monacho vestro pro tunc existenti in abbatia Bono., solita habitatione dominationis vestre, per Rodericum familiarem dicti doctoris, erat introclusa parva quedam cedulla qua continebatur de arestatione dictorum ducatorum; fuerunt, me presente, predicte littere dicto monacho presentate et ab ipso aperte et lecte et dicta cedula reperta. Instantissime ipsum rogavi operam daturum illi commissioni dominationis vestre quod, ut promisit, fecit.

Preterea dictus Valascus non commisisset fratri Egidio de Tavira, consotio suo, de istis v ducatis, de quibus idem frater dominationi vestre scripsit, si sibi non defecissent de numero. Non etiam credo me tantum ignarum et tantum superfluum, sollicitando dominationi vestre, si de hoc certificatus non essem. Sed quoniam memoria hominis labilis est, non miror quod dominatio vestra ita scripserit nec quid mali inde suspicor, sed quoniam via est ad huius rei veritatem deveniendi, supplico dominationem vestram certificari de summa missa dictis ambaxiatoribus de regno et de illa que eis missa est Basileam de Bononia et inde veritas patebit et dominatio vestra erit certiorata utrum predicti quinque ducati remanserunt vel non. Alioquin ego perdam solum et

---

(148) Bibl. Nac. de Florença, cod. Bad. 4, p. 267.

dicto fratri Egidio occasione illius cedule, quam a me habet, de qua alias scripsi dominationi vestre solvam, cum nec dictus Valascus doctor eos ducatos habuerit nec ab illo speret habere, nisi a me, non obstante quod in eis mihi tenetur. Hoc loquor, prout contingere potest, inspecta iustitia regni nostri.

Et ut in tantum detrimentum ac iacturam non deveniam, humillime supplico dominationem vestram huic rei operam adhibituram et mihi super hoc scripturam, ne ulterius eam scriptis meis tedio afficiam. Nova de Nuremberga adhuc non sunt, cum autem fuerint, presto communicabo dominationi vestre. Ex Parma, ultima novembris. Altissimus vos conservet atque dominationem vestram ad optatum protendat. Vestre dominationis humilis servitor et ad beneplacita paratus. Antonius, in decretis bachalarius» (149).

Desta carta se infere que António Martins seguia a Cúria pontifícia. Temos aliás documento pontifício anterior que nos fala claramente da sua presença na Cúria. Trata-se de súplica, atendida a 15 de Maio de 1438 por Eugénio IV. Declarando-se bacharel em decretos e clérigo da diocese de Lisboa, presente na Cúria, que seguiu por muito tempo, refere ter sido dispensado do impedimento de ilegitimidade para ascender a todas as Ordens e, em virtude dessa dispensa, ter-se feito clérigo. Pretendia agora ser totalmente livre de qualquer inabilidade para aceitar, reter e trocar benefícios e dignidades de qualquer espécie:

«Beatissime Pater, dudum cum devoto S. V. oratore Anthonio Martini, bacallario in decretis, clerico Ulixbonensis diocesis, in Curia presenti et qui dictam Curiam diu secutus fuit, super defectu natalium quem patitur de soluto genito (*sic*) et soluta ut, eo non obstante defectu, ad omnes sacros ordines promoveri valeret ordinaria et deinde apostolica auctoritatibus dispensatum extitit, quique post dispensationem huiusmodi se clericali caractere insigniri fecit, prout in litteris super huiusmodi dispensat. confectis, quarum tenorem hic habentes pro sufficienter expresso, plenius continetur.

Verum, Pater Beatissime, prefatus Antonius Martini ad plenum habilitari desiderat, si V. S. ad hoc pium prebuerit assensum. Eapropter supplicat eidem S. V. prelibatus Antonius quatinus omnem infamie et inhabilitatis maculam quam pretextu huiusmodi defectus natalium, quem patitur, abolentes secum que ut quecumque beneficia ecclesiastica, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, etiam si maiores post pontificales existant, personatus, administrationes vel officia curat. et electiv. in metropolitanis cathedralibus vel collegiatis ecclesiis existeñ (150), si sibi canonice quavis auctoritate conferantur, recipere et retinere libere et licite possit et valeat, dispensare misericorditer

---

(149) Bibl. Nac. de Florença, cod. Bad. 4, p. 233.

(150) No ms. *existeñ*, mas com sinal de erro.

dignemini de gratia speciali, constitutionibus apostolicis ac iuribus ceterisque gratiis nequaquam obstantibus, cum clausulis oportunis. — *Concessum ut petitur in presentia domini nostri pape. C. Ariminensis.*

Datum Ferarie, Idus Maii, anno octavo» (151).

Desde esta súplica de 1438 até 1443 conhecemos apenas as notícias relativas à sua presença no Colégio de S. Clemente em Bolonha e à vice-reitoria em 1443. Pela documentação do Colégio sabemos que o *Antonius de Hispania*, um entre os delegados do Colégio na apresentação, a 2 de Maio de 1442, de João de Carillo como reitor ao vigário (152), se deve identificar com António de Madrigal, bacharel em teologia (153). É fora de dúvida que António Martins ingressou no Colégio no mês de Março de 1443 e ocupava em Agosto do mesmo ano o cargo de vice-reitor do Colégio, na ausência do reitor que teria deixado ordens para nada inovar. Isso serviu de pretexto para alguns escolares não lhe obedecerem, provocando a reacção do vice-reitor que chegou a recorrer à força. O caso foi tratado judicialmente na cúria de Bolonha e em apelação nos tribunais pontifícios. Precisamente contra as alegações dos queixosos, que diziam o nosso António Martins de Portugal excomulgado por ter recorrido à força contra alguns clérigos, o vigário geral do bispo de Bolonha passou uma declaração a 21 de Agosto de 1443, pela qual intimava e informava o reitor João de Aragão, conselheiros, escolares e outras pessoas do Colégio de S. Clemente de não constar do processo ou causa ventilada entre Pedro Afonso de Tordesilas duma parte e o vice-reitor do Colégio António de Portugal e síndicos do mesmo Jacobo de Hispania e João de Sevilha da outra, que o sobredito vice-reitor estivesse sujeito a alguma excomunhão:

«Ex parte venerabilis et egregii viri domini Ludovici de Garsiis, utriusque iuris doctoris, canonici Bononi, vicarii generalis curie episcopalis Bononi intimetur et notificetur venerabili et egregio viro domino Johanni de Aragonia, honorabili rectori necnon egregiis viris .. consiliariis ceterisque scholaribus ac personis collegii, olim bone memorie domini Sabinensis, Boni fundati, ac omnibus aliis presentes inspecturis quod cum per processum coram ipso domino vicario agitatum ex actis meis Philippi notarii infrascripti in causa vertente

---

(151) AV, Reg. Suppl. 347, fl. 164-164v.

(152) Cf. CELESTINO PIANA, *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*, p. 362.

(153) *Ibidem*, p. 363.

inter dominum Petrum Alfonsi de Tordesillas ex una parte et venerabilem virum dominum Antonium de Portugallia, honorabilem vicerectorem dicti collegii, necnon viros egregios dominos Johannem de Sibia et Jacobum de Ispania, syndicos dicti collegii, ex alia parte, non constiterit nec constet ipsi domino vicario prefatum dominum Antonium esse excommunicatum nec aliquo vinculo excommunicationis illaqueatum per arctata (?) producta seu facta in dicta causa pro parte dicti domini Petri, quod ipse dominus vicarius non habet eum pro excommunicato nec reputat aut tenet ipsum dominum Antonium pro excommunicato. Et sic virtute dicti processus et contentorum in eo non est vitandus nec habendus aut tenendus ipse dominus Antonius ab aliqua persona pro excommunicato. Que omnia per declarationem mentium omnium predictorum eisdem per presentes duximus notificandum. Et hec omnia ad petitionem dicti domini Antonii. Datum Bononie, die vigesimo primo mensis Augusti. M<sup>o</sup>cccc<sup>o</sup>xl<sup>o</sup>liii, indictione vi. Ex actis Philippi de Formaglinis notarii curie episcopalis Bonoñ» (154).

A notícia do ingresso de António Martins de Portugal no Colégio, por apresentação do deão e cabido de Salamanca ocorrido no ano de 1443, dá-no-la casualmente um dos acusadores na visita oral de Setembro do mesmo ano, os quais continuam a lembrar a suposta excomunhão, sobretudo os visados com as intervenções e castigos do vice-reitor. A julgar pelo depoimento de António Martins e doutros, a conduta moral de Lobo Ochon, sobretudo de Pedro Afonso, deixava muito a desejar:

«Visitatio collegii domini Sabinensis. Millesimo quadringentesimo quadragesimo tertio, indictione sexta, die tertio mensis Septembris... Dicto die. Dominus Antonius de Portugallia, scolaris dicti collegii, consiliarius, iuravit iuxta morem et dixit prout in cedula quam presentavit et que est penes me, continetur. Item produxit die vi Septembris duas alias scripturas, etc.

Eodem die. Dominus Johannes de Sibia, scolaris dicti collegii, iuravit, etc., et dixit quod dominus Lupus non celebravit, prout tenetur... Item dicit quod dominus Petrus Alfonsi detinet publice quamdam meretricem in loco publico ut audivit et participavit de lucro illius meretricis, quia vidit dictum dominum Petrum recipere pecunias ab ipsa... Item dixit quod dominus Lupus dixit ipsi domino Johanni plura verba iniuriosa in dicto collegio...

Die sexto Septembris... Dominus Petrus Marino Concefi diocesis, scolaris collegii, iuravit, etc. Dominus Antonius de Portugallia a principio sui introitus videlicet de mense Martii (?) molestavit dominum rectorem et consiliarios

---

(154) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 28.

preteritos, ut admitterent eum ad collegium cum medio titulo decani et capituli Salamañ; domini miserunt istud factum domino Bartolomeo de Lambertinis et ipsi pro pace et concordia coram domino Tomasino de Cimeriis notario fuit factum compromissum ut ipse duceret aliam mediam partem tituli episcopi Salamañ infra terminum unius anni et rector et consiliarii promiserunt sibi dare medias expensas quas unus habet de anno ut constat in instrumento Tomasini de Cimeriis iurato, postea ivit ad curiam et reversus infra mensem fuit admissus totaliter in collegio sine alia parte tituli; inquirantur utrum ipse dominus Antonius tempore quo erat vicerector cum consilio consiliariorum imposuit penas quas imposuit scolaribus et capellanis. Item utrum audiverunt vel viderunt quod ipse dominus Antonius, non habito consilio consiliariorum, sed ex arupto, eo quod dixit ei dominus Petrus Marino non est verum, si in eum iniecit manus violentas, volens per vim proicere eum in cippo et proiecit eum in terram. Item si ipse Petrus Marino nolebat ponere pedem in eodem cippo, sed quod poneret eum in loco honesto et ipse noluit; de hoc inquirantur capellani et familiares. De quo testimonio istorum articulorum et de iniuria est publicum instrumentum per Petrum Alfonsi de Tordesillas. Item utrum dominus Antonius, nescio qua causa, dedit de calcibus et pugnis cochum clericum in minoribus constitutum. Capellani hunc agunt officium suum.

De titulis magistri Jacobi et ceterorum inquiratur. Iste magister Jacobus fuit admissus cum quodam titulo ecclesie Tolletane et se nominavit in titulum de Saria de Galicia et est Portugalleñ et se obligavit infra annum demonstrare qualiter erat de Gallitia et sic fuit admissus, stante termino, circa finem, quasi per sex dies presentavit alium titulum ecclesie Cordubensis, cuius vigore fuit admissus in theologia, sed iste titulus secundus non erat bonus, eo quod alius scolaris occasione eiusdem tituli erat admissus et propter istam rationem non valebat, quia quando iste secundus titulus istius Jacobi fuit concessus, erant ipsemet et dominus Fernandus in civitate Cordubensi et concurrebant in petendo istum titulum et ambo habuerunt.

Item dominus Fernandus de Medina de Corduba, dominus Antonius de Portugallia et magister Jacobus supradictus non habent iustum titulum neque audiunt scientias quas debent audire, prout probabitur clare per receptiones ipsorum, petens quatinus dominus Antonius tanquam scandalosus et sine titulo removeatur de domo. Item dixit quod dominus Petrus Alfonsi habet bonum titulum, prout dixerat.

Dicto die. Domini visitatores presentialiter admiserunt dominum Petrum Alfonsi in scolarem... Dixit quod culpa domini Antonii de Portugallia perditum sunt recollectus, possessiones indigent reparatione... Dominus Antonius de Portugallia est scandalosus et [non] habet iustum titulum, dominus Jacobus de Portugallia, dominus Fernandus de Medina non habet titulum bonum ex actis Tomasini de Cimeriis. Item dixit quod dominus Antonius voluit ponere dominum Petrum Marino cippo contra formam Statutorum et consilio irrequisito et manus iniecit violentas in eum et ideo excommunicatus, quia dominus Petrus est clericus. Item percussit coquum. Item quia dominus

Antonius vicerector fecit contra eum ... Item quia non poterat nisi tempore visitationis facere aliquid contra ipsum...

Die nono Septembris. Dominus Johannes de Salas, capellanus collegii, iuravit et dixit quod dominus Antonius de Portugallia qui est beneficiatus debet dicere officium, non habet breviarium nec credit quod habeat breviarium nec dicat officium ... Item dixit quod dominus Antonius de Portugallia et dominus Johannes de Sibia sunt scandalosi et rixosi...

Dominus Fructus de Hispania, capellanus collegii, dixit quod paramenta indigent reparatione... Item dixit quod dedit de calcibus coquo dominus Antonius de Portugalia. Item dixit quod dictus dominus Antonius non habet nisi medium titulum et quod iuravit non ingredi collegium sine alio residuo tituli... Item dixit quod dominus Jacobus de Portugallia non probavit infra annum se esse de Sarria et est probatum esse Portugalleñ et sic non habet iustum titulum et debet solvere expensas victus. Item dixit quod dominus Petrus Alfonsi ingressus est collegium sine titulo et fuit admissus ab aliquibus et ab aliquibus non; videatur quomodo stat ibi.

Dicto die. Dominus Gratiadeus de Castro Blognesio, capellanus, iuravit, dixit quod ... Item dixit quod dubitat quod dominus Antonius de Portugallia non sit excommunicatus, quia ut ipse confessus est, voluit ponere dominum Petrum Marino in zippo, sed dubitat an ipse dominus Antonius hec iure fecerit...

Dicto die. Dominus Thimotheus de Forlivio capellanus... Item dixit quod dominus Antonius de Portugallia est homo scandalosus et rixosus et dubitat an dominus Antonius predictus sit excommunicatus eo quia iniecit manus violentas ut audivit in dominum Petrum Marino, clericum scolarem collegii. Item dixit quod dominus Johannes de Sibia est scandalosus et querit rixas et discordias una cum dicto domino Antonio...

Dicto die. Tomas de Francia, coquus dicti collegii, iuravit, etc. Item dixit quod sunt aliqui rixosi et scandalosi, videlicet dominus Antonius de Portugalia...» (155).

Possuimos as três exposições escritas do nosso António Martins de Portugal, conselheiro do Colégio, de que fala esta relação do mês de Setembro de 1443. A do dia três de Setembro pensamos conste de duas partes, a não ser que de facto António Martins, aqui dito António de Portugal de Lisboa, tivesse apresentado mais que três relações escritas. Não se trata de defesa própria nesta relação ou relações. O depoimento mostra o interesse que ele votava aos problemas da administração e governo do Colégio, ao queixar-se do reitor, cuja negligência no cumprimento de vários artigos dos Estatutos denuncia, ao

---

(155) ASB, Rogiti di Filippo Formaglino, busta 6, n. 185, fl. 1-6.

referir dívidas, diminuição dos rendimentos e mau andamento das propriedades do Colégio:

«Die tertio Septembris 1443. Reverendi patres et domini. Cum dominationibus vestris clarum sit de forma statuti 39, quo cavetur de modo et forma visitandi tam in capite quam in membris et vobis sit concessa plena potestas corrigendi, puniendi et de domo expellendi, emendandi, reformandi et de novo constituendi seu constitutiones faciendi, si opus fuerit, dummodo non sit expresse contra statutum aliquid et quod omnia sic statuta seu facta debeamus recipere et servare tanquam legem et pro lege, a quibus omnibus nullo modo valemus appellare, et multa alia que in dicto statuto continentur, ideo ego Antonius de Portugallia de Ulixbona supplico dominationibus vestris quod iuxta traditam formam a capite nostro qui rector est debeat incipere. Et cum in capite consistere debeat maior virtus et fortior potentia gubernationis cuiusque corporis, que, si abest, corpus non poterit bene gubernari, et ideo adhibenda sit medicina, ego pro parte mea denuntio dominationibus vestris quod domus hec indiget administratore provido et diligenti qui sciat querere et pacem et concordiam domus et scolarium atque gubernare et regere que necessaria sunt sibi, ne domus totaliter cadat, quod magis speratur quam quod relevetur, si Deus et dominationes vestre non provideant, consideratis temporibus presentibus et data manifesta negligentia rectoris quem pro bono et domus et personarum peto amoveri ac vestris dominationibus denuntio fore necessaria ut multa mala evitentur futura, cum a modico tempore quod stetit in officio, domus sit peiorata et nisi sceleriter succurratur, cadet absque relevatione, quod est dolendum.

Et qui non bonus est anime sue, quomodo temporalibus poterit prodesse? Iurat enim in principio sue electionis visitare semel et pluries, totiens quotiens opus fuerit, in quolibet mense, omnes possessiones et stationes et prata tam intus quam extra, et sunt <sup>iiii</sup> menses sui officii, quorum quasi duobus fuit pacificata patria et nec semel visitavit possessiones nec prata, nec credo quod perfecit visitare stationes intus in civitate que multis indigent reparationibus, quarum aliquas ego videns negligentiam suam, ne totaliter destruerentur, de consilio aliorum consiliariorum feci reparari et alie manent sic sine reparatione et ipse tanquam homo sine cura dat se d[...].ono tempore in camera sua cantando et sonando, propter quam negligentiam deperdita sunt prata que potuerant bene seccari in mense May et parte Junii. Et quod peius est, quod si aliquis nostrum sibi addicit quod fieri debeat, respondet ipse taliter videlicet faciatis vos si vultis, nisi dimittatis, quia ego non debeo facere aliud nisi mandare vobis et sufficit michi quod mandem vobis, unde cum iste non respiciat ad iuramentum quod prestitit, quod vertitur in detrimentum anime sue, quomodo respiciet ad bona collegii, non est possibile.

Item cum sepiissime sit requisitus per consiliarios et per socios de faciendo reparari et possessiones et domos et non curet nec ire nec gastaldum, cui hoc onus incumbit, mictere et negligentia sua sit manifesta, peto provideri et nobis et domui de alio qui hoc possit et velit facere. Et si allegat dictus rector



quod iam ivit, verum dicit requisitus multoties et cum magnis clamoribus et ivit de mane et venit ad prandium ad domum, quod non deberet facere, ymo per totam diem et dies et pernoctare deberet, et hoc non fecit adhuc, nisi bis, ubi est necessaria maxime sollicitudo.

Item manifestum fuit multoties reverendo vicario presenti de multis querelis de ipso factis, quibus posset bene considerare dominatio sua, de quibus se intromictebat is qui attendere debebat ad utilitatem et regimen domus et nunc dominationes vestre vident ea que exponuntur, que omnia contradicebantur sibi et ipse respondebat semper: tempus visitationis prope est, habebitis tempus ad dicendum et dicetis et quia tempus venit et Deo placuit, ideo denuntiamus omnia ista reverendis dominationibus vestris, quibus placeat providere paci et tranquillitati domus et personarum, unde hoc manifestum est quod si manet in officio nec domui utile nec personis quietum, ymo speranda maxima ruina omnium honorum et rixa inter scolares continua tum propter negligentiam suam manifestissimam omnibus de collegio, tum propter minas quas multis intulit, tum propter pertinaciam in qua continuo consistit. Et ne hoc edificium corruat, sicut alias iam per alios similiter corruit et destructum fuit, si nos in electione sua erravimus, non agnoscendo mores, licet natura bene esset nota, non errent dominationes vestre de medicina quam potestis adhibere. He sunt que michi videntur, salvo meliori consilio in hac parte elligendo.

Pro capellanis. Quoniam reverendi patres et domini statuto x cavetur quod quilibet capellanus huius collegii habere debeat licentias licentie celebrandi a propriis episcopis, denuntio dominationibus vestris, petens quod mandent eis debere monstrare, si quas habent, cum sit de forma statuti predicti.

Item statuto xi cavetur quod omnes capellani simul debent dicere omnes horas canonicas in capella sancti Clementis que est in dicto collegio et hoc secundum morem ecclesie Romane diebus ferialibus et minus solempnibus sine nota, quod dicti capellani non faciunt, ymo requisiti per aliquos scolares, dicunt quod non est de more, licet sit de forma statuti et quod nolunt facere, quare denuntio vestris dominationibus ut debeant super hoc providere.

Item cum dicti capellani honestissime se debeant habere in ministrando celebranti, stando firmi vel sedendo, genibus flexis et induti superpeliceo propter bonum honestatis, ut astantibus scolaribus prebere debeant exemplum, et dum sacerdos facit confessionem se movendo et ambulando hinc inde respondent sacerdoti et sic continuant usque ad finem misse, unde multotiens orta sunt verba propter scandalum quod aliqui inde recipiunt qui dictis capellanis contradixerunt qui nec voluerunt nec volunt, quod peius est, desistere, unde ut servetur omnis honestas et scandalum evictetur et non eatur contra statutum iuratum, denuntio hoc dominationibus vestris, super quo debeant providere quod honestius quam erit possibile se habeant circa servitium divini officii, maxime cum breve tempus sit unius misse spatium et hoc sub aliqua pena ut si non caritatis amore saltem formidine pene desistant, que relinquitur arbitrio dominationum vestrarum. Et quod ministrans alteri in quotidiano servitio sit indutus superpelicio, cum indumenta multotiens sint causa inductiva devotionis et honestatis.

Item cum omnes scolares debeant audire quottdie ad minus unam missam ex forma statuti iurati et hoc male servetur, denuntio etiam dominationibus vestris.

Item cum scolares in sacris constituti debeant tres missas in mense dicere ex forma statuti vel dici facere pro anima reverendissimi domini nostri vel loco illarum missarum recitare debeant tria psalteria, quod male fit nec curatur fieri, quod peius est, denuntio dominationibus vestris» (156).

A segunda parte da relação denuncia a inobservância de muitos artigos dos Estatutos quanto à admissão e viver dos escolares, tempo da permanência no Colégio e ausências do mesmo, sugerindo até medidas para a conservação e registo dos livros da biblioteca e rendimento das propriedades do Colégio. Refere-se também à questão com Pedro Afonso, pedindo a execução da sentença do mês de Agosto que o declarava privado de qualquer direito ao Colégio e o ressarcimento a este das despesas a partir do dia 13 de Agosto até então, bem como a ele, António de Portugal, das despesas feitas na causa. Entre os infractores dos Estatutos com suas longas ausências do Colégio, que, por isso, estavam privados do direito de aí continuarem, aponta Pedro Marinho, por motivo de ausência em Espanha por mais de um ano contínuo. Como remédio, sugere a obrigação de cada um anotar por mão própria as ausências no livro das matrículas:

«Reverende pater, pro reformatione eorum que necessario sunt reformanda, emendanda et corrigenda et punienda per dominationem vestram, que ista pater plenissime ex forma statuti 39 concordantur iuri communi, ego Antonius de Portugalia de Ulixbona, supplicans, peto humiliter reverende dominationi vestre quatinus taliter reformet, ordinet, corrigat atque puniat quod deinceps quiete et sine vexatione ac accurate circa scientiam possimus insudare. Alioquin nos male stabimus et collegium peius et nunquam exhibunt rixe et rumores de hac domo et quoniam ista sunt valde necessaria emendari, denuntio vestris dominationibus (*sic*) ut debeant providere de remedio opportuno et cum pena vel nunquam servabitur aliquid et inutiliter fiet visitatio.

Primo est inhibenda rectori et consiliariis sub pena excommunicationis quam contrafacientes incurrant ipso facto, quod nullus recipiatur ad istud collegium, nisi secundum formam tradditam in c. iiii testamenti reverendissimi patris et domini domini Egidii domini et benefactoris nostri, huius collegii fundatoris. Et hoc ut multa dampna et rixe collegio et personis eorum evitentur et casu quo aliquis recipiatur, quod recipientes incurrant penam quam dictum c. iiii imponit in fine, pro alio quam hispano recepto vel procurato

---

(156) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, ff. 30-30v.

recipi ultra causum (*sic*) expressum in dicto iiii, que pena est privationis omni iure quod habet ad dictum collegium.

Item quia domus ninium gravatur debitis et possessiones indigent reparationibus et redditus quotidie decrescunt et specialiter hoc anno mandat dominatio vestra quod aliquis scholaris non recipiatur quousque domus non sit exonerata debitis sub pena excommunicationis, ne contingat, sicut aliter contingit, quod libraria et omnia de domo fuerunt pignorata et nisi reverendissimus dominus cardinalis de Frias redemisset, iam nichil boni esset in ista domo.

Item quod dominatio vestra ab omnibus existentibus in domo tam familiaribus quam capellanis, si est aliquis in domo scholaris qui habeat in beneficiis seu patrimonialibus ultra quinquaginta ducatos et si talis repertus fuerit, expellatur iuxta formam capituli vi dicti testamenti.

Item quia capitulo vii cavetur quod omnes scolares domus debeant esse matriculati tempore sue receptionis sub certa forma in dicto capitulo contenta et plures scolares, ymo verius quasi omnes de collegio non sunt matriculati et propter hoc possent occurri multa dubia, mandat dominatio vestra rectori cui hoc incumbit principaliter quod statim faciat omnes non matriculatos matriculari vel comictat dominatio vestra uni ex scolariibus quod hoc faciat fieri, cum sit de forma dicti testamenti.

Item quod nulli capellano detur licentia habendi beneficium in quo requiratur personalis residentia nec in civitate nec extra iuxta c. x dicti testamenti.

Item cavetur in c. xiii quod gastaldus debet habere curam de omnibus extra civitatem possessionibus dicti collegii et faciendi colligi et Bononiam conduci et in granario et canapa reponi frumentum et vinum et cetera alia, etsi, tempore messium et vindemiarum rectori expediens visum fuerit quod unus, duo vel plures de collegio associantur eidem, cuius mandato sub pena periurii obedire teneatur, nisi urgens necessitas ipsum legitime excusaverit, debet tamen multum advertere rector ne scolares a studio propter aliquas sollicitudines retrahantur et quia gastaldus pro istis tantum est in domo et non pro aliis mandat dominatio vestra rectori quod quando hoc ipse gastaldus potuerit facere iudicio totius vel maioris partis sui consilii, quod non debeat mictere scolares iuxta formam dicti c. xiii, maxime cum in c. xviii in fine caveatur expresse quod nec rector nec consilarii contra ista statuta aliquo modo veniant nec possunt venire nec emendare nec mittere et rector mictat scolares motu proprio et si nolunt ire denuntiat eos periuros et infames, quod non potest facere de forma statuti, licet de facto faciat et male quia multa mala inde oriuntur.

Item statuto xiiii cavetur quod reddatur ratio quolibet die sero de pane et vino expedito illo die et ab experto manifestum sit panem et vinum expendi ultra debitum ordinem propter malam administrationem illius cui incumbit ut experientia in mense Julii et Agusti proxime preterit. docuit, mandat dominatio vestra quod servetur forma istius statuti.

Item statuto xxi cavetur de certis casibus propter quos visitator potest privare rectorem, si dominatio vestra reperierit rectorem nostrum incidere in aliqua propter que mereatur privari ac quod ipsum aut totaliter privet aut administratione tantum aut sibi coadiutorem det sine quo nichil possit facere nec in

hiis que tangunt ipsum solum nec etiam in aliis que ipsum et consiliarios simul tangunt.

Item dicto capitulo xxi cavetur quod quilibet scholaris debeat iurare seu iuramentum prestare novo rectori post suam confirmationem immediate sub pena privationis iuris quod habet in dicto collegio. Item quod si aliquis scholaris se absentaverit ultra x dies contra formam statuti 34 hoc est sine licentia rectoris sit privatus omni iure quod habebat ad dictum collegium et quia Johannes de Carreno nec iuravit rectori dicto tempore sepe et sepius requisitus nec petiit licentiam, imo absque licentia se absentavit ultra tres menses iam elapsos, peto quod dominatio vestra ipsum debeat pronunciare privatum omni iure quod ad dictum collegium habebat.

Item statuto xxiii cavetur ne quis possit tenere aliquem forensem in domo ultra tres dies, dummodo sit eius consanguineus vel de domo de Albernotio. Et quia rector multotiens iuravit servare statuta et diversis temporibus et facit contra istud statutum, tenendo dominum Petrum Alfonsi declaratum per sententiam declarativam alterius sententie late per syndicos contra dominum Jo. de Turribus rectorem et consiliarios, nullum ius seu titulum habere in dicto collegio et ex eo fore expellendum, in grave dampnum et preiudicium anime sue et istius collegii, peto primo executionem fieri dicte sententie, secundo emendam fieri dicto collegio de omnibus expensis factis a die xiii Agusti usque ad hanc diem cum dicto Petro Alfonssi, tertio peto expenssas quas ego Antonius de Portugalia feci in dicta causa cum notario et aliis personis michi restitui, in aliis relinquendum vestro arbitrio puniendum. Et hoc peto iuxta formam c. 39 et xxi, quibus datur dominationi vestre omnimoda potestas corrigendi, puniendi et de domo expellendi. Et quod mandet dicto rectori quod statim ipsum expellat ne domus maiores expensas patiat, sub pena excommunicationis.

Item statuto xxiii mandatur quod debent fieri inventaria de omnibus que in domo sunt unde cum non sunt, unde cum non sint, peto mandari fieri iuxta dispositionem dicti statuti.

Item statuto 32 continetur quod debeat scribi numerus librorum et eorum tituli in quadam tabula et appendi iuxta portam librarie, que cum non sit, mandet dominatio vestra rectori quod faciat scribi. Item cum serramina aliquorum librorum sint de argento et multa sunt subtracta et abscisa et deperdita, mandet dominatio vestra rectori quod deponantur illa que sunt et ponantur alia de ere.

Item cum contingat sepe nullum esse in domo et clavis librarie dimictitur in foramine quodam in magno periculo dicte librarie, mandet dominatio vestra ad evitandum dampnum quod evenire poterit, quod iuxta formam dicti statuti quilibet consiliarius habeat unam clavem et quod deinceps nulla clavis maneat in dicto foramine.

Item quia multa statuta ut 34, 37, 39 et multa alia scilicet x et xi que locuntur de privatione certe pecunie locuntur de privatione provisionis que quidem provisio non datur ad presens et a magnis temporibus citra propter paupertatem dicti collegii et scolares non timent facere contra talia statuta ex eo quod non habent dictam provisionem, peto dominationi vestre quod

imponat aliquam penam loco illius contrafacientibus, ne contra illa statuta in totum eatur.

Item eodem statuto 34 cavetur ne quis debeat se absentare ultra binum semestre et isto titulo propter sua vel suorum urgentia negotia et si ultra dictum tempus steterint sint privati ipso iure et dominus Petrus Marini contra formam dicti statuti stetit ultra annum continuum absens in Yspania et nunc sit intrusus in grave dampnum et preiudicium dicti collegii quoniam multi possent illo modo facere, peto dictum dominum Petrum declarari stare in dicto collegio contra formam dicti statuti et per consequens esse privatum omni iure quod habebat ad dictum collegium et expellendum de eo, cum non solum ex hoc capite meretur, imo etiam quia rixosus et tribulator semper extitit et nunc et tempore domini Fernandi Besam, quondam rectoris huius collegii, qui propter eorum facta fuit privatus per R. dominum Jo. de Podio, vicarium generalem episcopi et sic exhibunt tribulationes de ista domo.

Item quia etiam Gundisalvus de Ovedo, receptus in scolarem, recedit ad partes et est elapsus annus quo abest et nec aliqui post de eo audivi, peto etiam declarari privatum iure quod ad dictum collegium habebat iuxta formam dicti statuti.

Item quia multotiens occurrunt multa dubia de tempore quo quis fuit absens a dicto collegio propterea quod non scribuntur eorum recessus nec regresus dies, mandet dominatio vestra quod nulli detur licentia se absentandi nisi primo scribat manu propria in matricula diem qua recedit et tempus quod sibi datur ac standum et morandum et postquam redierit iterum scribat quanto tempore moratus fuit extra, alias licentia sit nulla et habeatur pro privato, cum hoc sit de forma dicti statuti 34.

Item statuto 35 cavetur quod quilibet existens in sacris vel optinens beneficium ecclesiasticum habeat proprium breviarium et quia voluntas domini nostri fuit ne libri capelle destruerentur, prout de facto sunt destructi, rupti et caduci et collegium in dies minus sufficiat ad reparationem, mandet dominatio vestra omnibus quos tangit quod habere proprium breviarium debeant et quod serventur libri capelle.

Item statuto 36 cavetur quod debent esse quinque copie Statutorum et cum non sit nisi una bona et alia antiqua iam caduca, mandet dominatio vestra quod fiant decem copie, quoniam multotiens aliqua fiunt ob eorum defectum que non deberent fieri.

Item statuto 37 cavetur quod rector semel in mense et pluries si expediret aut ille quem ad hoc duxerit eligendum, si ipse erit legitime impeditus, vadat, provideat et revideat omnia ad collegium pertinentia tam intus quam extra Bonoñ et quia rector in hoc multum est negligens et bona collegii possent venire in magnam ruinam et destrui plusquam destructa sunt et nec ipse ad hoc appareat aptus ut experientia iam docuit nec velit prout tenetur sequi consilium consiliariorum, ymo quamvis sibi dent consilium non vult exequi, unde cum tardus et negligens sit, peto provideri et domui et possessionibus de alio rectore et ipsum omnino admovendum ab administratione et alium eligendum vel sibi dandum coadiutorem, cum hoc nimium expediat et necessarium sit ac utilissimum dicto collegio.

Item peto quod dominatio vestra faciant (*sic*) legi statutum 38 in presentia dominationis vestre et omnium aliorum et mandare quod illud debeant observare. Item statuto 39 de visitatione dominationi vestre datur plenaria potestas, peto quod iuxta dispositionem dicti statuti dominatio vestra apponant (*sic*) manum. Item eodem statuto cavetur quod in illis que non reperiuntur permissa arbitrio rectoris et consiliariorum visitator debet apponere manum. Et quia rector multotiens solus imponit penas, non solum sibi et consiliariis permissas, ymo relictas visitatori, ex tanta presumptione peto fieri emendam.

Item statuto 40 de penis imponendis datur certa forma quam dominus rector pessime servat in ponendis penis sine consilio consiliariorum, propter quod multa mala excitantur inter scolares et ipsum, peto mandari sibi ne aliquam penam imponat sine consilio consiliariorum iuxta dispositionem dicti statuti.

Item statuto 49 cavetur quod coram dominatione vestra de iniuria sibi illata per rectorem possit petere emendam, ego Antonius predictus iniuriatus sine causa ab ipso rectore in quadam pronuntiatione periurii et infamie facta contra me, peto quod doceat de potestate et causa quare fecerit et si probetur legitima habeam penam, alias peto michi satisfieri de iniuria quam nolueram habere, seu michi fieri pro centum ducatis aureis, maxime cum fecerit contra statutum 39, in quo tituli presumptione privatur, cum ibi relinquatur dispositioni et potestati visitatoris et non sibi nec aliquo alio statuto hoc caveatur.

Item statuto 52 cavetur a contrario sensu quod ex iusta causa quis possit intrare conquinam alias non, et quia intrantes ibi faciunt congregationes cum vocibus et clamoribus quod aliqui existentes in cameris superioribus nequeunt studere, peto quod dominatio vestra declarent (*sic*) que sit iusta causa intrandi et mandent (*sic*) quod intrantes se habeant ita modeste quod non turbent tales studentes, cum alias rixe et discordie possent oriri.

Item quod executetur statutum 56 de recoligendis debitis dicti collegii, ad que tenentur rector et consilarii.

Item iuxta dispositionem statuti 57 quo cavetur quod casu quod rector non servet statuta quod debeamus recurrere ad quempiam visitatorem pro ipsorum observatione, supplico igitur et peto per viscera misericordie Jhesu Christi quod omnia supradicta que d. v. visa fuerint corrigenda et emendanda, corrigant et emendent et mandent tam rectori quam consiliariis, quam scolariis quam etiam ceteris quod ea faciant et servant et inviolabiliter sub pena excommunicationis quam contra facientes incurrant ipso facto ut si non caritatis amore saltem formidine pene ad hoc cogantur, alias nunquam erimus in pace, ymo in continua tribulatione, cum rector multis minatus fuerit iam quod si habet intentionem suam quod ipse aliter faciet quam facturus sit. Et ideo ut preveniatur maximo scandalo quod inde potest sequi et continue tribulationi et discordie in quibus istud collegium hactenus fuit, supplico quod velit fortiter apponere manum ut preterita cessent et futuris prevideatur de remedio opportuno» (157).

---

(157) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 31-32v.

As relações escritas, apresentadas a 6 de Setembro, são uma resposta às acusações que lhe faziam os adversários, cuja vida, conforme relata o nosso António de Portugal, apoiado por outros estudantes denunciadores disso mesmo, tinha lados muito escuros. Assim Pedro Afonso, com uma sentença a pesar-lhe sobre os ombros, não podia libertar-se do facto averiguado de ter a seu serviço uma meretriz em lugar público de Florença. Os capelães João de Sales e Fructo também não davam bom exemplo. Alguns escolares tentavam difamar António de Portugal, dizendo que ele estava excomungado, apesar de o estudante português ter já demonstrado publicamente, inclusive por meio do documento acima transcrito do vigário do bispo de Bolonha, a falsidade da afirmação. A constança dos difamadores leva-o a descrever os factos como sucederam com Pedro Marinho, Pedro Afonso e Lobo Ochon, castigados por ele vice-reitor, em virtude de injúrias recebidas:

«Reverendi patres et domini. Quoniam aliqui sunt qui veritate previa intentum suum nequeunt prosequi et ideo infamie verbis utuntur ut quodammodo videantur bonum zelum fovere quod omnino est vitandum, cum non ab infamia est incipiendum, imo a prefationibus et exortationibus verisimilibus et deinde a probationibus et tunc necessario eveniet conclusio infamie seu bone fame, secundum quia ista manifeste patent non ex bono zelo provenire, ymo ut veritas quodammodo obfussetur et Petrus Alfonsi sententiatus non habens ius in collegio defendatur qui, quamvis non perderet propter sententiam, merito propter multa alia de iure expelli posset, precipue quia publicus concubiniarius est et participans de lucro in burdello publico acquisito, non timens Deum, immiscendo se divinis cum sacerdos sit, infamis ipso iure in grave dampnum et preiudicium anime sue, sciente rectore hanc esse veritatem tum per dicta multorum scolarium tam de collegio quam de extra qui ei retulerunt de eo et de dicta meretrice, tum per litteras missas ab eo dum semel esset Florentie certis scolaribus huius collegii que lecte fuerunt publice de recomendatione dicte meretricis quam mittebat ad hanc civitatem quam semper tenuerat Florentie tanquam eius rufianus et eam adhuc hic tenet et tamen hec consensit nec reputat eum infamem, ymo providum et honestum et meliorem inter scolares de domo, cum etiam nil sciat nec minimum librum habeat qui proprius sit, nec etiam breviarium nec quod peius est stet causa studii, sed ut transeat tempus cum dicta meretrice, quam certum est adduxisse de propria patria secum, et credo quod non habet literas licentie a suo episcopo. Et multa alia que dici possent que honestius est tacere quam loqui. Quedam etiam monialis nota tantum duobus capellanis videlicet Fructo et domino Jo. de Sallas intrabat istam domum induta pannis virilibus et intrabat cameras istorum, credentes ceteri quod esset masculus quousque forenses dixerunt rectori, qui tacuit nec aliquid dixit, nec credo quod dicet contra istos, sed de me et aliis usque ad

summum dicit; videant dominationes vestre et evictent tot et tanta mala et provideant de alio qui ista velit evictare.

Item aliqui nituntur dicere et publice quod peius est diffamare me Antonium de Portugalia quod sim excommunicatus et infamis, denuntio hoc dominationibus vestris, petens inquiri de veritate; qua habita, si contra me subicio me omni punishmenti; si pro me, imponatur silentium sub debita pena talibus difamatoribus et michi satisfiat de iniuria, cum multoties protestatus fuerim et coram domino Philippo hic presente et coram aliis, ymo publice coram rectore et scholaribus legi hoc mandatum reverendi patris domini vicarii, de quibus omnibus minime curarunt et quotidie ulterius prorumpunt in verba iniuriosa.

Item ut melius et clarius pateat dominationibus vestris causa dicendi hoc et per alios eedem dominationes plenius possint informari, casum exponam succinte. Cum uno sero post collationem iste rixosus Petrus Marini iniurisset multis verbis me qui illo tempore gerebam vices rectoris et altera die de mane, vocatis consiliariis et adhibitis testibus, de iniuria michi illata arbitrataque penitentia cumque sederemus ad prandium exposui sibi preterita et manifestavi sibi penitentiam quam deberet facere secundum formam statuti, iste dixit quod ego non dicebam verum et quia istud verbum apud nos alios hispanos valde iniuriosum est, et michi fuit dictum tanquam locumtenenti non tanquam privato reputavi ad iniuriam non parvam et dixi mandando scholaribus astantibus quod ipsum deberent capere et ponere in cipo, qui nolentes, ne delicta remanerent impunita, et alii imposterum timerent similia vel peiora perpetrare, ivi ad ipsum et dixi sibi quod poneret pedem in cipo, nunquam voluit, dicendo quod ego ponerem si velem et cum ipse perseveraret in sua pertinacia et inobedentia, ego qui de iure poteram tam statuario quam communi, ne sic ipse evaderet impunitus, cepi eum et ipse volens se defendere corruimus ambo in terram, ipse subtus et ego supra. Tunc duo ex scholaribus, dum ego sic tenerem eum, ceperunt me per brachia et tenuerunt me, quorum unus fuit dictus Petrus Alfonsi sententiatus et alter fuit Luppus qui absens est, et dictus Petrus Marini rixosus fugit et ego ivi ad reverendum patrem dominum vicarium et exposui dominationi sue omnia. Ipse Petrus ivit ad d. antianos qui miserunt pro me, quorum dominationibus similiter exposui omnia, qui audientes verba sua dixerunt de eo presentibus multis scholaribus de hoc collegio quod nunquam viderant ita superbum hominem et quod ipsimet volebant sibi imponere penitentiam, quam de facto imposuerunt, prout continetur in ista scripta sigillata suo solito sigillo et remiserunt michi, quam ego executavi et condolens de eo mutavi in panem et vinum et iuxta Statuta illammet imposui omnibus fautoribus suis et feci eos sedere in una mensa. Hec est veritas et factum propter quod dicunt quod sum excommunicatus, de quo plenius dominationes vestre poterunt informari per dominum Antonium, theologum, et dominum Jacobum et dominum Johannem de Sibilia qui erant presentes ad omnia.

Item dato quod essem excommunicatus, non propterea iudicium agitatum mecum nec sententia lata est ulla, cum ipse sit actor quia appellavit et syndici et ego simus rei, et licitum sit reo de iure stare in iudicio, quia nemini est inter-



dicta sua defensio quantumcumque excommunicatus sit, ymo non potest cogi ad constituendum procuratorem ut doc. notant de iudi. c. intelleximus Et hec sunt quare me dicunt excommunicatum et infamem qui foveant partem infamatorum de iure et de facto, non obstantibus iuramentis que faciunt, ymo promittunt et iurant, sicut de facto promisit rector et iuravit dicto Petro Alfonssi sententiato defendere et tenere in despectum omnium in domo, qui quantum honestus ad defendendum sit, ex his possunt dominationes vestre informari, quare denuntio eisdem dominationibus, petens provideri, imponendo silentium tam rectori quam scholaribus, ne deinceps talia verba iniuriosa de me dicant alias, etc. Et hec sint dicta cum protestatione iniurie petende loco et tempore debitibus.

Mccccliii, indictione vi, die vi Septembris, present. per dominum Antonium de Portugallia coram domino Nicolao de Lapis, canonico Bononi curie episcopalis Boni et fratre Bernardo de Perusio vicepriore sancti (...)» (158).

Na outra relação de 6 de Setembro, António Martins de Portugal apresenta uma defesa, inclusive sob o ponto de vista jurídico, quanto ao valor e suficiência do título com que foi admitido no Colégio. Nesta relação informa que as negociações para a sua entrada no Colégio datam do mês de Fevereiro de 1443 e a admissão se deu a 9 ou 10 de Março do mesmo ano. Depois de se declarar em condições de defender os seus direitos, anota que precisamente Pedro Marinho não tinha direito algum a estar no Colégio, porque dele era privado em razão das ausências não permitidas pelos Estatutos:

«Reverendi patres. Quoniam ea que oculis conspiciuntur, diutius in memoria permanent, quam ea que tantum auditus sensu percipiuntur, ideo ego Antonius de Portugalia, pro defensione mei tituli in ea parte qua quicumque dicentes contra receptionem aserunt non bono animo illum esse talem qualem, dico primo et ante omnia nemini detrahendo nec hoc aserendo, ut alicui per quemcumque verba hic prolata seu proferenda iniuriam irrogem, quod quemcumque opposita seu opponenda quocumque modo contra titulum predictum non esse admittenda, cum de iure exceptio rei iudicate obstet opponenti et illa que ipsi iam de presenti opponunt, opposuerunt nudiustertius ante receptionem meam ad dictum collegium, ut probari potest per ipsosmet opposites et deliberate, ymo deliberatissime, me receperunt postea, et per quam receptionem probatur esse sententia lata pro iustificatione tituli mei, cum per plures dies multa fuissent dicta et opposita contra.

Item de instrumento quod producunt de quadam promissione per ipsos michi facta ut in eo plenius continetur, dico quod ego post illud instrumentum

---

(158) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 8-8v.

factum ego probavi titulum meum fore perfectum, quod erat principale, super quo instrumentum predictum fuerat factum, et probato hoc principali, reliquum quod accessorium erat, veniebat annullandum, ymo ut verius loquar, erat irritum. Et quod hec sit veritas patet, quia instrumentum fuit factum de mense Februarii et ego fui receptus vel ix vel x Martii. Et si ipsi aliquid contra hec volunt opponere largius et forte plenius, in hoc requiretur cause cognitio plena, quod dominationes vestre possunt postea audire et ego cum adiutorio Dei iustitia mediante intendo defensare predictum titulum contra quoscumque volentes se opponere.

Item cum dominationibus vestris sit notissimum, de quibus possint iudicare, et ad que se extendat potestas earundem et querere an quis sit bene receptus per titulum suum non pertineat eisdem dominationibus, nec in hoc cavetur aliquo Statutorum quod dominationes vestre hoc possint, placeat eisdem dominationibus de hoc cessare, cum hoc sit magis incitare discordias quam sedare et etiam commovere animos uniuscuiusque ad rixas quam ad pacem.

Item hoc esset magis inspiciendum et sancius iudicandum inspicere utrum aliquis iam perdidit ius quod habet in dicto collegio et reperto aliquo tali, dare sibi licentiam et non comederet elemosinas pauperum, maxime cum non stet in dicto collegio pro studio, sed tantum pro traseundo tempus et non inspicere utrum habeant perfectos vel imperfectos titulos, cum post receptionem suam nullus amplius potest sibi opponere, cum alegent turpitudinem suam et non sunt audiendi, ymo vituperandi, quia non accusant aliquem alium, nisi seipsosmet et iura voluerunt quod tales non sint audiendi et dominationes vestre debent se conformare cum iure et non cum affectione nec cum precibus cuiuscumque et si sic faciatis, credo et scio pro certo iustissimum facere. Et si queratur an sit talis cuius ius iam expiraverit, dico quod sic et videant id quod primo scripsi et reperient quod Petrus Marini nullum ius habet in dicto collegio, obstante statuto 34, quo cavetur ne quis possit esse absens a dicto collegio ultra binum semestre, et iste stetit ultra tertium semestre continuum et ultra istud, cum iam nullomodo posset recedere una die de collegio nec est in potestate alicuius dare sibi licentiam sine privatione iuris quod habet ad dictum collegium, quam incurrit sic recedens; ipse nuper post incoatam visitationem fuit absens ultra quindenam. Et si in istis aliter dominationes vestre fecerint quam debeant, in quibus possunt, bene possunt considerare utrum bene vel male faciant. Et ego et quicumque alius non tenemur ultra nisi exponere dominationibus vestris ea que nobis videntur egere correctione et emendatione et statuitone, que dominationes vestre possunt facere et non ultra. Et sint dicta cum omni correctione et obedientia dominationum vestrarum» (159).

Embora atribuindo as culpas ou pelo menos negando a António Martins como vice-reitor o direito de proceder contra ele, com interpre-

---

(159) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 29.

tação própria dos factos, Pedro Marinho não difere muito de António Martins na narração dos acontecimentos. Naturalmente, pede a expulsão do rival e reparação de danos:

«...De possessionibus extra civitatem et de pertinentibus ad eas, primo de Viadagu[l]ja. Primo circa possessiones de Viadago[l]ja isto anno non habuimus recoletum mensium, atento quod fuerit gera et etiam postquam gera recessit, rector misit duos scolares ad videndum si aliquid remanserat et ipsi fuerunt ibi in possessione et in reversu notificarunt nobis quod essent quasi quadraginta corbes mesium et rector post aliquos dies mandavit domino Antonio de Portugalia et domino Fernando de Medina quod ipsi irent ad illam possessionem seu possessiones et unus ipsorum appellavit scilicet Antonius, dicendo quod nollebat ire, alter pro tunc non ivit, propter quod videatur statutum de mitendis scolaribus ad possessiones visitandas, ideo hoc dico et michi videtur testificando...

Quarto circa Jachobum de Portugalia dico quod ipse a principio sui ingressus in ista domo fuit admissus cum uno titulo ecclesie Tolletane, in quo se nominavit de Saria de Galitia essendo de Portugalia et sciendo hoc rector et consilliarium nolebant eum admictere, sed ipse videndo hoc se obligavit ut constat per ser Tomasinum notarium domus infra annum probare se esse de Saria de Gallitia, stante isto termino circa finem per octo dies vel quasi, presentavit quasdam literas ecclesie Cordubensis ut eum admitterent et finaliter cum practicis fuit admissus, quod facere non potuerunt rector et consilliarium istis rationibus, nam quando ille titulus secundus fuit sibi datus, ipse et dominus Fernandus de Corduba concurrebant in petendo eundem titulum ibi in illa civitate Cordubensi et ambo habuerunt illum titulum et venerunt in hiis partibus, sed primo venit dictus dominus Fernandus quam dictus Jachobus et fuit admissus dictus Fernandus; isto sic admissus, venit dictus Jachobus et videndo istum sic admissum presentavit illum primum titulum, cum quo primitus fuerat admissus conditionaliter ut probaret supradicta et concludo quod per illam admissionem dicti Fernandi vacavit ille secundus titulus dicti Jachobi, ex quo uno tempore fuerunt dati, atento etiam quod ecclesia post vacationem debet esse avisata et concludendo dico quod iste Jachobus quod nec per primum titulum, quia non probavit supradicta, nec per secundum, quia non erat titulus sufficiens, debet expelli a domo tanquam non scolaris, ideo hoc dico testificando, quod latius per Tomasinum patet, et ego vos informabo quando volueritis, nec iste audit lectiones quas debet audire, ymo contrarium, quia debet audire theologiam et audit medicinam....

Sexto circa dominum Antonium de Portugalia dico quod iste est scandalizator domus, nam postquam est in ista domo nunquam fuimus in pace, nisi in tribulationibus et rixis et contentionibus sui causa et promotione; est etenim principalis conventiculatorum et insidiatorum nocteque die, nam si vellemus dicere bonum de isto non possemus, quia non tantum in domo sed extra domum hic in civitate, ubi ipse habitabat et extra civitatem semper talis fuit, ideo ne mirum quia in consuetudinem habet et suum ordinarium est facere. Item iste

enim non est scolaris, quia non iuste est in domo, quia iste antequam fuisset admissus, incepit nos seu illos ad quem expectabat receptio scolarium cum practicis hic in domo et postea cum practicis dominorum taliter quod domini comiserunt quod dominus Bartholomeus de Lambertinis concordaret nos et ipsum, que concordia talis fuit quod ipse infra annum duceret illam mediam partem tituli scilicet episcopi Salamantini, eo quod non habebat, nisi medium titulum scilicet decani et capituli, cum debuisset habere episcopi et capituli ut Statuta mandant, et quod domus daret ei medias expenssas quas habet unus scolaris, stante in domo, ipso pro existente extra domum, dum tamen staret in civitate et de hoc fuit iuratum publicum instrumentum inter scolares scilicet consillarios et rectorem, excepto uno consillario qui non iuravit, ut constat per Tomasinum notarium supradictum, postea ista omnia translata iste Antonius recessit ad curiam et venit quasi per mensem post istum contractum cum aliquibus practicis hic in domo fuit admissus, non ducta allia media pars tituli, propter quod constat ipsum non habere titulum et sic non esse scolarem.

Item iste Antonius sic stante in domo, eventit quod iste rector recessit Venetias et dimissit ipsum vicectorem cum conditione quod nichil inovaret, specialiter contra dominum Petrum Alfonsi de Oterdesillas. Quod iste fecit postquam rector recessit immediate quasi per aliquos dies post recessum rectoris, privavit istum supradictum Petrum victualibus, nisi daret fideiussores de expensis donec cognosceretur de titulo eiusdem Petri, iste appellavit ad ordinarium et incepit prosequi appellationem iste Antonius nomine rectoris persecutus est istum in iudicio usque ad sententiam, licet per rectorem fuerit expresse prohibitum isti Antonio quod non faceret, tandem habuit sententiam, licet non iustam; iste Petrus appellavit ad papam et causa sic stat; credo quod est iam commissa.

Item iste Antonius post recessum rectoris incepit unum baxellum vini putrefacti et scolares et capellani ceperunt murmurare contra eum et consillarios; ego dixi ei, quia consillarius sum, quod non faceret novitates, ipse dixit quod tacerem, quod non dicerem ei aliquid quod non volebat sequi consilium meum nec aliorum duorum consilliariorum et ipse prosequendo in verbis dixit michi aliqua verba minatoria, ego dixi ei quod non me minaret, ipse respondit quod ipse non minaret me, sed si esset necesse, daret michi cum manu; ego non potens iam sufere sua verba, dixi ei quod si ipse daret michi de manu, ego darem ei cum manu et manibus et nil aliud iniuriosum sibi dixi; ipse in continenti ipsa nocte volluit de facto prohibere me in cipo, sed allia die convenerunt consillarii una secum et concordarunt ut michi daretur penitentia in pane et aqua; ego non fui in prandio, iustissima causa habente; in cena ipse propossuit coram toto collegio qualiter ipse et consillarii disposerant quod ego comederem uno pastu in pane et aqua; ipse adiunssit quod etiam allia die, non comederem nisi panem et aquam, eo quod non comedi illa die in domo et nolluit admittere excusationem meam postquam perfecit propositionem suam, ego volens demonstrare omnibus quod ego non dixeram ei illa verba que ipse dicebat quod ego dixeram ei propter que verba imponebat michi illam penitentiam, dixi ei quod cum reverentia illud non erat verum, eo

ipso quod dixi ei non est verum, ipse incepit dicere alta voce: ad quid egemus testibus, quia satis me iniuriavit; tunc et sine consilio consilliariorum mandavit michi quod sederem in terra et miterem pedes in cipum, ego dixi ei quod ipse ostenderet michi statutum, propter quod crimen incarcerantur scolares in cipo et quod erat contentus ponere pedes, ipse demonstravit michi statutum, sed non continebatur illud in statuto, cum Statuta non ponant penam cipi nisi in duobus casibus tantum, scilicet quando aliquis aliquid furatur et quando aliquis verberat aliquem cum armis vel exit sanguis ex tali verberatione, ego videns quod ipse vollébat me ponere per vim, ego peti publicum instrumentum, protestando de iniuria, prout patet coram Petro Alfonsi, notario publico papali, me sic loquente iniessit manus violentas in me ut prohiceret me in cipo et veniendo sic ad brachia proiecit me ad terram, de qua projectione habui aliqualem infractionem in capite, tunc venerunt aliqui de domo et possuerunt se in medio, et tunc ego exivi domum in iuvarelo et extra domum in domo domini Petri Marango recepi unum mantelum et ivi ad domum domini Anthonii de sancto Petro et ibi steti illa nocte, ne maius scandalum veniret; alia die, non obstante iniuria michi facta per eum, ivit et conquestus est dominis de et dixit multa verba iniuriosa de dominis propter quod domini mandarunt ut ego ieiunarem omni modo illa die in pane et aqua et ego sic feci et complevi omnia que domini et consillarii mandarunt; propter omnia supradicta, tum quia non est scolaris in domo canonice institutus, tum quia scandalizator, tum etiam quia in scandalo perseverat, ipsum peto expelli de domo, prius satisfacta michi iniuria et sibi possita penitentia condigna, ideo hoc dico testificando, in testimonium veritatis concludendo.

Item iste dedit de calcibus clerico in minoribus, propter quod fuit etiam excommunicatus, sicut in me ingecit... Petrus Marigño» (160).

Não faltaram escolares a depor em prol de António Martins de Portugal, acusando os outros. Bartolomeu de Córdova, escolar apenas de dois meses, no Colégio, ao anotar negligências e faltas do reitor, lembra que António de Portugal, então conservador do dinheiro da casa, tivera de lhe dar uma certa soma como salário contra os Estatutos. Acusa-o também de ter injuriado António de Madrigal e António de Portugal. Não cuidava de vigiar a administração do procurador. António de Portugal, suspeitando do procurador, tomou a iniciativa de cuidar das despesas por alguns dias, podendo anotar fraudes nos dinheiros e até no pão. Fernando de Medina lembra que o reitor conservava Pedro Afonso sem título algum para estar no Colégio, além de ter injuriado a ele próprio e a António de Portugal, denun-

---

(160) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 22-25.

ciando-os como infames. A sua falta era agravada pela circunstância de Pedro Afonso, sacerdote, ter em Florença uma meretriz em lugar público, para lhe ganhar dinheiro, como ouviu da própria boca de Pedro Afonso e era do conhecimento do reitor. Pedro Marinho era soberbo incorrigível e desordeiro, como bem sabia o vigário:

«...Item quod rector tenet hic violenter Petrum Alfonsi contra formam Statutorum et condemnationem factam per collegium etiam contra mandatum reverendi vicarii qui sententiam contra eum pronuntiaverat nullum titulum habere in dicto collegio, et quia fuit requisitus ex parte scolarium quod dictum Petrum Alfonsi non deberet habere in domo et de expensis protestatum fuit ipse animo iratus occasiones querens infamavit et iniuriatus est publice me et dominum Antonium, denunciando nos periuros et infames et animo obstinato mandando aliis ut nobiscum non participarent, quod ipse non poterat facere, cum ad eum non expebat sed ad superiores, idcirco vestre reverentie debent providere mandando ut publice ubi peccavit satisfactiones faciat, ymmo magis in hoc satis videtur repugnare, volendo sustinere dictum Pe. Alfonsi cum precibus acrius hoc tentare velit et ipse in principio sui admissionis contra alium rectorem protestationem fecit de dampnis et expensis et interesse. Et etiam dare de suo consensu pecunias pro prolacione sententie, sed istud ipse non facit, nisi despectu aliquorum qui suis precibus noluerunt concedere et hanc causam demictere.

Item posito quod dictus Pe. Alfonsi haberet titulum, non debet tollerari propter eius vitam inordinatam et disolutam, cum sit sacerdos et per eius confessionem certificatus et ab ore proprio audivi quod Florentie tenuit continuam meretricem in loco publico que sibi plures pecunias lucrata erat et postea misit eam ad hanc civitatem et secutus est eam. Et adhuc eo stante capellano in hac domo, alocutus est eam in ecclesia sancti Cristofori et audivi a rectore qui nunc est quod quidam amicus suus dixerat sibi quod viderat dictum Pe. Alfonsi cum ea ementes unum velum in una apotheca huius civitatis.

Item quod Petrus Marini est intollerabilis, superbus, incorrigibilis, indomitus, cuius fama a magno tempore est pluribus etiam extra domum manifesta, quia ex tempore quod ipse fuit in ista domo nunquam ista domus fuit sine rixa iniuriando scolares...

Item dictus Lupus dominum Antonium bacalarium malis verbis iniuriatus est, quapropter oriuntur multa mala scandala de similibus, idcirco tales homines qui sunt ita discoli indigent correctione et punitione, ut alii pacifice vivere possint.

Item quod Petrus Marini sit rixosus et scandalosus patet manifeste quia cum isto rectore habuit tod rixas et discensiones ut venerabilis et dominus vicarius bene scit in quanta tribulatione fuit ista domus et isti tales rixatores debent expeli a domo sine aliqua pietate, quia multotiens propter similes destruantur colegia, de quo multum timeo quia domini antiani sunt iam ita fastiditi et presente venerabili vicario requisierunt quod pro prima vice quod ipse de aliquo scandalo sciverint interponerent manus...

Mccccxliii, indictione vi, die vi mensis Septembris, present. per dominum Fernandum de Medina» (161).

Esta a relação escrita de Bartolomeu de Córdoba, na parte que nos interessa, segundo ficou exposta acima:

«Reverendi domini. Ego Bartolomeus de Cordova citra duos menses dumtaxat presen. collegii scholaris, comotus fervore huic collegio debite caritatis de comodo et eius tranquillitate sollicitus necnon de dampnis in suo labili condolens regimine compulsusque pena prestiti iuramenti per omnia et in omnibus eidem utilia procurare offerente se tempor. oportunitate ea que in eo caduca et in eius personis diebus meis vidi particulariter viciosa vestris reverentiis paucis literis significare decrevi ut per easdem correctionem faciant et emendam in futuris que orta sunt de remediis provideatur scandalis.

Notifico primo V. R. collegium nostrum multas subire ruinas, cum caput nostrum qui rector est infirmitates gravissimas patiatur, primo quia est bonorum collegii usurpator et eorum Statutorum violator, quorum utrumque patet statuto 31, ubi inter cetera dicitur quod si contingat redditus et proventus collegii atenuari quod expensse extraordinarie primo, 2º scolarium provisiones, 3º salaria rectoris et consiliariorum, medici et etiam famulorum et etiam aliorum officialium subtrahantur, deinde vestes omnium; contra istud statutum ipse in tribus deliquit, primo quia ipse incepit accipere de salario sui officii rectoratus et accepit octo l. quas ipso petente, sibi dedit venerabilis Antonius de Portugalia, qui pro tunc pecunias exponendas domus tenebat et hoc est contra dictum statutum, cum domus multum in redditibus sit atenuata et debitor. oneribus agravata, 2º quia etiam si debuisset accipere dictum salarium, non debuisset accipere usque principium studii, ut disponit statutum 23 ...

Notifico V. R. dictum venerabilem rectorem idem statutum 40 violasse, dicendo scolaribus non solum verba iniuriosa sed abhominabilia, primo coram egregio viro Philipo de Formallinis, dixit venerabili Antonio de Madrigal scolari animo irato quod erat periurus et infamis, 2º dixit idem verbum venerabili Antonio de Portugalia coram reverendo domino Ludovico de Garsiis, que verba in ore gubernatoris multum turpiter sonant, quia alicui posset dicere qui, postposita patientia, contra eum iratis manibus insurgeret; in hiis predictis meis paucis diebus vidi venerabilem rectorem nostrum nostras leges violasse... 4º Notifico V. R. venerabilem rectorem magnam negligentiam incurrisse, nam meo et multum tempore ante tenuimus unum procuratorem qui secundum quod fuit repertum multos falcidie comittebat errores, qui quantum dampnum collegio attulerint (*sic*) ignoratur, suspiciendum tamen est magnum fuisse, cum a multo tempore dictum officium exercuerit et rapine intenderit ut ab experto cognovimus quod non evenerat si dictus rector cum cotidie a dicto procuratore rationem accipiebat, attenderat si dictus procurator aliquam

---

(161) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 13v-14.

fraudem comitebat vel aspexerat in coquina vel informaverat se ab aliis familiaribus et per talem diligentiam poterat bene talis procuratoris fructibus obviare, nam scire debuisset quod dubium est quis inter dispensatores inveniatur fidelis; similiter est negligens, nam non accipit sacramentum a talibus procuratoribus, secundum quod statutum 12 disponit, scivit tamen istas dispensatoris rapinas venerabilis vir Antonius de Portugalia qui ex aliquibus indiciis hoc suspiciens, ex sua grata voluntate curam expendendi pro certis diebus assumpsit et claves panis similiter et non solum in pecuniis invenit fraudem evidentem, sed similiter in pane magnam invenit fallaciam, quod totum faciat evitatum si rector diligens fuerat, secundum quod bonum decet administratorem et cum sibi incumberet si ita particularia ut ille fecit, adverterat» (162).

Nas visitas dos anos seguintes, não voltam a aparecer Pedro Marinho nem Pedro Afonso. Talvez fossem expulsos, como pedia António Martins de Portugal. Este continuou no Colégio até à licenciatura em direito canónico em 1447. Lobo de Ochon continuou também como estudante de direito canónico. E precisamente em Setembro de 1445 é ele quem move processo contra António de Portugal, por cuja culpa o Colégio teria ficado sem certa quantidade de trigo, devido a desinteligências com os ceifadores na recolha do mesmo, em período de guerra, tendo, sem o querer, favorecido os inimigos que vieram e levaram parte do trigo já preparado para se transportar para o Colégio. Sobre o assunto foram ouvidas oito testemunhas, desde 17 a 20 de Setembro, apresentadas pelo sobredito Lobo de Ochon:

«In Christi nomine. Amen. Hec sunt attestaciones et dicta quorundam testium monitorum iuratorum de veritate dicenda ac receptorum et examinatorum per reverendum in Christo patrem et dominum dominum Petrum Dei et apostolice sedis gratia episcopum Imolensem, reverendi in Christo patris et domini domini Thome eadem gratia episcopi Bononiensis, in remotis agentis, vicarium in spiritualibus et temporalibus generalem in causa seu negotio visitationis per ipsum dominum Petrum episcopum tamquam vicarium antedictum inchoate in collegio scolarium Ispanorum, in civitate Bofi fundato per pie et recolende memorie dominum Egidium episcopum Sabinensem sancte Romane ecclesie cardinalem secundum dispositionem et formam Statutorum dicti collegii et specialiter interrogatorum super eo quod ab aliquibus ex scolaribus dicti collegii et maxime per dominum Luppum de Ochon, unum ex scolaribus antedictis, ipsi domino vicario extitit intimatum et in scriptis deductum maiorem partem bladorum possessionis quam habet dictum collegium in villa Viadagule

---

(162) ASB, Rogiti di Filippo Formaglini, busta 6, n. 185, fl. 18-18v.



committatus Bonoñ fuisse deperditam anno infrascripto per culpam, negligentiam et defectum domini Antonii Martini de Portugalia, etiam scholaris dicti collegii, scripta et rogata per me Rolandum Alberti de Castellanis, notarium infrascriptum, in solidum rogatum de predictis unacum Benedicto ser Boneventure de Paliottis, notario publico Bofi, sub anno a nativitate Domini nostri Yhesu Christi millesimo quadringentesimo quadragesimo quinto, diebus et mensibus infrascriptis, tempore pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini Eugenii divina providentia pape quarti.

Die decimo septimo mensis Septembris. Mengantes Bidinelli de Viadagulla, testis inductus et productus per dominum Luppum de Hochon, scolarem collegii Ispanorum in civitate Bonoñ fundati, in causa seu negotio visitationis predictae ac monitus et iuratus de veritate dicenda ac examinatus et interrogatus per prefatum dominum vicarium quid scit de contentis super deductis per dictum dominum Luppum de Hochon suo sacramento testificando respondit et dixit quod tempore rehollectus bladorum presentis anni Jacobus faber qui fuit aresanus ad mettendum et tritrandum blada, que erant in possessione dicti collegii, que erat in Viadagulla quam collebat Menghus Matius qui fuit interfectus, postquam trituravit dictum frumentum, assumpsit partem sue triturationis et remisit residuum domino Anthonio de Portugalia, scolari collegii predicti, qui erat in dicta possessione. Et quod credit quod dominus Antonius predictus potuisset habere virum qui conduxisset dictum frumentum ad collegium, si perquisivisset et fecisset diligentiam suam antequam supervenisset impetus hostium, qui postmodum astulerunt et portaverunt frumentum predictum, quod erat seu poterat esse in quantitate corbes viginti quatuor vel circa. Est etatis annorum quinquaginta vel circa.

Die predicta. Siverinus Bidinellus de Viadagulla, testis ut supra productus ac monitus, iuratus, examinatus et interrogatus, suo sacramento testificando respondit et dixit quod dominus Antonius de Portugalia, scholaris dicti collegii, qui erat super possessione de Viadagulla, quam collebat suprascriptus Menghus interfectus, tempore rehollectus, dixit ipsi testi tunc quod ipse volebat quod aresanus tritureret totum triticum et speltam, antequam mundaret vel quicquam amoveret, cuius rei cause dillatatum fuit opus et triticum remansit in area, quando hostes supervenerunt, qui abstulerunt dictum frumentum. Qui dictus Antonius si sollicitus fuisset, potuisset facere conduci partem trituratam ad collegium. Est etatis quadraginta annorum vel circa.

Die predicta. Johannes Mengantis de Viadagulla, testis productus, monitus, iuratus et interrogatus ut supra, suo sacramento testificando respondit et dixit quod dominus Antonius de Portugallia, scholaris dicti collegii, qui erat super possessione collegii de Viadagulla, quam collebat suprascriptus interfectus, tempore rehollectus, dixit aresano dicte possessionis quod antequam inciperet triturare, volebat quod ipse aresanus meteret speltam tempestatam in dicta possessione. Et quod aresanus, sentiens novitatem hostium dicebat: ego volo triturare frumentum. Et ipsi dominus Antonius et aresanus venerunt ad discordiam in tantum quod aresanus stetit aliquibus diebus quod non mesuit neque trituravit propter illam discordiam. Et quod dominus Antonius venit

Bononiam et fecit fieri quoddam mandatum dicto aresano et successive dictus aresanus triturravit frumentum, et accepit partem sue triturationis et dimisit residuum frumenti triturrati super area. Et venerunt hostes qui abstulerunt dictum frumentum quod erat super area. Et quod si dictus dominus Antonius fuisset sollicitus ad faciendum mundari frumentum triturratum, potuisset facere conduci Bononiam omni suo placito, quod quidem frumentum deperditum dixit quod erat in quantitate circa triginta corbes.

Die predicta. Antonius Mengantis de Viadagulla, testis inductus et productus, monitus, iuratus, interrogatus et examinatus ut supra, suo sacramento respondit et dixit quod dominus Antonius predictus qui erat in possessione de Viadagulla predicta, tempore presentis recollectus, nolebat quod aresanus dicte possessionis, qui messuerat totum frumentum possessionis, triturraret frumentum, nisi prius meteret speltam quam tempestaverat. Et quod aresanus qui volebat triturrare dictum frumentum et dominus Antonius predictus venerunt ad discordiam, ex qua discordia dictus aresanus stetit aliquibus diebus quod nichil fecit. Et quod dictus aresanus triturravit frumentum et accepit partem suam triturationis et dimisit residuum frumenti triturrati super area, quod frumentum sic triturratum stetit infra tres dies vel quasi super area. Et quod dominus Antonius semper dicebat aresano: Ego volo quod tu tritures totum frumentum antequam eum mundes. Et quod si dominus Antonius fuisset sollicitus ad faciendum mundari frumentum, quod erat triturratum, dictum frumentum potuisset facere conduci Bononiam. Et hostes non abstulissent eum, quod frumentum deperditum ignorat ipse testis quantum fuit. Dictus testis est etatis circa annorum decemseptem et est filius familias.

Die decimo octavo Septembris. Magister Jacobus Mathei, faber de Casaluchio, solitus habitare Boñ in capella sancte Catharine de Saragotia, testis, monitus, iuratus, interrogatus, examinatus ut supra dixit quod ipse testis fuit conductus pro aresano per dominum Antonium de Portugalia, scolarem collegii Ispanorum ad metendum et triturrandum blada unius possessionis dicti collegii, site in Viadagula et quod ipse mesuit, sumptis secum aliis laboratoribus, quoddam triticum et triturravit maiorem partem eiusdem. Et quia tempestas supervenerat in loco ubi erat spelta metenda, dictus dominus Antonius volebat quod ipse testis meteret dictam speltam antequam triturraret triticum, quod recusabat facere ipse testis, pro eo quod dubitabat de periculis guerre et idcirco volebat prius expedire triturationem tritici, deinde si tempus fuisset procedere ad messionem spelte. Et quod supervenit discensio inter ipsos in tantum quod propter tedia dicti domini Antonii ipse testis aresanus et socii propter mandatum et minas dicti domini Antonii steterunt duobus diebus quibus non triturraverunt neque aliud opus fecerunt in hoc negotio. Et tandem triturrata maiori parte tritici, ipse testis habuit partem suam de tritico mundato, videlicet corbes tresdecim vel circa, ad rationem unius corbis ex quinque corbis, prout convenerant, et partem collegii dimisit in loco illo et adhuc remanserunt octo corbes tritici non mundati vel circa, et alia quantitas in paleis non triturrata, que poterat esse viginti quatuor corbes vel circa, de qua quantitate frumenti

tritirati et mundati transmissi fuerunt ad collegium corbes sexdecim vel circa uno curro, alia vero quantitas tota fuit deperdita et exportata per hostes culpa et defectu dicti domini Antonii qui si permisisset ipsum testem cum suis laboratoribus quos ad predictum (?) conduxerat, triturare, mundare et expedire triticum antedictum, totum fuisset expeditum ante adventum dictorum hostium, ita quod de tritico collectum et habitum fuisset in totum ex bladis dicte possessionis centum corbes tritici vel circa, de quibus collegium habuisset corbes octuaginta et ipse testis viginti, ex quo dictum collegium non habuit nisi sexdecim. Est etatis quinquaginta annorum vel circa.

Die predicta. Francischus filius suprascripti Jacobi Mathei fabri, testis inductus, monitus, iuratus, interrogatus et examinatus ut supra, suo sacramento testificando respondit et dixit ut supra pater suus dixit.

Die xx Septembris. Stephanus Jantini de villa Pini, laborator, testis iuratus de veritate dicenda etc., examinatus et interrogatus, etc. respondit et dixit quod ipse testis fuit conductus et etiam Pasius, laborator, habitator in dicta terra Pini, per quemdam magistrum Jacobum Mathei fabrum, aresanum ad tritrandum blada eiusdem possessionis collegii scholarium Ispanorum in Viadagulla et habebant pro singulis diebus quilibet ipsorum a dicto magistro Jacobo solidos octo Boñ et expensis pro suo labore. Et iverunt quadam die dominica et triturerunt frumentum die lune et martis et mercurii et volebat dictus aresanus omni sero aventare seu mundare triticum in die tritratum et dominus Antonius, scholaris dicti collegii, prohibebat ei et laboratoribus, quia volebat quod totum triturerent et etiam quod meterent speltam antequam mundarent. Et nichilominus devote ipsi mundaverunt unam magnam partem usque ad diem Jovis tunc proxime sequentem, qua die ex toto prohibuit insurgens contra aresanum cum quodam gladio in modum unius stilli formato. Et tandem die sabbati ipsi omnes videlicet aresanus Stephanus testis et Pasius venerunt Bononiam, qua die armigeri hostes cucurerunt hostiliter usque ad pontem sancti Antonii de Sapina, die vero sequenti videlicet die dominica scolares dicti collegii dum irent cum curru et bobus ad dictam possessionem causa conducendi triticum predictum, illud videlicet quod erat tritratum, fuerunt capti omnes cum bobus predictis ab hostibus et sic frumentum fuit totum deperditum, exceptis sexdecim corbibus quos conduxerant primo in uno curru, ita quod propter impedimenta et tedia dicti domini Antonii collegium predictum perdidit corbes sexaginta et ultra frumenti, quos habere potuissent antequam hostes supervenirent, si dominus Antonius non impedivisset, quia totum triticum triturerent et mundassent in illis tribus diebus, videlicet Jovis, Veneris et sabbati, quibus non permisit eos laborare ad expediendum dictum frumentum. Dixit etiam quod die sabbati triticum quod erat mundatum rector collegii qui supervenit, fecit levare et mensurari cum dicto aresano frumentum quod erat mundatum, de quo ipse aresanus habuit partem suam videlicet de quinque unum, aliud vero fuit positum ad partem per rectorem pro collegio videlicet corbes quadraginta quinque de parte sua. Item dixit quod adhuc esse poterat frumentum non delocatum seu non aventatum, quod ibi remansit circa decem corbes frumenti. Item de bladis nondum tritratatis

adhuc esse poterant corbes viginti quinque usque ad triginta et dixit quod dici audivit quod totum dictum frumentum fuerat viginti cappe, quando fuit messum et repositum ad aream. Est etatis triginta annorum.

Die predicta. Pasius quondam Johanini, habitator terre Pini, laborator testis iuratus ac interrogatus, examinatus ut supra, suo sacramento testificando respondit et dixit quod magister Jacobus faber qui tanquam aresanus accepit ad metendum et tritrandum blada unius possessionis collegii Ispani, site in contrata Viadagulle ad rationem unius corbis ex quinque corbibus, ut dixit ipse testis, et qui tam messuerat frumentum dicte possessionis et habebat conductum ad aream super dicta possessione, dubitans de impedimento hostium, conduxit ipsum testem et quemdam Stephanum de Pinu, laboratorem, ut sibi prestaret operas ad tritrandum dictum frumentum, qui ambo iverunt cum eo ad dictam possessionem quodam die dominico proximo antequam Tallianus Fitrianus curreret cum armigeris suis ad stratam sancti Vitalis civitatis Boñi. Et cum die lune proximo vellet incipere tritrande, dominus Antonius, scholaris dicti collegii, contradixit dicto aresano, quia volebat quod ipsi irent ad metendum speltam dicte possessionis in mane, et postmodum in fervore diei tritrande, dicente aresano ego vollo me expedire tritrande triticum, quod est maioris valoris propter dubitationem hostium, quia spelta non est tanti prejudicii neque tanti valoris, postmodum si erit tempus congruum, metemus et tritrandimus speltam. Dicitur dominus Antonius volebat et tunc aresanus misit notificatum rectori controversiam domini Antonii, qui rescripsit quod permitteret tritrandi frumentum, qui dominus Antonius non voluit consentire. Et ulterius dicitur magister Jacobus aresanus volebat quod omni sero aventaretur frumentum, quod esset tritrandum illa die, et dominus Antonius non volebat, in tantum quod propter controversiam dicti domini Antonii isti aresanus et laboratores steterunt duobus diebus videlicet Veneris et sabbati, quibus nichil potuerunt facere propter impedimenta dicti domini Antonii. Et postmodum superveniente rectore die Veneris, ipse fecit levare frumentum mundatum et dedit partem suam aresano et de residuo misit unum currum ad collegium; residuum remansit ibidem. Die vero sabbati ipsi aresanus et laboratores venerunt Bononiam, dimisso frumento non mundato, forte in certa quantitate et in paleis et tritrandis. Item voluit dicitur dominus Antonius capere in area triticum pro collegio, antequam fieret messa versus illam partem pulcriorem et volebat dare aresano versus partem immundam et contradicente aresano extraxit gladium et ivit contra aresanum qui se defendit cum palla. Est etatis triginta duorum annorum.

Qui testes suprascripti omnes recepti et examinati fuerunt per prefatum reverendum patrem dominum Petrum episcopum Imolensem, vicarium antedictum et ipsorum attestaciones et dicta per me Rolandum notarium infrascriptum in scriptis redacta fuerunt, prout hic supra continetur. Bononie in episcopali palatio, diebus et mensibus suprascriptis» (163).

---

(163) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 23, n. 39.

Na visita de Setembro de 1446 António de Portugal volta a aparecer como estudante de direito canónico:

«Visitatio collegii scholarium Ispanorum inchoata fuit die secundo Septembris anni Mccccxvi in dicto collegio per reverendum in Christo patrem et dominum dominum Petrum episcopum Imolensem, vicarium... Nomina vero presentium sunt ista, videlicet dominus Sanctius de Sarzano, in canonico studens, vice rector, dominus Luppus de Ochon in canonico, dominus Jacobus de Sarria in theologia, consiliarii, dominus Bartolomeus de Corduba, in medicina, dominus Antonius de Portugalia, in canonico, dominus Fernandus de Corduba in medicina, dominus Johannes de Ageza in canonico. Capellani sunt dominus Johannes de Salas, dominus Thimedeus, dominus Johannes de Francia, capellani. Dominus Antonius de Pina, serviens ... Petrus de sancto Sebastiano, castaldus Andreas de Boñi, procurat. Johannes Liad., coquus Adrianus, familiaris Simon» (164).

Em 1447 foi designado leitor extraordinário do Decreto para o ano académico de 1447-1448: «1447-48 Lectura Universitatis. Ad lecturam decreti extraordinariam dominus Antonius de Portugallia» (165). E neste mesmo ano de 1448 devia ter recebido o grau de licenciatura em direito canónico. De facto Nicolau V, ao mandar conferir-lhe o canonicato de Lisboa por *motu proprio*, di-lo *in decretis licenciatus* em letras de 4 de Novembro de 1448.

«Nicolaus, episcopus, etc. Ad futuram rei memoriam. Etsi ecclesiarum... Cupientes igitur de canonicatu et prebenda ac dignitate, personatu, administratione vel officio ecclesie Ulixbonensis primo vacaturis persone idonee, ipsi ecclesie utili et etiam fructuose, per nos vel sedem eandem provideri, canonicatum et prebendam... ipsius ecclesie... motu proprio... auctoritate apostolica, tenore presentium, specialiter reservamus... nisi in eis de presentibus ipsarumque dat. de verbo ad verbum ac de nomine ac cognomine dilecti filii Antonii Martini, perpetui portionarii in ecclesia sancti Michaelis de Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis, licentiati in decretis, cui de sic reservatis canonicatu et prebenda ac dignitate, personatu, administratione vel officio providere seu provideri mandare intendimus... specialis, specifica et expressa ac de verbo ad verbum mentio fiat... Datum Rome, etc., anno, etc. Mccccxviii, pridie Nonas Novembris, anno secundo.

Nicolaus, etc. Venerabilibus fratribus Portugaleñ et Cepteñ episcopis ac dilecto filio .. priori monasterii sancti Vicentii Ulixboneñ per priorem soliti gubernari. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque

---

(164) ASB, Rogiti di Rolando Castellani, busta 25, n. 33-34, 27.

(165) UMBERTO DALLARI, *I Rotuli dei Lettori...*, I, p. 22.

laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Antonius Martini, perpetuus portionarius in ecclesia parochiali sancti Michaelis de Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis, in decretis licentiatus, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Hodie siquidem cupientes de canonicatu et prebenda ac dignitate, personatu, administratione vel officio primo vacaturis persone idonee, ipsi ecclesie utili et etiam fructuose, per nos vel sedem apostolicam provideri, canonicatum et prebendam, dignitatem, personatum, administrationem vel officium ipsius ecclesie Ulixbonensis, etiamsi ad illam, illum vel illud consuevisset quis per electionem assumi eique immineret cura animarum ... motu proprio, non ad alicuius instantiam, sed ex nostra mera liberalitate, nostre et apostolice sedis dispositioni et collationi ea vice dumtaxat per alias nostras litteras reservavimus...

Nos igitur volentes dicto Antonio, premissorum meritorum suorum intuitu, gratiam facere specialem ac motu simili, non ad ipsius Antonii vel alterius, pro eo nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, canonicatum dicte ecclesie cum plenitudine iuris canonici eidem Antonio auctoritate apostolica, tenore presentium, conferentes et de illo etiam providentes eisdem motu et scientia discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum, per vos vel alium seu alios, faciatis ipsum Antonium vel procuratorem suum eius nomine ex nunc auctoritate nostra in dicta ecclesia Ulixbonensi in canonicum recipi et in fratrem...

Datum Rome, etc., anno, etc., ut supra» (166).

Como se vê por estas letras de 4 de Novembro de 1448, António Martins era perpétuo porcionista da igreja paroquial de S. Miguel de Torres Vedras. Na mesma qualidade figura em súplica atendida a 2 de Junho de 1450, ao pedir o canonicato e prebenda de Lisboa e a igreja de Santa Maria de Loures, vacantes por morte do colector apostólico João Rodrigues. Continua a dizer-se clérigo de Lisboa, mas já aparece como doutor em decretos:

«Supplicat S. V. devotus vester Antonius Martini, decretorum doctor, clericus Ulixbonensis, quatinus sibi de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, quorum fructus quadraginta librarum necnon de ecclesia sancte Marie de Loyras Ulixbonensis diocesis, cuius fructus octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annum non excedunt, vacanti per obitum Johannis Roderici, apostolice sedis collectoris ac prothonotarii extra Curiam Romanam defuncti, sive ut premittitur, sive

---

(166) AV, Reg. Vat. 389, fl. 2v-5.

alio quovis modo seu ex alterius cuiuscumque persona vel per resignationem dicti Johannis in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte, sive per constitutionem *Execrabilis* aut c. (167) *De multa* vacant, et specialiter vel generaliter reservati, affecti, devoluti seu in Romana Curia vel extra eam litigiosi sint, litis huiusmodi statum habentes pro expresso, eidem Antonio dignemini misericorditer providere, non obstaŕ defectu natalium quem patitur de soluto genitus et soluta, super quo per eandem sedem extitit dispensatum ac etiam portione sancti Michaelis de Turribus Veteribus eiusdem diocesis quam obtinet, cuius fructus octo librarum Turonensium parvorum valorem annuum non excedunt, cum ceteris non obstaŕ et clausulis opportunis. — *Fiat ut petitur de utroque. T.*

Datum Rome apud Sanctum Petrum. Quarto Nonas Junii. Anno quarto» (168).

Parece que António Martins foi professor de cânones na Universidade de Bolonha, por algum tempo. De facto, a 23 de Dezembro de 1451 era distribuído entre os doutores do Colégio de direito canónico o restante do preço da leitura de António de Portugal: «Tempore prioratus mei Melchionis de Muglio, 1451 ... die vigesima tertia decenbris certum residuum pretii cuiusdam lecture domini Antonii de Portugalia fuit pro rata distributum presentibus doctoribus collegii iuris canonici» (169).

Depois de se doutorar, ou talvez mesmo antes, retomou o seu rumo para a Cúria pontifícia. Precisamente em súplica com data de concessão de 14 de Julho de 1453, para que em prol dele, simples tonsurado clérigo de Lisboa e doutor em decretos, conceda o papa indulto de o bispo do Porto D. Gonçalo lhe poder conferir em domingos ou dias festivos sucessivos, mesmo fora das quatro tēporas, na Cúria Romana ou noutra qualquer igreja, todas as Ordens menores e sagradas, inclusive do presbiterado, vem designado como presente na Cúria Romana:

«Dignetur S. V. reverendo patri domino Gundissalvo episcopo Portugalensi, extra Romanam Curiam exsistenti, quatinus devotum vestrum Antonium Martini, decretorum doctorem, clericum Ulixboŕ in Romana Curia presentem qui clericali tonsura dumtaxat insignitus existit, ad omnes minores ac etiam

---

(167) No ms. *constitutionem*, com sinal de erro.

(168) AV, Reg. Suppl. 445, fl. 83v-84.

(169) ASB, *Liber Secretus Iuris Pŕntificii*, fl. 88v.

sacros subdiaconatus et diaconatus ac presbyteratus ordines, etiam extra quatuor tempora ad id a iure instituta, singulis tamen successivis diebus dominicis seu alias solemnibus in Romana Curia predicta et aliqua per eum eligenda ad id ecclesia promovere et illi ordines huiusmodi impendere possit ac valeat committere et mandare de gratia speciali, iuribus, constitutionibus et ordinationibus apostolicis et aliis in contrarium editis vel facientibus non obstantibus quibuscumque et aliis non obstantibus et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. T.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Idus Julii, anno septimo» (170).

Noutra súplica atendida por Calisto III a 25 de Abril de 1455, António Martins, doutor em decretos, clérigo de Lisboa, presente na Cúria e capelão do administrador da igreja de Lisboa D. Jaime, pede ao papa faculdade para aceitar e reter todos os benefícios e dignidades incompatíveis, apesar do impedimento de ilegitimidade, de que tinha dispensa por autoridade ordinária e apostólica:

«Supplicat S. V. humilis et devotus vester Antonius Martini, decretorum doctor, clericus Ulixbonensis ac dilecti eiusdem S. filii Jacobi prefate Ulixbonensis ecclesie administratoris capellanus, in Romana Curia presens, quatinus secum super natalium defectu, quem de soluto genitus et soluta patitur et super quo certo modo in cancellaria exprimendo ordinaria et apostolica auctoritatibus cum eo dispensatum extitit, ut eo non obstante, quecumque, quocumque et qualiacumque cum cura et sine cura, se tamen invicem compatentia, beneficia ecclesiastica, etiam si canonicatus, prebende, dignitates, personatus, perpetue administrationes et officia, etiam curata et electiva, quarumlibet cathedralium etiam metropolitanarum et collegiatarum ecclesiarum, etiam si dignitates eedem in cathedralibus et metropolitanis post pontificales maiores et in collegiatis ecclesiis huiusmodi principales existant, si ei alias canonicè conferantur aut eligatur vel assumatur ad illa, libere recipere liciteque retinere necnon illa pro simili vel dissimili aut similibus vel dissimilibus beneficio seu beneficiis ecclesiastico vel ecclesiasticis simul vel successive, simpliciter vel ex causa permutationis, quotiens sibi placuerit, dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia simile vel dissimile aut similia vel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum vel ecclesiastica, invicem compatibilia, similiter recipere et retinere possit ac valeat, misericorditer dispensare sibi que ut in quibusvis per eum faciendis impetrationibus et ei concedendis gratis nullam de defectu et dispensatione huiusmodi mentionem facere de cetero teneatur nec debeat, dignemini misericorditer de gratia speciali, defectu predicto et aliis in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. Cum clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. A.*

---

(170) AV, Reg. Suppl. 467, fl. 288-288v.



Et cum concessione predicta videlicet quod nullam de defectu predicto et dispensationibus predictis dictus Antonius de cetero facere mentionem teneatur ut superius petitur. — *Fiat. A.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, septimo Kalendas Maii, anno primo. R. Rag.» (171).

Em Setembro de 1458, o nosso doutor em decretos António Martins, deão de Lamego e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Algodres, da diocese de Viseu, e o licenciado em decretos Mendo Peres, cónego de Lisboa e familiar do cardeal D. Jaime, pediam ao papa admitisse a resignação que faziam dos mencionados benefícios para efeito de troca. Anuindo a suas preces, a 13 de Setembro de 1458, Pio II permitiu-lhes a troca do deado de Lamego e reitoria da igreja de Santa Maria de Algodres pelo canonicato e prebenda de Lisboa:

«Beatissime Pater. Cum devoti oratores vestri Antonius Martini, decretorum doctor, decanatum (172) ecclesie Lamacensis et parrochiam ecclesiam sancte Marie de Algodres Visensis diocesis et Menendus Petri, licentiatu in decretis, reverendissimi domini cardinalis sancti Eustachii familiaris et contínuus commensalis, canonicatus et prebendas Ulixboneñ quos obtinent, ex certis rationabilibus causis in manibus V. S. ex causa permutationis resignare proponant, prout resignant de presenti, supplicant igitur S. V. dicti oratores quatinus resignationem huiusmodi ex causa predicta recipientes et admittentes seu recipi et admitti mandantes, necnon decanatum qui in dicta ecclesia Lamacensi dignitas maior post pontificalem curata et electiva, cuius octuaginta et parrochiam ecclesiam que de iure patronatus regis Portugalie existunt, cuius quinquaginta (173) et canonicatum et prebendam huiusmodi, cuius pariter quinquaginta librarum Turonensium parvorum, fructus, etc., secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, sive ut premititur sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona, seu per similem resignationem alicuius de illis in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, sive constitutionem *Execrabilis* vacent, etiam si devolut. specialiter vel alias generaliter reservat., affect. et ubilibet litigios., litis statum existant, Anthonio [et Menendo] prefatis providere illosque ad effectum presentium consequendum, a quibuscumque excommunicationum, suspensionum et interdicti aliisque sententiis, censuris et penis ecclesiasticis, in eos quavis occasione et ex quacumque causa latis et inflictis, absolvere secum-

---

(171) AV, Reg. Suppl. 479, fl. 122v-123.

(172) No ms. *decanatus*, com sinal de erro.

(173) Palavra com sinal de erro.

que super irregularitate, per eos quomodolibet contracta, dispensare dignemini de gratia speciali. Non obstantibus quibuscumque, cum non obstaſi et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. E.*

Et quod non obstantie exprimentur in confectione litterarum. — *Fiat. E.*

Et cum absolute prepetita ad effectum presentium. — *Fiat. E.*

Datum Rome apud Sanctum Petrum. Idibus Septembris. Anno primo» (174.

A bula sobre este assunto, dirigida a António Martins na mesma data de 13 de Setembro de 1458, foi expedida a 18 de Setembro do mesmo ano; enquanto a dirigida, na mesma data, a Mendo Peres, licenciado em decretos e familiar do cardeal D. Jaime, foi expedida a 17 de Setembro (175). Estas as letras endereçadas ao doutor António Martins:

«Pius, etc. Dilecto filio Anthonio Martini, canonico Ulixbonensi, decretorum doctori. Salutem, etc. Apostolice sedis circumspecta benignitas... Cum itaque hodie tu per dilectum filium Alfonsum Johannis, canonicum Colimbriensem, procuratorem tuum ad hoc a te specialiter constitutum, decanatum ecclesie Lamecensis ac parrochialem ecclesiam sancte Marie de Algodres Visensis diocesis ac dilectus filius Menendus Petri per seipsum canonicatum et prebendam ecclesie Ulixbonensis, quos tunc obtinebatis, desiderantes illos, ut asserebatis, ex certis rationabilibus causis invicem permutare in manibus nostris apud sedem apostolicam ex causa permutationis huiusmodi resignaveritis nosque resignationes huiusmodi auctoritate apostolica duxerimus admitendas, Nos votis tuis, qui ut asseris dilecti filii nostri Jacobi sancti Eustachii diaconi cardinalis familiaris continuus commensalis existis, in hac parte favorabiliter annuentes teque a quibuscumque excommunicationis ... aliisque ecclesiasticis censuris et penis ... absolventes et absolutum fore censentes, canonicatum et prebendam predictos ... per huiusmodi resignationem dicti Menendi vacantes ... cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, tenore presentium, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus... Nulli ergo, etc. nostre absolutionis, collationis, provisionis, constitutionis et voluntatis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo octavo, Idibus Septembris, anno primo.

Simili modo venerabilibus fratribus Spoletano et Silvensi episcopis ac dilecto filio thesaurario ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Hodie dilecto

---

(174) AV, Reg. Suppl. 511, fl. 161v.

(175) AV, Reg. Lat. 539, fl. 247-248.

filio Anthonio Martini, canonico ecclesie Ulixbonensis, decretorum doctore, de canonicatu et prebenda dicte ecclesie per liberam resignationem dilecti filii Menendi Petri, nuper ipsius ecclesie canonici, ex causa permutationis per seipsum de illis quos tunc obtinebat, in manibus nostris apud sedem apostolicam sponte factam et per nos admissam vacantibus, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis gratiose providimus... Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos ... eundem Anthonium vel procuratorem suum eius nomine in corporalem possessionem canonicatus et prebende ... inducatis auctoritate nostra ... facientes ipsum Anthonium... in canonicum recipi et in fratrem... Datum ut supra. P. xii.x Quartodecimo Kalendas Octobris, anno primo. de Varris» (176).

E não nos demoramos na análise doutros documentos, inclusive pontifícios, sobre estes dois vice-reitores do Colégio de S. Clemente de Bolonha, porque já bem esclarecido o *curriculum* de ambos.

Apesar de ter ingressado no Colégio como estudante de direito canónico (assim determinavam os Estatutos quanto ao candidato a apresentar pela sé de Lisboa), João Pereira de Portugal foi designado para *lecturam Voluminis* durante o ano académico de 1438-39, embora apareça no Colégio de S. Clemente como escolar de direito canónico, em 26 de Novembro de 1440, quando foi eleito vice-reitor do Colégio, vindo a receber a licenciatura em direito civil a 30 de Outubro de 1441, após dispensa de todos os estatutos em contrário. Deve ter recebido pouco depois o grau de doutor na Cúria pontifícia. Regressou a Portugal e pôs-se logo ao serviço da Corte como desembargador de el-rei.

O doutor António Martins, já aparece como bacharel em cânones durante o Concílio de Ferrara, em estreita relação com a família real, nomeadamente com o duque de Coimbra D. Pedro e a duquesa de Borgonha, seguindo aliás a Cúria pontifícia. A sua presença no Colégio de S. Clemente é assinalada pelo menos em Agosto e Setembro de 1443, com a notícia de ter exercido as funções de vice-reitor no mês de Agosto e antes, bem como de conselheiro, depois de ter ingressado no Colégio a 10 de Março de 1443, tendo-se interessado com o progresso do Colégio que lhe parecia correr mal do ponto de vista administrativo. Aparece ainda como membro do Colégio em 1445, acusado de negligência na recolha de parte do trigo de certa possessão bolonesa do Colégio,

---

(176) AV, Reg. Lat. 541, fl. 167-168.

que os inimigos roubaram durante a guerra. Era ainda estudante do Colégio a 2 de Setembro de 1446, aquando da visita de Tomás de Sarzana, portanto durante o ano lectivo de 1446-1447. Neste ano, é designado para a leitura extraordinária do Decreto durante o ano académico de 1447-48, sendo promovido ao grau de licenciado neste mesmo ano de 1448. Como doutor em decretos, aparece a seguir a Cúria pontificia até bastante tarde, inclusive como familiar e capelão do cardeal D. Jaime, filho do Infante D. Pedro.

## CONCLUSÃO

Ao fundar o Colégio de S. Clemente de Bolonha, cuja instituição era reservada a estudantes pobres da Península, o cardeal Gil de Albornoz manifestava o seu reconhecimento para com as dioceses, de cujos benefícios recebia proventos. No tocante a Portugal, o fundador distinguia a diocese de Lisboa, com direito de apresentar um estudante na faculdade de cânones, certamente por aí possuir benefícios de maior monta. Não significa, porém, tal determinação testamentária nem a sua aplicação nos Estatutos redigidos pelo sobrinho D. Fernando Álvarez de Albornoz, bispo de Lisboa desde Junho de 1369, que o Colégio, relativamente a estudantes portugueses, fosse frequentado só por clérigos da diocese de Lisboa ou que simultâneamente não pudessem existir aí vários portugueses. Na verdade, o bispo e cabido lisbonenses poderiam apresentar clérigos doutras dioceses e não faltam exemplos de estudantes portugueses apresentados ao Colégio por dioceses espanholas.

Pelo Colégio de S. Clemente passaram portugueses de valor, entre simples escolares, conselheiros, vice-reitores, reitores e capelães. O estudo de algumas dessas figuras torna-se aliciante porque nem sempre podemos contar com documentos explícitos dos nomes ou proveniência de todos. Neste contributo lusiada para as comemorações centenárias do grande homem da Igreja e do seu tempo, entre cujas realizações ocupa lugar de relevo a fundação do Colégio de S. Clemente, ainda hoje rico de manifestações culturais, devido ao espírito jovem e realizador do seu actual reitor, Professor Dr. Evelio Verdera y Tuells, ao qual nos apraz agradecer o valioso auxílio prestado na elaboração deste nosso estudo, não pudemos ir além da identificação e estudo de alguns reitores portugueses do Colégio, ignorados ou insuficientemente conhecidos na sua vida e actividade. Cingimo-nos à primeira metade do século xv, sem pretensões de apresentarmos trabalho exaustivo, porque embora abundante e preciosa, a documentação do Colégio de Espanha, do Arquivo de Estado de Bolonha e do Arquivo do Vaticano, de que nos servimos, não nos permitiu ainda preencher certas lacunas do período

1417-1450. Apesar de tudo, consideramos prometedora o resultado das nossas investigações. De facto, a par dos quatro estudantes portugueses que dirigiram os destinos do Colégio neste período durante alguns anos, doutorados, depois, em direito civil ou canónico na Universidade de Bolonha, com não poucos indícios de precioso serviço à Igreja e à Nação, tanto na Cúria pontifícia como em Portugal, inclusive na Universidade de Lisboa, tivemos ensejo de lembrar outros ilustres portugueses relacionados com o Colégio, estudantes ou formados pelo Estudo de Bolonha ou de Pádua, como Afonso Rodrigues, Estêvão Afonso, reformadores, juntamente com um dos reitores do Colégio, Gomes Pais, do Estudo de Lisboa, sem esquecer Fernando Martins Coutinho, bispo de Coimbra, João Álvares, bispo de Silves, Fernando Pires de Guerra, sobrinho de D. João I de Portugal, bispo sucessivamente de Silves e do Porto e arcebispo de Braga, e Fernando Gonçalves Belíagua, chantre e deão de Coimbra, doutorado em direito canónico.

Excluimos do nosso estudo Antão Martins, tesoureiro de Coimbra, reitor do Colégio em 1372, talvez espanhol, o qual, depois de ter sido procurador de D. Fernando de Albonoz, bispo de Lisboa e executor testamentário do tio cardeal, em Abril e Outubro de 1370, bem como em Outubro de 1371, sendo capelão de D. Fernando, já promovido este a arcebispo de Sevilha (177), aparece, em Maio de 1372, na qualidade de reitor do Colégio, a defender os interesses da instituição cardinalícia, perante certas execuções testamentárias de D. Fernando (178), e em Junho e Setembro do mesmo ano 1372, também como reitor, em documentos relativos ao Colégio (179). Preterimos também a hipótese do reitorado por parte do chantre de Viseu D. Pedro Anes Vieira, reitor dos Juristas Ultramontanos da Universidade de Bolonha, licenciado em direito canónico em 1397, em estreitas relações com o famoso Pellegrino Zambecari, chanceler de Bolonha, por estarmos quase certos da impossibilidade de identificação com o escolar do Colégio de nome Pedro, a favor do qual Zambecari fazia interessar junto do papa certo

---

(177) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, Cod. Alborn. vol. 9, n. 19, 21, 22, 24, 25, 26. Como testemunha em 28 de Janeiro de 1372: *Res Oeconomales*, n. 3.

(178) Arq. do Colégio de Espanha de Bolonha, Cod. Alborn., vol. 9, n. 28.

(179) Arq. do Col. de Espanha de Bolonha, *Res Oeconomales*, n. 4 e 7. *Docum. Sacellorum Collegii et Castanastii*, 8 Set. 1372.

cardeal para lhe alcançar algum benefício eclesiástico, de modo a poder levar a bom termo os estudos na faculdade de direito canónico do Estudo de Bolonha. Desta forma, as nossas investigações incidiram principalmente sobre os dados biográficos de Fernando de Portugal, Gomes de Portugal, João Pereira de Portugal e António Martins de Portugal.

D. Fernando de Portugal foi reitor em 1401-1402 e doutorou-se em direito canónico em Maio de 1408 pela Universidade de Bolonha. Na qualidade de reitor admitiu ao Colégio João Anes de Salamanca, Bartolomeu Vital do reino de Valência, Pedro Sanchez de Gomera do reino de Castela, Afonso de Lignano do reino de Aragão e João de Santa Juliana da diocese de Burgos, respectivamente a 13 de Setembro, 22 de Outubro, 26 de Outubro, 23 de Novembro de 1401 e 24 de Janeiro de 1402. Concedeu licença a alguns estudantes de se ausentarem do Colégio a 28 de Setembro de 1401 e 22 de Janeiro de 1402. Como testemunha, aparece a 6 e 14 de Maio de 1402, durante o reitorado de Gil de Aragão, a atestar a licença para alguns escolares se ausentarem. Ele mesmo beneficiou de idêntica faculdade por dois anos, outorgada pelo sobredito reitor a 12 de Outubro de 1402. Tal circunstância, a par de outras, levou-nos a indicar na mesma pessoa o reitor D. Fernando de Portugal de 1395-1396, ingressado no Colégio a 28 de Abril de 1392, o qual, a 6 de Outubro de 1395, como reitor, admitiu ao Colégio Afonso de Samora e a 10 de Dezembro do mesmo ano Pedro de Córdova.

Notícias de cronista contemporâneo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra dizem-nos que durante o reinado de D. João I se doutorou em Bolonha D. Fernando Afonso, cónego e prior claustral do sobredito mosteiro, depois reitor da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, o qual figura também como tradutor da Regra e respectiva glossa de Santo Agostinho e interessado pelos livros. Seu pai, prior conventual do mosteiro, mantivera-o muito tempo em Bolonha até se doutorar e vir a ser, depois, desembargador e conselheiro régio. Estas notícias são de muito valor porque um só português de nome Fernando se doutorou em direito na Universidade de Bolonha durante o reinado de D. João I. Além disso, abundante documentação pontifícia e portuguesa mostra-nos que os outros portugueses de nome Fernando que nesse tempo estudaram direito nos Estudos de Bolonha e de Pádua não se podem identificar com o único D. Fernando de Portugal, doutorado em Bolonha precisamente em Maio de 1408.

D. Fernando Martins Coutinho, nomeado bispo de Coimbra em 1418, começou a estudar direito canónico à volta de 1410 no Estudo de Pádua, onde residia ainda em 1414. Não se doutorou em direito nem se pode identificar com D. Fernando, doutorado em direito canónico pela Universidade de Bolonha em Maio de 1408, quando mais não fosse porque em Setembro de 1409, conforme sabemos de documentação pontifícia, tinha apenas 18 anos de idade. Com maior razão ainda não o podemos identificar com o reitor do Colégio D. Fernando de Portugal em 1401-1402, que o foi também em 1395-1396.

D. Fernando Pires de Guerra, nomeado bispo de Silves em 1409, estudava direito em Bolonha no ano de 1408, contando 20 anos de idade, juntamente com os portugueses Afonso Rodrigues, João Álvares, civilistas como ele, e Brásio Afonso, canonista, testemunhas do acto executorial das determinações de Gregório XII sobre o mestre-escolado de Lisboa por Fernando Gonçalves Beliágua. Continuou os estudos de direito em Bolonha, como bispo de Silves segundo consta da súplica dos anciães da cidade ao papa Martinho V, relativa a dívidas contraídas pelo então bispo estudante. A seguir, passou ao Estudo de Pádua, onde estudava direito canónico e tinha residência fixa em Dezembro de 1411. Mais tarde frequentava a Cúria de João XXIII que o transferiu para a sé do Porto em Junho de 1414, e teve ocasião de se relacionar com o Colégio de S. Clemente. Pouco depois partia para Portugal, cujo rei, seu tio, o fez seu conselheiro e chanceler-mor, além de lhe confiar, em Julho de 1415, a guarda e defesa das terras de Entre Douro e Minho, antes de partir para a conquista de Ceuta, e depois, em 1416 a administração do arcebispado primaz de Braga, que o Cabido ratificou. Todas estas circunstâncias e factos mostram, portanto, a impossibilidade de o identificar seja com D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico em Bolonha no mês de Maio de 1408, seja com D. Fernando de Portugal, escolar desde Abril de 1392 e reitor do Colégio de S. Clemente em 1395-1396 e em 1401-1402.

Nos anos de 1415-1420, aparece como lente de cânones e de decretais no Estudo de Lisboa Fernando Álvares, mas não consta que ele tivesse estudado em Bolonha. Em 1423, 1426 e 1427 aparece-nos como doutor em cânones o chantre e deão de Coimbra Fernando Gonçalves Beliágua que no ano 1408 estudava em Bolonha, mas não aparece com grau algum nessa época, a dois meses do doutoramento de Fernando de Portugal e de forma alguma poderá identificar-se com o reitor do Colégio de



nome Fernando em 1395 e em 1401. Ao contrário, como vimos, temos notícias seguras de que D. Fernando Afonso, prior claustral do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, depois reitor de Santa Maria da Arruda, se doutorou em Bolonha, Não poucas bulas pontificias confirmam a notícia, esclarecendo-a, de que D. Fernando Afonso continuou prior claustral do mosteiro até 1395-1397 ou seja até entrar na posse efectiva de todos os direitos da igreja de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, em 1397. Só ele, portanto, é o D. Fernando de Portugal, doutorado em direito canónico no mês de Maio de 1408 e pode identificar-se com o reitor do Colégio de 1401-1402, D. Fernando de Portugal. Seu pai manteve-o durante muitos anos em Bolonha. E o Cabido de Lisboa, ao apresentar Gomes Pais, em 1402, precisamente no mesmo ano em que D. Fernando de Portugal obtinha licença de ausentar-se do Colégio por dois anos, lembra que D. Fernando, colegial apresentado pelo Cabido, tinha já terminado o tempo de permanência, permitido pelos Estatutos. Portanto, o D. Fernando de Portugal, escolar desde 1392 e reitor do Colégio de S. Clemente em 1395-1396, é o D. Fernando Afonso, então simples prior claustral de Santa Cruz de Coimbra que nesse mesmo ano de 1395 foi provido da reitoria de Santa Maria da Arruda dos Vinhos, embora só em 1397 tivesse conseguido a posse plena e pacífica de todos os direitos nesta igreja. Regressado a Portugal, tentou suceder ao pai no cargo de prior conventual de Santa Cruz de Coimbra, sem o conseguir, porque foi eleito D. Gonçalo Gil à volta de 1415 e D. Fernando Afonso passou a servir a Corte como desembargador e conselheiro régio. Alguns autores portugueses identificam este filho do prior de Santa Cruz com Fernando Afonso da Silveira, doutor em leis, cavaleiro, do desembargo e chanceler-mor de D. João I. Há vários motivos para não aceitar esta identificação. Seja como for, o Dr. Fernando Afonso da Silveira, formado em leis, não pode identificar-se com o D. Fernando de Portugal doutorado em direito canónico em 1408 pela Universidade de Bolonha e muito menos com o reitor do Colégio de S. Clemente em 1395 e 1401 Fernando de Portugal que, tendo sido apresentado ao Colégio pelo cabido e bispo de Lisboa, devia frequentar a Faculdade de Cânones, segundo os Estatutos do Colégio.

D. Gomes Pais de Portugal, porcionário da sé de Lisboa, foi apresentado ao Colégio em Abril de 1402, mas só conseguiu ser admitido no Colégio após contenda com o mesmo, litígio por ele vencido com a intervenção de quatro famosos juristas do tempo, que se pronunciaram

em favor do candidato português. O ingresso deu-se a 11 de Setembro de 1404. E já em Maio de 1405 aparece como conselheiro nomeado para o ano académico de 1405-1406. Nessa qualidade deu consentimento à admissão de João de Sevilha, a 7 de Julho de 1405, durante o reitorado de Bartolomeu de Valência, e figura entre os presentes à leitura da reforma do Colégio a 27 de Outubro de 1405. A 27 de Abril de 1408 aparece na admissão de Raimundo Guilherme. Finalmente, foi nomeado reitor em 1410 para o ano académico 1410-1411. Como tal, deu licença a João de Horticária de passar certo tempo fora do Colégio, a 28 de Novembro de 1410, e a Fernando de Fuentes de se ausentar por seis meses, a 8 de Dezembro do mesmo ano, dando ordens, nesta mesma data, para matricular João Esteves, clérigo de Lisboa, admitido à faculdade de medicina, por mandado do cardeal de Espanha, a 10 de Março do mesmo ano. Também como reitor, admitiu ao Colégio João Sanchez de Sevilha, a 11 de Fevereiro de 1411. Já não exercia o cargo de reitor em Setembro de 1411, mas vários estudantes e o capelão D. André de Portugal referem-se então a ele como reitor no mês de Abril do mesmo ano de 1411. Figura ainda como conselheiro a 13 de Fevereiro de 1413 e estava presente a 3 de Maio desse ano, juntamente com o bispo D. Fernando de Guerra, na admissão de Gil de Sevilha ou de Portugal. Fez o exame privado de licenciatura em direito canónico a 30 de Janeiro de 1414 e recebeu o grau de doutor a 15 de Fevereiro do mesmo ano de 1414. Apesar disso, tanto nas súplicas e letras pontifícias como na documentação do Cabido e da Universidade de Lisboa, figura sempre como simples licenciado em decretos, inclusive nas Cortes de 1418, nas quais tomou parte como vigário geral da sé e procurador do Cabido. Exerceu durante muitos anos o cargo de oficial da sé de Lisboa, como se comprova por documentos relativos a várias causas. A actividade eclesiástica de Gomes Pais e suas relações com a Corte de Portugal e com a Universidade de Lisboa, para cujos Estatutos prestou o seu contributo, são indícios eloquentes da figura intelectual deste reitor do Colégio de S. Clemente.

Não sabemos quando ingressou no Colégio João Pereira, doutor em leis. Relação de 26 de Novembro de 1440 apresenta-no-lo entre os escolares, incluindo os conselheiros, e capelães, que pediam a expulsão do reitor e eleição de um vice-reitor. Obtida tal faculdade, veio ele a ser eleito, quase unânimemente por todos, vice-reitor do Colégio. Foi admitido como canonista, mas acabou por se doutorar em leis.

A 27 de Outubro de 1438 foi designado para a leitura de direito civil pela Universidade para o ano académico de 1438-1439. A 30 de Outubro de 1441 recebia a licenciatura em direito civil pelo Estudo de Bolonha, depois de os Professores, em 26 de Outubro, lhe permitirem a ele, escolar *in collegio Hispanorum*, o exame de licenciatura em direito civil, com dispensa dos Estatutos em contrário. Lá para os fins de 1441 doutourou-se na Cúria pontifícia, após dispensa de Eugénio IV sobre o juramento de só receber as insígnias doutorais no Estudo de Bolonha, concedida a 13 de Novembro de 1441. Regressado a Portugal, aparece em vários documentos como desembargador de el-rei.

António Martins de Portugal também foi vice-reitor do Colégio de S. Clemente, mas levou muito tempo a doutorar-se, pois já aparece durante o Concílio de Ferrara-Florença como bacharel em direito canónico. A sua longa permanência em Itália explica-se por seguir a Cúria e por estar ao serviço do Infante D. Pedro, de quem era familiar e de seu filho o cardeal D. Jaime. Ingressou no Colégio em Março de 1443. Notícias de Agosto e Setembro do mesmo ano referem-se ao exercício do múnus de vice-reitor antes do mês de Agosto e ao de conselheiro. O interesse pelo governo do mesmo causou-lhe vários atritos e é patente em três longas exposições, juridicamente bem arquitectadas sobre os Estatutos do Colégio e sua aplicação, com sugestões que serão tomadas na devida conta pelos visitantes quanto à organização da Biblioteca, matrícula, anotação das ausências concedidas aos colegiais. Aparece ainda como membro do Colégio no ano de 1445, acusado de negligência na recolha de parte de trigo de certas terras do Colégio. Ainda aqui estava no ano académico de 1446-1447, quando foi designado para a leitura extraordinária do Decreto para 1447-1448. Da numerosa documentação pontifícia a seu respeito se tira que neste mesmo ano de 1448 recebeu o grau de licenciado em direito canónico. E a seguir aparece como doutor em decretos, seguindo a Cúria pontifícia até muito tarde, inclusive como familiar e capelão do cardeal D. Jaime, filho do Infante D. Pedro.

E aí ficam, em breves pinceladas, os principais dados biográficos dos portugueses que dirigiram os destinos do Colégio de S. Clemente na primeira metade do século xv e não pouco beneficiaram da instituição do cardeal Gil de Albornoz. Recordando tais benemerências, Portugal associa-se de bom grado e com sentimentos de gratidão à Nação Irmã nas homenagens a figura tão relevante da vida e política do século xiv.

## ÍNDICE

	Págs.
1 — Os Portugueses e a Reitoria do Colégio de S. Clemente . . . . .	5
2 — Identificação de D. Fernando de Portugal, reitor em 1395-1396 e 1401-1402 com D. Fernando Afonso, prior da Igreja de Santa Maria de Arruda, antes prior claustral de Santa Cruz de Coimbra . . . . .	11
3 — Gomes Pais, escolar desde Setembro de 1404, reitor em 1410-1411 e doutorado em <i>Direito Canónico</i> em 1414 . . . . .	78
4 — João Pereira, Doutor em Leis, e António Martins, Doutor em Decretos, vice-reitores do Colégio, respectivamente em 1440-1441 e 1443 . . .	104
<i>Conclusão</i> . . . . .	150